

revista BBM

Biblioteca Brasileira
Guita e José Mindlin
da Universidade de São Paulo

ISSN 2595-5802
N. 03 JANEIRO • JUNHO 2022

DOSSIÊ REVISTAS DO BRASIL

Revistas Brasileiras
O Acervo de Revistas da BBM/USP
Revistas Ilustradas em Curitiba
Revistas Capixabas
Imprensa no Brasil
Revista do Globo
Paratodos
Revistas Ilustradas e Vulgarização Científica

ESTUDOS BBM

GRALHAS, PASTÉIS E AFINS

MEMÓRIA

PUBLICAÇÕES BBM





GO FRANCO.

io, as moças de hoje só amão os ra-
o nome.
ora; em compensação, os rapazes
dr.º depois do nome.

UM HOMEM DO

Protector das bellas-artes e assi
publicações, ao preço que pagão os
celer.





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-Reitora Maria Arminda do Nascimento Arruda



PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Pró-Reitora Marli Quadros Leite

Pró-Reitor Adjunto Hussam El Dine Zaher

Biblioteca Brasileira Guita e José **Mindlin**

Diretor Alexandre Macchione Saes

Vice-Diretor Hélio de Seixas Guimarães

REVISTA BBM

EDITOR

Plínio Martins Filho

EDITORAS ASSISTENTES

Amanda Fujii

Bruna Xavier Martins

CONSELHO EDITORIAL

Agenor Briquet de Lemos UnB

Alberto da Costa e Silva ABL - ACADEMIA
BRASILEIRA DE LETRAS

Ana Luiza Martins CONDEPHAAT/ UNIVERSIDADE NOVA
DE LISBOA - PT

Antônio Carlos Secchin ABL - ACADEMIA
BRASILEIRA DE LETRAS

Carlos Augusto Calil ECA - USP

Celso Lafer ABL - ACADEMIA
BRASILEIRA DE LETRAS

Duília F. de Mello UNIVERSIDADE CATÓLICA
DE WASHINGTON - EUA

Ésio Macedo Ribeiro *bibliófilo*

Fernando Peres UFBA

Geraldo Holanda Cavalcante ABL - ACADEMIA
BRASILEIRA DE LETRAS

Ilda Mendes dos Santos UNIVERSITÉ SORBONNE
NOUVELLE - FR

Jacques Marcovitch USP

Marisa Lajolo UNICAMP

Marisa Midori Deaecto ECA - USP

Neil Safier JOHN CARTER BROWN LIBRARY

Tiago C. P. dos Reis Miranda UNIVERSIDADE
DE ÉVORA - PT

A **REVISTA BBM** pretende divulgar o rico acervo da **Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin**, bem como os trabalhos de pesquisa realizados em seu interior. Trata-se de um projeto que pretende difundir o conhecimento produzido acerca da história e cultura do Brasil.

As opiniões expressas nos artigos são de inteira responsabilidade de seus autores. Todo material incluído nesta revista tem a autorização dos autores ou de seus representantes legais. Qualquer parte dos artigos da revista pode ser reproduzida desde que citados autor e fonte.

Rua da Biblioteca, 21 Cidade Universitária São Paulo, SP CEP 05508-065

bbm.usp.br/publicacoes EMAIL bbm@usp.br TEL 11 2648-0310 • 11 3091-1154

revista
BBM

Biblioteca Brasileira
Guíta e José Mindlin
da Universidade de São Paulo

ISSN 2595-5802
N. 03 JANEIRO • JUNHO 2022

publicações
BBM

E

D

I

T

R

I

O

Este número da *Revista BBM* destaca uma parcela importante e ainda pouco conhecida do acervo da BBM: seus periódicos. São mais de mil títulos, segundo o levantamento da organizadora do dossiê “Revistas do Brasil”, Ana Luiza Martins, estudiosa do assunto e grande conhecedora do acervo da Brasilina Mindlin. Eles incluem desde títulos pioneiros, como a revista *Variedades*, publicada em Salvador em 1812, até publicações recentes e em circulação, como a *Novos Estudos Cebrap* e a *Piauí*.

A pesquisadora observa que José Mindlin foi dos raros bibliófilos brasileiros a colecionar revistas. Em geral, elas são relegadas a um segundo plano, por serem consideradas objetos mais efêmeros e menos valiosos do que os livros. Daí também o caráter muito especial da coleção, que inclui materiais raros e raríssimos, muitos deles em encadernações especiais e em excelente estado de conservação.

A

Resultante do Seminário Revistas no Brasil, realizado na BBM em 2019, o dossiê, com sete artigos, se abre com o texto de Marisa Midori, no qual a pesquisadora apresenta um histórico sobre os estudos de periódicos no Brasil e as novas perspectivas dessas abordagens diante da emergência dos suportes digitais. Em seguida, Ana Luiza Martins apresenta o acervo da BBM, mostrando a abrangência temporal e geográfica da coleção.

O dossiê não se restringe aos periódicos do acervo e nem aos publicados no Rio de Janeiro e São Paulo. Ele inclui também revistas publicadas

L

em Curitiba no início do século XX, assunto do artigo de Rosane Kaminski; e no Espírito Santo, onde essas publicações começaram a circular a partir da década de 1880, como mostra Letícia Pedruzzi Fonseca, que pesquisou nos três principais acervos públicos capixabas.

Os casos de Curitiba e do Espírito Santo são emblemáticos da introdução tardia da imprensa no Brasil, que se deu a partir do Rio de Janeiro apenas no início do século XIX, com lenta irradiação para as províncias, que em alguns casos só um século mais tarde começaram a ver circular as primeiras revistas. As questões técnicas e infraestruturais subjacentes a essa história são abordadas por Tania Regina de Luca, que trata da passagem da produção artesanal das primeiras revistas para uma produção crescentemente marcada pela lógica do capital e por novas formas de relação com o tempo e o espaço.

Nessa perspectiva de modernização dos periódicos, Cláudio de Sá Machado Jr. trata da *Revista do Globo*, publicada de 1929 a 1967 em Porto Alegre, e José Armando Pereira da Silva estuda o caso do ressurgimento da revista *Paratodos*, “quinzenário da cultura brasileira” que, a partir de 1956, tem a direção de Jorge Amado. Os pesquisadores mostram como essas publicações reúnem em torno de si grupos de intelectuais e artistas de primeira grandeza, o que é indicativo da dimensão gregária das revistas e de sua importância na dinâmica social, cultural e política do país.

No conjunto, as revistas são estudadas em dupla dimensão: como fonte caudalosa de informações sobre os tempos e lugares de suas publicações e também como objetos de análise, em suas inscrições na história da imprensa periódica no país e, portanto, na história do Brasil, e ainda como parte da circulação internacional de ideias.

O dossiê tem seu fecho com “Revistas ilustradas e vulgarização científica”, artigo em que Sílvia Maria Azevedo trata do papel de dois periódicos, a *Ilustração Popular* e a *Ilustração do Brasil*, como difusores do “bando de ideias novas” que chegaram ao Brasil na década de 1870, para lembrar a imagem utilizada por Sílvio Romero ao se referir à chegada ao Brasil das novas teorias científicas (em alguns casos, pseudocientíficas) vindas da Europa àquela altura do século XIX.

Os textos do dossiê incluem algumas propostas: a organização de uma primeira grande exposição de revistas da BBM; a criação, no interior da biblioteca, de uma Hemeroteca BBM, com todos os periódicos da coleção; e o exame dos milhares de exemplares encontrados da BBM como testemunhos da história das artes gráficas no país. São todas propostas bem-vindas, que a direção da Biblioteca gostaria de ver concretizadas pelos autores e autoras que compõem o dossiê e por outros pesquisadores que se interessem pela excepcional coleção de periódicos aqui conservada.

Seguindo a proposta da revista de trazer a público pesquisas realizadas na Biblioteca, os artigos da seção “Estudos BBM” remetem a obras presentes no acervo ou a temas ligados aos estudos brasileiros. A variedade desses estudos é indicativa da multiplicidade de assuntos abrangidos pela coleção.

Télio Cravo baseia-se em uma série de publicações estrangeiras presentes no acervo para traçar relações entre a produção algodoeira, as relações de trabalho e a construção do estado nacional em meados do século XIX. O pesquisador mostra a importância da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri nesse processo, contestando a ideia de que o empreendimento se baseava no trabalho livre ao mostrar que ele não prescindiu do trabalho coercitivo não escravista.

Também a respeito dos modos de definição e expansão do Império, o ensaio de Luiz Feldman trata de escritos de Oliveira Lima, tais como *Dom João VI no Brasil, Um Século nas Relações Internacionais do Brasil* e “Um Século de Relações Internacionais (1825-1925)”, mostrando como eles apontam para a ascensão e queda do expansionismo luso-brasileiro pela América do Sul, que ao longo do século XIX vai dar lugar à busca da grandeza nacional na vastidão dos sertões do país.

Fábio Franzini traz um estudo sobre as traduções e a circulação internacional de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, no qual busca aprender os novos sentidos e perspectivas de leitura lançados por leitores estrangeiros sobre esse controverso clássico nacional. As numerosas e sucessivas traduções, índices de expressiva recepção internacional, constituem novas formas de reconhecimento e consagração da obra e do autor, contribuindo para novas interpretações do livro e abrindo perspectivas de leitura transnacionais.

O artigo que fecha a seção “Estudos BBM” faz um retorno ao século XIX.

O poema épico *A Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, é apresentado em perspectiva inovadora por Giovanna Gobbi Alves Araújo. Ela examina como o raríssimo exemplar, que pertenceu a Magalhães e hoje está sob a guarda da BBM, traz várias anotações manuscritas do autor e várias mudanças e acréscimos de versos. São indicações de como o autor incorporou críticas feitas ao livro por ocasião do seu lançamento, especialmente dos célebres e devastadores reparos feitos por José de Alencar, que considerou o herói do poema falho e a ação épica trivial.

Na seção “Gralhas, pastéis e afins”, Thiago Mio Salla trata de uma das erratas mais famosas da literatura Brasileira, aquela de Valentim Magalhães em *Flor de sangue*. O artigo mostra como esse livro se tornou objeto de cobiça de colecionadores não por causa do interesse da

narrativa nem pela habilidade artística do seu autor, mas pelo deslize que cometeu ao correr apressado de sua pena, que rendeu um erro e uma correção insólitas.

O número traz ainda a resenha do livro *Celso Furtado e os 60 Anos de Formação Econômica do Brasil*, uma coletânea de 22 ensaios sobre o clássico do pensamento econômico e social do Brasil. O livro resulta do evento organizado em 2019 pela Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e pelo Instituto de Estudos Brasileiros por iniciativa de Alexandre Saes e Alexandre Barbosa, que escreveram a apresentação do livro aqui resenhado.

A seção “Memória” arremata o número, com textos dos dois colecionadores que formaram a coleção da BBM. José Mindlin mescla a memória pessoal com a composição de um perfil profissional ao escrever sobre o amigo Rubens Borba de Moraes, por ocasião do centenário de seu nascimento. E Rubens Borba de Moraes faz uma radiografia da situação das bibliotecas brasileiras na década de 1940 — em alguns casos, infelizmente muito atual —, apresentando uma proposta para a modernização e dinamização dessas instituições fundamentais para o exercício da plena cidadania em qualquer país.

Assim, este número, publicado no momento em que se comemoram os 10 anos da inauguração da BBM no Complexo Brasileira, na Universidade de São Paulo, presta homenagem aos seus fundadores e reafirma a vocação de Biblioteca Viva, aberta ao público e a novas frentes de pesquisa, como as desenvolvidas em torno de seus periódicos e livros, fontes importantes para a produção de conhecimento e reflexão sobre o Brasil e os brasileiros. ●

Hélio de Seixas Guimarães
Vice-diretor da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

JULHO DE 1878.

O BESSO

SONETO

(NO METRO DO SR. ARTHUR AZEVEDO)

Arthur Azevedo,

S

DOSSIÊ: REVISTAS DO BRASIL

ORGANIZAÇÃO: Ana Luiza Martins

- 14 *Apresentação*
A Propósito da Hemeroteca da BBM:
Seminário Revistas no Brasil
- 19 *Revistas Brasileiras:*
Das Páginas Envelhecidas aos Pixels
Marisa Midori Deaecto
- 25 *O Acervo de Revistas da BBM/USP*
Síntese e Abrangência
Ana Luiza Martins
- 55 *Revistas Ilustradas em Curitiba:*
Modernidade e Técnica no Início do Século XX
Rosane Kaminski
- 91 *Revistas Capixabas:*
Mapeamento e Diferenciais
Letícia Pedruzi Fonseca
- 117 *Imprensa no Brasil:*
Notas Sobre a Passagem para o Século XX
Tania Regina de Luca
- 133 *Revista do Globo:*
Primórdios Editoriais do Quinzenário de Cultura
e de Vida Social na Imprensa Sul-Rio-Grandense
Cláudio de Sá Machado Jr.
- 149 *Paratodos:*
Quinzenário da cultura brasileira
José Armando Pereira da Silva
- 159 *Revistas Ilustradas e Vulgarização Científica*
Sílvia Maria Azevedo

U

ESTUDOS BBM

- 182 *Algodão, Política e Trabalho Compulsório:*
Notas Sobre a Dinâmica Econômica e a Construção do Estado Nacional (1847-1861)
Télio Cravo
- 196 *Duas Obras de Oliveira Lima no Centenário da Independência*
Luiz Feldman
- 230 *I Can Now Neutralize Their Poison:*
Casa-Grande & Senzala nos Estados Unidos
e a (Auto)consagração de Gilberto Freyre (1946 - 1956)
Fábio Franzini
- 252 *A Confederação dos Tamoios de Gonçalves de Magalhães:*
Publicação, Crítica e Revisão
Giovanna Gobbi Alves Araújo

M

GRALHAS, PASTÉIS E AFINS

- 268 *Errata, Reputação Literária e Bibliofilia:*
O Caso Singular do Romance *Flor de Sangue*, de Valentim Magalhães
Thiago Mio Salla

PUBLICAÇÕES BBM

- 290 *Celso Furtado e os 60 anos de Formação Econômica do Brasil*
João Vicente Manna

MEMÓRIA

- 296 *Rubens Borba de Moraes:*
Um Intelectual Incomum
José Mindlin
- 302 *O Problema das Bibliotecas Brasileiras*
Rubens Borba de Moraes
- 317 *Resumos e Referências*
- 352 *Normas para Apresentação de Artigos*

Á

I

R

O

DOSSIÉ

... desejo ardente.
Bello rapaz! Para achar-me em sua idade dava eu de
hom coração dez annos da vida.... de minha mulher.

— Bas
de mim.
— Poi
ter pena



REVI DOB

e seu acolyto carregando a
de causa, aos

A verdade ving



REVISTAS NO BRASIL

A PROPOSITO DA HEMEROTECA DA BBM:
SEMINARIO REVISTAS NO BRASIL

Entre os anos de 2017 e 2018 realizamos pesquisa no acervo da BBM/USP, na qualidade de pesquisadora residente no programa de pós-doutorado da instituição, com vistas a identificar e caracterizar as temáticas das revistas periódicas presentes no acervo. Isso porque, conforme já sabido, o estudo das revistas, hoje tão em voga e interdisciplinar, se ampliou extraordinariamente, figurando como gênero a ser trabalhado enquanto fonte e objeto.

A despeito de já estarmos cientes dos vários títulos da casa, foi surpreendente, no levantamento discriminado, a revelação da imensa quantidade de exemplares raros, exigindo que o trabalho - circunscrito a um ano - nos demandasse recorte temático e cronológico. Razão pela qual nos concentramos nas revistas ditas de cultura e ideias dos anos 1930 e 1940. Até porque identificar criticamente todas as revistas do acervo significaria trabalhar com equipe interdisciplinar e por espaço de tempo bastante ampliado.

Feito esse recorte, observamos que a totalidade de seus títulos - não obstante *nem sempre* representados por coleções completas

– resultava em síntese preciosa da história das revistas do Brasil e mesmo de revistas estrangeiras, no que toca aos aspectos mais conhecidos que caracterizam esse gênero periódico, quais sejam: o conteúdo de vanguarda, os aspectos formais inovadores, suas representações de momentos decisivos da história nacional e suas respectivas mediações com publicações no exterior.

Ficou claro, frente à variada segmentação, que o acervo de revistas da BBM/USP, por si só, figurava como síntese do periodismo “Revistas no Brasil” na sua circulação transnacional de ideias e conformação de imaginários.

Logo, já nos primeiros meses de pesquisa, nos ocorreu a realização de um Seminário preliminar que, ligado à temática do “periódico-revista” alertasse ao público acadêmico e interessado em geral para a importância e divulgação desse acervo da BBM/USP, não reconhecido pelo público na sua maioria, uma vez que a instituição geralmente é associada a seu magnífico acervo de livros.

Com esse propósito, montamos um programa, voltado para um dia de apresentações e debates, que, além da exposição dessa pesquisadora sobre os títulos emblemáticos da BBM/USP, contou com o aceite de três professoras doutoras especialistas na temática e com a colaboração dos estudiosos Cláudio de Sá Machado Junior e José Armando Pereira da Silva. O propósito do evento era ampliar as possibilidades de análise da tipologia “revista”, assim como repertoriar o balanço periodístico de estados ainda pouco explorados. Ultrapassando as tradicionais fronteiras do eixo Rio de Janeiro – São Paulo, centros prolíferos no gênero, introduzimos a importante produção das revistas capixabas, curitibanas e rio-grandenses, alguma delas replicadas no acervo da BBM/USP.

Importante registrar aqui o apoio imediato da diretoria da casa, representada até então pelo Professor Doutor Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron, assim como do atual diretor Alexandre Macchione Saes e do editor da presente publicação, Plínio Martins Filho.

O Seminário Revistas no Brasil, que ocorreu em 21 de maio de 2019, contou com público significativo e foi assim programado: uma apresentação inicial do gênero “revista”, para a qual tivemos a honra de contar com a expertise da Professora Doutora Marisa Midori Deaecto, Livre-Docente da eca/usp, e mais quatro comunicações de trinta minutos cada (duas na parte da manhã e duas na parte da tarde), com respectivos comentários e debates.

Isso posto, vamos ao conteúdo das apresentações.

O ACERVO DA BBM/USP E A
PRODUÇÃO INUSITADA DAS REVISTAS
CARIOCAS, CAPIXABAS E CURITIBANAS



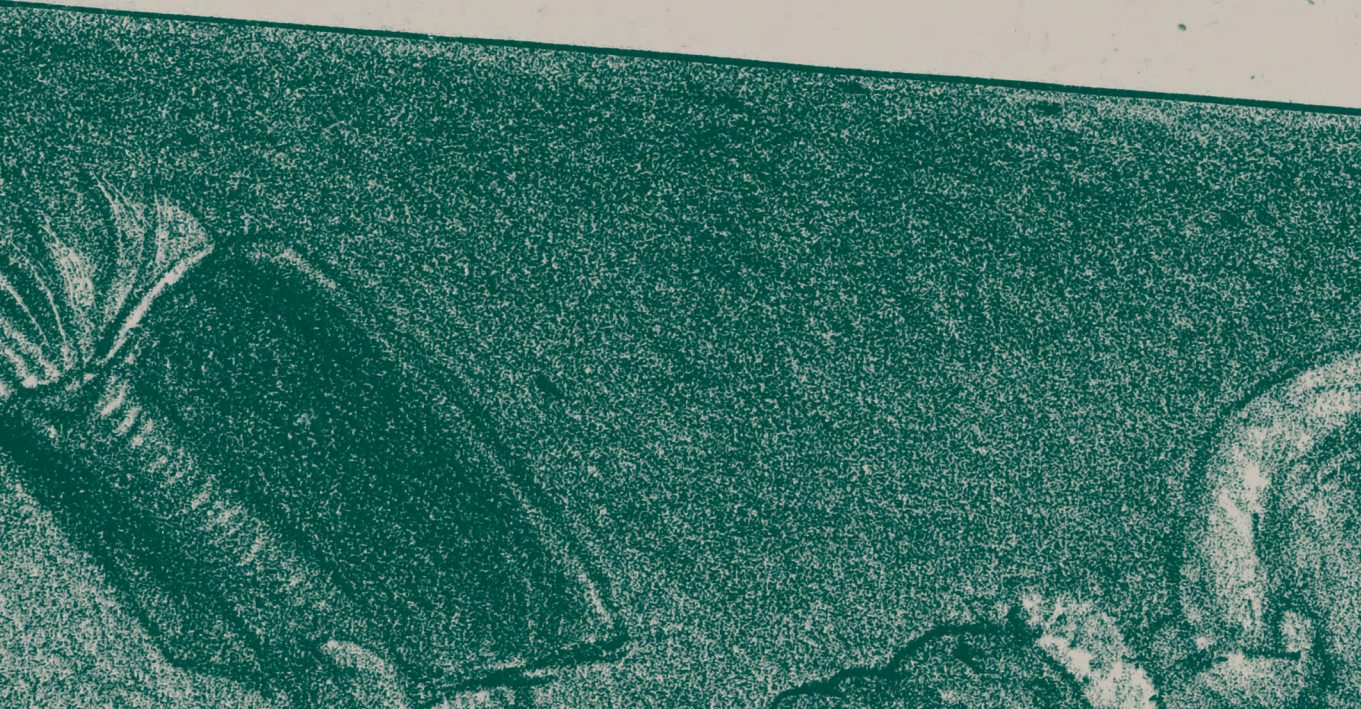
LOCAL: SALA VILLA LOBOS
HORÁRIO: 9:00 ÀS 17:00
ENTRADA LIVRE

Biblioteca Brasileira Culta e José Mindlin



QUIXOT

de Angelo Agos
Largo da Carioca. No 4 (c



REVISTAS BRASILEIRAS: DAS PÁGINAS ENVELHECIDAS AOS PIXELS

Marisa Midori Deaecto

Até o limiar do século XXI, o pesquisador interessado em folhear jornais e revistas antigos era desafiado a percorrer alguns circuitos nada óbvios de bibliotecas e arquivos municipais ou estaduais. E, se todo esse esforço não bastasse, restava o recurso à hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que naqueles tempos não era digital. As leituras eram feitas em microfilme!

O pesquisador paulistano conhecia bem a coleção de jornais e revistas da Biblioteca Mário de Andrade, situada no centro da capital paulistana. Às vezes, o título ou a série requerida se encontrava em outro edifício, o que o conduzia até o bairro de Santo Amaro, nas imediações da avenida Adolfo Pinheiro. A visita era agendada por telefone. E os impressos podiam ser folheados – sem dúvida, um prazer de leitura que vinha como uma espécie de bônus depois de uma longa busca. Fiz isso inúmeras vezes!

O Arquivo do Estado de São Paulo, localizado em um sobrado antigo, na rua Dona Antônia de Queirós, perto da Consolação, era outro endereço certo para os leitores da velha imprensa. Nos anos de 1990 a sede se transferiu para as acomodações mais amplas de uma antiga fábrica de tecidos, situada na rua Voluntários da Pátria.

Esses papéis velhos e amarelados poderiam, ainda, ser folheados na tradicional Biblioteca da Faculdade de Direito, no Largo de São Francisco. E, na USP, o CEDHAL, no Departamento de História, e o IEB, naqueles tempos, situado nas Colmeias, figuravam como alternativas bem cotadas para a pesquisa de periódicos. Ana Luiza Martins nos ensinou que era possível percorrer, nos desvãos da cidade, verdadeiros oásis, onde revistas e jornais repousavam no aconchego das coleções particulares. O jardim e a biblioteca do Dr. Mindlin foram muito visitados por ela.

Hoje tudo se concentra nos serviços prestados pelas bibliotecas digitais. A Hemeroteca Digital, da FBN, Fundação Biblioteca Nacional, desponta como a principal plataforma nesse maravilhoso mundo novo da Internet. Ouso dizer que o uso da Hemeroteca Digital tem mudado a feição das pesquisas acadêmicas. Nunca houve tanto “recorte” e “cola” de anúncios, passagens de artigos jornalísticos, estatísticas de palavras-chave, nomes de autores, títulos, levantamentos de críticas, enfim, as ferramentas de busca nesse mundo maravilhoso não apenas otimizaram o tempo da pesquisa, antes, analógica, como alteraram o comportamento do investigador, que parece também ter se tornado digital. Estamos diante de um novo repertório de lugares-comuns, porém, ao contrário de seu emprego nos índices remissivos sintetizados na primeira era da cultura impressa, parece difícil mapeá-los na era digital, em que tudo se desmancha no ar.

Mas será que o recurso aos arquivos digitais resolveu, de fato, todos os problemas da pesquisa documental? Algo deve ser dito, para o espanto, sobretudo, dos pesquisadores mais jovens: nem tudo está digitalizado!

Uma segunda ponderação, esta relativamente consensual entre os usuários das hemerotecas digitais – pois ao programa da FBN outros vêm somar esforços para a difusão da imprensa brasileira – diz respeito às falhas nas ferramentas de busca. Nem sempre os resultados são seguros e algumas palavras-chave (ou lugares-comuns) podem conduzir o pesquisador a uma zona difusa de muitos enganos.

Essas e outras questões tornam essenciais o conhecimento e a valorização dos acervos da imprensa e, no caso em tela, das coleções voltadas para as revistas brasileiras. A jornada de estudos promovida por Ana Luiza Martins, no âmbito do programa de pesquisadores-visitantes da BBM, coloca em cena as novas perspectivas de investigação nesse campo, sem perder de vista a tradição dos estudos. Mas, antes de adentrarmos nas contribuições preciosas trazidas pelas pesquisadoras que ela escalou para compor a jornada e esta seção da revista, cumpre situar a pesquisadora em seu solo histórico. É preciso contar sobre as milhas que ela já percorreu em arquivos e bibliotecas da capital, do interior do Estado, de outras cidades brasileiras e do exterior; sobre os milhares de

páginas viradas, escrutinadas e decifradas por essa grande pesquisadora dos periódicos paulistas. Ao franquear a coleção zelosamente reunida pelo Dr. Mindlin, a quem ela faz referência de forma tão familiar quanto carinhosa, Ana Luiza Martins evidencia o papel da nova instituição mantenedora do acervo: preservar os documentos sem perder de vista sua missão como sistematizadora e promotora de novas investigações. O que se torna viável graças a contribuições de pesquisadores preciosos, habilitados a mapear as coleções e, portanto, torná-las acessíveis à comunidade acadêmica. Nesse mundo de tantas contradições, é preciso assumir que a apropriação excessiva dos objetos de cultura trai sua função precípua. Ou seja, o melhor caminho da preservação de um acervo depende, finalmente, do bom uso que dele se faz.

SOBRE A JORNADA “O ACERVO DE REVISTAS DA BBM-USP E A PRODUÇÃO INUSITADA DAS REVISTAS CARIOCAS, CAPIXABAS E CURITIBANAS”

A história da imprensa brasileira apresenta uma bibliografia bastante sólida de obras de síntese, a contar com Carlos Rizzini, Hélio Vianna, Nelson Werneck Sodré, entre outros grandes nomes. As pesquisas regionais ou locais não são menos importantes. No caso de São Paulo, devemos recordar o levantamento precioso realizado por Laffayette de Toledo, em 1898, completado por Affonso de Freitas, em 1914. Alguns fac-símiles tiveram notável êxito para a nossa história. Pensemos na edição do *Tamoyo* (1823), publicado pela Zélio Valverde, para a Coleção Fac-Similar de Jornais Antigos, com prefácio de Caio Prado Jr. Ou, ainda, a edição de revistas ilustradas paulistanas, em edições cuidadosamente dirigidas por Ana Maria de Almeida Camargo, cujo acervo bem mereceria uma nova jornada sobre colecionismo e história da imprensa.

Embora importante, a história da imprensa quedou, por um longo período, perdida em uma zona nebulosa, que escondia, no interior de uma galáxia de tipos, revistas, almanaques, jornais, folhetos, sem que houvesse a preocupação de distinguir e dar a conhecer os diferentes gêneros e suas múltiplas composições.

Nesse aspecto, as pesquisas que enfocam a produção de revistas em São Paulo são particularmente ricas e estimulantes. Uma primeira incursão nessa seara foi apresentada por Heloísa de Faria Cruz. Logo mais, Ana Luiza Martins vinha engrossar o coro dos bravos pesquisadores que perfilaram, sem o recurso das redes digitais, as revistas imprensas na São Paulo republicana. Mas o novo milênio se adianta e, como sói acontecer, é preciso dialogar com as novas gerações e, nesse caso, com as novas plataformas. Não poderia ser outro o espírito dos estudos reunidos nesta seção.

A autora de *Revistas em Revista* introduz a matéria com uma apreciação do acervo de revistas conservadas na BBM. Esse é um ponto de partida importante, considerando que não se trata apenas de apresentar os resultados obtidos a partir do desbravamento das fontes, mas também de criar e de reinventar plataformas e ferramentas de busca nas instituições de pesquisas, ou seja, *in loco*, mas, também, em novos ambientes virtuais. Donde a importância de conhecer propostas inovadoras, a exemplo do site de revistas curitibanas desenvolvido pela professora Rosane Kaminski, que se apresenta como um desdobramento de sua pesquisa sobre as *Revistas Ilustradas em Curitiba: Modernidade e Técnica no Início do Século xx*.

Os artigos ora reunidos também apontam para mudanças nas formas de abordagem das fontes documentais. Se, num primeiro momento, o olhar se voltava particularmente para os conteúdos das revistas, dentro de uma tradição fiel à interpretação dos textos, agora parece imprescindível folhear as páginas e perscrutar, de forma minuciosa, os temas e as técnicas que tornam possível a síntese de múltiplas artes, da escrita às expressões visuais. Destarte, torna-se extremamente oportuno conhecer, em profundidade, as revistas capixabas, segundo proposta de Leticia Pedruzzi Fonseca – que também desenvolveu um acervo virtual – e o *Brasil Ilustrado*, objeto de análise de Tania Regina de Luca.

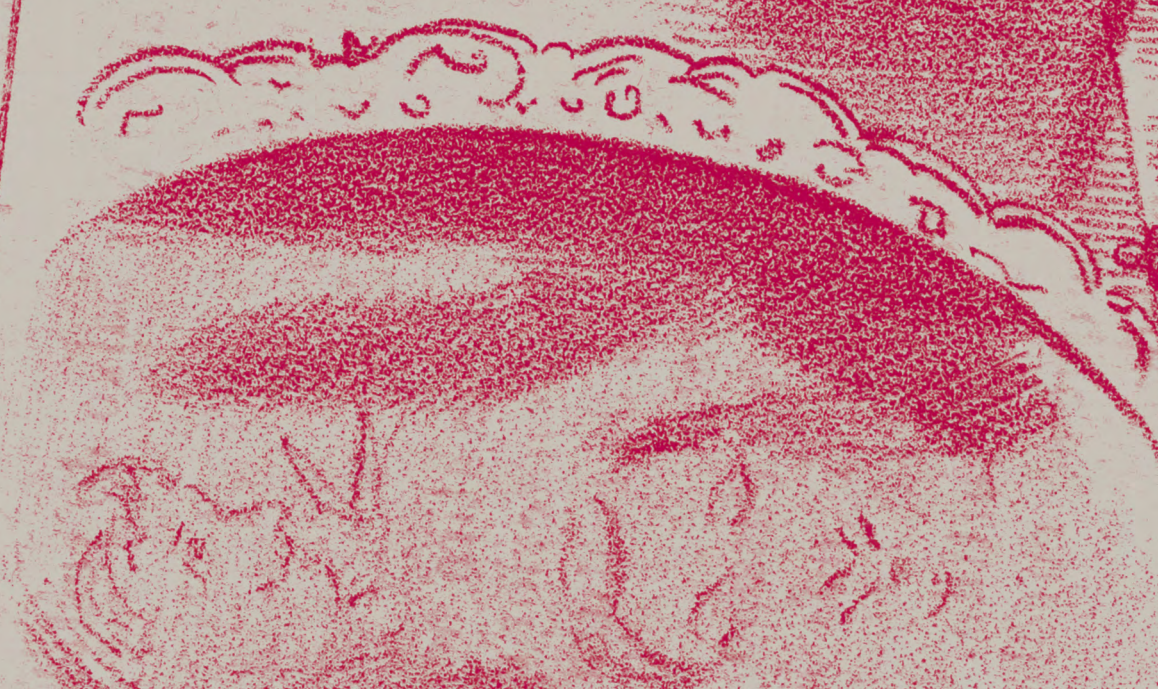
Para além da publicação dos artigos que conformam o presente dossiê, é de se esperar que uma tal iniciativa se converta, em tempo oportuno, em uma bela exposição de revistas da BBM. Quiçá, de todas as revistas que foram objeto de investigação dessas estudiosas que perfilaram tantos caminhos, percorreram tantos acervos e nos brindaram com um mosaico de geografias, artistas, públicos e gostos literários por vezes tão contrastantes e, não raro, tão fantásticamente familiares a todos nós, leitores do novo milênio. Afinal de contas, as contribuições têm em comum o apelo visual promovido por publicações que se esmeraram no quesito sofisticação gráfica.

SOBRE A AUTORA

Marisa Midori Deaecto é professora livre-docente em História do Livro do curso de Editoração, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). É graduada em História e doutora em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). É editora da revista *Livro*, do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição (NELE), e autora de *História de Um Livro: A Democracia na França, de François Guizot* (Ateliê Editorial, 2021) e *O Império dos Livros* (Edusp/Fapesp, 2011 e 2019), entre outros.

ed country! uma subdita de S. M. Britannica está sempre com
am.....

Jungado pelos estrangeiros.
2. Inglezes.



M^{re} MARQUIS
Cabelleiro
de PARIS. x + x





Enrais.

Não poderemos também deixar em obvido os
Brindes que recebermos pelas festas do fim
do anno e nosso feliz aniversário.
A estrieteira do espaço e alguma preguiça, não nos
permite declinar aqui os nomes desses Benemeritos
do Bom gosto e da gentileza.

CONSTITUIÇÃO

CONSTITUIÇÃO

... não não saber um chef-
... mente, por falta de...

Que os representantes se ins-
pirem no patriotismo para não
nos massacrarem a paciência
ou ao menos que falem como os an-
tigos que se inspiravam no Divino
Espírito-Santo.

Na sessão
congru-
tre

O ACERVO DE REVISTAS DA BBM/USP: SÍNTESE E ABRANGÊNCIA

Ana Luíza Martins

Há dias, um amigo andou à procura de Klaxon, a revista de 1922. É raríssima já agora. E quem terá as outras, sem as quais não se pode acompanhar o movimento modernista? *Terra Roxa e Outras Terras, Antropofagia, 1ª e 2ª fases, Revista Nova, Verde* e outras cujos nomes me escapam no momento. Vinte anos bastaram para destruir as informações preciosas que traziam. Imagine-se em relação à época mais remota e assuntos vitais, tudo o que se perdeu.

Sérgio Milliet, *Diário Crítico*, vol. II, p. 293, 5.11.1944.

Creio que todos estão familiarizados com o especial significado do acervo da “inDisciplinada” Biblioteca de Guita e José Mindlin, razão pela qual não me detenho em seu percurso de formação e características bibliográficas¹. Contudo, no caso das revistas, é importante fazer um parêntese: Mindlin foi uma exceção entre os bibliófilos ao se propor a colecionar revistas. Mais que isso, com o diferencial de fazê-lo não no

1. Para conhecer a trajetória da Biblioteca de José Mindlin até sua transformação em BBM, ver: *Destaques da Biblioteca InDisciplinada de Guita e José Mindlin*; José Mindlin, *Uma Vida Entre Livros*: Reencontros com o Tempo. Recomenda-se consulta ao áudio visual interativo localizado no térreo da BBM/USP.

sentido da compulsão de possuir títulos indiscriminados, mas títulos que lhe permitissem compor uma Brasileira².

Sabe-se que bibliófilos se apegam em geral aos livros raros, com todos os seus atributos de antiguidade, importância cultural, formato, encadernação e mesmo valorização no mercado. Mas formar uma brasileira é atributo de outra categoria de bibliófilo, “para quem o interesse pelo livro nasce de uma combinação feliz entre amor e erudição”³. As revistas, todavia – salvo aquelas já consagradas por balizarem momentos especiais da história das ideias, das escolas literárias, das revoluções gráficas e estéticas – por muito tempo foram publicações menosprezadas, geralmente vistas como impressos de qualidade inferior, os quais, pelo caráter periódico, eram descartados tão logo se dominasse seu conteúdo, superados rapidamente pela temporalidade que os regia – semanais, bimensais, mensais, anuais etc... Por outro lado, essas mesmas revistas periódicas, ao contrário dos jornais, em geral diários, dispõem de tempo espaçado para elaboração entre um número e outro, permitindo a seus colaboradores textos reflexivos dispendo, inclusive, de recursos de impressão mais sofisticados. Não por acaso a evolução da arte gráfica se dá, no Brasil, especialmente nas revistas, nas quais se pode apreender a evolução das técnicas artesanais de impressão a começar pela xilogravura e litogravura, chegando aos métodos fotoquímicos de reprodução e mesmo à ilustração digital.

Hoje, em razão das mudanças epistemológicas da História, as revistas adquiriram outro *status*, como documento plural, fonte imprescindível para estudos de todo o teor. Nesse sentido todo o rigor é necessário, pois como documento deve ser devidamente contextualizado, procedendo-se ao levantamento exaustivo dos respectivos conteúdos enquanto se exerce sobre o material o rigoroso exercício da crítica externa e interna do documento. No Brasil, notadamente, elas adquirem significado especial, pois além de figurarem como fontes imprescindíveis para o levantamento da História, permitiram registrar a ampliação do público leitor, a circulação transnacional de ideias, a conformação de imaginários e a recuperação de parte do universo mental dos períodos em estudo⁴.

Interessa retomar aqui as revistas da BBM. O bibliófilo Mindlin, não obstante também afeito aos quesitos de perenidade do impresso livro e

2. Ver Marisa Midori Deaecto, “Duas Brasileiras”.

3. Cf. *idem*, p. 39.

4. Cabe citar os estudos paulistas críticos pioneiros, que trabalharam metodologicamente as revistas: Ívia Alves, *Arco & Flexa. Contribuição para o Estudo do Modernismo*; Antônio Dimas, *Tempos Eufóricos. Análise da Revista Kosmos: 1904-1909*; Heloisa Faria Cruz, *Na Cidade, sobre a Cidade. Cultura Letrada, Periodismo e Vida Urbana. São Paulo 1890-1915*; Tania Regina de Luca, *Revista do Brasil. Um Diagnóstico Para A (N) Ação*; Ana Luiza Martins, *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*.

curioso pela apreensão do *ethos* cultural brasileiro, inferiu nos periódicos sua importância e raridade, antecipando-se ao entendimento contemporâneo da revista como *fonte e objeto* para estudos culturais, em amplo espectro. Logo, no sentido de entender as circunstâncias da presença das revistas, inicialmente na biblioteca da residência do casal, outrora na rua Princesa Isabel, 445, Brooklin, São Paulo, e agora na sede da BBM, na Cidade Universitária da USP, pareceu-nos necessário saber como tais impressos periódicos surgiram no primitivo acervo, assim como a motivação para realização de fac-símiles de alguns títulos. Com essa finalidade, recorreremos inicialmente ao depoimento do próprio Mindlin, que afirma: “Há segmentos da Biblioteca que, sozinhos, dariam margem a um estudo e descrição específicos. [...] Um deles é o dos periódicos, uma das minhas manias. Já na mocidade me impressionava o desenvolvimento dos jornais e revistas poucos anos depois da introdução da imprensa”⁵.

Daí, acrescentamos nós, a necessidade de se criar, no interior da BBM, uma hemeroteca própria, com os requisitos demandados hodiernamente pela ciência da informação, apresentando assim o estado da arte do desenvolvimento das coleções nela contidas. Nesse sentido, fizemos uma entrevista com Cristina Antunes (1951-2019)⁶, conservadora do acervo por 35 anos, que nos esclareceu sobre a importância do periodismo naqueles fundos, embora ainda em processo de formatação de uma base de dados. Segundo Cristina:

O interesse por revistas nasceu junto com o interesse por livros, as duas coisas são inseparáveis e caminharam juntas. Tanto Dr. José podia adquirir um livro publicado pela Imprensa Régia como um número do jornalzinho português *A Gazeta de Lisboa*. Mindlin nunca teve o cuidado de registrar dados sobre as suas aquisições – onde comprou, de quem comprou, quanto pagou. Guardava essas informações na memória. *O Patriota* se encaixa nesse padrão do desconhecido – nada sei sobre sua procedência e o caminho que percorreu até chegar em nossas mãos. Quanto ao interesse pelas revistas modernistas, derivou da enorme admiração que tinha por seus membros e a revolução cultural que representaram. Reuniu em sua biblioteca as obras de absolutamente todos os modernistas e publicou em edições fac-similares várias delas.

Sobre os fac-símiles, creio que foi nos anos 1960 que ele decidiu que em vez de comprar brindes para distribuir via Metal Leve (empresa da qual era proprietário) faria uma coisa muito mais interessante e de muito maior importância para a cultura brasileira, quando a ideia de fac-similar

5. *Destaques da Biblioteca InDisciplinada de Guita e José Mindlin*, p. 2201.

6. Entrevista da autora com Cristina Antunes em 7.6.2018.

revistas, sobretudo modernistas, surgiu com força total. Publicou em fac-símile *A Revista*, de Carlos Drummond de Andrade; a *Revista da Sociedade Philomatica*, da Faculdade de Direito de São Paulo; a *Revista de Antropofagia*, dirigida por Alcântara Machado; a *RASM: Revista Anual do Salão de Maio*, dirigida por Flávio de Carvalho; e a *Verde: Revista Mensal de Arte e Cultura*.

Quanto à aquisição de bibliotecas fechadas, isso não era hábito. Algumas revistas vieram dessas aquisições, como o único caso que eu tenho conhecimento: a Biblioteca de Erthos Albino de Souza, que tinha muitas revistas, em especial revistas modernistas⁷.

Certo é que, para além do afã de possuir tanto a primeira como a segunda revistas do Brasil, respectivamente *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, impressa na Bahia em 1812, e *O Patriota, Jornal Litterario, Politico, Mercantil*, editada no Rio de Janeiro em 1813 e 1814, coube às publicações do Modernismo cooptarem Mindlin, de pronto, justamente o segmento que, não por acaso, tem nas revistas uma de suas melhores representações da cultura nacional.

Klaxon [...] é uma buzina literária, fonfonando, nas avenidas ruidosas da Arte Nova, o advento da falange galharda dos vanguardistas.

Menotti Del Picchia

Nascidas a partir de especial contexto histórico, no emblemático ano de 1922, aquele da realização da Semana de Arte Moderna, da fundação do Partido Comunista no Brasil, da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, da Comemoração do Centenário da Independência, eventos que propiciaram exercícios de renovação de toda a ordem. Em razão da sucessão de acontecimentos, os intelectuais coevos passaram a tratar o modernismo paulistano como ponto de inflexão na cultura do Brasil, “contribuindo para difundir a tese de que ele teve papel central no processo de renovação do campo literário”⁸. E não foram poucas as revisitações do movimento, a começar pelos trabalhos de Monica Pimenta Velloso com *Modernismo no Rio de Janeiro e História e Modernismo*, enquanto Maria Arminda do Nascimento Arruda

[...] lembra que a primeira revisão do movimento já aconteceu na década de 1930, com a emergência de autores do romance social do Nordeste, como

7. Erthos Albino de Souza (Ubatuba, Minas Gerais, 1932 – Juiz de Fora, Minas Gerais, 2000), poeta e artista gráfico, formado em engenharia, um dos primeiros autores brasileiros a empregar o computador na elaboração de seus poemas

8. Ver Cristina Queiróz, “Modernismo Revisitado”

José Lins do Rego (1901-1957) e Jorge Amado (1912-2001). A crítica leu esses romancistas como representantes da segunda geração modernista, denominação que pressupõe que eles partiram dos ideais da primeira geração para compor seu universo narrativo. Porém, os líderes do modernismo paulista – Mário de Andrade e Oswald de Andrade – percebiam que essa literatura se distanciava das propostas experimentais que caracterizaram o momento inicial do movimento em São Paulo⁹.

Independente dessas retomadas, contudo, para José Mindlin as revistas do Modernismo sempre foram objetos de desejo e encantamento. Embora ao adquirir os primeiros exemplares de periódicos modernistas – desde a década de 1940 – esses já fossem valorizados, não o eram como hodiernamente¹⁰. Mas, sobrepunham-se no interesse do ex-membro da *Sociedade Pró-Arte Moderna* (SPAM, 1932-1934), irmão do festejado arquiteto da vanguarda Henrique Mindlin (1911-1971). Tanto que, mais tarde, resolveu reeditá-las em fac-símiles, procedimento que não era tão simples conforme ocorria com o livro, dada a fragilidade física das revistas e da necessidade de recuperação de todos os números, reconstituindo as coleções em locais muito dispersos. Assim, saíram de seu acervo desde 1975, em cinco anos, quatro títulos já inexistentes no mercado:

TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO	EDIÇÃO FAC-SIMILAR
<i>Revista de Antropofagia</i>	1928-1929	1975
<i>Klaxon, Mensário de arte moderna</i>	1922-1923	1976
<i>Verde: Revista Mensal de Arte e Cultura</i>	1928-1929	1978
<i>RASM: Revista Anual do Salão de Maio</i>	1939	1984

Curiosamente, *Verde* era uma das poucas revistas modernistas cuja primeira edição Mindlin não possuía, razão pela qual emprestou-a de um de seus fundadores, Guilhermino César (1908-1993). O periódico resumiu-se a apenas seis números, dissolvendo-se com a morte de Ascânio Lopes

9. Maria Arminda do Nascimento Arruda *apud idem*.

10. Em São Paulo, o que se tinha nos anos de 1960, eram estudos de caráter literário das revistas do Modernismo, coordenados pelo Prof. José Aderaldo Castelo, no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), com um grupo de alunos dos departamentos do curso de Letras da USP.

(1906-1929), a despeito de ter como colaboradores Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Milliet e Marques Rebelo, entre outros. Terminada a impressão do fac-símile, Guilhermino presenteou Mindlin com a coleção original, tornando assim muito especial a linhagem de *Verde* nas estantes da BBM. Ainda em 1984 editava em fac-símile a *RASM: Revista Anual do Salão de Maio* (1939), dirigida por Flávio de Carvalho.

A quase esquecida *Leite Criolo* (1929) também não ficou fora do acervo de Mindlin, embora em edição fac-similar. Lançada em Belo Horizonte para divulgar os princípios modernistas, por iniciativa de Guilhermino César, Achilles Vivacqua e João Dornas Filho, foi distribuída gratuitamente e na sequência como suplemento do jornal *Estado de Minas*. Não sem pouca dificuldade foram recuperadas suas dezenove edições e lançadas em fac-símile em um único volume, por iniciativa do Instituto Cultural Amílcar Martins. Para esse feito, a coleção só pôde se completar com os números constantes da Fundação Biblioteca Nacional e da Hemeroteca Histórica de Minas Gerais, alguns exemplares em estado de deterioração quase irrecuperável. A coleção mereceu prefácio do sociólogo Fernando Correa Dias (1926-2012), que refez seu itinerário, permitindo hoje sua apreciação no quadro das congêneres.

Logo, salvo alguma omissão involuntária, temos a seguinte coleção de títulos, consignando as revistas ditas de “arte” do modernismo, da chamada fase heroica:

1922-1923	<i>Klaxon. Mensário de Arte Moderna</i> (São Paulo)
1923	<i>Novíssima. Modernismo, Nacionalismo, Ibero-Americanismo</i> (São Paulo)
1924-1925	<i>Estética</i> (Rio de Janeiro)
1925-1926	<i>A Revista</i> (Belo Horizonte)
1926	<i>Revista do Brasil</i> [Segunda fase] (São Paulo)
1926-1926	<i>Terra Roxa ... e Outras Terras</i> (São Paulo)
1927-1935	<i>Festa</i> (Rio de Janeiro)
1927	<i>Verde</i> (Cataguases)
1928	<i>Revista de Antropofagia</i> (São Paulo)

1928	<i>Arco e Flexa</i> (Salvador)
1929	<i>Leite Criôlo</i> (Belo Horizonte)

Dos títulos recorrentemente citados, não se encontram na BBM as raríssimas:

1929	<i>Madrugada</i> (Porto Alegre)
1929	<i>Maracajá</i> (Fortaleza)

Logo, nada surpreendente que um dos mais sólidos conjuntos periódicos da BBM se traduza pelas revistas modernistas, representadas não só pelos exemplares de São Paulo como *Klaxon*, *Revista do Brasil*, *Revista de Antropofagia*, com direção de Antônio de Alcântara Machado e gerência de Raul Bopp, mas das sucedâneas em outros estados. A começar pelas cariocas *Estética*, com Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Holanda na direção, *Festa*, *Revista de Arte e Pensamento*, dos editores Andrade Muricy e Tasso da Silveira, assim como as mineiras *A Revista*, fundada por Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura e Gregoriano Canedo, e *Verde*, com os jovens de Cataguases e a baiana *Arco e Flexa*, que tinha em Carlos Chiacchio o teórico, que procurava imprimir-lhe a vanguarda contida em *Festa* e *Verde*.

ORDEM NO CAOS

Eis que agora chegara o momento de acompanhar no torvelinho das letras as histórias que à janela me haviam escapado.

Walter Benjamin, *Rua de Mão Única*, p. 113.

Vista como “Indisciplinada biblioteca” pelo seu próprio formador, também havia nela um “quarto do caos”, onde permaneciam indiscriminadamente volumes no aguardo de ordenação. E embora as revistas, em geral, a princípio fossem depositadas na “Dona Rosa”¹¹, imóvel vizinho, até o presente o

11. Dona Rosa era o nome da proprietária do imóvel, que alugava alguns cômodos para que José Mindlin acomodasse títulos recém-chegados.

acervo de mais de mil títulos de revistas, não obstante bem-acondicionadas na BBM, demanda sistematização, seja em termos de análise histórica metodológica, guarda e consulta científicas, assim como gerenciamento, preservação das coleções e implementação de programa para seu reparo¹².

Impossível, nesses limites, estabelecer uma seleção discriminada, que resultaria mais num *Catálogo de Obras*. Razão pela qual optamos por introduzir alguns de seus títulos, a exemplo do que fez o próprio Mindlin na apresentação do balanço de seu acervo¹³ por meio de “destaques”, a partir de uma metodologia que trata essa modalidade de impresso em dupla dimensão: como objeto de análise, tema a ser historicizado e como fonte, aspectos que possibilitam a reconstrução da história no âmbito de um de seus principais suportes documentais, isto é, a imprensa periódica.

Todavia, enquanto documento, é preciso muita cautela para o uso da revista como fonte, dada a atração suscitada pelo “documento-revista”, conjunto lúdico irresistível, que numa só publicação reúne texto, imagem, técnica, visões de mundo e imaginários coletivos. Todos os componentes do impresso, aparentemente corriqueiros – formato, papel, letra, ilustração, tiragem – sugerem uma série de indagações que prenunciam sua carga de historicidade. Logo, esse caráter lúdico requer cuidados, pois a fonte periodística é capciosa, mas deixa de sê-lo se devidamente inserida em seu tempo, desconstruída e reconstruída para os fins de testemunho que se pretende. Como objeto, estão aí abertas imensas possibilidades de estudos dos tantos e interdisciplinares títulos que a compõem.

Destacamos, assim, exemplares significativos em termos das respectivas temporalidades e das especiais temáticas contidas, considerando uma particularidade na história da imprensa periódica no Brasil: diferentemente de outros países, entre nós a imprensa balizou a história política e, nesse sentido, constituíram-se blocos de publicações muito homogêneos nos debates encetados em torno da Independência, da Abolição, da República, do Estado Novo, do interregno democrático, da Ditadura Militar, da Abertura e assim por diante. Isso não significa que ao evocar seus títulos estaremos circunscrevendo a respectiva importância à sua eventual proposta política, mas sim aos tantos subtemas e segmentos que guardam essas “publicações-sínteses”, nas quais a literatura é a referência basilar. Não se trata, pois, de um elenco compactado a partir da história política, nem mesmo exclusivamente literária, mas dentro desses marcos há toda

12. Ver “Projeto Cooperativo Interinstitucional Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, em Parceria com o Clir – Council on Library and Information Resources (Conselho de Recursos em Biblioteconomia e Informação, que Incorporou a Antiga Commission on Preservation and Access)”.

13. José Mindlin, “Periódicos”, pp. 201-235.

uma produção artística, institucional, uma segmentação variada, que responde por representações eloquentes da história cultural do país.

Mas vamos percorrer a biblioteca, dando preferência à ordem temporal e aos destaques periódicos do acervo¹⁴, cientes da temeridade da ordenação cronológica nessa abordagem pelas tantas visões que circundam os estudos sobre o tema ou, como lembra Cecília de Lara, “não se pode pensar em cronologia, pura e simplesmente, ao se considerar posturas de renovação e passadismo: constantes, permanentemente à espreita, em qualquer tempo e lugar”¹⁵.

TÍTULOS INAUGURAIIS, PARA NÃO SE COLOCAR DEFEITO

Concentrei meu interesse no século xix, principalmente na primeira metade – embora haja na segunda metade publicações de excelente nível –, e na primeira metade do século xx. Posso dizer que venci muitos desafios, alguns exigindo muita paciência e perseverança.

José Mindlin, *Destaques da Biblioteca InDisciplinada de Guita e José Mindlin*, vol. 1, p. 201.

Iniciamos pelos raríssimos exemplares da Colônia tão só extrativista, no quadro do mercantilismo da época, marcada por severa proibição de prelos no território e absoluta censura. No encetar da editoração no Brasil, destacamos os seguintes títulos, hoje muito festejados.

Correio Braziliense ou Armazem Litterario (1808-1822), coleção essa que foi usada por Alberto Dines para fac-similar todos os 175 números na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Publicado em Londres, pelo exilado Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça (1774-1823), mensal, cada número apresentava em média entre 72 e 140 páginas, por vezes ultrapassando duzentas, dividida em quatro seções gerais: Política, Comércio e Artes, Literatura e Ciência e, ainda, Miscelânea (que se subdividia em Correspondência e Reflexões). Sua distribuição foi proibida no Brasil e em Portugal, o que não impediu que circulasse, inclusive entre as autoridades.

14. Não mencionamos aqui, dada a extensão, as tantas revistas institucionais publicadas desde o século xix – a exemplo da *Revista da Academia Brasileira de Letras*, dos tantos Institutos Históricos e Geográficos e demais instituições de todo o teor, assim como os gêneros *Almanaques*, *Anais*, *Boletins*, *Folhetos*, os quais pelo seu caráter periódico devem ser considerados.

15. Cecília de Lara, “A ‘Alegre e Paradoxal’ Revista Verde de Cataguases”.

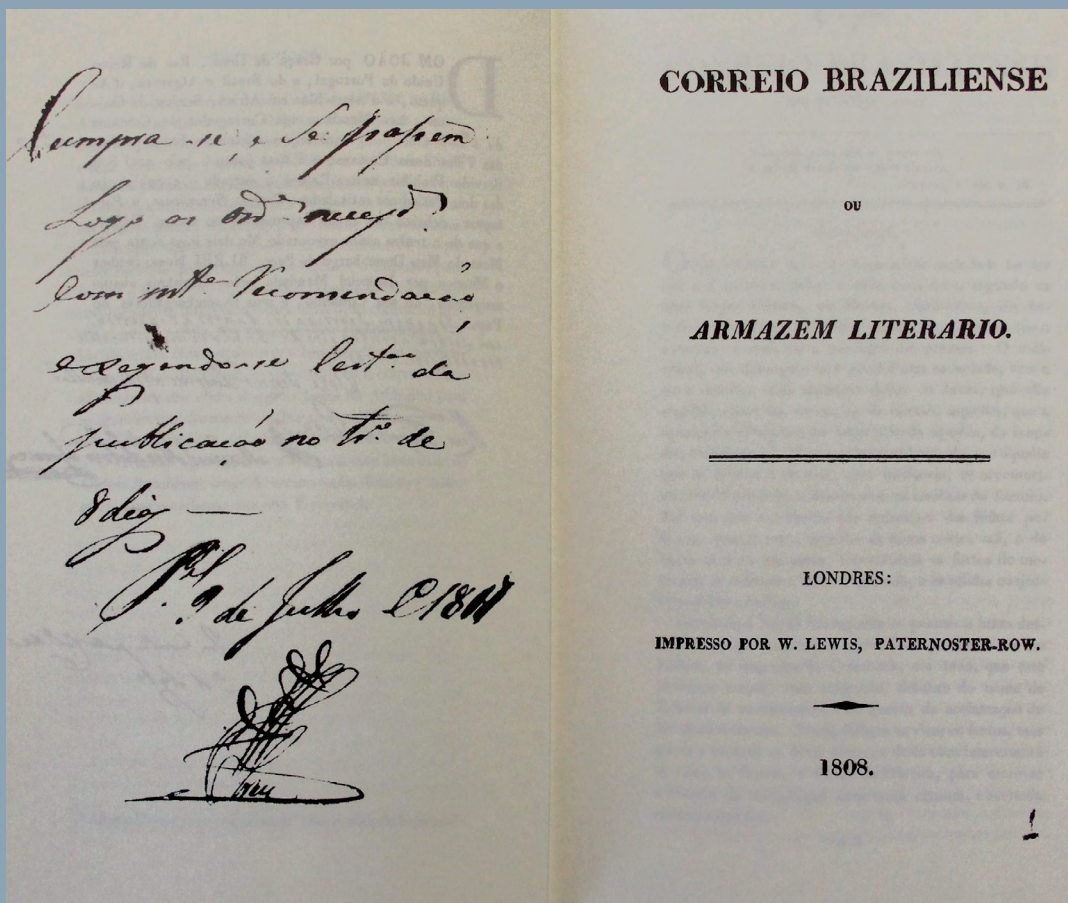


Figura 1. Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1808. Edição fac-similar, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 2000. Acervo BBM-USP.

Segue-se a *Idade d'Ouro do Brasil* (1811-1823), editada já por prelos “nacionais” e de iniciativa particular, figurando como a raríssima coleção do primeiro jornal a ser impresso na Bahia, na tipografia fundada e dirigida por Manuel Antônio da Silva Serva. Com quatro páginas, circulou às terças e sextas-feiras, no período de 14 de maio de 1811 a 24 de junho de 1823.

Em ordem de raridade e importância de conteúdo cabe destaque ao *O Patriota. Jornal Litterario, Politico, Mercantil, &c. do Rio de Janeiro* (1813-1814), editado pelo baiano Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1833), com licença da Imprensa Régia. Trazendo ilustrações com pranchas e tabelas dobradas, encontra-se encadernada em quatro volumes dedicados exclusivamente à difusão do conhecimento científico no Brasil. Curioso que, em plena Colônia, já ousava no nome – *O Patriota* –, de forte apelo nativista¹⁶. Sabe-se que desse título conservam-se apenas dois exemplares no mundo, guardados na hemeroteca da Biblioteca Nacional e na BBM.

Mas, o diferencial do acervo da Mindlin não estaria só nessas raridades, algumas até já digitalizadas para consulta. O que surpreende é um bloco de publicações periódicas desde 1821, voltado para uma rarefeita população letrada, cuja plêiade de títulos são originários do Nordeste, área que se destaca mercantilmente antes da chegada da imprensa, em 1808, e com um detalhe: notam-se produções que resultam de duas matrizes culturais, tanto para produção dos impressos como do público consumidor: uma primeira, proveniente de formados em Coimbra, pós-reforma de Pombal, afeita às Luzes e outra, pós-1827, que resulta das Faculdades de Direito no Brasil – São Paulo e Olinda –, ambas responsáveis também pela escassa elite letrada do país. Na impossibilidade de citar todas, seguem alguns títulos da Bahia, na sua maioria editados pela Viúva Silva Serva e Filhos¹⁷.

Contudo, os trânsitos se deslocam, as ideias mudam de lugar, surgem novos centros irradiadores. O Rio de Janeiro, como sede da Corte, aparece inevitável como núcleo difusor, assim como Recife e São Paulo, as duas últimas capitais agraciadas desde 1827 com as primeiras Academias de Direito do País.

16. Ver Lorelai Kury (org.), *Iluminismo e Império no Brasil*. O Patriota. 1813-1814.

17. Uma visão abrangente da imprensa em torno da Independência pode ser apreendida na obra de Isabel Lustosa, *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência, 1821-1823*.

1821	<i>Diário Constitucional</i> . Bahia, Typ. da Viuva Serva, e Carvalho. <i>Idade d'Ouro do Brasil</i> . Bahia, Typog. da Viuva Serva, e Carvalho.
1822	<i>Semanário Cívico</i> . Bahia, Typographia da Viuva Serva, e Carvalho. <i>Sentinela Bahiense</i> . Bahia, Typographia da Viuva Serva, e Carvalho.
1824	<i>Grito da Razão</i> . Bahia, Tipog da Viuva Serva, e Carvalho.
1829	<i>A Massa de Hercules defronte do Periodico – O Baiano</i> . Bahia, Typographia da Viuva Serva e Filhos.
1831	<i>O Investigador Brasileiro</i> . Bahia, Typographia do Orgão da Lei. <i>O Pereira</i> . Bahia, Typographia da Viuva Serva e Filhos.
1837	<i>O Aristarco</i> . Periodico Politico e Litterario. Bahia, Typ. do Correio Mercantil, de M.L. Velloso e Comp.
1846	<i>O Crepusculo</i> . Periódico Instructivo e Moral do Instituto Litterario da Bahia. Bahia, Typ. de Epifanio Pedroza, Typ. do Correio Mercantil.
1850	<i>A Epoca Litteraria</i> . Periodico Scientifico, Litterario, Histórico, de Belas Artes Redigido por uma Sociedade e debaixo dos Auspícios do Exmo. Sr. Visconde da Pedra Branca. Bahia, Typographia de Carlos Poggetti. <i>O Medico do Povo</i> . Bahia, Typographia de Manoel Feliciano Sepulveda.
1853/ 1854	<i>O Acadêmico</i> . Bahia, Typographia de Epifanio Pedroza. <i>O Prisma</i> . Jornal Scientifico e Litterario, da Escola de Medicina da Bahia. Bahia, Typ. de França Guerra Comp, Typ. da Justiça.

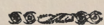
“CINTILAÇÕES FRANCESAS” E ALVORES DO ROMANTISMO NAS ESTANTES DA BBM

Após a Independência, no rastro da fundação da Academia de Direito de São Paulo, tem-se a revista inaugural paulistana, a *Revista da Sociedade Filomática* (1833), resultado de textos dos docentes da Academia. Com apenas seis números, de julho a dezembro, foi logo relegada ao esquecimento e só resgatada, no seu todo, em 1977, graças a pesquisas de Ana Maria de Almeida Camargo e ao interesse em publicá-la de José Mindlin, que o fez em fac-símile.

Inicialmente vista por Alfredo Bosi como referência dos primórdios do Romantismo brasileiro, antes mesmo de *Nitheroy* (1836), hoje é percebida como exemplar da inicial circulação transatlântica de ideias, uma vez que seus artigos se valem, na sua maioria, de publicações e pensadores franceses¹⁸. E, confirmando a importância do modelo revista como

18. De Gilberto Pinheiro Passos, “Revista da Sociedade Filomática: A França no Itinerário da Nossa Maturidade” e *Cintilações Francesas*. *Revista da Sociedade Filomática*. Machado de Assis e José de Alencar.

REVISTA
DA
SOCIEDADE
PHILOMATHICA.



JUNHO DE 1833.

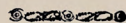
N.º 1.º

João Rodrigues de Jesus
Parnahyba

S. PAULO,

Typographia do Novo Farol Paulistano.

REVISTA
DA
SOCIEDADE PHILOMATHICA.



INTRODUÇÃO

ASSOCIAÇÃO! Tal é o destino da Humanidade. Tal a convicção universal, espontanea, e instinctiva do genero humano.

Quando a alma humana não faz aquisição alguma sem que sinta necessidade de communical-a, realisa-se o pensamento da — ASSOCIAÇÃO; — quando as idéas seguem toda esta tendencia, realisa-se o — espirito d'associação — Então as concepções, as virtudes, as facultades desenvolvidas, por uma especie de instincto se transmitem d'uns aos outros homens, crião sympathias, estreitão affeições, prendem reciprocos destinos e assim preparamo, e concilião os elementos tam heterogeneos, que fazem a vida das Sociedades. Uma contraria disposição d'alma gera um opposto sentimento, é portanto oppostos resultados; gera o sentimento do exclusivo e do individual, e os seus funestos corollarios, — o egoismo, e a guerra. — No meio porem da perfiada luta entre o espirito social, e o individual, se momentaneos triumphos ha alcançado este sobre aquelle, contudo a associação destino humano, e ao mesmo tempo meio de obtê-lo, tem reagido com tal força, que ainda nas crises de maior furor individual tem insensivelmente triumphado.

Observe-se a marcha das doutrinas, que desde a mais

Figuras 2 e 3. Revista da Sociedade Philomathica, *Typographia do Novo Farol Paulistano*, 1833. Edição fac-similar, Companhia Lithographica Ypiranga, São Paulo, 1977. Acervo BBM-USP.

difusor da inevitável dependência cultural francesa, nasce em Paris a revista baliza oficial da Escola Romântica entre nós, *Nitheroy*, Revista Brasiliense. Ciências, Letras e Artes (Paris, Dauvin et Fonteine, Libraires [Impressa na Imprimerie de Beaulé et Jubin], 1836). Nela, Gonçalves Magalhães publicou o poema marco do romantismo “Suspiros Poéticos e Saudades”, reunindo textos de Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876), Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Eugène Monglave (1796-1878), Manuel de Araujo Porto Alegre (1806-1879).

A GARGALHADA É A REVOLUÇÃO!

Em rápido trânsito temporal de técnica, de narrativa e de geografia da circulação das revistas, chega-se à década de 1850. Os textos sisudos são substituídos massivamente pela graça do desenho caricato, enquanto a concentração das publicações periódicas agora se dá no Sudeste, seja no Rio de Janeiro, sede da Corte, ou em São Paulo, *locus* dos aprendizes do poder e esgrimistas da palavra, vale dizer, os estudantes da Faculdade de Direito¹⁹.

De 1865 a 1895 circularam no Rio de Janeiro mais de sessenta revistas ilustradas. Na sua maioria publicações humorísticas que marcaram o periodismo do país, com narrativa de fácil assimilação para a população iletrada, linguagem preferencial dos periódicos, que tiveram na litografia o recurso técnico difusor preferencial. A revista, na sua modalidade específica de impresso ligeiro, beneficiou-se profundamente do viés jocoso, que viabilizou a propagação literária, novas técnicas e, sobretudo, seu consumo mercadológico. Permitiu o exercício da literatura a serviço da reportagem e, precedendo o jornal, resultou em veículo para experimentos da modernidade técnica, com uma diferença do periodismo progressivo, pois agora proliferava em outras mãos: aquelas de homens de mercado, que faziam da revista seu negócio²⁰.

O acervo da BBM guarda vários títulos, inclusive a revista matriz inspiradora dos impressos satíricos que circulavam na Europa, a partir da França, a exemplo da festejada *La Caricature* (Paris, 1830-1843), que em 1832 mudou seu título para *Caricatura Política, Moral, Literária e Cênica*, liderando a luta contra Luís Felipe. Criada por Charles Philipon e Honoré de Balzac, contou com o primeiro como ilustrador e diretor,

19. Ver Sérgio Adorno, *Os Aprendizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*, obra na qual o autor reforça a emergência da imprensa periódica e literária a partir da produção dos bacharéis da Faculdade de Direito paulista

20. Ana Luiza Martins, *Revistas em Revista*, pp. 142-144

enquanto o segundo atuou como articulista, sob pseudônimo, em pelo menos 31 artigos.

Cabe lembrar que, nessa altura, as rendas do café já faziam de São Paulo uma província considerável, que recebeu na década de 1860, quando tinha apenas 250 mil habitantes, o jovem piemontês Angelo Agostini (1843-1910), ilustrador, caricaturista, desenhista e pintor. Associando-se a estudantes e docentes da Escola de Direito, editou, não sem poucos percalços, as hoje celebradas revistas *Diabo Coxo* (1864-1865) e *Cabrião* (1866-1867). Ambas marcam presença na BBM, como raros e substanciosos documentos iconográficos para se conhecer a São Paulo dos anos de 1850, antes que se tornasse a Metrópole do Café.

Já no Rio de Janeiro, o alemão Henrique Fleiuss (1824-1882) criou escola ao fundar uma oficina tipolitográfica, que mais tarde se transformaria no Instituto Artístico. Fundou também a primeira escola de xilogravura do país, nas dependências do Instituto Artístico, quando esse recebeu a denominação de Instituto Artístico Imperial, sob as benesses de D. Pedro II. Da iniciativa de Fleiuss, a BBM guarda a revista *Semana Ilustrada*, publicada entre 1860 e 1875, de crítica amena ao sistema, quase sempre cotejada com a longeva, abolicionista e republicana *Revista Ilustrada*, de Angelo Agostini, que circulou entre 1876 e 1898. Enquanto essa se apresentava como libelo ostensivo contra a Monarquia e a escravidão, o desenhista Henrique Fleiuss criou Dr. Semana, branco, solteirão que, a despeito de criticar a escravidão, morava com seu escravo, o Moleque, indignando-se, porém, com os desacertos do país – salvo com a figura do Imperador, seu protetor.

Na sequência destaque-se como presença expressiva do gênero, a preciosa revista *O Besouro* (Rio de Janeiro, Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1878-1879), fundada pelo português Raphael Bordallo Pinheiro, com textos de José do Patrocínio. Atestando a independência editorial de Bordallo, tem-se nas páginas de *O Besouro*, que substituiu sua anterior e breve *Psit!!!*, a chamada:

Viva a alegria! Viva a caricatura! Temos arrastado por entre vós uma existência de bicho-da-seda. Ora por cima ora por baixo da folha. Furado o primeiro casulo por falta de água quente para matar o bicho, saiu a borboleta que nasceu e morreu efêmera como o nome *Psit*. Daí a semente que produziu o besouro. Metamorfoseados hoje no corpulento Besouro, com os pulmões bem fornecidos de ar, cravaremos de novo e com segurança a nossa velha bandeira. Viveremos muito e viveremos bem se tivermos a fortuna de lhes agradar e de os alegrar. Começamos a zumbir.

O humor, contudo, não monopolizou a produção periódica, que se apresentava expressiva, mas não hegemônica. Em tempos de questionamentos políticos constantes, esgrimindo-se os partidos Liberal e Conservador, registra-se, sobretudo no Rio de Janeiro, a produção de revistas de reflexão política, a exemplo da *Revista Brasileira, Jornal de Ciências, Letras e Artes*. Apareceu a 14 de julho de 1855, fundada e dirigida pelo Dr. Francisco de Paula Meneses, e conheceu sete fases no total²¹. Interessante trazer aqui a menção à segunda fase, editada por Nicolau Midosi, publicada de 1879 a 1881 e presente na BBM²². Afinal, nela se encontram, publicado em folhetim, a primeira impressão de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, os poemas de Fagundes Varela que constituem *O Diário de Lázaro*, a “Introdução à História da Literatura Brasileira”, de Sílvio Romero.

Note-se, porém, que *Memórias Póstumas*, que circulou em folhetim entre março e dezembro de 1880, foi impressa já em 1881 como livro, pela Tipografia Nacional. Nesse sentido, a exemplo da revista *Nitheroy*, tida como balizadora dos inícios do Romantismo entre nós, tem-se na *Revista Brasileira* uma das primeiras manifestações das correntes Realista e Naturalista então em voga na Europa. A *Revista Brasileira*, ao veicular *Memórias Póstumas*²³ em folhetim, introduzia novas práticas literárias, que já se apresentaram com Eça de Queirós, em 1878, na obra realista *O Primo Basílio*, enquanto, exatamente em 1881, era publicado *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo, inaugurando o movimento naturalista no Brasil. Essas obras inaugurais, a princípio definidoras de renovação, merecem cuidados como análise de proposta de obras seminais e reafirmam um dos atributos em relação ao periodismo no país, qual seja, aquele de estreitar novas correntes literárias, que na sequência configuraram o cânone das escolas literárias consagradas.

No quadro das revistas culturais de amplo espectro cabe destacar uma publicação, aliás da predileção de Dr. José Mindlin, *O Novo Mundo Periódico Ilustrado do Progresso da Edade*. Publicada em Nova York entre 1870 e 1879, em língua portuguesa, para distribuição no Brasil, foi lançada por José Carlos Rodrigues, bacharel pela São Francisco exilado na Inglaterra, e que ao regressar ao Brasil tornou-se proprietário do *Jornal do Comércio* no Rio de Janeiro. O título do periódico traz cunho emblemático, indicando tratar-se de órgão que canalizaria a atenção dos brasileiros, percebidos como do Velho Mundo à outra parte que transcorria na Europa, apresentando essa como o real campo onde se dava o Progresso.

21. A BBM possui as segunda, terceira, quarta, quinta e sexta fases.

22. *Revista Brasileira* (Fase II), Rio de Janeiro, Nicolau Midosi, 1879-1881.

23. Oportuno mencionar que a BBM possui desde a primeira edição de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de 1881, que se encontra digitalizada, para leitura virtual.

REPOSITÓRIO DE TIPOS GRÁFICOS

Ressalte-se também, no acervo periódico da BBM, a possibilidade de recuperar a trajetória da arte gráfica, que a partir da Europa se refletiu no Brasil. Da inicial prensa de tipos móveis, a prensa de Gutenberg, dos obscuros e precários jornais dos primórdios da imprensa, toda uma evolução gráfica pode ser apreendida na BBM. Em grande parte, esses experimentos se deram nos jornais e revistas, permitindo traçar uma história da impressão no Brasil por meio dos periódicos. Não será possível citá-los à exaustão, mas novamente recorreremos aos destaques²⁴. Já se sabe que o impacto teria acontecido com Raphael Bordallo Pinheiro, em tempos de República. Mas a revolução gráfica estava por vir com Julião Machado, responsável pelas mudanças do padrão gráfico das revistas ilustradas brasileiras²⁵.

Os avanços, que se desdobraram na posterior figuração da Belle Époque, têm na figura de Julião Machado nome representativo, responsável pela revolução gráfica a que se assistiu. Fez escola e transmitiu seus conhecimentos para a nova geração que surgiria com Raul Pederneiras, Calixto Cordeiro e J. Carlos, marcando a hoje etapa reconhecida como “era de ouro da caricatura brasileira”.

A *Bruxa* (1896-1898), de Julião Machado, com redação de Olavo Bilac, mudou a visualidade das revistas ilustradas brasileiras que, em sua maioria, seguiram, durante todo o século XIX, o padrão cinzento característico, uma das formas de se utilizar a técnica litográfica. Julião, que já havia estagiado em Paris no ateliê de Fernand Cormon, frequentado na década de 1880 por Toulouse-Lautrec e Van Gogh, construiu seus personagens e cenas com traço de forma sintética, sem a simulação de sombreados e meios-tons, então norma corrente. Singularizou sua produção com o uso frequente de diferentes procedimentos pictóricos, valendo-se da capacidade da litografia de simular outras técnicas, como a xilogravura e a gravura em metal, por exemplo, técnicas praticadas também em *A Cigarra*, periódico que fundou com Olavo Bilac e que circulou de 1895 a 1897²⁶. Na obra de Julião Machado observa-se

[...] a técnica de simulação da xilogravura, procedendo à raspagem da área entintada da superfície litográfica, onde se trabalha o branco. [...] Todos

24. Sobre arte gráfica ver: Ver a propósito: Orlando Costa Ferreira, *Imagem e Letra. Introdução à Bibliologia Brasileira: A Imagem Gravada*; Rafael Cardoso, *Uma Introdução à História do Design*.

25. Sobre o tema, ver a pesquisa exaustiva de Letícia Pedruzzi Ponseca, *Uma Revolução Gráfica. Julião Machado e as Revistas Ilustradas no Brasil, 1895-1898*.

26. Não confundir com *A Cigarra*, de Gelásio Pimenta e futuramente do grupo de Assis Chateaubriand, do grupo dos Diários Associados, que circulou de 1914 a 1975.

esses procedimentos técnicos, que superavam o monocromatismo vigente, eram por vezes utilizados num só desenho, resultando seu diferencial de hibridização por sobreposição das várias técnicas, trato visual único para a época, que o singularizava entre seus pares, além de inaugurar a zincografia e a fotogravura, em experiências isoladas²⁷.

Sem dúvida, naquela altura, a vanguarda da técnica entrava pelo Rio de Janeiro. Na capital à beira-mar, cosmopolita, aberta ao mundo para receber prioritariamente as novidades, as modas chegaram primeiro. Em 1889, a *Revista Mercúrio* apresentava projeto de veiculação sistemática de propaganda ilustrada, e em 1908, a *Revista da Semana*, de Álvaro de Teffé, iniciada em 1900 e publicada pelo *Jornal do Brasil*, empregava métodos fotoquímicos de reprodução, títulos esses que lamentavelmente não se encontram na BBM. Mas, por outro lado, tem-se ali uma novidade da época, a revista semanal *O Álbum* (1893-1895), de Arthur Azevedo, que, em seu “Cavaco Preliminar”, anunciava o triunfo da fotografia. O hebdomadário não postava ilustrações ou charges, a cada número trazia impresso um retrato de pessoa ilustre no campo literário ou artístico, de modo geral, acompanhado de esboço bibliográfico, como explica o editor, que indiretamente já confirma o caráter documental do impresso revista:

Cada número trará, fora do texto, um retrato de pessoa notável, constituindo assim o *Álbum*, no fim de algum tempo, uma interessante galeria, na qual figurarão, em curiosa promiscuidade, todas as classes sociais. Parece-nos que na época de renovação que atravessamos, neste surgir constante de novas fisionomias, nesta volatização [sic] social de velhas figuras do segundo império, uma folha d'este gênero terá mais tarde o seu valor documentário²⁸.

Logo, foi a fotografia que mais concorreu com os artistas do pincel e invadiu progressivamente aquele periodismo, fosse para definir as capas com personagens, paisagens, vistas urbanas, ou a serviço da reportagem fotográfica, recurso ideal para documentar a transformação da cidade ou as cerimônias de impacto no âmbito político e social²⁹.

A velocidade insistia em acelerar seu novo ritmo. Por volta de 1895 o periodismo diário se utilizava de uma *Dilthey*, que imprimia cinco mil exemplares por hora, e em 1907 a *Gazeta de Notícias* adotava o *cliché* a

27. Ana Luiza Martins, “Julião Machado: Arte Gráfica Exalando a Tinta da Impressão”.

28. *O Álbum*, n. 1, jan. 1893.

29. Mônica Junqueira de Camargo e Ricardo Mendes, *Fotografia. Cultura e Fotografia Paulistana no Século xx*, especialmente pp. 16-41.

cores para, finalmente, as máquinas *Marinoni*³⁰ imprimirem, cortarem e dobrarem um a um todos os exemplares que saíam aos milheiros, não obstante serem distribuídos em carroças³¹.

Em breve, a fotogravura dominou tudo, o que levava Lima Barreto a lamentar a parcimônia dos periódicos para com os caricaturistas, pois, segundo sua crítica, “os nossos jornais de caricaturas são hoje mais jornais de fotogravuras que qualquer outra coisa”³².

NO CAFÉ PAPAGAIO, A CRIAÇÃO DE *O MALHO*, QUE VIROU EMPRESA (1902- 1954)

[...] desde que resolvemos fundar *O Malho*, deixar de colocar uma bigorna na Câmara seria falta de consideração ao *poder Legislativo*.

Crispim do Amaral, *O Malho*, 2.9.1902.

Com a ascensão do civil Prudente de Moraes à Presidência da República, em 1894, findava a República da Espada, adentrando o século XX com todo seu cortejo de modernidades. Entre elas, a aquisição de novas rotativas que melhoravam a qualidade da impressão, conseguindo imprimir maior número de exemplares. Logo, da mesa do Café Papagaio do Rio de Janeiro, ponto de encontro de jornalistas e escritores, surgiu a ideia de criação da revista *O Malho* (1902-1954), cuja primeira edição foi lançada em 2 de setembro de 1902. Inicialmente uma revista de crônica e crítica política ilustrada, inaugurou a fase de predominância da caricatura, em substituição à era do desenho humorístico, até então representada pela *Revista Ilustrada*, de Agostini. Na capa do primeiro número trouxe o autorretrato de seu fundador, Crispim do Amaral, simulando o ato de martelar várias brochuras sobre a bigorna, representação das várias linhas políticas do país. À frente do periódico também estiveram, a partir de 1918, Álvaro Moreira e J. Carlos, quando a revista foi considerada das mais prestigiadas do Brasil. A empresa *O Malho* passou por várias direções e atribuições, justamente por seu caráter beligerante, mas lançou e

30. A máquina rotativa de Marinoni, com seis margens, fora lançada em 1867, na Exposição Universal de Paris, junto com a americana de Jules Derry, de duas margens apenas (ver Lucien Neipp, *Les Machines à Imprimer, Depuis Gutenberg*).

31. Flora Süssekind, *Cinematógrafo de Letras. Literatura, Técnica e Modernização no Brasil*, p. 26; Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, p. 266.

32. Lima Barreto, “A Estação Teatral”, p. 277.

abrigou títulos lendários do repertório periodístico brasileiro: *Para Todos*, *Ilustração Brasileira*, *Cinearte*, *Leitura Para Todos* (1919-1921), *O Tico-Tico* (1905-1957), as duas últimas presentes na BBM.

Cabe destaque à *O Tico-Tico*. Com título *sui generis*, *O Tico-Tico* (1905-1957) se apresenta como publicação inaugural do periodismo infantil, com logotipo desenhado por Angelo Agostini, coleção que se encontra completa na BBM, confirmando a diversidade da segmentação do acervo. O modelo seguido pela *Tico-Tico* era aquele da revista francesa *La Semaine de Suzette*, personagem que foi publicada na versão brasileira com o nome de Felismina³³. A tiragem inicial de 21 mil exemplares chegava a todo o país, sabendo-se seus leitores Rui Barbosa e Carlos Drummond. A BBM guarda a trajetória de setenta anos da marca *O Tico-Tico*, e mesmo as edições especiais até o seu final, nos anos 1970. Mistério, contudo, deriva da formação dessa coleção: apesar de ser uma revista infantil para também recortar e colar, no acervo Mindlin se encontra intacta. Cristina Antunes acrescenta: “Além de ela conter praticamente todos os números e todos os almanaques, tudo está em perfeito estado”³⁴. Registre-se que passaram pel’*O Malho* os principais desenhistas do período, a exemplo de J. Ramos Lobão, Gil (Carlos Leon), Calixto Cordeiro, Raul, Yantok, Alfredo Storni, Cícero Valadares, Angelo Agostini, Seth, Alfredo Cândido, Augusto Rocha, Ariosto, Vasco Lima, Loureiro, Nássara, Luis Peixoto, Téo, Enrique Figueiroa, Del Pino, Guevara e Adres. Além dos desenhistas, a revista contou com vários colaboradores, entre eles Lindolfo Collor, Batista Jor, Elói Pontes, Hildebrando Martins, Claudinei Martins, João do Rio e Raul de Azevedo.

A NOVIDADE DE A MAÇÃ³⁵

Muito longe de emparelhar-se com o movimento de arte moderna paulista, de 1922, *A Maçã* (1922-1929)³⁶, lançada no Rio em 1922 por Humberto de Campos, refletia sobretudo a modernização da sociedade carioca, que vivia sua Belle Époque. Abordava questões como a imposição

33. *La Semaine de Suzette* era assinada no Brasil por famílias da elite com crianças em idade escolar, conforme registra Heloisa Alves de Lima e Motta, informando que o pai assinava: “*La Revue, Le Figaro* e as inglesas *The Illustrated London News, The Sphere*, e para nossa literatura infantil, *La Semaine de Suzette, Mon Journal, The White House, Books for the Bairns*” (Heloisa Alves de Lima Motta, *Uma Menina Paulista*, p. 55).

34. Entrevista da autora com Cristina Antunes em 7.6.2018.

35. Ver Aline Haluch, *A Maçã. Design Gráfico, As Mudanças De Comportamento E A Representação Feminina No Início Do Século xx*.

36. *A Maçã. Semanario Illustrado*. Conselheiro xx (Diretor), Humberto de Campos (proprietário), 1922- 1924, 1926. Periodicidade: semanal. 26,8x18,5cm. Encadernado.

da modernidade sobre o passado colonial, arte, cultura e modernismo no Rio de Janeiro, mantendo o foco na figura feminina. As ilustradas e apimentadas páginas dessa revista foram de importância para a profissão do designer, a começar pela curiosa diversificação de tipos de letras, pouco usual para a época. Alteração marcante, porém, se deu com a chegada do paraguaio, radicado em Buenos Aires, Andrés Guevara, que coincide com a mudança principalmente da capa: o título, a data e o número passaram a fazer parte da ilustração e não há mais um cabeçalho. A *Maçã* era um dos orgulhos de José Mindlin, dado o espírito jocoso da revista, a inovação gráfica e a raridade da coleção.

O RIO CIVILIZA-SE: KOSMOS, A FLOR QUE PERFUMA, MAS “EVACUA O REAL”

Inevitável a presença de *Kosmos* (1904-1906)^{37,37}, a revista que melhor propagou o slogan “O Rio Civiliza-se”, reproduzindo nas páginas em *couché* o “bota abaixo” da Avenida Central, para horror de Lima Barreto, que assim lastimava a obstinada urbanização Rodrigues Alves/Pereira Passos: “na cidade do granito, na cidade dos imensos monólitos do Corcovado, Pão de Açúcar, Pico do Andaraí, não há na tal avenida-montra um edifício construído com esse material”³⁸.

Melhor recuperarmos Antonio Dimas, que em sua ampla e arguta pesquisa sobre o periódico, conclui:

Da leitura integral de *Kosmos* o que emerge, em última instância, é o exemplo concreto de um tempo dilacerado e ambíguo. *Kosmos* é casca vistosa de modernidade que queria impor-se à custa de notícias ficcionalizadas como recurso de abrandamento; de concessões regionalistas alambicadas; de cronistas empenhados, mas cautelosos; de poesias moralizantes e edificantes, tudo isso envolto em vinhetas florais. A representação do momento encontrara excelente signo: a flor, que o *Art Nouveau* nos exportara. Mais uma vez o mito cumpria a função de “evacuar o real”. A flor cheira, embeleza e purifica o ambiente³⁹.

Com proposta mais leve, acessível e rentável, o mesmo diretor-proprietário de *Kosmos*, Jorge Schmidt (1870-1926), fundou naquela altura duas revistas que marcaram época: *Fon-Fon*⁴⁰, em 13 de abril de

37. Inicialmente, a direção de *Kosmos* coube a Mário Behring, que se afastou em 1905.

38. Lima Barreto, *Marginália*.

39. Antônio Dimas, *Tempos Eufóricos*, pp. 136-137.

40. *Fon-Fon*, ano IX, n. 31, 31.7.1915; ano XIX, n. 52, 25.12.1925.

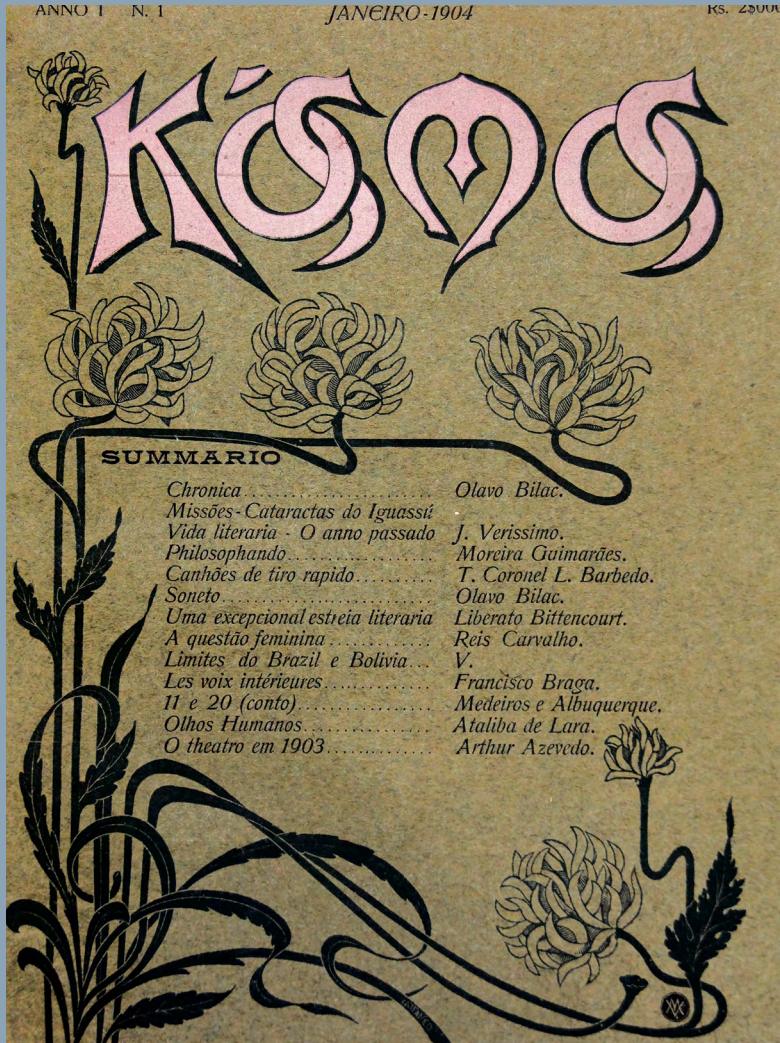


Figura 6. Kosmos: Revista Artística, Científica e Literaria, ano I, n. 1, 1904, Rio de Janeiro. Direção de Mário Behring e edição de Jorge Schmidt. Acervo BBM-USP.

1907, que se apresentava como *semanário alegre, político, crítico e esfu- ziante* e, após passar por outras mãos, foi extinta em agosto de 1958; e *Careta*⁴¹, que circulou de 1908 a 1960, assumindo posições políticas acentuadas, sobretudo em oposição ao Estado Novo⁴². Em ambas atua- ram intelectuais expressivos do momento, identificados com o clima simbolista, assim como ilustradores renomados, a exemplo de Raul Pe- derneiras, Kalixto e J. Carlos.

Mas, no quadro de empobrecimento de pautas políticas retumbantes – a exemplo do que se dera ao final do século XIX, com a campanha abo- licionista e republicana – investiu-se cada vez mais nos experimentos da ilustração e na interação entre texto e imagem. Logo, surge a quali- ficada *A Ilustração Brasileira*⁴³, fundada por Luiz Bartolomeu de Souza e Silva (1866-1932) e Antônio Azeredo (1861-1936), em junho de 1909, em grande formato, dando espaço para o uso da fotografia, a reprodu- ção de telas famosas, ensaios propagandísticos com recursos inovado- res. Permaneceu em circulação durante três períodos distintos, de 1909 a 1915; de 1920 a 1930 e de 1935 a 1958.

A profusão de recursos imagéticos utilizados pela imprensa carioca era de tal ordem que levou Olavo Bilac a ressentir-se da competição entre texto e imagem, tal a profusão de guirlandas *art nouveau* que emoldura- vam aquelas páginas periódicas. Naquela Belle Époque, convulsionada por experimentos vários, as revistas figuram ainda como “Sorrisos da Sociedade”, circulando em quadro de consumo desenfreado introduzi- do pelas telas do cinema, pelas ondas do rádio, pela veiculação do país que era então o primeiro produtor mundial do café e encetava sua in- dustrialização. Os cânones parnasianos e simbolistas foram questiona- dos quando do evento da Semana de 22, assim como a publicação de *A Bagaceira*, por José Américo de Almeida, em 1928, sinalizava que os eflúvios do modernismo davam lugar ao incipiente regionalismo que afloraria na década seguinte de 1930.

Já em São Paulo, a imprensa periódica se colocava com propósito re- flexivo, às voltas com títulos de análise do país e/ou propostas para a Nação. É o que se tem no conjunto da coleção *Revista do Brasil*, funda- da em 1916 por Júlio de Mesquita (1862- 1927), do jornal *O Estado de S. Paulo*, revista que passou mais tarde para as mãos de Monteiro Lobato e prestou-se ao ensaio da editoração no Brasil, pois dela nasceu a Editora Revista do Brasil. Após vivenciar cinco direções e/ou fases, encerrou-se

41. *Careta*. Rio de Janeiro, Kosmos, 1909-1919, 1952-1960.

42. Ver Sheila do Nascimento Garcia, *Revista Careta: Um Estudo sobre Humor Visual no Estado Novo. 1937-1945*.

43. *A Ilustração Brasileira*, anno 4º, n. 75, 1.7.1912.

em 1990, deixando um repositório inestimável da cultura brasileira no decorrer do século xx⁴⁴.

Na capital paulista uma nova estética literária e plástica já se delineava no universo do impresso, particularmente no campo periódico, onde revistas de caráter polêmico davam o tom. Exemplos pré-modernistas muito citados recaem em *O Pirralho*, de 1913, de cunho literário e político; *Panóplia*, de 1917, dotada de excelência gráfica, tendo um jovem Di Cavalcanti como diretor artístico; *Papel e Tinta*, de 1920, com logotipo de Victor Brecheret, ilustrações de Paim e no quadro redator Guilherme de Almeida e Menotti Del Picchia. Na objetividade do título anunciava o despojamento pretendido, a libertação do texto parnasiano rebuscado, que competia com as ilustrações florais *art nouveau* até então recorrentes.

Uma vez tratado no início desse texto, ainda que de relance, o periodismo modernista conservado na BBM, saltamos para dois títulos de sua esteira em terras paulistas, que ilustram essa etapa de arrebatamento gráfico, traduzido por revistas de qualidade, hoje muito raras, e que primavam por inovações no conteúdo e, sobretudo, na forma: a primeira é a *Arlequim*, marco fugaz do modernismo, lançada em 1927 por Sud Mennucci, Maurício Goulart e Americo R. Netto, a qual em apenas um ano de duração firmou, por meio de suas capas, uma identidade característica, com soluções gráficas que dialogam com o ideário do modernismo e acentuam a relação com seu próprio nome⁴⁵.

Na década seguinte, em 1931, é lançada *Vanitas*, de duração até longa, posto que se encerrou em 1938. Fundada e dirigida por Nair Mesquita, figura atuante na vida social da cidade, sócia do Clube Atlético Paulistano e uma das incentivadoras da implantação do Touring Clube do Brasil, foi mencionada por Rubem Braga, em sua passagem por São Paulo, como “diretora da única revista decente de São Paulo, *Vanitas*”⁴⁶. A publicação firmou-se no mercado periódico com sucursais no Rio de Janeiro, Santos e Paris, nesta última representada por Brício de Abreu (1903-1970), um dos fundadores, com Álvaro Moreira, da revista *Dom Casmurro*, no Rio, que circulou de 1937 a 1946, essa também presente na BBM.

No quadro das revistas de cunho mundano, dos anos de 1930, *Vanitas* não é fácil ou óbvia para se classificar. O que ressalta de seu folhear, é que se trata de revista voltada para uma elite feminina – sem se propor a ser uma revista da mulher. Afinava-se com a modernidade estética

44. A Revista do Brasil mereceu estudos aprofundados da historiadora Tania Regina De Luca nos trabalhos *A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N)Ação E Leituras, Projetos e (Re)Vista(S) do Brasil*.

45. *Arlequim* foi estudada por Lívia Giuliane da Silva e Regina Cunha Wilke, “Revista Arlequim: A Identidade Gráfica das Capas”.

46. Marco Antonio de Carvalho, Rubem Braga, *Um Cigano Fazendeiro do Ar*, p. 200.

paulistana pós-22, com a renovação das artes plásticas e prestigiando fortemente a arquitetura vanguardista que se apresenta em São Paulo no contexto do boom imobiliário que a capital vivenciava, a despeito da recente crise de 1929. Nela encontraremos páginas dedicadas aos projetos de Gregori Warchavchik, a cenários de Flávio de Carvalho, a obras de Lasar Segall, à divulgação das atividades da Sociedade Pró-Arte Moderna (Spam), criada em 1932, e do Clube dos Artistas.

Mas, a revista como “sorriso da sociedade” estava prestes a ser transfigurada em impresso de forte teor político. Tinham início os anos de 1930, de tantas representações políticas, econômicas e sociais.

ERA VARGAS: “LEITOR SILENCIADO E FALA DO GOVERNO AMPLIADA”⁴⁷

Mais sintomático que o anúncio da nova produção literária e consequentemente revisteira, viveu-se na sequência da inusitada atmosfera da chamada Era Vargas. O advento da Revolução de 30, o governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) e o Estado Novo (1937-1945), todos esses acontecimentos alteraram as linhas de força do país em âmbito vário. Nada mais ilustrativo dessa nova etapa que as revistas periódicas, testemunhas daqueles tempos sombrios, embora valendo-se de subterfúgios e ainda de muito humor para driblar a forte censura imposta pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). No âmbito do periodismo tudo muda e surgem novas práticas. Nos limitamos aqui apenas à menção de títulos localizados na BBM, que marcaram o primeiro governo Vargas (1930-1937) e o Estado Novo, e que permitem parte da reconstrução daquela etapa cultural.

Todavia, a implantação do governo provisório de Vargas, seguido do governo institucional (1934-1937) e da implantação da ditadura (1937-1945) com forte censura por meio da atuação do DIP, gerou um dos momentos mais profícuos do periodismo “engajado”, capciosamente lançado sob as vistas e, de certa forma, com “beneplácito” de Vargas. Sim, havia o DIP, a censura era cruel, mas estrategicamente Vargas criou uma linha de publicações para divulgar seu governo, atrelada ao DIP, com uma singularidade: seus colaboradores recebiam verbas polpudas, expressivas colaborações financeiras, em troca de textos que não comprometessem seu projeto de poder. Na BBM se pode reconstituir o periodismo dessa etapa singular. Basta a nomeação dos títulos e diretores para se ter o conjunto de boa parte da produção, particularmente no Rio de Janeiro, centro do poder, mas com manifestações também na Bahia, Recife e São Paulo, nesse último estado, com produção peculiar.

47. Marialva Barbosa, *História Cultural da Imprensa. Brasil 1900-2000*.

1930-1934; 1937-1942	<i>Revista da Academia de Letras da Bahia</i> . Salvador, Academia de Letras da Bahia.
1931-1939	<i>Boletim de Ariel</i> . Mensário Crítico-Bibliográfico. Letras, Artes. Rio de Janeiro. Empreendimento de Agripino Grieco, o sócio principal, e Gastão Cruls, respectivamente, diretor e redator-chefe no Boletim de Ariel.
1934-1935	<i>Revista Brasileira</i> . Synthese do Movimento Contemporâneo. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, [s.d.], 5ª fase.
1937 e 1944	<i>Dom Casmurro</i> . Dirigida por Álvaro Moreyra e Brício de Abreu
1938-1943	<i>Revista do Brasil</i> . Terceira fase, de Otávio Tarquínio de Souza.
1938-1944	<i>Diretrizes</i> . Rio de Janeiro. Dirigida por Azevedo Amaral e Samuel Wainer, e, depois, por este e Maurício Goulart, permanecendo finalmente Samuel Wainer em sua direção.
1939-1942	<i>Renovação</i> . Órgão de Ação Educacional Proletária. Recife. Vicente do Rego Monteiro.
1939-	<i>Revista da Academia de Letras</i> . Rio de Janeiro, Federação da Academia de Letras do Brasil.
1941-1945	<i>Cultura Política</i> . Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro. <i>Revista Acadêmica</i> . Rio de Janeiro. Dirigida por Murilo Miranda.

Já em São Paulo, após os embates entre governo central e paulista, gerados pela chamada “Revolução de 32”, a produção periódica de caráter político retraiu-se nas décadas de 1930 e 1940 no que diz respeito às novas publicações, tanto em títulos como em inovações estéticas. Atente-se, contudo, que nessa nova etapa da cultura nacional estava posta a necessidade de se debruçar sobre o conhecimento e os rumos do país. Raul Antelo, em texto sobre as revistas literárias, inferiu que a partir de 1930 registra-se um esforço pedagógico concentrado na “luta ideológica e no balanço do próprio modernismo” e aponta, de um lado, as tendências internacionalistas e liberalizantes presentes nos periódicos, representadas em São Paulo justamente pela *Revista Nova* (1931-1932), fundada e dirigida por Mário de Andrade, Paulo Prado e Alcântara Machado, assim como pela *Revista do Arquivo Municipal* (1935), referência do ideário de Mário de Andrade na descoberta do Brasil, por meio da interiorização da pesquisa de seus colaboradores⁴⁸. Presente na BBM, uma revista de sucesso editorial na época, a revista *Inteligência, Mensário de Opinião Mundial*, que circulou de 1935 até 1942 sob direção do médico sanitário e escritor Mário Graciotti, centrada na ideologia do fascismo como do integralismo

48. Raúl Antelo, “As Revistas Literárias Brasileiras”.

português, balizado por Salazar, voltado para ampla propagação dos mitos da época: a raça superior; a busca da perfeição física para seu melhoramento; a pureza, identificada na cor branca; o nacionalismo exacerbado; o autoritarismo; o populismo⁴⁹.

Pouco se encontrou, porém, para esse período no segmento Educação, temática enfatizada na ocasião com títulos de excelência, a exemplo de *Escola Nova* – segunda fase da revista *Educação. Órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo* (1930-1931); *Educação. Órgão da Diretoria Geral do Ensino de São Paulo* (1931-1932); *Revista de Educação. Órgão da Diretoria Geral do Ensino do Estado de São Paulo* (1933-1943).

Destaque-se, porém, o lançamento na década de 1940 da revista *Clima* (1941-1943), periódico mensal, iniciativa de jovens da recém-criada Universidade de São Paulo, grupo constituído por Lourival Gomes Machado, editor responsável, e os editores encarregados das seções permanentes Antonio Candido (literatura); Lourival (artes plásticas); Paulo Emílio Salles Gomes (cinema); Décio de Almeida Prado (teatro); Antonio Branco Lefèvre (música); Roberto Pinto Souza (economia e direito); Marcelo Damy de Souza (ciência), além dos colaboradores Ruy Coelho e Gilda de Mello e Souza, entre outros. A revista circulou de maio de 1941 a novembro de 1944, e nos dezesseis números publicados firmou-se como publicação cultural de peso, revisitada permanentemente⁵⁰.

ENTRE A LIBERDADE E O ARROCHO, A SUCESSÃO DE TEMPOS CULTURAIS

O fim da II Guerra e do Estado Novo enseja todo um rearranjo do cenário internacional e nacional, que chega até nossos dias com etapas sucessivas e claudicantes de arrocho e liberdade, numa permanente tentativa de ensaio democrático.

A chegada do homem à Lua, o movimento da contracultura, as guerras coloniais e as armas químicas, o movimento *New Age* dos anos 1960/1970, o feminismo, o cortejo de sexo, drogas e *rock'n'roll* foram marcas que refluíram no cotidiano nacional, conferindo outra dinâmica ao país periférico. Impossível reeditarmos aqui os títulos que cobrem a redemocratização pós-Estado Novo, a renúncia de um presidente, a tentativa de parlamentarismo, a ditadura militar de 1964 a 1985, o presidencialismo de coalisção que percorreu tantos governos e novos golpes, até a virada das últimas eleições, presidida por um novo agente: a rede

49. Pesquisa exaustiva sobre o periódico foi feita por Alexandre Andrade da Costa, *Inteligência: Representações do Cenário Nacional e seus Reflexos no Brasil*.

50. *Clima* foi objeto de estudo de Heloisa Pontes, *Destinos Mistos: Os Críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

social, que revolucionou a comunicação e, portanto, conferiu novos destinos ao periodismo impresso. A todas essas etapas correspondem periódicos presentes na BBM, gênero que, a despeito da revolução digital, ainda se apresenta com força doutrinária, jocosa e de design arrojado.

Na Mindlin tem! Esse mantra, que percorre o texto, deve ser replicado para esses longos e conturbados setenta anos que permeiam o fim do Estado Novo até os dias atuais. Situando tão só alguns destaques desse percurso, vale mencionar *Problemas, Revista Mensal de Cultura e Política*, editada no Rio de Janeiro por Carlos Marighella entre 1947 e 1948; a coleção completa da revista *Anhembi*, criada em 1950 por Paulo Duarte, que se manteve na direção até seu término, em 1962, visando elevar o nível intelectual das elites locais; as peripécias de *O Pasquim*, “o melhor joio do trigal”, que circulou de 1971 a 1978 e em seu auge atingiu a marca de mais de duzentos mil exemplares, um dos maiores fenômenos do mercado editorial periódico brasileiro.

Encerramos com quatro títulos que dão o que pensar e na Mindlin tem! *Novos Estudos Cebrap* (1981 até o presente); revista *Bric a Brac*, editada entre 1986 e 1992, junto à redemocratização do país, como “o radical convívio dos diversos”; revista *piauí*, desde 2006, mensal, idealizada por João Moreira Salles, para quem “o que a *piauí* faz é contar bem uma história”; revista *Serrote*, publicação quadrimestral de ensaios do Instituto Moreira Salles, fundada em 2009.

Mas é hora de finalizar. Haveria muito mais a recuperar, com o acréscimo da informação *na BBM tem!*, mas ficam aqui as provocações às pesquisas, num acervo de mais de mil títulos, que, iniciando-se em 1812, com a revista *Varietades*, na primitiva Salvador colonial, perpassa toda nossa história gráfica, literária, política, científica e humorística, para atingir até as publicações do novo milênio. Mas essa é outra garimpagem, que fica para um próximo número. Até porque, no projeto arquitetônico da BBM, foram previstas prateleiras vazias aguardando aquisição de novas obras, a complementação de títulos, a sabedoria e a generosidade de agentes que encetem novas doações, enquanto a reserva técnica comporta espaço para noventa mil futuros títulos.

Esperemos que sejam preenchidos!

SOBRE A AUTORA

Ana Luiza Martins é doutora em História Social pela FFLCH/USP. Foi bolsista da Fundação Gulbenkian, CNPq, Capes e Fapesp. Concursada como historiógrafa pela Secretaria Estado da Cultura de São Paulo, atuou no órgão por trinta anos como técnica, diretora e conselheira. Autora, entre outros, de *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República: 1890–1922* (Edusp/Imesp, 2001) e *Gabinetes de Leitura da Província de São Paulo* (Edusp, 2015). Atualmente é pesquisadora residente na BBM e pesquisadora do projeto Capes sobre história e pesquisa na imprensa periódica do Brasil.



Raciocinio de um discipulo do « Apostolo »



uem pensa vive;
Quem vive lucta;
Quem lucta desvai
Quem se desvaira

loucuras;
Quem pratica lo

maluco;
Logo: quem pe

luco. Ora, concluim

Apostolo pensa;
Logo: o Apostolo é maluco.



REVISTAS ILUSTRADAS EM CURITIBA: MODERNIDADE E TÉCNICA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Rosane Kaminski

1. MODERNIDADE E TÉCNICA EM CURITIBA NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX

Na transição do século XIX para o XX, Curitiba era uma cidade pequena que experienciava, dentro de suas condições, um processo de modernização. A economia do mate, a metamorfose do espaço urbano, a chegada de imigrantes europeus com profissões diversas, a expansão dos meios de comunicação e das técnicas de produção de imagens, foram fatores que transformaram os hábitos citadinos daquela capital de um estado emancipado há poucas décadas¹. As elites dirigentes, enriquecidas pela indústria ervateira, apostavam na modernização não apenas das ruas, edificações, saneamento, mas também dos costumes e do consumo cultural. Cafés, teatros, parques de diversões e cinematógrafos disputavam a atenção com as revistas literárias que circulavam entre o público

1. A Província do Paraná se emancipou de São Paulo em 1853. Desde então, Curitiba tornou-se capital. A indústria do mate representou 98% no valor das exportações paranaenses em 1900 e 82% em 1910, momento em que se intensificou o processo modernizador na capital paranaense (Gilson Queluz. *Concepções de Ensino Técnico na República Velha*, pp. 33-34).

letrado, num contexto marcado pela literatura simbolista². Além das transformações no cenário urbano, portanto, “a cidade experimentava o seu primeiro surto cultural”, com a aparição de intelectuais e artistas, além do crescimento do mercado editorial³.

Desde a inauguração da estrada de ferro que liga Paranaguá a Curitiba, em 1885, até as duas primeiras décadas do século xx, o crescimento populacional foi intenso e a população da cidade triplicou⁴. Com a chegada de fotógrafos, de um professor de artes e do primeiro estabelecimento litográfico em Curitiba nos anos 1880, a produção e circulação de imagens, até então praticamente inexistente, se iniciou. Naquela década, instalaram-se em Curitiba alguns imigrantes europeus que atuavam na área visual. O fotógrafo Adolfo Volk, ao lado de sua esposa Fanny Paul Volk, alojou um estúdio à rua do Imperador; o litógrafo catalão Narciso Figueras abriu a Litografia do Comércio, na rua Trajano Reis, montando um atelier iconográfico no qual se formaram os primeiros litógrafos do Paraná; e o português Mariano de Lima, que veio a Curitiba para fazer a cenografia do

2. Sobre as características do Simbolismo no Paraná, seus grupos e vínculos com poetas do Rio de Janeiro, suas relações com o republicanismo bem como a radicalização do movimento, através de periódicos literários mais efêmeros e outros de linha esotérica, consultar: Marilda Binder Samways, *Introdução à Literatura Paranaense*, 1988; e Maria Tarcisa Silva Bega, *Sonho e Invenção do Paraná – Geração Simbolista e a Construção de Identidade Regional*.
3. Luis Fernando Lopes Pereira, *O Espetáculo dos Maquinismos Modernos – Curitiba na Virada do Século XIX ao XX*, p. 39.
4. De acordo com o site do IBGE, em 1872 Curitiba tinha 12651 habitantes; em 1890, 24553 habitantes; em 1900 a população praticamente dobrou para 49755 habitantes; e em 1920 o censo contabilizava 78986 habitantes (ibge.gov.br).
5. As aulas de Mariano de Lima funcionaram nas instalações do Instituto Paranaense. Poucos anos depois, a Aula deu lugar à Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná, na qual Mariano de Lima lecionou até 1902, quando partiu para a região norte do Brasil, deixando sua escola aos cuidados da ex-aluna e esposa, Maria da Conceição Aguiar Lima. Para maiores detalhes sobre esses assuntos, ver: Rosane Kaminski, “Gosto Brejeiro: As Revistas Ilustradas e a Formação de Juízos Estéticos em Curitiba (1900-1920)”; Luciana Santana, *Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná: O Projeto de Ensino de Artes e Ofícios de Antônio Mariano Lima – Curitiba, 1886-1902*; Giovana Simão, *Fanny Paul Volk: Pioneira na Fotografia de Estúdio em Curitiba*; e Larissa Busnardo, *Fotografias Pictóricas, Pinturas Fotográficas: A Circulação de Imagens em Curitiba (1881-1918)*.
6. Após colaborar com revistas paulistas como *Entr’Acto* e *Bohemio*, o catalão Narciso Figueras chegou em Curitiba em 1884, a convite de Luiz Coelho, proprietário da Livraria Pêndula Meridional e interessado em melhorar os meios gráficos paranaenses. Para maiores detalhes, sugiro: Iriana Vezzani, *Uma Revista de Tipo Europeu: Educação e Civilização na Galeria Illustrada (Curitiba, 1888-89)*, pp. 38-75. Ver também: Newton Carneiro, *O Paraná e a Caricatura*, pp. 34-37; e Luis Fernando Lopes Pereira, *op. cit.*, pp. 88-89.
7. Iriana Vezzani, *op. cit.*, pp. 8, 48-51.

Teatro São Teodoro, acabou se estabelecendo na cidade e, em 1886, conseguiu apoio do governo estadual para fundar uma escola de ensino de artes, a Aula de Desenho e Pintura, abrindo uma senda para a formação de um interesse pela arte e suas funções sociais⁵.

Frente ao vazio anterior, destacaram-se as duas primeiras revistas ilustradas feitas na cidade, que circularam entre 1887 e 1889, graças aos equipamentos e saberes litográficos trazidos por Narciso Figueras⁶. A primeira foi a *Revista do Paraná*, que apareceu em 25 de outubro de 1887, com periodicidade semanal, e teve apenas sete edições. Era dirigida pelo professor Nivaldo Braga, e continha ilustrações feitas por Narciso Figueras, que às vezes assinava com o pseudônimo *Stek*. A segunda foi *A Galeria Ilustrada*, que circulou de 20 de novembro de 1888 a 29 de setembro de 1889 (Figura 1). Segundo Iriana Vezzanni, “O periódico se apresentava aos seus leitores como um veículo do processo civilizatório da capital da Província do Paraná e assumiu a função de operacionalizar a ideia do moderno”⁷.

Figura 1. Cabeçalho e sumário de *A Galeria Ilustrada*, ano I, n. 1, 1888. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.



No mesmo ano de 1888, foi inaugurada a Companhia Impressora Paranaense, quando o empresário Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, comprou a Typographia Paranaense e ampliou-a ao instalar prensas litográficas. A partir de então, a empresa assumiu a produção de rótulos para os barris de erva-mate e outros produtos do Paraná e de outros estados, além de responsabilizar-se por uma série de publicações na cidade (Figuras 2 e 3). De acordo com Newton Carneiro, na Imprensa Paranaense

[...] a produção foi consideravelmente diversificada, ensaiando-se novas técnicas de impressão, sobretudo no terreno da policromia que era desconhecida no Paraná. Para este avanço contribuíram tanto a Escola de Belas Artes, fundada pelo pintor Mariano de Lima, alguns anos antes, e que despertou na mocidade o interesse pelo estudo do desenho, facilitando às oficinas gráficas o recrutamento de novos auxiliares; como a criação da empresa concorrente, a litografia de Alfredo Hoffmann [...]. Esta, embora com equipamento mais modesto, contava com excelente equipe de tipógrafos e um especialista em litografia chegado da Alemanha. Também fazia encadernações, pautação, douração, carimbos de borracha, gravura em metais⁸.

Simultaneamente a essas novidades gráficas, organizavam-se as primeiras exposições de artes visuais, promovidas pela Escola de Belas Artes e Indústrias, dirigida por Mariano de Lima, também responsável pelo jornal *A Arte*, que teve publicação irregular entre 1888 e 1895⁹. No início do século xx, a chegada de mais um imigrante deu novo impulso ao ensino de artes e à produção de imagens gráficas para a imprensa. O pintor norueguês Alfredo Andersen, de refinada formação acadêmica na Academia de Belas Artes de Oslo e na Academia Real de Belas Artes de Copenhague, que já habitava no litoral paranaense desde 1893, transferiu-se para Curitiba entre 1902 e 1903 e inaugurou um ateliê de pintura junto ao estúdio fotográfico dos Volk¹⁰. Desde logo, ministrou um curso noturno na instituição de Mariano de Lima, além de dar aulas de desenho e pintura durante o dia em seu próprio ateliê. Ainda nos primeiros anos de sua estadia em Curitiba, trabalhou também como professor de desenho na Escola Alemã. Foi o principal pintor residente na cidade até o seu falecimento, em 1935, e responsável pela iniciação de boa parte dos artistas curitibanos ao longo daquelas décadas¹¹.

8. Newton Carneiro, *As Artes Gráficas em Curitiba*, p. 20.

9. Luciana Santana, *op. cit.*, pp. 47-60.

10. Amélia Siegel Corrêa, *Alfredo Andersen (1860-1935): Retratos e Paisagens de um Norueguês Caboclo*, p. 214.

11. Artistas renomados como Lange de Morretes, Theodoro De Bona, Estanislau Traplé, Gustavo Kopp, Curt Freyesleben e Maria Amélia Assumpção foram todos alunos de Andersen nos anos iniciais de suas respectivas carreiras.

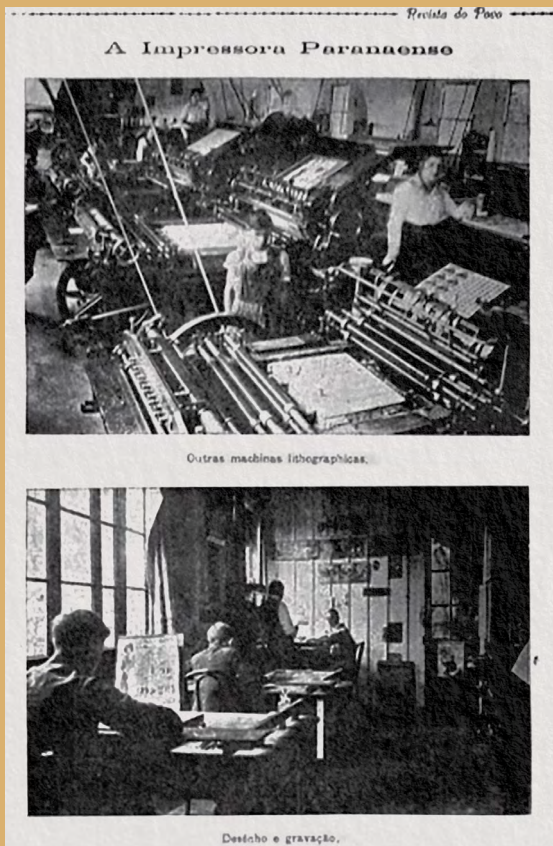


Figura 3. Revista do Povo, n. 15, 1918. Publicidade da Impressora Paranaense, quarta capa. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

Figura 2. Revista do Povo, n. 20, 1918. Matéria comemorativa sobre a Impressora Paranaense, que completava trinta anos de atividade. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

IMPRESSORA PARANAENSE

**A maior e mais completa officina,
: no genero, do sul do Brazil :**

**Execução perfeita e garantida de todos os
trabalhos concernentes ás artes graphicas**

**Confeccionam-se Clichés
: de qualquer especie :**

IMPRESSORA PARANAENSE, CURITIBA.

Enquanto se conformava esse aparato gráfico e cultural no âmbito de produção de imagens, as transformações na paisagem urbana se intensificavam (Figura 4). As construções de sobrados, palacetes e residências suntuosas deram visibilidade ao enriquecimento econômico das elites já na passagem dos séculos¹². Novas e ousadas obras públicas marcaram o período, como as sedes dos poderes administrativos, a abertura de ruas, a construção de hotéis, de praças e do Passeio Público¹³. Prometia-se, integrado a essa obra arrojada, “um *chalet* apropriado para servir ao público, café, sorvetes, licores, cerveja, etc., debaixo de frondosas árvores ao abrigo do sol, e aspirando as suavíssimas emanações dos dias tropicais”¹⁴.

Em 1887 também começou a funcionar o serviço de transporte coletivo puxado por burros, e as principais ruas ganharam trilhos para os bondes¹⁵. Duas décadas mais tarde, em 1906, o Passeio Público recebeu melhoramentos e reafirmou-se como área de lazer. No mesmo ano, começou a tramitar na prefeitura um projeto para o bonde elétrico. Este serviço foi inaugurado efetivamente em 1912, com a chegada dos primeiros carros elétricos importados da Bélgica, que substituiriam a tração animal em 1913¹⁶. A novidade foi noticiada, mas também satirizada nas revistas curitubanas (Figuras 5 e 6). Nessa mesma época, já circulavam pelas ruas alguns automóveis, que eram importados por Francisco Fido Fontana, e amplamente publicizados na revista *A Bomba* ao longo de 1913, geralmente ocupando a quarta capa dessa revista (Figura 7).

A presença de automóveis no cenário urbano era um dos elementos que dava à cidade ares de modernidade. Contudo, diferentemente do glamour prometido pelas propagandas, as charges enfatizavam a falta de infraestrutura curitubana para o uso adequado desse meio de transporte e, mais evidente ainda, a falta de preparo da própria população em recepcionar este artefato do dia a dia (Figura 8).

A rua xv de Novembro, a principal via da cidade, recebeu iluminação elétrica em 1910. Naqueles mesmos anos, a prefeitura estabeleceu normas para o calçamento das ruas e instalou largas calçadas na xv de Novembro, em substituição aos antigos passeios.

12. Otávio Duarte e Luiz Antônio Guinski, *Imagens da Evolução de Curitiba*, p. 66.

13. O Passeio Público foi inaugurado em 1886, como parte dos projetos de saneamento urbano. Ele foi construído num local que era um grande pântano, nas cercanias do rio Belém. “Dezenas de operários trabalharam nos serviços de drenagem, escavação do lago, limpeza do tanque, canais, construções das pontes e plantação das árvores” (*idem*, p. 38).

14. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná, no dia 17 de fevereiro de 1887, pelo Presidente da Província, o Exmo. Sr. Joaquim D’Almeida Faria Sobrinho. Curitiba, Typographia Gazeta Paranaense, 1887.

15. Otávio Duarte e Luiz Antônio Guinski, *op. cit.*, p. 42, 76.

16. Luis Fernando Lopes Pereira, *op. cit.*, pp. 147-148.

Figura 4. Praça Osório, Curitiba, com torres da Catedral ao fundo. Autor desconhecido, 1905. Acervo Júlia Wanderley/IHGEP.

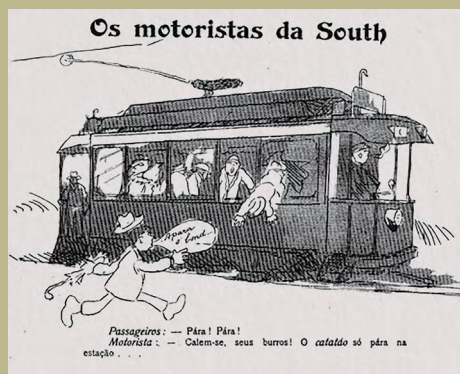


Figura 5. “Um incidente diário: a queda de um fio electrico e o seu isolamento”. A Bomba, n. 5, 1913. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

Figura 6. A Bomba, n. 2, 1913, p. 5. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.



Figura 8. A Bomba, n. 16, 1913. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

Figura 7. A Bomba, n. 15, 1913. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.



Em meio a esse processo de reestruturação urbana, em boa medida financiado pela elite ervateira, apareceram os projetos para a criação do ensino superior em Curitiba, visto que os filhos das famílias abastadas precisavam ir estudar em São Paulo, Rio de Janeiro e exterior. Desde 1892 o escritor Rocha Pombo liderava um movimento em favor de uma instituição de ensino superior na cidade, o que ocorreu somente vinte anos mais tarde, em 1912, com a criação da Universidade do Paraná, que ofereceu cursos de Direito, Engenharia, Odontologia, Farmácia e Comércio¹⁷.

A criação da Universidade foi amplamente comentada e documentada nas revistas locais. Em março de 1913 foi publicado o discurso lido por Dr. João Pernetta por ocasião da “sessão solene de posse do lente Dr. Ernesto de Oliveira, na Universidade do Paraná” na revista *Pátria e Lar*, dirigida por Dario Vellozo¹⁸. Tratava-se de uma das revistas literárias mantidas pelos poetas simbolistas, que circulou entre 1912 e 1913. Quando da inauguração do prédio central, em 1916, foram amplamente divulgadas imagens da edificação, como as fotos que se vê na capa e nas páginas internas da *Revista do Povo*¹⁹ (Figuras 9 a 11).

Por ocasião do Centenário da Independência, em 1922, um estudante de Direito da Universidade do Paraná, Laertes Munhoz, publicou no jornal *Gazeta do Povo* as suas anotações sobre o meio artístico curitibano. Tratava-se de um texto longo, ocupando cinco páginas, no qual Munhoz falava de teatro, pintura, artes gráficas e música²⁰. Para estruturar seu discurso, o autor escolheu alguns artistas como exemplo do que se produzia na cidade em cada uma dessas áreas artísticas. A tônica geral do texto era celebrativa e perpassada de um sentimento progressista, visível nos argumentos de que Curitiba era uma cidade em desenvolvimento, e que “agora” (em 1922) há arte, uma necessária faceta do processo de modernização urbana. Ainda assim, Munhoz admitia a precariedade da arte feita em Curitiba, e previa o desenvolvimento rumo a um estágio melhor, pautando-se na comparação com a produção artística em outras capitais brasileiras:

17. As aulas iniciaram efetivamente em março de 1913, num prédio na rua Comendador Araújo. Em novembro do mesmo ano, o prefeito Cândido de Abreu baixou um decreto concedendo o terreno situado na praça Santos Andrade para a construção do prédio central, inaugurado em 1916 e que, desde então, sofreu diversas expansões (*idem*, p. 82).

18. “Discurso”, *Pátria e Lar: Orgam do Brazil Civico*. anno II, n. 9 e 10, mar./abr. 1913. Vale lembrar que Dario Vellozo residiu em Curitiba a partir de 1885 e foi dos mais ativos escritores simbolistas em Curitiba, ao lado de Emiliano Pernetta e Silveira Netto. Desde cerca de 1898, Vellozo esteve envolvido com a teosofia da Madame Blavatsky e com o pitagorismo, participando das polêmicas anticlericais na cidade. Em 1918, foi o responsável pela criação do Templo das Musas, sede do Instituto Neopitagórico que funcionava em Curitiba desde 1909. Deve-se a ele a existência de diversas revistas literárias que circularam na cidade no final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. Maiores detalhes em: Cassiana Lacerda Carollo, “Simbolismo: Características, Grupos, Evolução”, pp. 454-467, 539-553.

19. A *Revista do Povo*, que circulou em Curitiba entre 1916 e 1920 era fartamente ilustrada com fotografias, abordava temas variados e tinha forte teor publicitário.

20. Laertes Munhoz, “Alguns Artistas Paranaenses: Anotações de Laertes Munhoz”, pp. 58-62.

Figura 10. Revista do Povo, n. 11, 1917.
Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

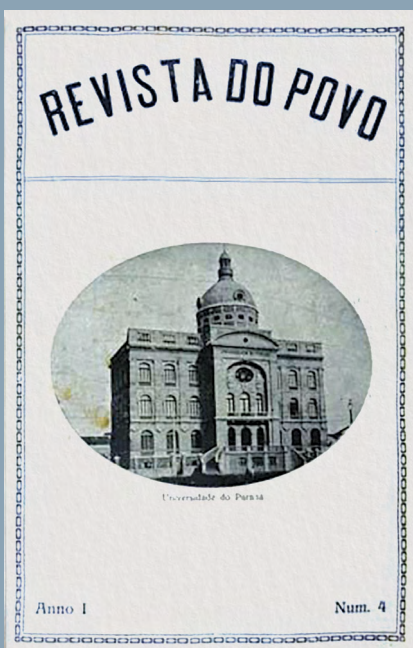
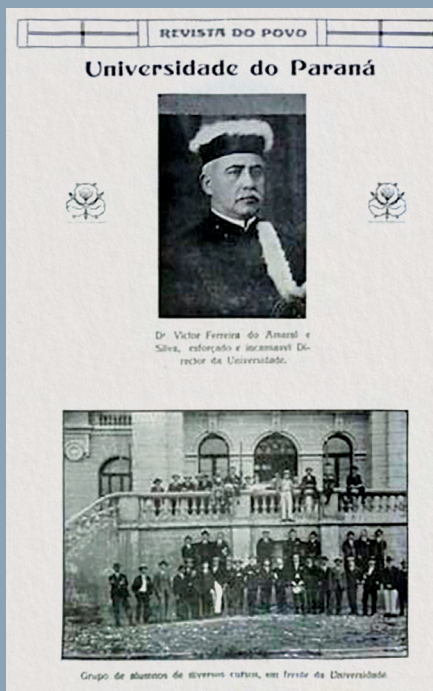
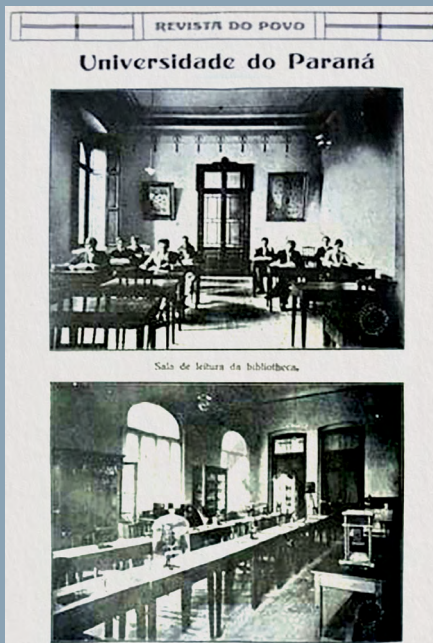


Figura 9. Revista do Povo, n. 4, 1916.
Capa. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

Figura 11. Revista do Povo, n. 11, 1917.
Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.



Curitiba pode ser um meio artístico mediocre. O que se lhe não nega, é uma grande superioridade sobre outras capitais do sul. Florianópolis e Porto Alegre não tem a cultura da capital paranaense. Aliás, em Florianópolis, só há um pouco de música e Porto Alegre não é muito dada às cousas d'Arte. Mesmo no norte do paiz, poucos são os centros artísticos superiores a Curitiba. Recife e Salvador, as duas grandes capitais dos mais cultos Estados nortistas, tem uma cultura quasi nada mais elevada do que a nossa. Em compensação, confrontando-se Curitiba com São Paulo e Rio de Janeiro, experimenta-se uma espécie de desânimo, porque esses dois centros que são verdadeiramente cultos, estão muitas e muitas vezes acima²¹.

Independente do teor laudatório, o balanço realizado por Laertes Munhoz em 1922 fornece alguns subsídios para compreender a rede de relações que se formaria ao longo das duas primeiras décadas do século, mais exatamente a partir da chegada de Alfredo Andersen na cidade, e suas articulações com o desejo de modernidade. Segundo ele, a formação de uma “razoável produção em arte” na capital paranaense somente teria acontecido ao longo das duas primeiras décadas do século xx. Mas apesar de reconhecer uma ampliação no número de artistas na cidade, Munhoz a considerava ainda muito carente no que diz respeito à fruição de arte: “Curitiba, não obstante ser uma cidade adiantada, é ainda um meio hostil às festas do espírito. Um pintor, um músico, um escritor, não conta com muita gente a admirar-lhe”²². Os artistas produziam, mas, ao que parece, não havia público preparado para apreciar suas obras. Em resumo, fazia-se necessária uma formação do gosto, que somente se processaria pelo contato efetivo com a arte.

Especificamente quanto à área visual, o texto de Laertes Munhoz desdobrava-se em dois momentos: um comentando a pintura, outro elogiando as artes gráficas e os ilustradores de revistas. Quanto às artes gráficas, Munhoz destacava a expansão das revistas ilustradas em Curitiba – tais quais *O Olho da Rua* (1907-1911), *Cinema* (1909), *A Bomba* (1913), *Revista do Povo* (1916), entre outras – e a atuação de caricaturistas como Mário de Barros, Aureliano Silveira e Alceu Chichorro²³. Ou seja, ao mesmo tempo em que as exposições de arte e o seu comércio eram pouco valorizados em Curitiba, as ilustrações das revistas chegavam ao público pela via do entretenimento e da publicidade, fazendo assentar um gosto visual a partir de suas diagramações, ornamentos e ilustrações.

21. *Idem*, p. 62.

22. *Idem*, p. 60.

23. *Idem*, p. 60.

Participavam ativamente, portanto, do processo de modernização²⁴. Basicamente, o modelo dos periódicos locais originava-se dos periódicos europeus. Desde os assuntos veiculados até os recursos mais usuais de diagramação, ornamentação e estilo gráfico. A referência para os editores curitibanos eram as revistas e jornais franceses, ingleses ou alemães.

Além das ilustrações e charges, as revistas contavam também com a presença crescente das fotografias, que atestavam a metamorfose urbana e traziam referências dos novos hábitos e comportamentos. Como foi possível visualizar até aqui, várias imagens veiculadas nesses periódicos testemunham as modificações na paisagem urbana, como a arquitetura, as praças e a introdução dos bondes, o que pode ser interpretado como uma das diversas facetas do moderno às quais as revistas estão atreladas. Na segunda parte deste texto tratarei mais especificamente do conjunto de revistas ilustradas publicadas em Curitiba ao longo de 1900-1920, privilegiando outros aspectos do “moderno” que elas implicavam: o consumo cultural e as novas formas de comportamento na cidade que se modernizava; os avanços nas técnicas de reprodução de imagens e a formação de um gosto visual por meio do próprio consumo das revistas. Para finalizar, abordarei o aspecto metalinguístico de algumas produções, característico da imagem moderna, que em Curitiba apareceu antes nas revistas do que no campo das artes visuais.

2. AS REVISTAS ILUSTRADAS EM CURITIBA ENTRE 1900-1920

A pesquisa financiada pelo Edital Universal do CNPq, entre 2008 e 2010, possibilitou realizar um amplo levantamento em acervos de periódicos de Curitiba²⁵. Foram encontrados cerca de sessenta títulos de revistas e/ou almanaques editados na cidade nas duas primeiras décadas do século. A observação das características dessas dezenas de revistas revelou feições diversas, exigindo uma sistematização que servisse como ponto de partida para a interpretação do lugar social e das funções de tais periódicos.

24. Diversos autores já se aproximaram das revistas ilustradas produzidas em diferentes cidades brasileiras para estudar a cultura ambivalente do período. As pesquisas de Elias Thomé Saliba, Ana Luiza Martins, Tânia Regina de Luca, Isabel Lustosa e Mônica Pimenta Velloso, entre outros, atestam a relevância das revistas para o estudo do papel exercido por elas nas mudanças de sensibilidades e na formação de novas redes de sociabilidade.

25. Trata-se de projeto de pesquisa desenvolvido com apoio do cnpq (Edital Universal 2008) acerca das características históricas e estéticas das revistas publicadas em Curitiba no começo do século xx. Boa parte do material resultante da pesquisa encontra-se disponível para consulta no site revistascuritibanas.ufpr.br. Diversos textos foram publicados como desdobramento da pesquisa, sendo que os principais estão listados nas referências bibliográficas deste artigo.

Para tanto, esse conjunto de revistas foi organizado em três grupos, aos quais correspondem três diferentes significados quanto ao uso das imagens: 1) as revistas *literárias*, nas quais a imagem cumpre um papel de ornamentação; 2) as revistas *publicitárias*, nas quais a imagem assume fins informativos, ilustrativos ou apelativos; 3) as revistas de *humor*, nas quais a imagem é potencialmente mais expressiva quanto à opinião do autor acerca do assunto retratado. Em cada grupo notou-se o entrecruzamento desses significados, mas destaca-se ora um, ora outro, conforme variam os perfis editoriais e conforme o propósito de cada periódico diante de seu público potencial²⁶.

As revistas *literárias* que saíram nos primeiros anos do século (como *O Sapo* e *Pallium*) davam continuidade à tradição que vinha se formando desde fins da década de 1880 na cidade de Curitiba. Tais revistas eram produtos resultantes da atuação de um grupo de poetas e escritores simbolistas, de viés um tanto esotérico, e que se imbuíam da tarefa elitista de difundir e preservar uma arte mais “elevada” e perene, frente ao aparecimento das novas formas de entretenimento urbano considerados efêmeros e até de mau gosto. As revistas literárias tinham em comum, além da poesia simbolista, o parco uso da imagem que, quando aparecia, tinha função predominante de ornamentação ou, quando muito, servia para homenagear um ou outro poeta através da publicação de seu retrato.

É válido considerar ao menos dois pontos para melhor compreender a situação da imagem nesse grupo de revistas. Primeiro, ressaltar que elas se destinavam a um grupo mais restrito de leitores, composto pelos envolvidos no ambiente literário e seus simpatizantes, cujo interesse era a publicação das poesias e ideias partilhadas pelo grupo²⁷. Deste modo, por seu caráter autocêntrico, tais revistas não pareciam ter a ambição de ampliar demasiadamente esse público através de artifícios de sedução, como noutros casos ocorria ao utilizar-se da imagem como chamariz publicitário, ou mesmo da imagem de humor como forma de entretenimento. Outro ponto a ser considerado é que a reprodução de imagens por meio da litogravura e fotogravura encarecia muito uma publicação, e as revistas que fizeram maior uso da imagem foram as que mais se articularam à publicidade comercial.

26. Para conhecer os títulos das revistas e obter maiores detalhes sobre essa tipologia das revistas editadas em Curitiba naquele começo de século, ver Rosane Kaminski, “A Presença das Imagens nas Revistas Curitibañas”, pp. 149-170.

27. Não há informações seguras que permitam aferir o número exato de leitores na Curitiba do início do século xx. Por outro lado, “alguns indícios – tais como as alusões constantes ao alto índice de analfabetismo entre os paranaenses e as inúmeras tentativas de difundir a leitura por meio de campanhas educativas e da criação de escolas populares – permitem afirmar que, apesar do aumento no número de leitores [...] eles ainda assim eram poucos, principalmente se confrontados à população do período” (Clóvis Gruner, *Paixões Torpes, Ambições Sórdidas: Crime, Cultura e Sensibilidade Moderna* (Curitiba, Fins do Século xix e Início do xx), p. 47.

O segundo grupo, portanto, é formado pelas revistas de caráter *publicitário*, tanto as que promoviam instituições e personalidades políticas, mas especialmente as que tinham como foco central os anúncios comerciais. As revistas desse grupo apresentam periodicidade bem variada: algumas tiveram um único exemplar, outras se estenderam por anos a fio, sendo editadas mensalmente ou mesmo quinzenalmente, como foi o caso da *Revista do Povo*, publicada ininterruptamente entre 1916-1920 (Figuras 12 a 14). Nota-se a presença maciça do reclame, tanto nas revistas de entretenimento quanto nas que se pautam num discurso cívico. Diversas páginas são preenchidas por pequenos ou grandes anúncios, muitos dos quais contendo imagens que são, às vezes, ilustrações litográficas dos produtos e serviços e, noutras vezes, fotografias do próprio estabelecimento comercial.

Outro traço constante em grande parte das revistas desse grupo, que reitera uma das funções educativas presentes também em algumas revistas literárias, é o apelo ao sentimento cívico dos leitores, por meio da associação dos títulos e dos conteúdos a aspectos do regionalismo e o nacionalismo. Nos títulos, são recorrentes as palavras: Paraná, Sul, Brasil, Pátria, União. Em várias revistas desse grupo há ainda seções de moda e variedades, fotografias da expansão urbanística e arquitetônica em Curitiba, anúncios das salas de cinema e de teatro da cidade, entre outros assuntos de “utilidade geral”. Percebe-se que as revistas com fundamento publicitário se direcionam a um conjunto de leitores bem mais amplo do que as revistas literárias. Aliás, é perceptível uma gradual substituição das revistas literárias que predominavam na virada do XIX para o XX por essas revistas de conteúdo mais diversificado e superficial, na segunda década do século XX, visando atingir um público amplo e indefinido.

O terceiro grupo de revistas são as de *humor*. Apresentam caráter declaradamente satírico ou simplesmente visando um entretenimento bem-humorado, sustentado na observação e na zombaria de fatos corriqueiros no ambiente urbano. Pelas suas características formais, elas revelam sua inspiração em revistas humorísticas publicadas no Rio de Janeiro, em São Paulo, e mesmo em cidades europeias: o estilo de diagramação, a disposição e aspecto visual dos títulos (geralmente com tipografia desenhada à mão, e às vezes ornamentada por arabescos e pequenas figuras dispostos na parte superior da capa), o uso de pseudônimos por parte dos ilustradores, e até mesmo o tipo de expressão verbal escolhido como título para as revistas. Esse grupo de revistas contém a presença mais intensa da caricatura, da ilustração à mão, que invade, como foi dito, até os letreiros e logomarcas das revistas. As charges e caricaturas apresentam uma finalidade diferente das

Fabrika de Espartilhos
de
Theodoro Schaltza

Grande e variado sortimento de

Gravatas, Roupas
Branças, etc. etc.

Coritiba :: Paraná

76 - Rua 15 de Novembro - 76



Pharmacia Corrêa



Pharmacia Corrêa — fundada em 24 de Março de 1887 por **Joaquim F. Corrêa**.
Actualmente sob a direcção do pharmacista-chimico **Corrêa Netto**, diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. — Especialidades pharmaceuticas: — Dozimetria, Homoeopatia, Especificos de Heringberg, etc. — Avistamento de reculturas com cunho e maxima fidelidade. — Serviço nocturno garantido. — Entrega de medicamentos a domicilio.


Corrêa Netto & Cia.
RUA 15 DE NOVEMBRO N. 31
Telephone N. 106
CORITIBA :: PARANÁ

Chapelaria „Venus“



CHAPELARIA „VENUS“ :: Completo sortimento de chapéus de lebre, lã e palha, chapéus de sol, bengalas e artigos de armarinho. - Calçados para homens, senhoras e crianças, de todos os preços.

Fabrica de Cerveja „CRUZEIRO“



Uma das adegas da Cervejaria

LUIZ LEITNER
FABRICA A VAPOR DE CERVEJAS E GELÓ

<p>Escritorio e Deposito: Rua Marechal Deodoro 67 Telephone 117</p>	<p>Fabrica: B. A. T. E. L. Telephone N. 119</p>
---	--

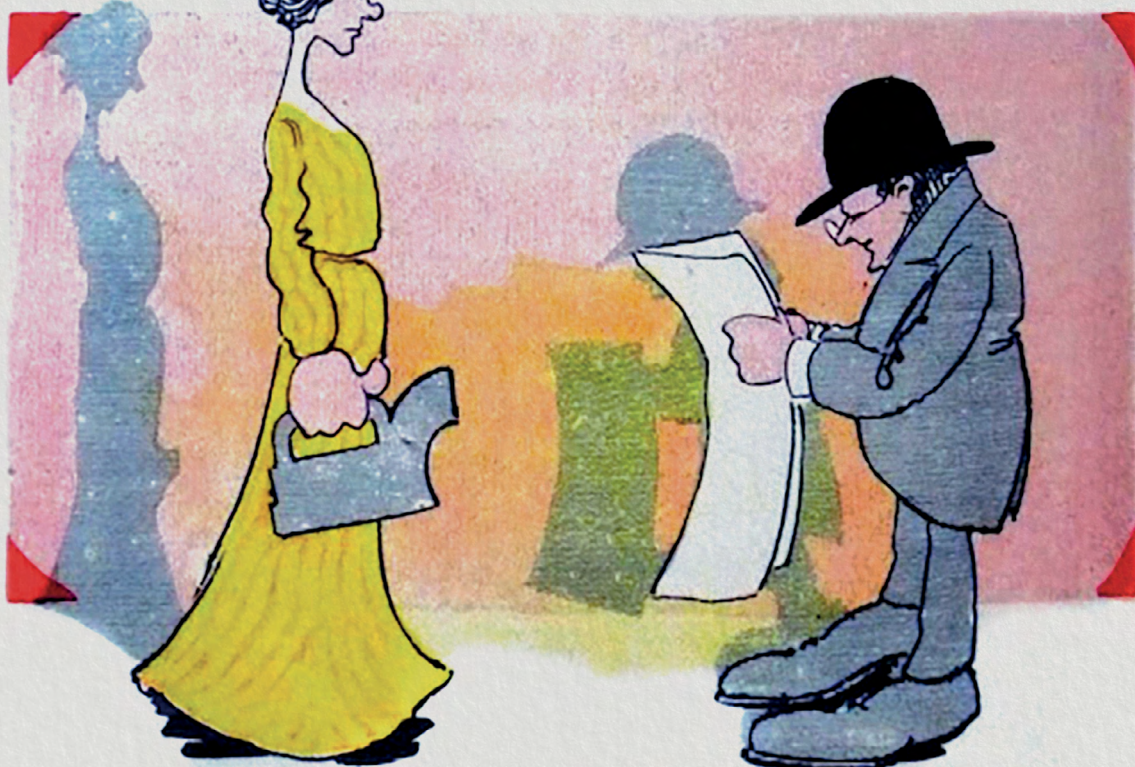
Cervejas: München, Cruzeiro, Cometa, Pomba - Chopp e Geló
Cerveja: **ESTADO DO PARANÁ**

Figura 12. Estabelecimentos comerciais. Revista do Povo, n. 1, 1916. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

Figura 13. Chapelaria Venus. Revista do Povo, n. 1, 1916. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

Figura 14. Barris de Cerveja. Revista do Povo, n. 2, 1916. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

Na engommadeira



Ah! a sra. tem o *Jornal do Commercio* ahi. Não sabia que o assignava.
Assigno. . . E' para embrulhar as camisas.

Figura 15. A Bomba, n. 15, 1913. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

imagens que ornamentavam as revistas literárias: elas têm uma carga opinativa, pois, ao fazer chacota de algum assunto, estão se posicionando diante dele. Assim como, também, ao representar certos personagens locais (políticos, literatos), muitas vezes os homenageiam. A charge na Figura 15, por exemplo, ironiza a proliferação da imprensa como parte do processo de modernização urbana e a elitização do seu consumo cultural, numa cidade em que a população ainda era majoritariamente analfabeta²⁸. Com a popularização da imprensa, outros usos, que não a leitura, poderiam ser dados ao jornal e às revistas, nas labutas diárias da população simples, como fez a engomadeira.

Apesar das diferenças detectadas entre os três grupos de revistas, todas elas concorriam, à sua maneira, na formação de novos esquemas perceptivos, tanto por meio de suas características visuais quanto pelo tipo de assunto que representavam. Estavam, desse modo, intimamente vinculadas à experiência de modernidade que se processava em Curitiba, considerando, com Ben Singer, a dimensão “neurológica” dessa experiência: além de conceito político, cognitivo e socioeconômico, e de todas as mudanças racionais, tecnológicas e sociais aí implicadas, “a modernidade também tem que ser entendida como um registro da experiência subjetiva fundamentalmente distinto, caracterizado pelos choques físicos e perceptivos do ambiente urbano moderno”²⁹. Não só o mundo físico e social se metamorfoseia nas cidades, mas os modos de perceber, interpretar, ajuizar os constantes estímulos sensoriais da urbanidade.

Pode-se dizer, então, que a participação das revistas curitibanas na conformação de padrões perceptivos naquela modernidade da cidade ocorria ao menos em dois sentidos. Um vindo de “fora para dentro”, ou seja, além de atestar iconograficamente as transformações urbanas que vinham se processando desde fins do século XIX, as imagens e os conteúdos das revistas veiculavam e reforçavam esquemas de comportamento como a moda, os hábitos de lazer, os lugares de socialização e até os trejeitos da fala que caracterizavam a vida na cidade naquele momento. O outro padrão perceptivo ia se constituindo pelo contato visual com as revistas em si, sua materialidade. As qualidades do projeto gráfico, da tipografia e diagramação, estimulavam a formação de novos esquemas de gosto pela assimilação desses traçados, estilos e sutilezas visuais implicados nas inovações técnicas para reprodução de imagens.

28. Vale lembrar que na virada do século menos de 20% da população curitibana era alfabetizada (Luis Fernando Lopes Pereira, *op. cit.*, p. 63).

29. Ben Singer, “Modernidade, Hiperestímulo e o Início do Sensacionalismo Popular”, pp. 95-96.

3. AVANÇOS GRÁFICOS E FORMAS FLORAIS NAS REVISTAS DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Rocha Pombo celebrava, em 1900, a transformação de Curitiba em um “centro cosmopolita” que possibilitou o desenvolvimento da imprensa na capital paranaense: “Há em plena atividade, dentro do quadro urbano, mais de trezentas fábricas e oficinas e no município todo, perto de 600! Já se funde em Curitiba tão perfeitamente como no Rio. Já se grava e já se fazem, em suma, todos os trabalhos de impressão tão bem como nos melhores da Europa”³⁰.

As imagens publicadas nas revistas curitibanas nos mostram, no entanto, um certo exagero nessas afirmações sobre o cosmopolitismo da cidade e sobre a suposta “perfeição” no material gráfico. Curitiba carecia, como já foi dito, de um meio artístico formador de produtores de imagens e também de um público apreciador de arte. Muitas das imagens que circulavam nas capas e páginas internas das revistas ilustradas eram precárias e rudimentares. Mesmo algumas fotografias, quando adaptadas para a diagramação interna, eram recortadas e aplicadas sem refinamento, o que indica amadorismo no trato com as imagens e a produção gráfica, como pode ser observado na revista *Paraná Moderno* ao apresentar às suas leitoras de 1910 dois modelos de “penteados modernos” (Figura 16).

A precariedade visual também pode ser vista na diagramação simplória dos quadrinhos feitos por “Paulo”³¹, quando satiriza a procura dos personagens pelo cinematógrafo, mas não motivados pelos *films* exibidos nem pelo espetáculo da técnica, e sim pela possibilidade do flerte num recinto público (Figura 17).

Desde as mais precárias às mais sofisticadas em termos estéticos, as revistas participavam ativamente na constituição dos novos comportamentos urbanos. Assuntos como moda, penteados, vestuário e acessórios pessoais, as salas de espetáculos, os cafés, os parques de diversões, o cinema, eram constantemente anunciados, exemplificados e ironizados por meio das imagens de revistas. Se isso tudo estava à disposição dos moradores de Curitiba naquele momento, também se tornava, não raras vezes, uma “obrigação” enquanto comportamento ao qual seria preciso se ajustar para participar de uma suposta “identidade urbana” e “cultura”.

30. José Francisco da Rocha Pombo, *O Paraná no Centenário (1500-1900)*, p. 141.

31. Trata-se de pseudônimo de Euclides Chichorro. O uso de pseudônimos era habitual entre os produtores para imagens de revistas. Há dezenas de pseudônimos encontrados junto às charges, cartuns e logotipos das revistas curitibanas entre 1900 e 1920. No entanto, poucos desses ilustradores podem ser identificados ou têm seus nomes conhecidos. Dentre os conhecidos, destacam-se, além de Euclides Chichorro (que usava os pseudônimos “Paulo” ou “Félix”), o Aureliano Silveira (assinando “Sylvio” ou “Syl”), o Mário de Barros (que assinava como “Herônio” ou “Sá Chistão”), o Alceu Chichorro (“Eloy”) e o Darvino Saldanha (“Célio” ou “K. Brito”). Para exemplos visuais dos trabalhos desses ilustradores, consultar o site revistascuritibanas.ufpr.br.

Nas regiões da moda O penteado moderno



O alfinete e a barrette circular servem para fixar o turbante ao redor da cabeça.



A última moda: chicha e turbante, com os mais modernos adornos, complemento do penteado de gosto.

NOSSO CINEMATOGRAFO



Figura 16. Paraná Moderno:

Revista Ilustrada, ano 1, n. 3, 1910.

Revista dirigida por Romário Martins e Jayme Reis. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

Figura 17. A Rolha, n. 14, 1908. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

Assim, num sentido próximo aos quadrinhos de “Paulo” sobre os desvios nos interesses pelo cinematógrafo, a imagem feita por Aureliano Silveira para uma das capas da revista *O Olho da Rua* (Figura 18) também debocha das situações em que se privilegia o evento social, a moda e até um gosto “duvidoso”, em detrimento da apreciação estética pautada em diretrizes artísticas mais refinadas. O chapéu da madame ao centro da página é tão espalhafatoso que simplesmente impede a visão do palco para quem senta nas fileiras atrás dela. Enquanto um dos espectadores se levanta e se torce numa posição sem conforto para tentar assistir ao espetáculo, alguns se contentam em simplesmente conversar, como se “estar ali” já bastasse. O importante era fazer-se ver nos ambientes da moda e utilizando os acessórios em voga.

Ao mesmo tempo em que as charges ironizavam os novos costumes e suas distorções, a publicidade estimulava o consumo de espartilhos, chapéus, vestidos e ternos, bem como das “sensacionais novidades” trazidas pelos avanços técnicos, tais quais os frequentes anúncios coloridos do parque *Colyseu Curybano* (Figuras 19 e 20), bem como das salas de espetáculos *Mignon*, *Smart* e *Éden*.

Por sua vez, as fotografias de flagrantes sociais enfatizavam o glamour e elegância dos frequentadores desses espaços públicos de socialização, fosse na rua, que passava a ser um local frequentado inclusive por mulheres (Figura 21), fosse nos locais considerados como “ponto *chic*”, tais quais o *Palace Theatre* e os bares da moda (Figura 22).

Quanto às características visuais das revistas, sua diagramação, ornamentação com vinhetas, letreiros e ilustrações, desde a década de 1880 desenvolvia-se na Europa um estilo decorativo conhecido como *art nouveau*, espraiado a partir da França, e cujos maiores desdobramentos se processaram na arquitetura, nas artes gráficas, na produção de mobiliário e nos cartazes publicitários³². Um dos propósitos do *art nouveau*, enquanto debate estético, era a dissolução das distinções entre as “Belas Artes” e “artes aplicadas”, o que se processaria, segundo seus defensores, por meio da união entre arte e indústria. Isso veio a ocorrer, de certo modo, na produção de mobiliário, objetos decorativos, joias e nas artes gráficas. Por outro lado, quanto às artes visuais, naquele mesmo momento vinha se constituindo um campo artístico autônomo, dentro do qual se propunha exatamente o contrário do que pretendia o *art nouveau*, ou seja: a independência da arte de quaisquer

32. O estilo *art nouveau* se originou na Bélgica com a arquitetura de Victor Horta, mas foi na França que adquiriu status entre os consumidores de objetos de ostentação, e de lá logo se espalhou internacionalmente pela Europa e Estados Unidos, com manifestações também no Brasil. Ver: Rafael Cardoso, *Uma Introdução à História do Design*, pp. 94-108; e Amy Dempsey, *Estilos, Escolas & Movimentos*, pp. 33-37.



Figura 18. O Olho da Rua, n. 7, jul. 1907. Na capa, há a inscrição “Na platéia do Guayra”.

Figura 19. A Rolha, n. 4, 1908. Anúncio do Colyseu na quarta capa.

Figura 20. Anúncio do Colyseu na revista A Carga, n. 6, 2.11.1907. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.



Figura 21. Coritiba Elegante. Fotografia publicada na revista A Bomba, n. 19, 1913, acompanhada pela legenda “As graciosas senhoritas Eustachio Silva, Esther Lacerda e Ondina Borba”. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

Figura 22. Vida Elegante. Revista do Povo, n. 1, 1916. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.



funções extraestéticas, fossem elas sociais, econômicas, políticas, religiosas ou utilitárias. Tratam-se de diferentes facetas do mesmo processo histórico.

O lugar conquistado pelo *art nouveau* nesse cenário, então, passou a ser o de um “estilo” associado ao consumo cultural e à busca de distinção social pela ostentação de objetos decorativos, pois eram nas residências urbanas dos “novos ricos”, nas vitrinas, nos adornos femininos e nas revistas que ele proliferou. A Figura 23, publicada na revista *A Bomba* em 1913, sintetiza visualmente um novo espaço citadino povoado por cartazes, e no qual a rua é lugar de socialização.

As principais características visuais associadas ao *art nouveau* eram as linhas sinuosas e formas arredondadas inspiradas nas curvas do corpo feminino, nas plantas, libélulas e borboletas, como pode ser observado na Figura 24. As composições eram geralmente assimétricas e sugeriam movimentação. Nas revistas e cartazes, sempre ricos em imagens coloridas e sedutoras, os letreiros e títulos eram desenhados à mão e evocavam galhos, brotos, folhagens, asas ou, ainda, entrelaçados às figuras estilizadas em forma de cartum. As revistas ilustradas editadas no Brasil no início do século xx eram herdeiras desse estilo europeu, tanto na sua relação com a formação de novos hábitos de consumo e lazer quanto pela sua visualidade. São muito conhecidos os exemplos das revistas cariocas *O Malho*, *Careta*, *Fon-Fon*, *A Maçã*, entre outras, repletas de imagens e logotipos que seguem a cartilha do *art nouveau*. As revistas curitibanas não passaram ilesas às suas influências, como se pode aferir nos logotipos das revistas humorísticas *Caras e Carrancas* (1902), *A Carga* (1907), *Cinema* (1909), *A Bomba* (1913), entre tantas outras.

A *Paraná Moderno*, por exemplo, modificou radicalmente o seu logotipo a partir de 1911 (Figura 25). Antes, o título era impresso no alto da primeira página, com tipografia em caixa alta e serifada, num modelo usual aos jornais. A partir do número 50 (novembro de 1911) seus editores adotam um letreiro desenhado à mão, com formas sinuosas e linhas ornamentais que ligam as letras entre si, completamente diferente daquele usado até então. Na mesma edição em que se processava esta alteração visual, lia-se em seu editorial que “pela sua extensa circulação e variada leitura é o *Paraná Moderno* uma folha ideal para o anunciante”. Ao mesmo tempo, observava-se um aumento na quantidade de anúncios de salas de diversão: Smart, Mignon Theatre, Eden Cinema,

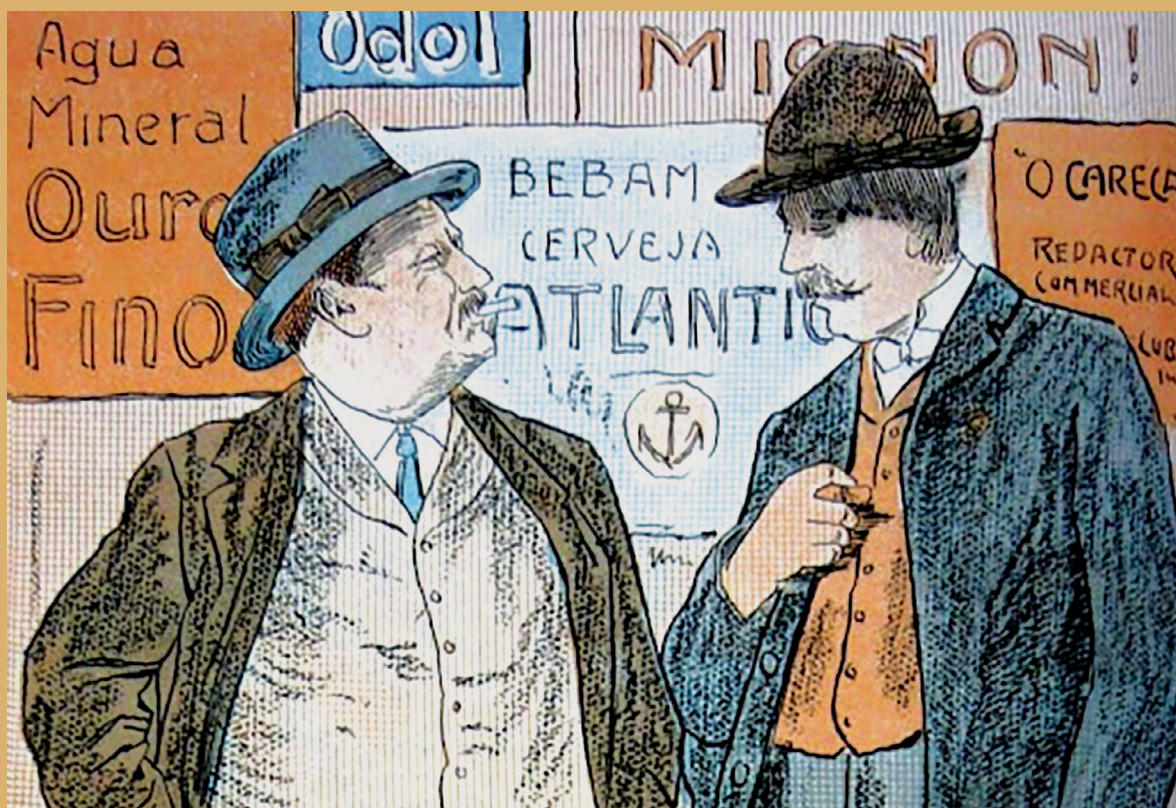


Figura 23. Publicidade nas ruas. A Bomba, n. 14, 1913. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.



Figura 24. Revista Moderna, ano 1, n. 2, 15 jul. 1916. Vinheta que acompanha o poema “Crepúsculo”, de Lacerda Pinto. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

PARANÁ MODERNO

PARANÁ MODERNO

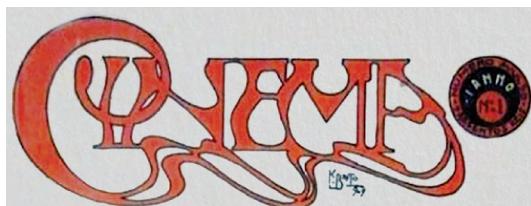


Figura 25. Logotipos de revistas curitibanas inspirados no art nouveau entre 1902 e 1913. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

Polytheama e Theatro Goayra. Isso indicava, de certo modo, um entrelaçamento entre o gosto pelo “decorativo” ou supérfluo alusivo ao *art nouveau* e o fortalecimento da lógica publicitária que ocorria entrelaçada à busca pela ampliação do público leitor.

Até mesmo as revistas literárias flertaram com o modismo *art nouveau*. A *Atheneia* (1914), por exemplo, manteve um padrão gráfico editorial que a colocou em destaque entre outras publicadas naqueles anos em Curitiba (Figura 26). Sua capa era sóbria e elegante, num padrão que evocava as estilizações de Henry van de Velde³³, contendo apenas o logotipo e a data de publicação no canto superior esquerdo, e o nome dos diretores formando pequena caixa de texto do canto inferior direito. Nessa revista nota-se a retomada de um tipo de diagramação já vista nas revistas simbolistas *Pallium* (1899-1900) e *Victrix* (1902), ao fazer uso da sobreposição entre texto (geralmente um poema) e imagem de cor rebaixada e sem meios-tons (Figura 27).

33. O belga Henry Van de Velde atuou como artista gráfico e designer, tendo sido o mais importante defensor teórico do *art nouveau*. Radicou-se na Alemanha a partir de 1900 e foi um dos responsáveis pela difusão do *Jugendstil* – variante alemã do *art nouveau* francês, mas de tendência mais abstrata.

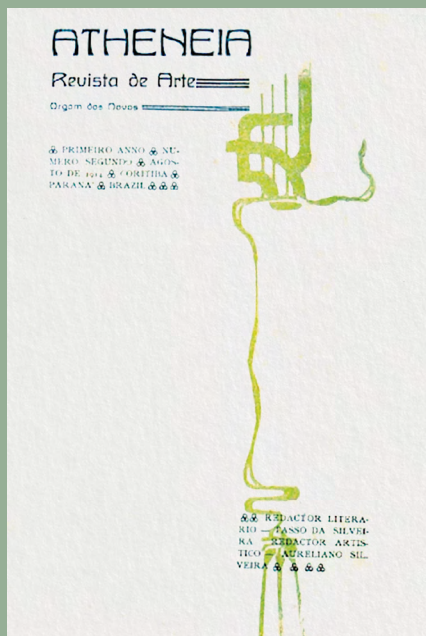


Figura 26. Capa da Atheneia, n. 2, ago. 1914. Acervo Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.



Figura 27. Atheneia, n. 2, p. 12, ago. 1914. Acervo Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

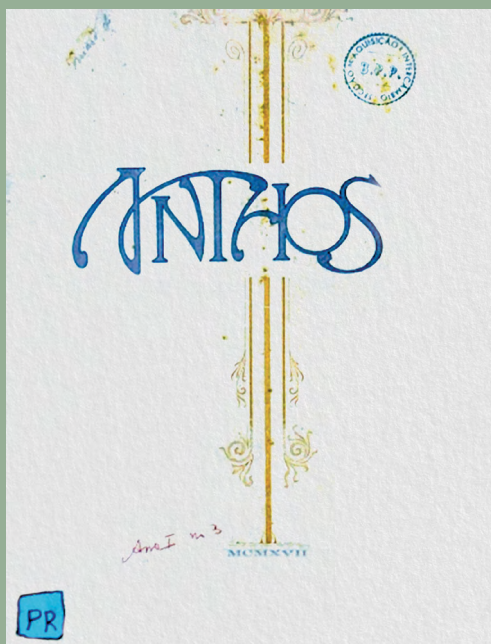


Figura 28. Capa da Anthos, n. 3, maio 1917. Acervo Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

Há também referências à cultura grega (frontões, templos, instrumentos musicais, perfis femininos), o que é coerente com o título da revista e com as articulações que existiam, em Curitiba, entre o círculo literário e uma tonalidade esotérica e nostálgica pelo passado grego. Espalhava-se, como afirmou Carollo, uma “mania por Paris e pela Grécia”³⁴, a ponto de Dario Vellozo fundar em Curitiba o Instituto Neo-Pitagórico, ou Templo das Musas, cuja sede original foi construída seguindo um padrão estrutural dos templos gregos.

Já a série de elementos florais e lineares que ornamentam as páginas e margens da *Atheneia* atestam um desejo de “modernizar-se” visualmente aderindo a certos elementos ornamentais disseminados pelo *art nouveau* e pelo *Jugendstil* nas artes gráficas dos centros europeus. Desse modo, vemos que as tendências da moda e da decoração permeavam inclusive os espaços que se queriam guardiões de uma “arte mais elevada”, erudita, almejada pelos poetas simbolistas. Vale lembrar, ainda, que muitas das revistas de teor humorístico e publicitário foram criadas e dirigidas pelos mesmos agentes do campo literário que mantinham revistas como a *Victrix* e a *Atheneia*.

Num estilo próximo a elas, em 1917 surgiu a *Anthos*, de periodicidade mensal (Figura 28). No texto de apresentação de seu primeiro número, o redator Clemente Ritz evocava a memória das revistas literárias que a antecederam, mencionando a *Azul* (1900). No “Expediente” do segundo número, *Anthos* é apresentada como “flor de arte, flor dos anelos literários, de uma falange de cultores das belas-artes, vem a lume mensalmente, contando com seletíssimo corpo de colaboradores”. Note-se a ênfase no caráter “seleto” de colaboradores, o que supostamente a faria mais “refinada” do que sua contemporânea *Revista do Povo*, lançada em 1916, e em cujo primeiro número os editores diziam que ao invés de “satisfazer a imaginação doentia de um reduzidíssimo círculo de indivíduos”, preferiram fazer uma revista de “cunho eminentemente popular unicamente para servir a colectividade”³⁵.

No entanto, chama a atenção a presença de Aureliano Silveira entre os redatores da *Revista do Povo*, já que ele também era o “diretor artístico” da *Atheneia*³⁶. Outro poeta que aparecem em ambas as revistas é o Rodrigo Júnior³⁷, que, juntamente com Clemente Ritz, havia sido diretor

34. Cassiana Lacerda Carollo, *Exposição Curitiba: Tempo & Caminhos*, p. 34.

35. “Pórtico”, *Revista do Povo*, Anno 1, n. 1, 21.10.1916.

36. Aureliano Silveira foi um dos agentes culturais mais ativos na produção de imagens para revistas entre 1907 e 1928, ano de sua morte. Para um estudo minucioso sobre sua formação e atuação em Curitiba, ver Rosane Kaminski, “Aureliano Silveira entre Prensas, Penas e Nanquins”.

37. Rodrigo Junior era o pseudônimo adotado por João Batista Carvalho Oliveira (1887-1964). Foi autor da *Antologia Paranaense*, publicada em 1938.

literário da revista humorística *A Bomba*, em 1913³⁸. Já Romário Martins³⁹, que também integra o “seletíssimo corpo de colaboradores” da *Anthos*, havia sido responsável, entre tantas outras revistas, pela *Paraná Moderno* entre 1910-1911. Ou seja, a distinção entre “revista para um círculo estri-to” e “revista para o povo” era proposta em termos de conteúdo e apre-sentação visual, mas os agentes culturais responsáveis por ambas podiam muito bem ser os mesmos.

Visualmente, enquanto a *Revista do Povo* trabalha com a profusão de ornamentos e imagens (diversos anúncios ilustrados, fotografias de arquitetura e cenas urbanas, charges, humor visual etc.), na *Anthos* praticamente não há uso de imagens figurativas. Sua capa é simples e elegante, contendo apenas o título da revista em letras estilizadas com formas orgânicas, o ano impresso em algarismos romanos na parte in-ferior, e um eixo vertical composto por formas lineares muito delica-das, fazendo a ligação entre o logotipo e os algarismos romanos.

A preocupação, por parte dos editores de algumas revistas literárias na segunda década do século, com a elegância na tipografia e na dia-gramação, bem como o uso econômico das imagens e elementos deco-rativos, consistia em “distinção” em relação ao padrão corriqueiro. Este padrão a que me refiro envolve um ecletismo exagerado, uma profusão e “mistura” de elementos ornamentais: clichês, vinhetas, margens de-coradas, tipografias diversas na mesma página, mudanças recorrentes nos logotipos de cada revista, ou mesmo a adequação a procedimentos demasiado triviais. Nota-se, nesse ecletismo, que não existiam critérios estéticos definidos para sua produção. A ausência de um padrão edito-rial, inclusive, denota a pouca consciência acerca do projeto gráfico em tais publicações, já que o recurso é a repetição e a aglomeração, mais do que o experimentalismo de novas possibilidades de diagramação⁴⁰. O excesso de elementos ornamentais e a sedução das formas sinuosas era representativo de um gosto burguês e *kitsch*, que não apresentava desafios intelectuais ou estéticos, apenas “agradava” ao consumo por

38. Em 1912, foi Clemente Ritz quem lavrou a ata de fundação do Centro de Letras do Paraná, entidade que começou a funcionar em 19 de dezembro daquele ano, tendo como patronos Euclides Bandeira e Emiliano Pernetta. Além de Ritz, estavam presentes 67 escritores sócios-fundadores da entidade. Romário Martins foi membro da primeira diretoria (ver Cassiana Lacerda Carollo, “Simbolismo: Características, Grupos, Evolução”, p. 70).

39. O poeta, historiador e político Romário Martins, nascido em Curitiba em 1874, figura como editor e colaborador de inúmeras revistas publicadas em Curitiba nos anos iniciais do século xx. Em 1900, foi editor da revista *Breviário*, ao lado de Alfredo Coelho. Em 1901, dirige *O Álbum*. Em 1903, assina um número especial da *Club Curitibano*, cujo diretor literário era Dario Vellozo. Em 1904, publicou o *Boletim do Museu Paranaense*, produzido pelo governo do Paraná. Entre 1910 e 1911, dirigiu a revista *Paraná Moderno*, ao lado de Jayme Reis. Além disso, colaborou com poemas em diversas publicações.

40. André Villas-Boas comenta que a falta de critérios estilísticos da indústria gráfica marcou as últimas décadas do século xix e início do xx, e que era justamente contra essa “ausência de gosto” que o *art nouveau* veio se colocar (André Villas-Boas, *Utopia e Disciplina*).

coincidir com a moda decorativa do momento, irradiada principalmente a partir da França.

A adesão do gosto dos consumidores curitibanos à visualidade do *art nouveau* francês foi construída gradualmente, com a assimilação dos elementos ornamentais elaborados a partir da estilização da figura feminina e de elementos orgânicos em anúncios, letreiros e mesmo nas caricaturas. Em Curitiba, as revistas de humor ajudaram a difundir-lo, já que eram fartamente ilustradas e versavam sobre assuntos do cotidiano na cidade, atuando como “vitrinas” do comportamento do homem urbano.

Se na virada do XIX para o XX as revistas literárias eram mais numerosas e faziam uso esporádico da imagem por meio de clichês ou fotografias de literatos e pessoas ilustres, aos poucos elas foram perdendo espaço para as novas revistas de humor e de variedades, e também foram assumindo a estilização orgânica e floral em seus logotipos e capas, como foi visto nos casos da *Atheneia* e da *Anthos*.

Manifesta-se, assim, o assentamento de um estilo gráfico que na segunda década do século XX passou a invadir todos os tipos de periódicos, pois que já assimilado pela cultura urbana. Aos poucos, tanto as revistas humorísticas quanto as “de arte” (literárias) e as de variedades passaram a apresentar-se sob formas visuais acomodadas a esse gosto pela graciosidade das estilizações florais e orgânicas, que foram assumidas como uma das formas do moderno.

PITADAS DE METALINGUAGEM

Para finalizar este texto, me deterei num dos aspectos modernos da visualidade das revistas que, no caso de Curitiba, apareceu antes nos impressos do que no campo das artes visuais: a metalinguagem. A charge publicada na revista *O Olho da Rua*, n. 2, com finalidade autopublicitária, já constrói o seu humor a partir de uma situação especular: a imagem estilizada da própria revista que a contém, lida vorazmente, é replicada às dezenas, no interior de um Café (Figura 29). O nome do estabelecimento, não por acaso, é Salão Art Nouveau, como indicam os letreiros na parede ao fundo do recinto lotado. O proprietário parece assoberbado com o fenômeno de adesão à leitura da revista. A data situada no topo da imagem indica o dia do lançamento da primeira edição de *O Olho da Rua*, cerca de dez dias antes da publicação do segundo número, dentro da qual a charge está veiculada. Ou seja, a própria revista divulga e festeja o seu sucesso, situando-o como uma das febres do momento.

No ano seguinte, também estreou em Curitiba outra revista de cunho humorístico, intitulada *A Rolha*. A capa da primeira edição, assinada por

Figura 29. Charge anônima publicada em O Olho da Rua, n. 2, p. 21, 27 abril 1907.



Figura 30. A Rolha, n. 1, 1908. Capa. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

Figura 31. A Rolha, n. 1, 1908. Folha de Rosto. Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

Columero, traz um personagem que anda com jeito boçal, um cigarro aceso no canto da boca, e carrega uma rolha gigante debaixo do braço (Figura 30). Ele parece sair de um túnel, ou de um grande gargalo, delineado pelo círculo que “esconde” o seu pé direito, e de dentro do qual seu corpo parece avançar para a frente. Ao fundo, assim como na faixa superior da capa, há uma textura visual que evoca cortiça. No canto inferior direito, dois personagens também caricatos e desproporcionais entre si encenam uma situação inusitada: um deles, em pé, empunha um saca-rolhas e extrai uma enorme rolha da boca do outro, abaixado, e de quem vemos apenas a cabeça. Essa imagem remete às implicações da liberdade de expressão que essas revistas humorísticas buscavam: o falar sem constrangimentos sobre as picuinhas diárias da política e da vida social. O tapar ou destampar a boca, em situações nas quais o bom senso e o moralismo recomendam discricção, mas que a revista pretende “escancarar”.

A folha de rosto do primeiro número de *A Rolha* reforça essa impressão, pois a revista apresenta-se como *Semanário Pilherico, Critico e Literário*, cuja propriedade é “do Dono” e a tiragem se dá “a saca-rolha” (Figura 31). Na imagem, assinada por Herônio (pseudônimo de Mário de Barros), vê-se em primeiro plano um casal carrancudo, identificados como a “Política” e o “Burguez”. Ao fundo, chega o Zé do Povo de braços dados com uma senhora que tem, no lugar da cabeça, uma rolha, e que carrega uma pena e uma caneta-tinteiro. O casal à frente parece indispor-se com a presença do “povo” e da Rolha que, no caso, representa a imprensa anônima, ácida e humorística. A própria revista, enfim. “Minha amiga; tome cautela”, diz o Burguez à Política diante da chegada de *A Rolha*.

Os assuntos satirizados pela revista eram temas políticos e sociais, do dia a dia curitibano. As charges que povoavam suas páginas internas eram assinadas com pseudônimos de Columero, Herônio, Paulo, Sylvio, entre outros, incluindo um que assinava como Saca-Rolha. O texto de apresentação da revista, também assinado por um tal “Dr. Saca-Rolhas”, bradava:

O que somos! [...] Somos – uma revista! Nada mais que uma revista, chispante, esfusante, galante, smart, up to date, dernière cri, com caras, caraças e carões que será vendida pela guryzada às quintas-feiras, pela insignificante ninharia de dois nicolaus pequenos!... O que queremos! Ora, o que havemos de querer! Voltemos ao título – A Rolha. Qual pode ser a inspiração de uma rolha? Claro, claríssimo, arrolhar, fechar, entupir!... Pois é este o nosso fim: desejamos arrolhar, fechar, entupir muita coisa⁴¹.

41. *A Rolha*, anno 1, n. 1, 1908.

Tais imagens e palavras atestam a ousadia dos editores, e sua convicção na potência do humor como forma de juízo crítico diante do mundo. O “falar de si” era uma estratégia que servia, entre outras coisas, para chamar a atenção sobre o papel crítico e opinativo das revistas de humor. A metalinguagem, enquanto ferramenta moderna, fazia ver a revista enquanto linguagem pela própria condição inovadora da sua materialidade. Funcionava não apenas como veículo de ideias prontas, mas como agente formador de ideias.

Os anos de 1907 e 1908 foram considerados por Newton Carneiro “o grande momento da caricatura paranaense”⁴², quando do lançamento dessas duas revistas satíricas, que foram seguidas, em 1909, pela revista *Cinema*. Esse periódico usava o termo “cinema” metaforicamente, pois o seu conteúdo era apresentado como *films*, ou como “vistas” já no seu editorial. A revista estabelecia referência a um conjunto de ideias e discursos que estavam ligados aos diversos significados que a expressão “cinema” assumia naqueles anos. Dentre os quais, o sentido de exibir aspectos do cotidiano urbano, como era comum em muitos filmes curtos. Esses flagrantes, tomados rapidamente, montados pelo cineasta num processo de junção de fragmentos para provocar novos sentidos, não eram prerrogativa do cinema no seu sentido estrito. Eram também característicos da imprensa periódica, nas quais a população urbana buscava atualizar-se, ver e ser vista, saber quais eram as narrativas diárias no mundo da política e das colunas sociais, da rua e dos espaços de lazer. A *Cinema* explora tais diálogos intermediáticos.

A capa da sua primeira edição, assinada por “Célio”, atua como uma câmera que flagra a população citadina num desses rituais de lazer (Figura 32). Todos elegantes, homens em primeiro plano, mulheres nos camarotes, povoam o interior de uma sala de espetáculos, posicionados de frente para o palco, no qual se situa a imaginária câmera. Ao fundo, se vê uma porta onde uma multidão se aglomera para entrar no recinto. O letreiro “Está na hora, está na horaaaaa...” indica a ansiedade do público em relação às novidades que estão por vir. Quem está no palco, prestes a estrear quando se abrirem as cortinas, é a própria revista. Ela fala de si. Ela fala sobre o quanto é esperada e desejada avidamente por esse público consumidor de novidades, de *films*. Assim que virarmos a página, a revista mostrará o espetáculo da sociedade no qual o próprio leitor poderá se ver.

Como discute Ben Singer, o surgimento do cinematógrafo e a sua relação com a sociedade que o produz está ligado diretamente com a

42. Newton Carneiro, *O Paraná e a Caricatura*, p. 41.

modernidade, tanto em termos temporais quanto pelo aglomerado de mudanças técnicas, sociais, perceptivas e subjetivas que aconteciam simultaneamente⁴³. Muito antes que quaisquer discussões teóricas sobre o fenômeno, o texto de apresentação daquela revista de 1909 explicava:

Cinema é uma cousa pouco definida pelos dicionários, mas muito conhecida do público. É ou deve ser a aplicação dos movimentos. Por isso no *Cinema*, que ora surge em publico, nós vamos aproveitar todas essas figuras, as mais salientes e mais distintas, e pôl-as [sic] em foco, coordenando os seus movimentos para uma scena cômica, dramática, trágica ou patética. Em films novas, ainda não observadas, não expostas, daremos, por exemplo, o Barão do Rio Branco torcendo a orelha da Argentina, a Coligação no can-can, a opposição no maxixe, tudo, enfim, que constituir a nota do dia, em tella branca⁴⁴.

Com essas palavras dos editores da *Cinema*, aproveitarei, como conclusão a este texto, para reiterar o que pretendi argumentar durante todo o seu percurso, ou seja, que as revistas curitibanas publicadas no início do século XX permitem entrever o processo de modernização urbana a partir de dimensões variadas e complementares.

Em primeiro lugar, e de forma mais evidente, pelas fotografias e ilustrações que atestam as metamorfoses na paisagem urbana, seja por aspectos arquitetônicos, seja pela presença dos novos artefatos tecnológicos. Em segundo lugar, pela disseminação e pela representação dos novos hábitos de consumo, lazer e comportamento na cidade que se moderniza: os cafés, os teatros e cinematógrafos, os encontros nas ruas da cidade, os parques de diversões, bem como as lojas, a moda e os penteados são amplamente presentes nas imagens, nas colunas sociais e nos anúncios. Principalmente nas revistas de variedades (as mais publicitárias), mas também nas revistas de humor.

A terceira dimensão moderna implicada nas revistas são as alterações nas suas próprias características gráficas, inspiradas nos periódicos europeus, e que permitem aferir uma “educação do gosto visual” do público consumidor, se processando ao longo do assentamento das características típicas do *art nouveau*, estilo ligado à disseminação do consumo cultural nos centros urbanos. Em Curitiba, é possível afirmar, nunca antes daquelas décadas iniciais do século XX havia se experienciado tão ampla circulação de imagens, visto que o início da formação de um meio artístico aconteceu simultâneo ao início da produção de revistas ilustradas.

43. Ben Singer, *op. cit.*, pp. 95-124.

44. *Cinema*, n. 1, p. 6, 16.1.1909.

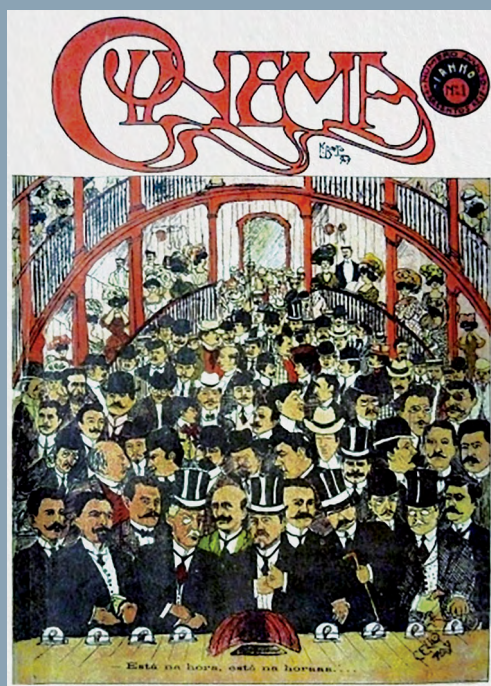


Figura 32. Cinema, n. 1, 1909. Capa.
Acervo Divisão de Documentação
Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

Por fim, de extrema relevância para se discutir o que Ben Singer nomeou como uma concepção “neurológica” da modernidade, destaca-se o caráter metalinguístico de algumas imagens, principalmente charges, que denotam um grau de consciência sobre as mudanças de percepção que se acionavam naqueles anos, devido, justamente, à ampliação da circulação de imagens impressas, dos novos meios de comunicação e do cinema. Como diria Walter Benjamin alguns anos depois, numa palestra proferida em 1934 e intitulada “O Autor como Produtor”, um produto cultural não é político simplesmente quando seu conteúdo divulga ideologias partidárias através de métodos narrativos convencionais, mas principalmente quando participa da fabricação dos “meios de produção” artística, atritando as técnicas literárias do seu tempo⁴⁵. O filósofo recomendava aos artistas que estivessem atentos às mudanças de percepção ocorridas na sociedade europeia daqueles anos, articuladas, em grande medida, ao surgimento dos novos meios de comunicação. Na ausência de uma produção artística moderna na Curitiba de então, pode-se dizer que as revistas satíricas que se espraiavam naqueles anos iniciais do século, exemplificadas pela *Cinema*, atritavam as técnicas de produção visual na cidade, e adensavam a função crítica da imprensa, ao incorporar a dimensão fragmentária e volátil do processo de modernização.

45. Walter Benjamin, “O Autor como Produtor”, p. 131.

SOBRE A AUTORA

Rosane Kaminski é Professora Associada dos cursos de graduação e pós-graduação em História da UFPR. Docente colaboradora do Programa de Mestrado em Cinema e Artes do Vídeo da UNESPAR. Graduada em Artes Visuais pela UFPR, Mestre em Tecnologia com pesquisa sobre imagens de revistas curitibanas pela UTFPR, Doutora em História pela UFPR e Pós-Doutora em Meios e Processos Audiovisuais pela USP. Autora de diversos artigos e capítulos de livro sobre as revistas ilustradas publicadas em Curitiba. Pesquisadora Bolsista Produtividade em Pesquisa PQ-2 do CNPq. É autora dos livros *A Formação de um Cineasta: Sylvio Back na Cena Cultural de Curitiba nos Anos 1960* (Editora UFPR, 2018) e *Poética da Angústia: Cinema e História em Sylvio Back* (Intermeios, 2021). Coorganizadora, entre outras, das coletâneas *Monumentos, Memória e Violência* (Letra e Voz, 2022); *Artes & Violências* (Intermeios, 2020); *Arte e Política no Brasil* (Perspectiva, 2014); e *História e Arte: Encontros Disciplinares* (Intermeios, 2013).



Sara
& Norma
Distra

1000

1000000000

0000000000

1000:0000000000

1000

1000
1000

1000
1000

1000

REVISTAS CAPIXABAS: MAPEAMENTO E DIFERENCIAIS

Leticia Pedruzzi Fonseca

Em 1702, o Governo Geral proibiu a abertura de estradas que ligassem o Espírito Santo a Minas Gerais, medida tomada para evitar o ataque às minas e o contrabando de ouro. O estado só passaria a se desenvolver a partir do ciclo do café, no século XIX, no mesmo período em que a Corte Portuguesa se instalou no Brasil e proporcionou alguns progressos para o país, como o fim da proibição do exercício da imprensa.

A capitania, no início do século XIX, se caracterizava pelos vazios demográficos e pela baixa densidade populacional e aproveitou o plano nacional de importação de mão de obra europeia, que oferecia como atrativo aos imigrantes a obtenção de terras praticamente virgens e por desmatar¹. Na medida em que crescia a produção de café, aumentava o número de imigrantes instalados em terras capixabas e, em paralelo a isso, construiu-se a infraestrutura necessária ao escoamento da produção, como estradas que cortavam em várias direções e a navegação a vapor. Ademais, em 1878, Vitória passou a ter

1. Sebastião Pimentel Franco, *História do Espírito Santo*, p. 50.

iluminação a gás e o telégrafo colocou a província em comunicação com a Corte².

A IMPRENSA TARDIA E SEU DESENVOLVIMENTO NO ESPÍRITO SANTO

A pobreza material da capitania se refletiu na província e a inexistência de máquinas impressoras na região fez com que, durante as agitações do processo de independência do Brasil, pasquins manuscritos fossem colados nas paredes de Vitória³.

Somente em 1840 foi implantada a primeira tipografia do Espírito Santo, 32 anos após a liberação da imprensa no Brasil. A iniciativa tardia em terras capixabas foi de Aires Vieira de Albuquerque Tovar, ex-alferes, que publicou o jornal *O Estafeta*. Tratava-se de um jornal que nasceu comprometido com as publicações de ordens e atos oficiais, já que seu proprietário havia fechado um contrato de dez anos com o governo da província. Apesar disso, só foi publicada a edição inaugural de *O Estafeta*. Daemon⁴, em sua robusta obra sobre a *Província do Espírito Santo*, publicada originalmente em 1879, sugere que o insucesso da empreitada de Vieira Tovar e do diretor da oficina se deu por não conseguirem obter boa impressão, e supõe que pudesse ser consequência da má qualidade da tinta que havia sido produzida na própria tipografia, fato observado em outros impressos da época executados na dita oficina gráfica, como ofícios, poesias, rezas e circulares.

Com o falecimento de Vieira Tovar, em 1841, a imprensa capixaba permaneceu estagnada até 1848, quando o prelo foi transferido para Pedro Antônio de Azeredo, que lançou, em 1849, o primeiro periódico capixaba intitulado *Correio de Vitória*⁵. Dessa vez o empreendimento durou 24 anos e também era contratado pelo Governo na condição de ser hebdomadário de duas folhas, em formato tabloide, recebendo assim dez mil réis por tiragem. Um jornal importante para a história da imprensa capixaba, embora “o noticiário local fosse resumido e enxertado de notícias da Corte”⁶.

Após essa fase embrionária, a imprensa política fez sua estreia com o aparecimento de *O Capixaba* (1856), *O Semanário* (1857), *Aurora* (1859), e se expandiu largamente nos anos seguintes⁷.

2. Gabriel Bittencourt, *Notícias do Espírito Santo*, p. 39.

3. *Idem*, p. 183.

4. Basílio Daemon, *Província do Espírito Santo*, p. 358.

5. *Idem*, p. 375.

6. Gabriel Bittencourt, *Historiografia Capixaba e Imprensa no Espírito Santo*, p. 71.

7. *Idem*, p. 72.

Registra-se que o primeiro periódico publicado no interior da província, em Cachoeiro de Itapemirim, datava de 1866 e foi intitulado *O Itabira, Jornal Literário, Agrícola, Comercial e Noticioso*. A cidade, que se tornou epicentro da próspera região sul do Espírito Santo, foi um importante local de discussão e disseminação dos ideais republicanos e registrou o aparecimento de dezenas de jornais políticos. Já no norte do Estado, região pouco desenvolvida, somente na República a imprensa fará sua estreia, em 1891, em São Mateus, com o jornal *O Norte do Espírito Santo*⁸.

A imprensa capixaba se caracterizou, no século XIX, por publicações político-partidárias, com presença cada vez maior do partido Republicano a partir da década de 1880⁹.

Todos os periódicos supracitados foram catalogados e apresentados por Heráclito Amâncio Pereira em seu artigo “A Imprensa no Espírito Santo”, publicado ao longo de quatro edições da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, no ano de 1922. Seu registro de 399 publicações periódicas é uma das maiores referências sobre a imprensa capixaba até os dias atuais. Os periódicos foram apresentados com níveis de aprofundamento e detalhamento diferentes. A segmentação dos assuntos tratados pelos impressos era sempre mencionada e pode-se aferir que a diversificação variava entre política, noticiosa, crítica, literária, satírica, humorística, científica, comercial, agrícola, recreativa e operária. Muitas vezes a publicação era apresentada com mais de uma das categorias citadas.

Ocorre que o autor expôs cada publicação de acordo com a titulação, sem definir se se tratava de um jornal ou revista, muitas vezes se referindo ao impresso como periódico ou indicando a periodicidade na menção, como por exemplo, ao dizer que se tratava de um hebdomadário.

É uma questão difícil, tendo em vista que a definição e os limites de cada tipo de publicação dependem de uma conjunção de variáveis a serem consideradas. Segundo o Dicionário de Comunicação, uma revista se define por:

Publicação periódica que trata de *assuntos de interesse geral ou relacionados a uma determinada atividade ou ramo do conhecimento* (literatura, ciência, comércio, política etc.). Produzida em forma de *brochura*, a revista apresenta-se geralmente em *formato menor do que o jornal, maior número de páginas e capa colorida, em papel mais encorpado*. Veículo impresso, de comunicação e propaganda, quase sempre ilustrado, que atinge a um público determinado de

8. *Idem*, pp. 73-75.

9. Sebastião Pimentel Franco, *op. cit.*, p. 75.98.

acordo com suas características específicas e sua linha editorial: há revistas de informação, de entretenimento, de propaganda ou mensagens institucionais ou doutrinárias, artísticas, literárias, educativas, culturais, científicas, de humor etc. Os gêneros mais comuns de revistas dirigidas ao grande público (ou a faixas determinadas desse grande público) são: as noticiosas, as de interesse geral, as masculinas, as femininas, de moda, de fotonovela, as infanto-juvenis, de histórias em quadrinhos (gibis), de esportes, de automobilismo etc. As revistas noticiosas, geralmente semanais ou mensais, seguem uma linha relativamente próxima a dos jornais, mas o tratamento das notícias é mais livre e interpretativo, a apresentação gráfica e o estilo redacional mais ameno e dá-se mais destaque a artigos, críticas, notas, entrevistas, fotorreportagens e fotolegendas¹⁰.

A definição do referido dicionário não atende ao desafio de definição do gênero dos impressos periódicos oitocentistas, por exemplo, tendo em vista que a definição de revista como gênero impresso pode se confundir com as fronteiras de características do jornal, considerando que o mesmo lhe deu origem e nos primórdios se aproximavam tanto na forma, com apresentação em folhas soltas e in-fólio, quanto em relação a apresentação do conteúdo em seções. Porém, as variações temporais dos tipos de impressos mudavam com as possibilidades de produção técnica e de público leitor. Essas diferenças com o surgimento das publicações de periodicidade semanal, o conteúdo de cunho informativo e político, e, em contrapartida também com o surgimento de revistas ilustradas, com demanda de caráter ligeiro e conteúdo publicitário, confirmam as variações de periodicidade e propósitos entre jornais e revistas¹¹.

Segundo Martins¹², para a definição do tipo de periódico, além dos compêndios, os editoriais das próprias revistas permitiam ampliar o entendimento. Outras características que podem ser consideradas nessa definição são a existência de capa, a periodização espaçada e a diversidade temática de seu conteúdo, por exemplo. É o cruzamento dessas informações que permite a classificação da publicação como revista.

Nas principais obras publicadas sobre a imprensa capixaba não há indicação dos autores consultados sobre o início da publicação de revistas no Espírito Santo¹³, apenas uma sugestão de Bittencourt, na obra

10. Carlos Alberto Rabaça, *Dicionário de Comunicação*, p. 646. Grifos meus.

11. Ana Luiza Martins, *Revistas em Revista*, p. 43.

12. *Idem*, pp. 43-44.

13. Juçara Brites (org.), *Imprensa Capixaba: Aspectos Históricos da Imprensa Capixaba*; José Antônio Martinuzzo et al. (org.), *Impressões Capixabas: 165 Anos de Jornalismo no Espírito Santo*; José Antônio Martinuzzo et al. (org.), *Quase 200: A Imprensa na História Capixaba*; Jadir P. Rostoldo, "Vida Capixaba": *O Retrato de Uma Sociedade – 1930*.

Historiografia Capixaba e Imprensa no Espírito Santo, que compara algumas publicações literárias com a *Vida Capixaba* (1923-1959), revista de maior relevância na história da imprensa do Espírito Santo¹⁴.

Assim, com base na discussão apresentada por Ana Luiza Martins em *Revistas em Revista*, podemos considerar que a fase embrionária das revistas capixabas se deu a partir da década de 1880, quando surgem publicações exclusivamente literárias e com indicação de segmentação de público, como é o caso dos periódicos dedicados ao belo sexo. Bittencourt apresenta *A Magnólia*, publicada em 1881, publicação literária, voltada às mulheres e redigida pela professora Otávia Merlulo. Outro exemplo de publicação literária e segmentação do público-alvo é *O Pirlampo*, de 1882, apresentado como órgão da sociedade Amor às Letras e criada por estudantes do Ateneu Provincial. E, por fim, cita o empreendimento da *Gazeta Literária*, publicada em 1 de janeiro de 1899, com conteúdo essencialmente literário, produzida em cores e dirigida por Amâncio Pereira, que, segundo o autor, foi considerada uma das publicações do gênero mais bem-feitas até então. E para fechar a apresentação do início do gênero revistas na imprensa capixaba, Bittencourt apresenta a *Revista Ilustrada*, que teria sido lançada em 1910, e *Vitória Ilustrada*, publicada em 1914, ambas já trazendo no nome a indicação inequívoca de que se tratavam de revistas¹⁵.

Retomando os três títulos oitocentistas citados: *A Magnólia* (1881), *O Pirlampo* (1882) e *Gazeta Literária* (1899), tratam-se de periódicos exclusivamente literários que podem entrar na discussão sobre serem uma “clássica evolução histórica do jornal para a revista literária, confinando naquele a informação de cunho político e cotidiano e nesta, a contribuição literária e os projetos culturais”¹⁶.

Outra relação possível se dá entre a *Gazeta Literária* (1899), homônima a outra revista literária que circulou quinzenalmente no Rio de Janeiro entre 1883 e 1884 (Figuras 1 e 2). Apesar do nome não deixar claro que se tratava de uma revista e o formato ser similar a um jornal, com folhas soltas in-fólio, sabe-se que a revista carioca configurava uma revista literária, porta-voz do gênero na época, produzida por intelectuais eruditos no Rio de Janeiro¹⁷. Levanta-se a hipótese de a versão capixaba ter se inspirado na publicação carioca, tendo em vista que existem informações em suas edições de valores para assinaturas

14. Gabriel Bittencourt, *Historiografia Capixaba e Imprensa no Espírito Santo*, pp. 77-78.

15. *Idem*, p. 78.

16. Ana Luiza Martins, *Revistas em Revista*, p. 67.

17. *Idem*, pp. 72-73.

nas províncias, ou seja, muito provavelmente circulou no Espírito Santo, pela proximidade geográfica e por ter sido comum o consumo de impressos da Corte. Um exemplo inequívoco de como a revista estava emergindo no contexto de desenvolvimento da imprensa, com segmentação de público e conteúdo, produção com periodicidade maior e melhor elaborada em relação a sua configuração, já que apresentava impressão em cores.

Tendo como base o exposto, pretende-se, em uma próxima fase da pesquisa em curso, avaliar outros periódicos oitocentistas citados na obra de Amâncio Pereira, para checar se tratam-se de jornal ou revista, e termos melhores parâmetros para entender o início da publicação das revistas capixabas.

O INVENTÁRIO DE REVISTAS CAPIXABAS NOS TRÊS PRINCIPAIS ACERVOS PÚBLICOS DO ESPÍRITO SANTO

Com o intuito de conhecer e registrar o acervo de revistas capixabas, foi realizado um inventário nos três principais acervos públicos do Estado, a saber: Biblioteca Pública do Espírito Santo Levy Cúrcio Rocha (BPES), Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (BC/UFES). Neles foram encontrados um total de 321 títulos catalogados como revistas, possuindo uma grande variedade de temáticas.

Os inventários são uma forma de produzir novos saberes. Isso se dá por meio da coleta e sistematização de informações seguindo determinado padrão, pois seus dados são passíveis de análises e classificações; além disso, eles também são instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural¹⁸.

A partir dessas reflexões, foram construídas ferramentas para o desenvolvimento de um inventário que se destacasse por não conter apenas a localização e edições disponíveis no acervo, mas também outras informações relevantes para quem deseja conhecer e estudar os periódicos.

Para tanto, foi realizada inicialmente uma imersão nos acervos e o registro fotográfico de todas as capas e folhas de créditos das revistas encontradas nos registros de cada arquivo. Além disso, alguns acervos de revistas mais antigas foram fotografados na íntegra para preservá-las do manuseio constante.

18. Lia Motta e Maria Beatriz Rezende, *Inventário*, p. 2.

Na sequência, foi elaborada uma tabela com a listagem de todos os títulos encontrados e as informações das edições e dos anos das publicações presentes em cada um dos acervos visitados, além da possibilidade de tomar nota de observações. Percebeu-se que as revistas capixabas encontradas nos três acervos possuíam temáticas, perfis editoriais e projetos gráficos muito divergentes; demonstrando uma grande heterogeneidade desse gênero de impresso no Espírito Santo. O desafio foi produzir uma ficha de coleta de dados padronizada que pudesse ser aplicada para a análise de qualquer um dos materiais encontrados, para que o inventário concluído possuísse uma similitude de ordem e formato das informações dispostas de cada revista, com o intuito de facilitar o entendimento por parte de outros pesquisadores e interessados.

A ficha de coleta de dados foi construída para trazer ao conhecimento as seguintes informações: títulos disponíveis em cada acervo; subtítulo; se houve mudanças no nome da revista; palavras-chave; conteúdos abordados; ISSN; seções; se a numeração das edições era sequencial ou se seguia outro tipo de lógica; unidade monetária e valor das primeiras e últimas edições disponíveis, considerando todos os acervos pesquisados; intervalo de publicação em cada acervo; equipe da revista (diretores, ilustradores, fotógrafos, entre outros); público-alvo; tipologia; periodicidade; presença de capa; formato; se há edições especiais ou encartes; número de páginas das primeiras e últimas edições; elementos gráficos; variação cromática das capas e miolos; apelo gráfico e um texto descritivo sobre a revista.

Com esses dados pretende-se gerar resultados gerais sobre o acervo presente nas bibliotecas consultadas, quantidade de títulos disponíveis, tipologias mais recorrentes, período de maior efervescência cultural, dentre outros. Além disso, almeja-se realizar a apresentação de cada uma das revistas identificadas, com informações pormenorizadas e imagens.

RESULTADOS PRELIMINARES

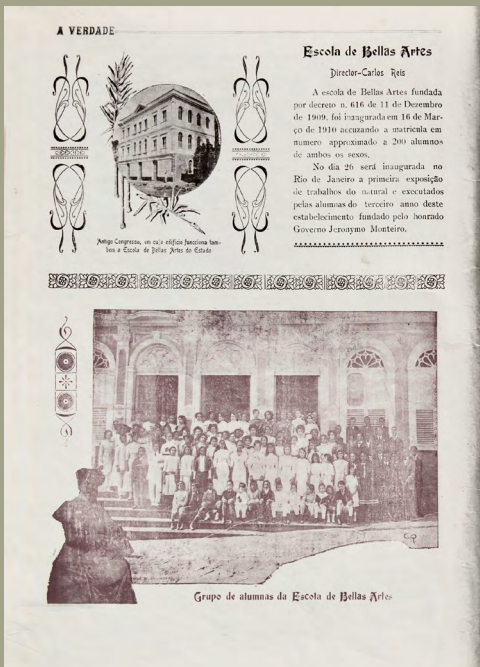
Contraopondo os resultados preliminares da coleta de dados com a revisão bibliográfica realizada, o primeiro ponto a ser observado é o fato de que na catalogação dos acervos pesquisados não constam revistas oitocentistas registradas. A primeira hipótese a ser investigada é se os periódicos que podem ser considerados revistas estão catalogados como jornais ou se efetivamente não constam nos acervos estudados.

Por meio da análise dos dados tabulados foram identificadas quatro revistas na década de 1910, sendo duas delas institucionais, uma política e uma de variedades.



Figura 3. A Verdade, 1912. Capa.
Laboratório de Design: História e Tipografia/
Acervo da Biblioteca Pública do Espírito
Santo Levy Cúrcio Rocha.

Figura 4. A Verdade, pp. 20-21, 1912.
Laboratório de Design: História e Tipografia/
Acervo da Biblioteca Pública do Espírito
Santo Levy Cúrcio Rocha.



A revista *A Verdade* foi publicada em 1912, com 42 páginas e distribuída gratuitamente (Figuras 3 e 4). Divulgou que seu redator era o governador do Estado, Jerônimo Monteiro, pois se tratava de um material de divulgação acerca dos feitos de seu governo, iniciado em 1908. Usou diversos elementos gráficos decorativos e fotomontagens de figuras elegantes recortadas e posicionadas sobre as grandes fotografias das obras públicas, monumentos e registros da visita do então presidente da República Marechal Hermes da Fonseca. Uma revista de edição única, com viés exclusivamente político, apresentada com requinte e recursos modernos.

Em 1912, também foi publicada a edição inaugural da *Revista Militar da Força Pública do Estado do Espírito Santo*, institucional e gratuita (Figura 5). Uma publicação mensal, com vinte páginas em impressão monocromática de cores variadas e algumas poucas fotografias.

A *Revista Victória Illustrada* (1914) era quinzenal, custava quatrocentos réis e apresentava 28 páginas (Figuras 6 e 7). Era uma revista de variedades que tinha como principais seções Crônicas, Social, Pensamentos, no Parnaso e Imortal, ou seja, enfoque social e literário. Apresentava configuração de uma revista moderna, com muitos elementos gráficos decorativos, fotografias e anúncios.

A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, que ainda hoje está em circulação, começou a ser publicada em 1917 e, desde então, registra a história do Espírito Santo e publica artigos escritos por seus membros e colaboradores (Figuras 8 e 9). É uma publicação regional de uma iniciativa nacional, a oitocentista revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. De 1917 até os dias atuais foram publicadas 68 edições. Na composição das capas foram inicialmente reconhecidos elementos do estilo *art nouveau* e após elementos abstratos e geométricos. Apesar da sobriedade das páginas do miolo e de seguir o padrão nacional da revista, foram identificados elementos capixabas nos brasões e imagens, principalmente nas capas, marcando que se tratava da versão capixaba da revista.

Figura 5. Revista Militar da Força Pública do Estado do Espírito Santo, n. 4, abr. 1912. Capa. Imagem digitalizada e cedida pela Biblioteca Pública do Espírito Santo
Levy Cúrcio Rocha.

Nesta

REVISTA MILITAR

DA

Força Publica do Estado do Espirito Santo

PUBLICAÇÃO MENSAL

SOB OS AUSPICIOS DO EXM. SNR. DR. PRESIDENTE DO ESTADO

Jeronymo de Souza Monteiro

e do Exm. Snr. Dr. Lafayette Valle, Director de Segurança Publica

ABRIL DE 1912 - N. 4

DIRECTOR	REDACTOR-CHEFE
Commandante Pedro Brazzi	Capm. ajudante João de Barros

REDACTOR
CAPITÃO RAMIRO ALFREDO MARTINS
COLLABORADORES DIVERSOS

Victoria Illustrada

REVISTA QUINZENAL

Redactor - Proprietario: Francisco Barbosa de Souza

ASSIGNATURAS

ANNO 10000
NUMERO AVULSO 1400

VICTORIA - Estado do Espírito Santo

DOMINGO
8 de Fevereiro de 1914

Toda e qualquer correspondencia
deverá ser dirigida a Francisco Bar-
bosa de Souza, redactor de "Diaria
da Manhã".



UMA VISTA DO PARQUE MOSCOSO



Figura 6. Victoria Illustrada, ano 1, n. 4, 8.2.1914. Capa. Laboratório de Design: História e Tipografia/Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 7. Victoria Illustrada, ano 1, n. 4, pp. 14-15, 8.2.1914. Laboratório de Design: História e Tipografia/Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

No mar

Era de tarde. O mar todo azulado
Tinha os tristes gemidos de quem chora.
E o céu tinha as tintas cor d'aurora
De um dia formoso, iluminado.

Na amurada do barco debruçado
Eu contemplava pela praia em fóra
A turba alegre que lá ia embora, —
Partido o peito, o coração ralado.

Correu o barco pela flôr dos mares
E eu senti que minha alma soluçava,
Cheia de dores, cheia de pezares...

E que na terra que ao longe se avistava
Por entre a copa verde dos palmares
Este meu pobre coração ficava!

CAMELIA AZUL.



Lar paterno

A madrugada, em flor, vinha raiando
— Lembro-me bem dessa fatal aurora —
Quando eu deixei a minha terra, quando
Deixei meu lar e o meu viver de outrora.

Lembro-me bem, mas soffro relembrando
Meus paes, meu lar, minhas irmãs, agora
Toda a saudade que eu senti vibrando
Toda a saudade no meu peito mora.

Vinha raiando, em flor, a madrugada.
Uma sincera lagrima brilhava
De minha irmã em cada face, em cada...

E eu, que a saudade despertando via,
Para occultar a dor, ria e chorava,
Enquanto minha mãe chorava e ria!

ANTONIO BRAGA.

Amelinha

Minha filha, a existencia e bem pesada
E por te amar e abraçar me sofrendo.
Em minha alma um temor lhe tira o alento
E os prazeres lhe põe em dobandada.

O medo que a sacode como um vento,
Faz-me verte infeliz, pobre e magada
Nas tristezas do mundo amortalhada
E nas trevas do meu padecimento.

A vida e triste a vida, uma amargura
E uma amargura essa affeição que sinto
— Um mal querido e mal que não tem cura...

Pais grande e o medo — essa visão escura
Que em frapses versos e incolora pinto
E em lagrimas te envolvo a alva candura.

OSWALDO FOGGI.

Victoria, 4-2-1914.



Dulce

Se houvesse ainda talisman bendito
Que desse ao pantano a corrente pura,
Musgo ao rochedo, festa a sepultura,
Das aguas negras harmonia ao grito:

Se alguém pudesse ao infeliz precito
Dar logar no banquete da ventura,
E trespassar o vitar da incognita escura
Num poema dos beijos — infinito:

Certo serias tu, donzella casta,
Quem me tomara em meio do Calvario
A cruz de angustias que o meu ser arrasta!

Mas si tudo recusa-me o fadario,
Na hora de expirar, ó Dulce, basta
Morrer beijando a cruz do teu rosario!

CASTRO ALVES.



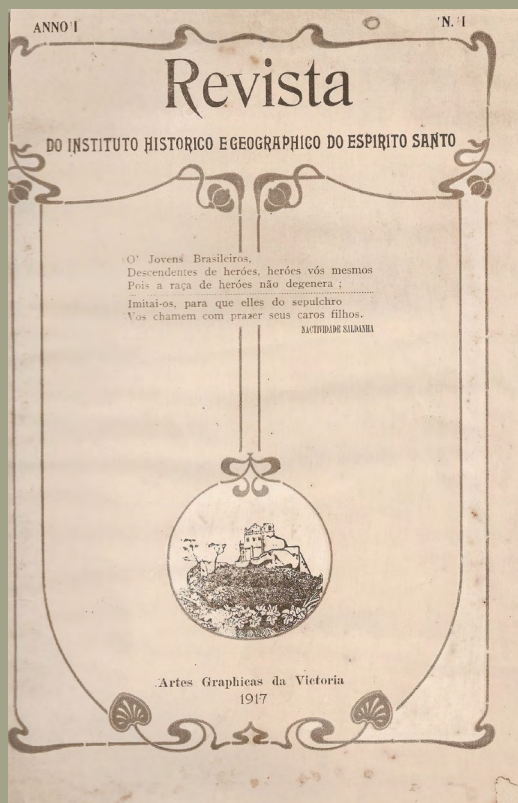


Figura 8. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, ano 1, n. 1, 1917. Capa. Laboratório de Design: História e Tipografia/Acervo da Biblioteca Pública do Espírito Santo Levy Cúrcio Rocha.

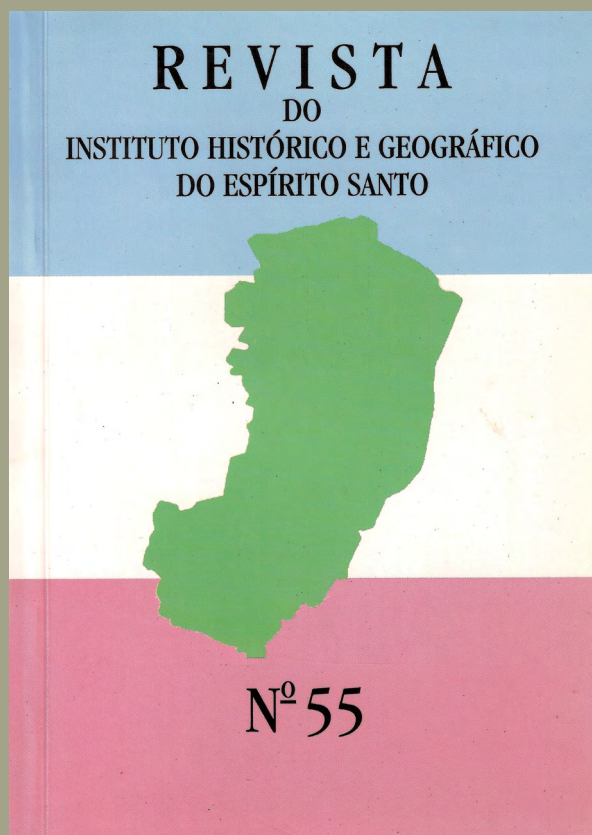


Figura 9. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, n. 55, 2001. Capa. Laboratório de Design: História e Tipografia/Acervo da Biblioteca Pública do Espírito Santo Levy Cúrcio Rocha.

Analisando a produção encontrada na década de 1910, pode-se afirmar que temos nesse momento a publicação de revistas nos moldes das principais produções nacionais, definidas pelo aumento da população leitora, pelo avanço técnico das gráficas e sinalizadoras de tantas inovações propostas pelos novos tempos¹⁹. Um reflexo condizente com o progresso e os investimentos realizados no estado. Nesse período Vitória se transformou em uma cidade moderna, contando com serviços de água, esgoto, luz elétrica e bondes²⁰.

Considerando que as revistas representam a sociedade na qual emergem, pode-se afirmar que a cidade cada vez mais urbanizada e desenvolvida influenciou e fomentou a produção de revistas modernas, ilustradas com imagens pictóricas e fotográficas, repletas de elementos gráficos decorativos e anúncios. O que denota ainda o desenvolvimento e os investimentos das casas impressoras locais.

Retomando as informações da revisão bibliográfica, percebeu-se que a citada *Revista Ilustrada*, que teria sido publicada em 1910, não foi encontrada nos acervos pesquisados nessa primeira fase da pesquisa. Será investigada sua existência em outros acervos do estado tão logo seja possível.

Na década de 1920, foi identificado o lançamento de mais duas revistas capixabas, entre elas a *Revista Vida Capichaba*, uma das mais longevas e a mais relevante até hoje, publicada de 1923 até 1959. Inicialmente era quinzenal, mas mudou a periodicidade em alguns momentos de sua história para semanal e mensal. Foi uma revista de variedades que retratava os anseios e interesses da elite capixaba (Figuras 10 a 12).

Figura 10. Revista Vida Capichaba, n. 1, 1923. Capa. Laboratório de Design: História e Tipografia/Acervo da Biblioteca Pública do Espírito Santo Levy Cúrcio Rocha.

Figura 11. Revista Vida Capichaba, n. 335, 1933. Capa. Laboratório de Design: História e Tipografia/Acervo da Biblioteca Pública do Espírito Santo Levy Cúrcio Rocha.

Figura 12. Revista Vida Capichaba, n. 113, pp. 2-3, 1928. Laboratório de Design: História e Tipografia/Acervo da Biblioteca Pública do Espírito Santo Levy Cúrcio Rocha.

19. Ana Luiza Martins, *Revistas em Revista*, p. 40.

20. José Teixeira de Oliveira, *História do Estado do Espírito Santo*, p. 442.106. *Idem*, pp. 43-44.

VIDA CAPICIABA

Pedra dos Ovos, um dos caprichos mais pittorescos de nossa natureza.

500 réis

VIDA CAPICIABA

PASSOU A HORA...

Um por um desfilam, em caminho para a Eternidade, para nunca mais voltarem, os momentos felizes que o Carnaval nos trouxe. Passou, no relógio da nossa vida, aquella Hora Feliz, inescusável e novamente surgem as Horas tristes. Que profunda tristeza se apodera do espirito ao ver este desfile sombrio. É, a par desta tristeza, que grande indignação, que cansaço que abalimento, que dor de cabeça! Dem caro temos que pagar cada momento de alegria que gozamos neste valle de lagrimas! Todavia encontra-se para tudo isto um alívio rapido e eficaz, graças a

ASPIRINA

Dois comprimidos acalmam a dor mais intensa e, ao mesmo tempo, levantam as forças, normalizam a circulação do sangue e fazem desaparecer, como por encanto, todos os efeitos produzidos pelo uso em excesso das bebidas alcoholicas, pelas noites passadas em claro e pela extrema excitação nervosa.

NÃO AFFECTA O CORAÇÃO NEM OS RINS.

VIDA CAPICIABA

REVISTA MODERNA ILUSTRADA

ANNO VI
RED E OFFICINAS
AVENIDA CAPICIABA
TELEFONE 377
CAIXA POSTAL 3652

FUNDADA EM 1923 - Nº 313
CIRCULA AS QUINTAS-FEIRAS
MANGEL LÓPEZ PIMENTA
ELÍDIO PIMENTEL

Victória, 23 de fevereiro de 1928

Alfineladas

O jovem «nota ligante», no baile de carnaval de domingo, no Victoria, estava com aspecto de desalinhado. Rodeado de senhorinhas admirava as vantagens do mutismo, quando se lhe depus um lábio a quem chamou para chorar a dor do seu sentimentalismo...

E elle chorou, sem tirar a máscara, que é a de todos os dias, a presença das que elle queria que fossem em tão breves...

do as lindas senhoritas, que mais impressionavam os seus olhos de cachibá, esteve deveras animado no baile carnavalesco de domingo, no Club Victoria. E, nessa noite, quem lhe tomou toda a atenção foi a graciosa senhorinha, que o moradora na Praia Comprida, e ligera das mais frequentes nos seus banhos de mar.

O Carnaval facilitou *habeas corpus* a muita gente, que lá fora se excedesse nas suas expansões de liberdade.

Foi assim que vimos a alegre moirna, cujo novado se publicou ha pouco, «dando cordão», bastante extensa, ao jornalista, que, no corao de domingo, a tarde, foi incansável em seguir, indo até, sem medo, a poeta e aos solavancos aos sentidos da Villa Rubim.

Mas tambem «elle», o noivo indiligente, onde estava, que não viu esse namorado, sem futuro!

O arrebatado não agora ainda está sob o remorso de ter dito certas «liberdades» áquelle lindo damão negro, que o perseguia nos *Coligados* e, depois, no *Perseguido* e tambem no Victoria.

Mas por que esse arrependimento? A máscara não exige se respiciem as caras...

No bar do Club Victoria, a troia era de honra casados. Da *Alfineladas* Tomavam *chibsky* e lembravam anedotas maliciosas. Nisso, não disse qualquer coisa ao ouvido de um delles. Mas alguns minutos, dissolveu-se a mesa e dois delles sahiram contentos, montaram um *tonovél* e rodaram para onde os chamavam, em quanto as respectivas *vas* *univas*, no salão, exalavam, em palestras com as amigas, a illicidade de ambos.

O futuro está recendo guardadamente ao nosso meio. E o seu kilometrico paládio, passando...

Sua tiragem inicial foi de mil exemplares e custava quinhentos réis, valor que dobrou a partir da segunda edição. Foi um importante veículo de conteúdo literário, tendo como colaboradores membros da Academia Espírito-Santense de Letras, além de conteúdo social, esportivo e notícias do Brasil e do mundo²¹¹⁵. Suas capas e as imagens de suas páginas eram um diferencial, com clichês produzidos no Rio de Janeiro, que recheavam a revista de fotografias e produções exclusivas em estilo *art nouveau* e *art déco*, com inspiração e posicionamento de uma legítima revista ilustrada moderna.

A *Revista Pedagógica*, publicada em 1924, dava voz ao órgão do professorado espírito-santense, era gratuita, com 24 páginas, publicava fotografias e nela não foram encontrados anúncios (Figura 13).

Na década de 1930, houve um *boom* de publicações, se compararmos com o período anterior. Temos o registro de sete novos títulos.

A *Alvorada*, revista do Regimento Policial Militar, foi publicada em 1930 e se apresentava como mensário noticioso, instrutivo, literário e de interesse da classe militar (Figura 14). Trata da Revolução de 30, menciona informações sobre o interventor do Estado, Punaro Bley, com imagens fotográficas e muitos recursos de vinhetas decorativas. Publicou páginas de anúncios tipográficos e capa colorida.

Já a *Revista da Associação Commercial de Victoria* foi lançada em 1930, com periodicidade mensal, 26 páginas e distribuição gratuita (Figura 15). Não tinha grande apelo visual e havia a inserção de poucas fotografias e anúncios, apesar de divulgar que era financiada apenas pelos anúncios publicados.

Entre 1933 e 1934, foi publicada a revista *Bonde Circular*, pela Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE) e produzida no parque gráfico da Revista *Vida Capichaba* (Figura 16 e 17). Abordava temas sobre a sociedade e a companhia. Seu nome estava ligado ao bonde elétrico, que circulava na cidade de Vitória desde 1927. Realizou diversas experimentações gráficas, especialmente na diagramação das fotografias e composições diferentes das páginas centrais das edições. A revista era distribuída aos funcionários da CCBFE e informava em seu expediente que aceitava assinaturas anuais de leitores interessados.

A *Revista do Estado do Espírito Santo*, publicada em 1933 com sessenta páginas, teve tiragem anunciada de cinco mil exemplares e foi distribuída gratuitamente (Figuras 18 e 19). Caracteriza-se por apresentar uma miscelânea temática, com grande enfoque em atualidades e textos

21. Ver mais informações sobre a *Revista Vida Capichaba* em Jadir P. Rostoldo, *op. cit.*; Sônia Maria da Costa Barreto, *Revista "Vida Capichaba"*, pp. 147-156; Thiago Luiz Dutra, Rayza Mucunã Paiva, Leticia Pedruzzi Fonseca e Heliana S. Pacheco, "A História da *Revista Vida Capichaba* sob a Ótica do Design Gráfico".

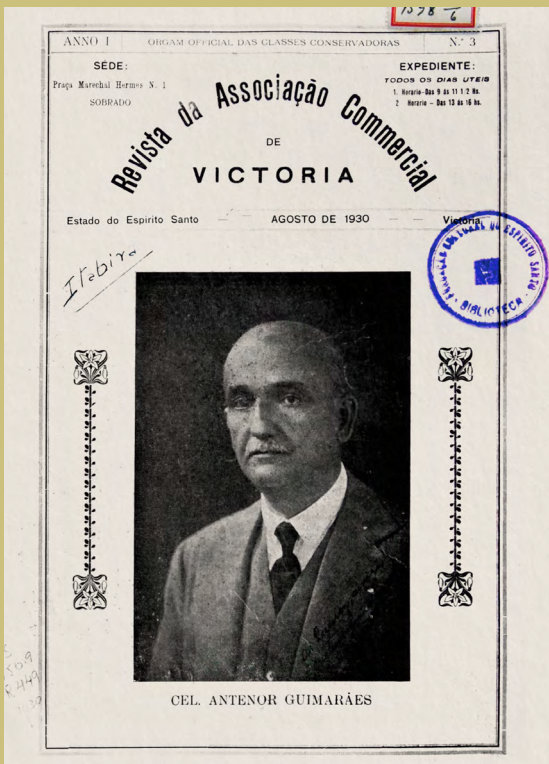
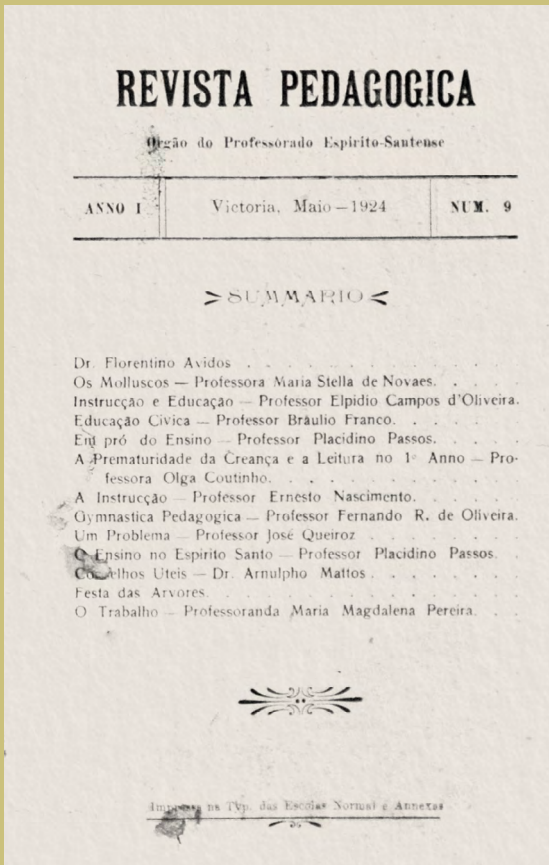


Figura 13. Revista Pedagógica, n. 9, 1924. Capa. Laboratório de Design: História e Tipografia/Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

Figura 14. A Alvorada [revista do Regimento Policial Militar], n. 5, 1930. Capa. Imagem digitalizada e cedida pela Biblioteca Pública do Espírito Santo Levy Cúrcio Rocha.

Figura 15. Revista da Associação Commercial de Victoria, n. 3, 1930. Capa. Laboratório de Design: História e Tipografia/Acervo da Biblioteca Pública do Espírito Santo Levy Cúrcio Rocha.

Figura 16. Revista Bonde Circular, n. 4, 1933. Capa. Imagem digitalizada e cedida pela Biblioteca Pública do Espírito Santo Levy Cúrcio Rocha.

Figura 17. Revista Bonde Circular, n. 6, p. 2, 1933. Imagem digitalizada e cedida pela Biblioteca Pública do Espírito Santo Levy Cúrcio Rocha.



EXPEDIENTE

DIRETOR GERENTE — Dan M. Tikhomiroff
 RED. RESPONSÁVEIS — Persio Nascimento
 Edgard Muijari
 G. P. Nascimento
 Dr. Louren Hoita
 SECRETÁRIA — Ruth Ximenes

Mensário escrito e mantido pelos operários, empregados e dirigentes da C.C.F.F.E.

Única revista do Espírito Santo que tem B colaboradores?

BONDE CIRCULAR é responsável também pelos artigos assinados.

COLABORADORES EFETIVOS:

Corina Zeol	Mr. A. E. Foster
Odete Neves	Dr. Edgard Fagnani
Conceição Ximenes	Romildo
Márcia Góes	Alexandre Fernandes
Nair Gonçalves	M. F. Coutinho
Ruth Ximenes	Dyssia Mello
Amélia Huetbeck	Amândeo Coutinho
Zena Leal	Gilbert Galvira
Antônia Aguiar	J. D. O. Arsis
Cecero Nuno	Bernardes Braga
	Francisco Corpeira

REPRESENTANTES:

Dr. Vicente Duran, Nelson Silva e A. Melo
 — em Cachoeira de Itapemirim.

CENTRAL 661

«BONDE CIRCULAR»
 é impresso nas oficinas da EMPRESA GRAPHICO-EDITORA «Vida Capichaba» onde se confecciona todo e qualquer trabalho gráfico, com centro e rapidez.
 Avenida Capichaba, 28
 Telefones, 117 — Caixa Postal, 121
 VICTORIA — E. S. SANTO

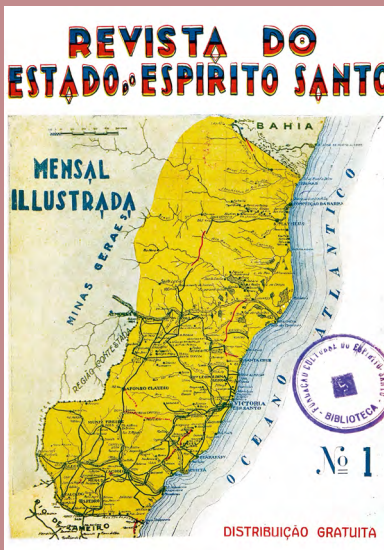


Figura 18. Revista do Estado do Espírito Santo, n. 1, 1933. Capa. Imagem digitalizada e cedida pela Biblioteca Pública do Espírito Santo Levy Cúrcio Rocha.

Figura 19. Revista do Estado do Espírito Santo, n. 1, p. 2, 1933. Imagem digitalizada e cedida pela Biblioteca Pública do Espírito Santo Levy Cúrcio Rocha.

artísticos. Autointitulada “mensal ilustrada” na capa, a publicação faz jus à riqueza visual enunciada, porém a manutenção da periodicidade não pode ser aferida, pois só foi encontrado um único exemplar nos acervos pesquisados.

Ainda apresentando as revistas da década de 1930, tem-se a *Espírito Santo Judiciário*, que foi publicada em 1934, anunciava ser bimensal e custava 8\$000 réis (Figura 20). A única edição encontrada no inventário possui 71 páginas e nenhum apelo visual, já que não usou nenhum tipo de imagem, e, tanto em sua capa quanto em seu miolo, o texto era apresentado sempre em uma coluna. A revista tratava da vida jurídica do país, trazendo jurisprudência de tribunais, artigos de doutrina e legislações.

A *Revista de Educação* foi lançada em 1934 e anunciou ser uma publicação a cargo do serviço de cooperação e extensão cultural do departamento do ensino público, destinada à vulgarização de métodos e processos contemporâneos de ensino (Figura 21). Foram encontradas edições sequenciais e mensais até 1937 e depois a revista foi relançada nos anos de 1956 e 1987. Era mensal, inicialmente custava 1\$500 réis e publicava poucos recursos imagéticos. A capa geralmente era monocromática ou em duas cores, trazendo algum desenho bem simples, relacionado à educação ou ao Espírito Santo. As páginas do miolo apresentavam o texto em apenas uma coluna.

A revista *Chanaan* foi publicada entre 1936 e 1939, na cidade de Vitória, sob a direção de Carlos Madeira (Figuras 22 e 23). Seu nome foi inspirado na obra de grande sucesso de Graça Aranha, intitulado *Canaã* (1902), que aborda a história de imigrantes alemães em terras capixabas e retrata o Espírito Santo como um local sagrado por ser uma terra fértil. Foi uma revista de variedades direcionada ao público intelectual da época e com forte ligação com o governo estadual que a financiava e a utilizava para divulgar os feitos do governo do interventor Punaro Bley. Seu formato, preço e número de páginas variaram ao longo das edições. Foi uma publicação de destaque em relação às experimentações gráficas de suas páginas, com grande investimento em imagens pictóricas e, principalmente, fotográficas. Publicava uma grande quantidade de anúncios locais e nacionais.

Confrontando os dados coletados na fonte primária com os dados apresentados pelo relatório da Estatística da Imprensa Periódica no Brasil, publicado pelo Departamento Nacional de Estatística, em 1931, pode-se afirmar que houve um aumento significativo na produção de periódicos capixabas no início do século xx. Os dados estatísticos mostram que em 1912 havia 26 publicações periódicas no Espírito Santo e que em 1930 esse número subiu para 44 diferentes títulos, um aumento de quase 70% na quantidade inventariada. Além disso, foram apresentados dados sobre a quantidade de profissionais

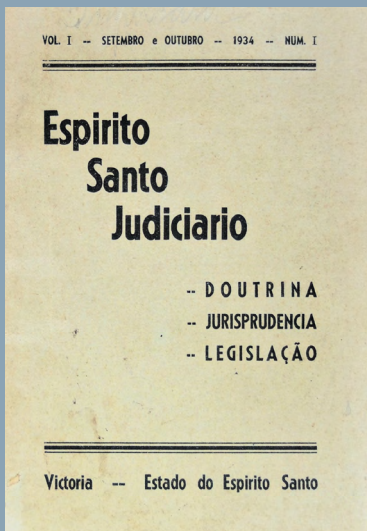


Figura 20. Espirito Santo Judiciário, n. 1, 1934. Capa. Laboratório de Design: História e Tipografia/Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

Figura 21. Revista da Educação, ano 3, n. 22, 1936. Capa. Laboratório de Design: História e Tipografia/Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

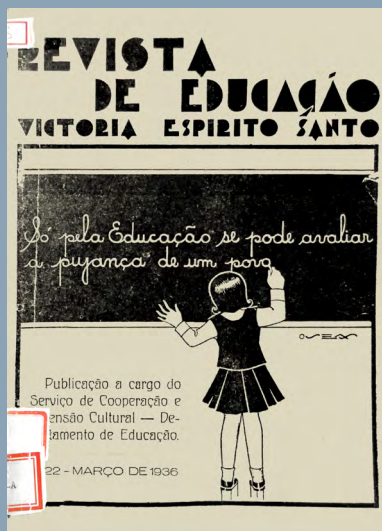


Figura 22. Revista Chanaan, n. 7, 1936. Capa. Imagem digitalizada e cedida pela Biblioteca Pública do Espírito Santo Levy Cúrcio Rocha.

Figura 23. Revista Chanaan, n. 7, p. 9, 1936. Imagem digitalizada e cedida pela Biblioteca Pública do Espírito Santo Levy Cúrcio Rocha.



envolvidos na produção das publicações periódicas do Estado e a natureza dos serviços prestados, sendo: 144 redatores, 111 funcionários administrativos, 91 revisores e 153 colaboradores nas oficinas, com um total de 499 profissionais identificados. O relatório pondera que em alguns casos uma mesma pessoa poderia ocupar mais de um cargo, principalmente nas pequenas oficinas do interior, e que poderiam haver profissionais que prestavam serviços para mais de uma publicação.

Continuando a apresentação das revistas capixabas por décadas, foram identificados três títulos nos anos de 1940, a saber: *Cachoeiro de Itapemirim – Um Município numa Revista* (1947), *Agricultura Capixaba* (1948), *Folclore* (1949).

Foi lançada, em 1947, a revista *Cachoeiro de Itapemirim – Um Município numa Revista*, com 82 páginas, sem indicação de preço e numeração, com apenas um exemplar encontrado nos acervos pesquisados (Figuras 24 e 25). Abordava educação, cultura, saúde e urbanismo na cidade de Cachoeiro e utilizava muitas fotografias para ilustrar suas matérias. Sua capa era colorida e suas páginas repletas de anúncios.

O inventário registrou exemplares da revista *Agricultura Capixaba*, publicada nos anos de 1948 e 1949, que tinha trinta páginas e podia ser adquirida por meio de assinaturas (Figura 26). Tratava de assuntos relativos à agricultura e à pecuária e, vez ou outra, também fala sobre a cidade de Vitória ou sobre o governo do Espírito Santo. A revista era impressa em preto e branco e publicava muitas fotografias e anúncios, nestes notou-se a impressão esporádica de uma segunda cor.

A revista *Folclore* foi produzida pelo Órgão da Comissão Espírito-Santense de Folclore, publicada de 1949 a 1982, com periodicidade oscilando entre bimestral e anual e distribuída gratuitamente (Figura 27). A revista divulgava as comunicações, inquéritos, pesquisas e estudos sobre as tradições populares capixabas. Publicava muitas fotografias para ilustrar as matérias e era impressa em monocromia.

Conclui-se que na primeira metade do século XX as revistas capixabas surgiram configuradas nos moldes das revistas modernas contemporâneas. Nesse período foram identificadas dezesseis revistas publicadas, sendo oito institucionais, cinco de variedades, uma de agricultura, uma de propaganda política e uma jurídica. Outro dado curioso é que, das dezesseis revistas, apenas seis eram comercializadas, ou seja, a maioria era produzida e distribuída gratuitamente de acordo com o público e os interesses de divulgação de informações de instituições ou políticos.

Na segunda metade do século XX, a quantidade de revistas lançadas por décadas se manteve pequena até a década de 1970, cresceu um pouco na década de 1980 e se desenvolveu exponencialmente a partir da década de 1990.

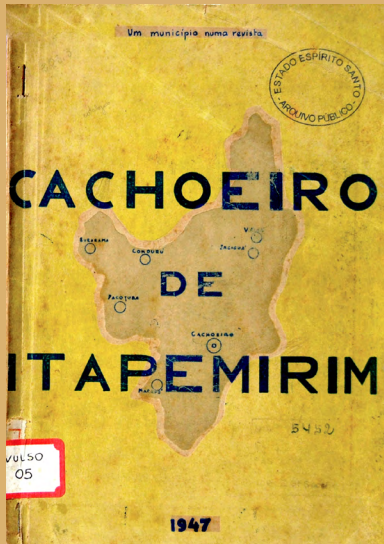


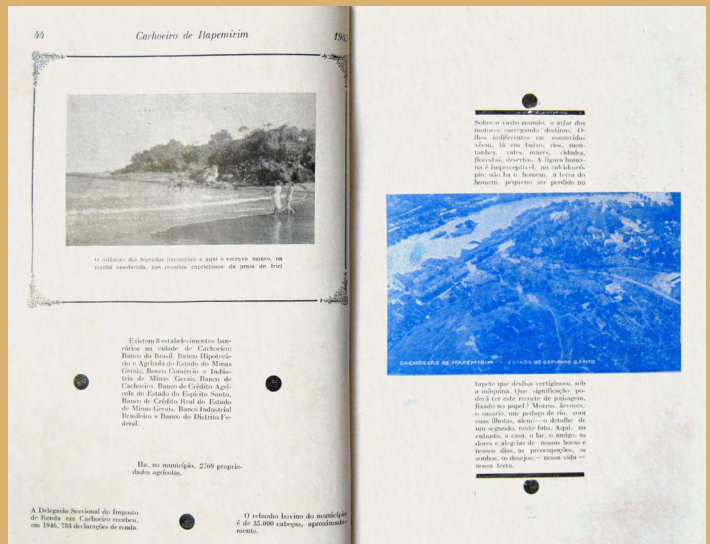
Figura 24. Cachoeiro de Itapemirim – Um Município numa Revista, sem numeração, 1947. Capa. Laboratório de Design: História e Tipografia/Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 25. Cachoeiro de Itapemirim – Um Município numa Revista, sem numeração, p. 44, 1947. Laboratório de Design: História e Tipografia/Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.



Figura 26. Agricultura Capixaba, ano 2, n. 16, 1949. Capa. Laboratório de Design: História e Tipografia/Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

Figura 27. Folclore, ano 1, n. 3, 1949. Capa. Laboratório de Design: História e Tipografia/Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.



Na década de 1950, sete novas revistas capixabas foram identificadas. Na década de 1960 foram registrados dez novos títulos nos acervos pesquisados. Já na década de 1970, tem-se a identificação de doze novas revistas capixabas. E na década de 1980 o número de revistas encontradas praticamente triplicou, com 32 novos títulos registrados.

Na década de 1990 foram computados 73 novos títulos, na primeira década dos anos 2000 foram registradas 79 novas revistas capixabas e de 2010 a 2018 mais 72 títulos publicados. Além disso, a coleta de dados computou vinte títulos de revistas capixabas publicadas sem indicação de data.

Esses dados quantitativos compõem um volume considerável de informações sobre títulos e informações pormenorizadas de cada um deles que ainda serão tratados com o devido rigor acadêmico para que possam se transformar em resultados e serem apresentados nas publicações do inventário qualitativo de revistas capixabas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento das revistas capixabas, nos três principais acervos públicos do Espírito Santo, demonstrou a riqueza de títulos salvaguardados e disponíveis para acesso. Um material valioso que constitui fonte de objetos de estudos patrimoniais do Espírito Santo. Pode-se afirmar que a coletânea levantada na primeira etapa da pesquisa e os acervos que ainda serão estudados guardam espécimes que são verdadeiro patrimônio cultural nacional, bens protegidos que “participam da construção do pertencimento, das identidades e da continuidade da experiência social”²².

Considerando que a imprensa foi implantada no Espírito Santo apenas em 1840 e que o primeiro jornal periódico a circular data de 1849, pode-se afirmar que o desenvolvimento da imprensa periódica no Espírito Santo só se deu a partir na segunda metade do século XIX. Somados a isso, temos registros de inúmeros periódicos de temáticas variadas e distintas das notícias costumeiras e da pauta política, como por exemplo periódicos focados em humor, literatura, sátiras, e também registros de segmentação de público, como no caso de periódicos dedicados às mulheres. Pela pobreza material de uma imprensa ainda embrionária e se desenvolvendo junto a uma região com público leitor muito restrito, podemos supor que as iniciativas que poderiam se

22. Ana Luiza Martins, “Fontes para o Patrimônio Cultural. Uma Construção Permanente”, p. 281.

aproximar de publicações de revistas mantiveram sua configuração no padrão jornal pela realidade da imprensa local no século XIX.

Ponderando o atraso na implantação e no desenvolvimento da imprensa no Espírito Santo, propõem-se uma relação da perspectiva material com a imprensa pioneira do Rio de Janeiro, na qual, segundo Martins²³, até meados do Império o jornal e a revista permaneceram similares. Na imprensa capixaba essa similitude de configuração permaneceu até o início do século XX.

O acervo de impressos capixabas representa o contexto histórico, a imprensa tardia, a atividade política, a produção dos literatos, ou seja, os impressos colocados como relíquias de um tempo em que se pode saber, por meio de seus registros, quem eram os intelectuais atuantes, quais eram os assuntos tratados e como o conteúdo se apresentava em termos editoriais e gráficos.

Com a continuação do mapeamento de acervos capixabas que possuem revistas em suas coleções e da coleta de dados sobre cada título encontrado, será possível realizar análises dos dados coletados de modo a gerar resultados pormenorizados sobre as temáticas abordadas, os profissionais envolvidos, os investimentos relacionados a acabamentos gráficos e imagens, a publicidade, dentre outros.

A pesquisa está longe de ser esgotada, mas os resultados preliminares já começam a delinear a história das revistas capixabas e suas particularidades relacionadas ao contexto histórico, social, econômico, político, cultural e tecnológico.

23. Ana Luiza Martins, "Imprensa em Tempos de Império", p. 56.

SOBRE A AUTORA

Leticia Pedrucci Fonseca é professora associada do curso de Design da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutora e mestre em Design pela PUC-RJ e bacharel em Desenho Industrial - Programação Visual pela UFES. Coordena o Laboratório de Design: História e Tipografia (LadHT), que possui atividades de pesquisa e extensão relacionadas à Memória Gráfica Brasileira (acesse ladht.ufes.br). Participa dos grupos de pesquisa "Imprensa e Circulação de Ideias: O Papel dos Periódicos nos Séculos XIX e XX" e "Memoráveis: Manifestações Gráficas Afetivas". É autora do livro *Uma Revolução Gráfica: Julião Machado e as Revistas Ilustradas no Brasil, 1895-1898* (Blucher, 2016) e organizadora da obra *Produção e Publicação de Revistas Capixabas: Inventário dos Acervos Públicos da Região Metropolitana de Vitória, 1912-2019* (Edufes, 2022).



DE DESPEDIDA.

Safa, que bota pesada!...



DE RECOMMENDAÇÃO.
Presuntos, queijos, etc.; Rua do Rosario
n.º B. N.



DE ILAÇÃO AMO
De amor não po
Quasi respirar.





IMPrensa NO BRASIL:

NOTAS SOBRE A PASSAGEM PARA O SÉCULO XX

Tania Regina de Luca

No Brasil, a introdução da imprensa foi bastante tardia e articulada-se à série de transformações decorrentes da transferência da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro. Tal fato, aliado ao escravismo, à escassa urbanização e ao diminuto público leitor, permitem compreender por que o mundo das tipografias, povoado por diferentes prelos e prensas, que demandavam o trabalho de tipógrafos compositores, impressores e artistas do traço, era, nos seus primórdios, um território dominado, sobretudo, por estrangeiros. Essa observação é igualmente válida para editores e livreiros, ainda que as distinções no mundo dos impressos não estivessem demarcadas por fronteiras muito rígidas¹. Editores imprimiam e comercializavam livros e periódicos; pintores, desenhistas e gravadores lançavam jornais e revistas e, por vezes, também acumulavam a propriedade de tipografias, que aceitavam encomendas diversificadas, para a produção de textos e

1. Para os momentos iniciais da imprensa no Rio de Janeiro, ver: Marco Morel, *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*.

imagens, essas últimas cada vez mais solicitadas, inclusive para rótulos comerciais².

Se as atividades ligadas à impressão foram proibidas por séculos no Brasil, é importante não perder de vista que sua difusão ocorreu justamente num momento em que as práticas vigentes desde os tempos de Gutenberg começavam a sofrer alterações profundas. Foi ainda nas décadas iniciais do Oitocentos que novidades como a fabricação de papel contínuo e as prensas mecânica e cilíndrica, movidas pelo vapor, incorporaram-se ao cotidiano das oficinas, enquanto a mecanização da composição, que substituiu a seleção manual das letras na caixa tipográfica, remonta a meados da década de 1880³, novidade que se difundiu efetivamente nos grandes jornais brasileiros somente no início do século XX. Procedimentos modernos e máquinas rotativas cada vez mais velozes, que exigiam considerável inversão de capitais, anunciavam o alvorecer de um tempo bastante diverso do que dominou a imprensa durante a maior parte do período imperial brasileiro.

Por várias décadas, a luta política constituiu-se no motor fundamental do jornal-tribuna, que floresceu durante o processo que pôs fim à nossa condição colonial e nas conjunturas conturbadas do Primeiro Reinado e da Regência. A razão primeira da existência desses impressos, em geral de vida breve, era o debate e a tomada de posição na arena pública⁴. As funções de proprietário, redator, editor, gerente e impressor eram desempenhadas por alguns poucos indivíduos ou mesmo por uma única pessoa.

Foi nos últimos decênios do Império que teve início a transição que transformou os impressos periódicos num negócio, o que fez com que seus proprietários adotassem uma perspectiva empresarial, ou seja, fossem instados a se preocupar com o retorno do capital investido e com a saúde financeira do empreendimento, o que exigia a adoção de métodos racionais de gerenciamento, capazes de otimizar lucros e atender aos imperativos da produtividade. Tornou-se rotina a busca por inovações, que permitiam aumentar a tiragem e o número de páginas e, ainda assim, baratear o preço dos exemplares e oferecer uma mercadoria cada vez mais atraente e visualmente aprimorada, capaz de atender às expectativas dos assinantes e mesmo aumentar o seu número. E, conforme se destacou, as inovações no âmbito da produção

2. Sobre a relação entre imagens e anúncios, ver: Lívia Lazzaro Rezende, "A Circulação de Imagens no Brasil Oitocentista: uma História com Marca Registrada", pp. 20-61.

3. Ver Roger Chartier, "L'Ancien Régime Typographique: Réflexions sur Quelques Travaux Récents", *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, ano 36, n. 2, pp. 191-209, 1981.

4. Sobre os primeiros periódicos, ver: Isabel Lustosa, *Insultos Impressos. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*.

gráfica sucediam-se rapidamente num contexto em que, na Europa e nos Estados Unidos, a demanda por material impresso crescia de forma exponencial, pressionando a procura por soluções rápidas e eficazes, inclusive para a impressão direta das imagens fotográficas, tecnologia que se tornou disponível, em larga escala, no início do século xx.

IMPrensa E INFRAESTRUTURA

Contudo, a disponibilidade de meios técnicos, por si só, não é suficiente para criar uma imprensa vigorosa, afinal, não basta imprimir os exemplares, é preciso fazê-los chegar até os eventuais interessados, ou seja, a tiragem depende de meios eficientes de distribuição e, também, da existência de leitores dispostos a pagar por um produto que precisa ser considerado relevante. Assim como a rotina nos ateliês tipográficos alterou-se sob o influxo da mecanização, que deu origem a um novo ramo industrial, não se pode esquecer que foi justamente no decorrer do século XIX que os meios de transporte conheceram grande impulso. A travessia de mares e oceanos tornou-se muito mais ágil sob a égide do vapor. Por volta de 1860, o tempo da travessia entre a Europa e o Rio de Janeiro declinou de 54 para 29 dias, rota que, na década de 1880, era realizada em 22 dias⁵.

A aceleração também contaminou os transportes terrestres graças às estradas de ferro, que serpenteavam por entre cidades e florestas, tornando-se um dos mais poderosos símbolos de modernidade, rapidez e eficiência. A locomotiva, musa de poetas, romancistas e pintores, expressava a força do mundo industrial. No início da década de 1880, o número de passageiros transportados já estava próximo da marca dos dois bilhões e eram inegáveis os efeitos sobre a paisagem trazidos pelo conjunto de ferrovias. Graças às “vastas redes de trilhos reluzentes”, que cruzavam “aterros, pontes e viadutos, passando por atalhos, atravessando túneis de mais de quinze quilômetros de extensão e passos de montanhas da altitude dos mais altos picos alpinos”⁶, regiões antes apartadas tornavam-se acessíveis e a experiência do deslocamento um dado do cotidiano.

Espaços comuns de circulação e de trocas em escala e ritmo inéditos descortinavam novas possibilidades para a difusão da informação e o

5. Informações em Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil*, pp. 199-200. Em 1857, os serviços postais entre a França e o Brasil tornaram-se responsabilidade da empresa *Messageries Maritimes*, subvencionada pelo governo francês para realizar a travessia, que se iniciou em 1861. No Atlântico Sul, a rota compreendia portos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro e daí para Montevidéu e Buenos Aires (Marie-Françoise Berneron-Couvenhes, *Les Messageries Maritimes. L'Essor d'une Grande Compagnie de Navigation Française (1851-1894)*, pp. 128-131).

6. Eric J. Hobsbawm, *A Era dos Impérios (1875-1914)*, p. 48.

confronto de opiniões. No caso brasileiro, era essencial mitigar as dificuldades de comunicação num país de dimensões continentais e cuja articulação do território continuava muito precária. A navegação por cabotagem ou pelos grandes rios ainda era, tal como no período colonial, o principal meio de interligação entre as diferentes regiões. Lenta, difícil e sujeita aos caprichos dos ventos e das correntes, especialmente quando se tratava de percorrer o litoral, a situação não se alterou significativamente nem mesmo com a introdução do vapor.

Já as ferrovias ganharam particular impulso, depois dos anos 1860, sobretudo nas áreas destinadas ao plantio do café, melhor servidas graças às necessidades de escoamento da produção para o mercado internacional, mas ainda assim carentes de planejamento capaz de garantir racionalidade ao sistema, que crescia ao sabor de interesses momentâneos, como fica evidente no caso de São Paulo⁷. Se as circunstâncias impediam a constituição de um mercado nacional efetivamente integrado, regiões economicamente mais dinâmicas, especialmente o Sudeste, beneficiaram-se com os novos ventos, uma vez que as composições que transportavam a produção agrícola também carregavam material impresso. Os jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo podiam chegar pontualmente aos assinantes residentes em locais situados a consideráveis distâncias dos centros de impressão.

No que tange à difusão rápida das notícias, os cabos submarinos, que permitiam interligações continentais, merecem particular destaque. Entre nós, eles começaram a ser instalados na década de 1870 e facilitaram enormemente a conexão das diferentes províncias. Em meados de 1874, completou-se a ligação entre a capital do Império e a Europa, com passagem por Pernambuco e entrada no velho continente através de Portugal, feito comemorado por meio do envio de mensagens do Imperador D. Pedro II a diversas autoridades ao redor do mundo⁸.

Ainda que a remessa de telegramas fosse bastante cara, é inegável o impacto das ágeis notas telegráficas que, com pequena decalagem de tempo, informavam, de maneira precisa, data, hora e local dos eventos, impondo um novo compromisso com o ideal da notícia e da informação e substituindo de vez a velha fórmula “soube-se, pelo último pacote...”, que trazia notícias de dois meses atrás. Eventos ocorridos em regiões recônditas poderiam ser, de imediato, difundidos nos jornais e compartilhados por milhares de indivíduos, o que também contribuía

7. Sobre o tema, ver: Warren Dean, *Rio Claro. Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura (1820-1920)* e Flávio Azevedo Marques de Saes, *As Ferrovias de São Paulo (1870-1940)*.

8. Para uma visão panorâmica sobre as comunicações, consultar: Matias Molina, *História dos Jornais no Brasil. Da Era Colonial à Regência*, pp. 368-399.

para compor um imaginário em relação à descrição do diferente e do exótico, num contexto em que as principais potências europeias travavam acirrada disputa pela Ásia e África⁹.

É interessante notar que dois jornais, saudados como representantes do novo perfil do periodismo diário e que alcançaram considerável prestígio, foram lançados pouco depois da inauguração do cabo submarino: *A Província de São Paulo*, que começou a circular em 4 de janeiro de 1875 e cujo nome foi posteriormente alterado para *O Estado de S. Paulo*, e a *Gazeta de Notícias* (RJ), que veio a público em 2 de agosto do mesmo ano.

Justamente por conta dos altos custos de transmissão, a chegada do cabo foi acompanhada pela abertura de uma sucursal das agências franco-britânica Havas-Reuter, que exploravam conjuntamente o envio de informações para os países da América do Sul¹⁰. Tal monopólio tornava as notícias publicadas nos diferentes jornais muito semelhantes, o que contribuiu para incrementar a prática, já vigente, de manter correspondentes próprios em outras cidades do país e nas grandes capitais do mundo e/ou financiar viagens para obter relatos exclusivos. Cabia a esses indivíduos complementar, interpretar e mesmo antecipar-se às notícias enviadas pelas agências, luxo que somente poderia ser custeado por um número restrito de jornais. Delineava-se a chamada grande imprensa, fórmula genérica que designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro.

Entre os que exerceram a função de correspondentes de jornais brasileiros no exterior cabe destacar o exemplo de Santa-Anna Nery, residente em Paris e que desde fins de 1874 atuava em nome do *Jornal do Comércio*¹¹, respondendo pela coluna “Ver, Ouvir, Contar”. A mesma estratégia foi utilizada pela *Gazeta de Notícias*, que convidou renomados escritores portugueses que viviam em capitais do velho continente para desempenhar função semelhante. Assim, por exemplo, Ramalho Ortigão foi um colaborador longo que compareceu, com interrupções, entre 1878 e 1915, com crônicas remetidas de Lisboa, enquanto Eça de Queirós, outra presença constante na folha fluminense entre 1880 e 1897, ainda que não de forma contínua, enviava notas da Inglaterra, país onde residiu por vários anos por integrar o corpo diplomático português. A estratégia trazia vantagens econômicas evidentes, pois a empresa não precisava arcar com despesas de deslocamento e manutenção de seus colaboradores no

9. Acerca da construção do Oriente pelo Ocidente, ver: Edward Said, *Orientalismo. O Oriente como Invenção do Ocidente*.

10. Para a história das agências de notícias, ver: Oliver Barret-Boyd, *The International News Agencies*.

11. Rio de Janeiro, 1827-2016.

exterior e, por outro lado, podia orgulhosamente anunciar aos leitores a publicação de textos especialmente escritos para a folha por ilustres escritores.

Joaquim Nabuco esteve entre os pioneiros a sair do país especificamente para o exercício da tarefa, tendo partido para Londres em dezembro de 1881 na condição de correspondente do mesmo *Jornal do Comércio*, em substituição ao inglês William Clark, recém-falecido. O seu interesse pelo cargo cresceu após não ter sido reeleito Deputado-Geral no pleito realizado naquele mesmo ano, ao que se somava a pequena chance de obter um emprego público, por conta de sua intransigente defesa em prol da abolição do regime escravista¹².

EM BUSCA DA NOTÍCIA

O exemplo dos correspondentes é importante por evidenciar que não eram apenas os aspectos associados à apresentação física dos exemplares que estavam se transformando frente às novas técnicas de composição e impressão, mas o próprio conteúdo do que se ofertava ao leitor, ou seja, a produção do texto jornalístico começava a seguir novos caminhos. Os artigos opinativos, que antes justificavam a existência da folha, já não bastavam e se os jornais nunca abandonaram a luta política, tiveram que responder aos desafios de dar conta dos acontecimentos ao redor do globo. Interessava a informação, a última novidade, fosse no campo da política, cultura, esportes, vida social ou do entretenimento, mas também seções dedicadas ao público feminino, casos escabrosos que ocupavam as colunas policiais e aqueles inusitados e curiosos reunidos na rubrica *fait divers*¹³. Crônicas leves, crítica literária, comentários sobre os espetáculos teatrais, romances publicados no pé da página, os chamados folhetins, cujas tramas instigantes prendiam a atenção do leitor, ansioso para acompanhar o desenrolar da narrativa. Em 1893, um editorialista do *Petit Parisien*¹⁴ bem sintetizou as expectativas e as promessas que todos os cotidianos, e não apenas os franceses, esperavam cumprir: “Ler o jornal é viver uma vida universal, a vida da capital de todas as cidades, de toda a França, de todas as nações”¹⁵.

Esse novo formato, que não surgiu pronto e acabado, mas foi se

12. Sobre a tarefa dos correspondentes e as diferentes situações recobertas pelo termo, ver: Tania Regina de Luca. “Correspondente no Brasil. Origens da Atividade nas Décadas de 1870 e 1880”, pp. 112-125.

13. Sobre o tema, ver: Dominique Kalifa, *L'Encre et le Sang. Récits de Crimes et Société à la Belle Époque*.

14. Paris, 1876.

15. *Apud* Renato Ortiz, *Cultura e Modernidade. A França no Século XIX*, p. 245.

impondo nas décadas finais do Oitocentos, hierarquizava e impunha divisões no âmbito do trabalho intelectual, com a especialização entre redatores, articulistas, críticos, repórteres, revisores, desenhistas, fotógrafos, além dos empregados administrativos e, por fim, um exército de operários, encarregados de dar materialidade aos textos¹⁶. A própria criação literária teve que se adequar às novas demandas do suporte, uma vez que era nos periódicos que os escritores davam a conhecer sua produção e obtinham importante remuneração¹⁷. Já em 1839, num célebre artigo na *Revue des Deux Mondes*¹⁸, o crítico Saint-Beuve cunhou o termo “literatura industrial”, ou seja, escrita no diapasão do vapor, referência explícita à produção apressada, segundo o ritmo e as necessidades de jornais e revistas¹⁹.

Seguir os fundamentos da economia de mercado transformou-se, portanto, na condição primeira para a sobrevivência dos periódicos, o que não excluía a existência de folhas cuja fundação foi motivada por conjunturas e interesses políticos momentâneos – realização de eleições em âmbito local ou nacional, disputas, desavenças, reordenações e cisões no seio dos grupos dirigentes. Ainda que tivessem adentrado ao mundo dos negócios, as revistas e os jornais não deixaram de se constituírem em espaços privilegiados de lutas simbólicas, nos quais diferentes segmentos digladiavam-se em prol de interesses específicos e interpretações sobre o passado, o presente e o futuro. Não por acaso, os vários órgãos da grande imprensa distinguiam-se pelo seu matiz ideológico, discernível nas causas que abraçavam, na autoimagem que se esforçavam por construir e no público que pretendiam atingir.

MODERNIDADE À VISTA

A prosperidade trazida pelo café deu alento à economia brasileira²⁰ e foi acompanhada por um surto de urbanização nas regiões tributárias do café, produto que exigiu a criação de complexa infraestrutura de serviços capaz de intermediar a produção local e o mercado externo: bancos, seguradoras, agências de importação, armazenamento e exportação, ferrovias,

16. Sobre a hierarquia nas redações, ainda vigente nos dias atuais, ver: Robert Darnton, “Jornalismo: Toda Notícia que Couber, a Gente Publica”, pp. 76-109.

17. Ver: Flora Sussekind, *Cinematógrafo das Letras. Literatura, Técnica e Modernização no Brasil*.

18. Paris, 1829.

19. Charles Augustin Saint-Beuve, “De la Littérature Industrielle”, pp. 675-691.

20. Para uma visão abrangente da nossa economia no século XIX, ver: João Antônio de Paula, “O Processo Econômico”, pp. 178-223.

companhias de navegação, componentes estratégicos para o bom funcionamento da economia. O crescimento do meio urbano – a um tempo, condição e consequência da expansão da agroexportação – requeria inversões cada vez mais vultosas em serviços de utilidade pública como a produção de energia elétrica, iluminação, transporte, redes de água e esgotos para citar os mais prementes e que se constituíam em importante fonte para inversão de capitais, como atesta a forte presença britânica no setor²¹. A circulação e difusão da informação, fundamental no ambiente urbano, descortinava novas possibilidades para a imprensa periódica, a quem cumpria responder à essas novas demandas.

O resultado foi a diversificação e a multiplicação de boletins, jornais e revistas, destinados a públicos cada vez mais específicos, o que permite identificar diferentes linhagens, algumas ainda produzidas de maneira artesanal e fora do circuito do mercado: imprensa feminina, masculina, infantil, humorística, literária, agrícola, industrial, educacional, confessional, operária, de comunidades imigrantes, bairros, agremiações recreativas, grupos políticos, enfim, um mosaico quase infinito que desafia as tentativas de enumeração exaustiva.

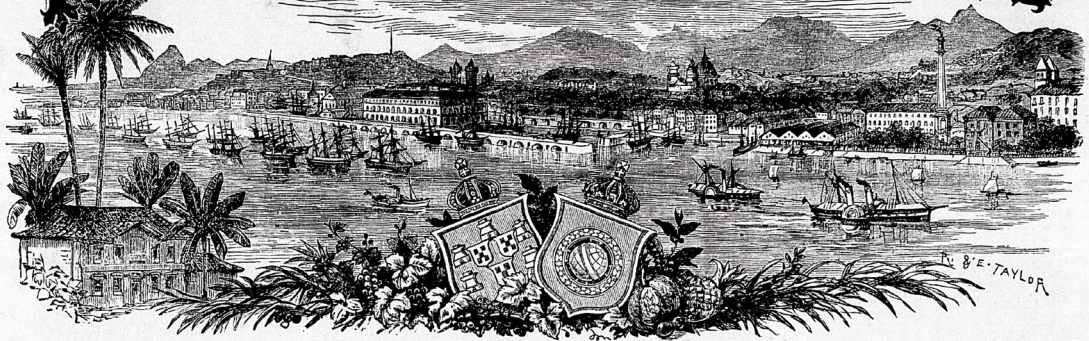
Entretanto, não resta dúvida que, no alvorecer do século xx, a grande novidade ficou por conta das revistas ditas de variedades, que colocavam em evidência justamente o espetáculo da vida urbana. Se, na segunda metade do Oitocentos, as publicações humorísticas dominavam a cena, a começar pela emblemática e longeva *Revista da Semana*²², com suas oito páginas, metade das quais ocupadas por estampas, que se constituiu no modelo matricial das publicações do gênero, a impressão direta da fotografia abriu novas perspectivas para as revistas.

Figura 1. Estampa publicada na Ilustração do Brasil (RJ, 1876-1880). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN). A revista, lançada por Charles de Vivaldi, valia-se regularmente de estampas provenientes do exterior, sobretudo da Itália, como no exemplo, originalmente publicado na *L'Illustrazione Italiana*, ano 3, n. 11, p. 161, 09/01/1876, digitalizado pela Biblioteca di Archeologia e Storia dell'Arte (BiASA).

21. Sobre essa presença, ver: Richard Graham, *Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil (1850-1914)* e Alan K. Manchester, *Preeminência Inglesa no Brasil*.

22. Rio de Janeiro, 1860-1876.

ILUSTRAÇÃO DO BRAZIL



PROPRIEDADE DE CHARLES F. DE VIVALDI—RUA PRIMEIRO DE MARÇO, N. 17

Vol. I. N. 33

Rio de Janeiro, 19 de Abril de 1877

PREÇO 12\$000 POR ANO



ANDROMEDA, Estatua do Sr. Ambacini

Ainda uma vez cabe chamar a atenção para aspectos técnicos, não raro negligenciados. A incorporação de imagens nos impressos periódicos ganhou impulso na Europa a partir da década de 1830. As inovações trazidas pela xilografia de topo deram novo fôlego à arte, única compatível com a impressão simultânea dos tipos móveis. Demandava, porém, desenhistas e gravadores, que respondiam à crescente curiosidade do público, interessado na representação de eventos contemporâneos, o que deu margem às genericamente denominadas “ilustrações”, revistas luxuosas e caras. Ainda que se registrem tentativas dessa natureza entre nós, seus resultados foram sempre modestos, pela precariedade dos meios disponíveis, sobretudo em termos de mão de obra especializada, o que explica a dependência de matrizes vindas do exterior. Como bem apontou Rafael Cardoso²³, esse aspecto em nada diminui o impacto causado pela circulação desse diversificado e numeroso conjunto de estampas, fundamentais para a formação de um certo olhar e sensibilidade, isso num momento em que o material iconográfico ainda mantinha o sabor da novidade.

Bem diversa foi a trajetória da litografia, que se dispensava os gravadores, exigia artistas habilidosos, capazes de desenhar diretamente na pedra. A impressionante lista de publicações humorísticas, esmeradamente ilustradas, atesta o sucesso do gênero entre nós e se constitui em documentação das mais importantes para o estudo do período.

Foi justamente a possibilidade de imprimir diretamente as imagens fotográficas que abriu novas perspectivas para as revistas. Aliás, a existência da capa, um dos aspectos materiais evocados para distinguir jornais e revistas, generaliza-se em definitivo com as revistas de variedades. Basta folhear a *Semana Ilustrada* e sua sucessora, a não menos festejada *Revista Ilustrada*²⁴, de Angelo Agostini, para verificar que a capa e a encadernação, nos moldes atuais, ainda não existiam, circunstâncias que não impedem de que as diferenciemos, tal como os leitores contemporâneos, dos jornais diários.

Figura 2. Capa do número inaugural da *Semana Ilustrada*. A publicação, lançada por Henrique Fleiüss, contou com nomes dos mais destacados do cenário intelectual do período e tinha como símbolos o Moleque e o Doutor *Semana*.

23. Rafael Cardoso, “Projeto Gráfico e Meio Editorial nas Revistas Ilustradas do Segundo Reinado”, pp. 17-40.

24. Rio de Janeiro, 1876-1898.



Os Senhores, que nos quiserem honrar com artigos e desenhos terão a bondade de remetê-los, em carta fechada á Redacção da Semana Illustrada, na Rua do Ouvidor N.º 87, livraria de F. L. Pinto & C.ª

N.º 1.
Publica-se
todos os Domingos

Subscreve-se.
Corte Trimestre 5\$000. Provincias Trimestre 6\$000.
Semestre 9\$000. Semestre 11\$000.
Anno 16\$000. Anno 18\$000.
Avulso 500 rs.
Na livraria de F. L. Pinto & C.ª, Onvidor 87.



A Semana Illustrada começa sua viagem humoristica pela America Meridional.



— Permitti que me apresente perante vós, respeitavel e illustradissimo publico, (título de quem preciso de assignante). Estou encarregado pela "Revista" de illustrar as suas paginas. Chamam-me Dom Biltiano minha familia e bastante conhecida: Sou filho de Dom Juliano e irmão gemio de Dom Licrario. Estes maridos são meus reporters, meninos um tanto malcriados mas muito ladinos. Estes maridos são meus reporters, meninos um tanto malcriados mas muito ladinos. Feita esta apresentação, tenho a pedir ao bom publico, antes de começar a minha tarefa, que receba qualquer graca que achar sem graca e que não fique mal commigo quando eu for por demais engracado. Não mais tenho a honra de... Os cumprimentar.

(Jaja! que tirada!)



— Vão, corram, observem bem o que se passa por ahí e voltem a dar-me noticias de tudo quanto virem. O publico fluminense é muito curioso e quer novidades mesmo quando não as ha.

Figura 3. A Revista Illustrada, lançada por Angelo Agostini, foi uma das mais importantes do seu tempo e teve destacada atuação na campanha em prol da abolição da escravatura. Acervo BBM-USP.

A nova técnica, denominada meio-tom, meia-tinta ou similigravura, que remonta à década de 1880 e cuja difusão efetiva ocorreu no século XX, permitiu imprimir fotografias juntamente com textos, tanto que suas páginas passaram a estampar fatos ocorridos em âmbito local, portanto num registro bem diverso das matrizes importadas de países europeus ou dos Estados Unidos, uma vez que raramente o Brasil era objeto de interesse daquela imprensa. Obviamente, a difusão das revistas de variedades não implicou no desaparecimento das humorísticas, contudo essas tampouco ficaram insensíveis aos novos padrões de impressão. No caso dos jornais, assinala-se a incorporação da cor e a disseminação da imagem que, de acordo com Herman Lima, “trouxe para o jornalismo uma nota leve, espirituosa e atraente, a quebrar a monotonia das grandes folhas onde a matéria impressa se estendia, em artigos de fundo, crônicas, sueltos e noticiários, em colunas maciças de texto”²⁵, o que resultou na valorização da apresentação e visualidade.

As revistas, independente do seu gênero, alinhavam-se ao lado dos novos artefatos que, de forma sutil, porém definitiva, configuraram outras sensibilidades e subjetividades, alteravam valores, comportamentos e formas de convívio social. Bondes elétricos, carros, trens, aviões, telefones, máquinas fotográficas portáteis, máquinas de escrever, fonógrafos, gramofones e cinematógrafos impunham outra dinâmica à vida, encurtavam distâncias, transformavam os modos de percepção, esfumavam as fronteiras entre o real e o fictício. Eficiência, pressa, velocidade e mobilidade tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano e a imprensa tomou parte ativa nesse processo de aceleração.

O discurso publicitário, tão peculiar às cidades modernas, articulava-se às novas demandas da vida urbana no alvorecer do século XX e transformou-se em uma fonte essencial para a imprensa periódica. O anúncio trilhou, então, novos caminhos em relação à estrutura e linguagem, enquanto o agenciador individual cedeu lugar, no decorrer da década de 1910, às empresas especializadas, marco na profissionalização da atividade, também atestada a partir do final do decênio seguinte pela presença de agências norte-americanas, caso da Ayer e J. W. Thompson²⁶.

CONCLUSÃO

Nas últimas décadas, os estudos que se valem da imprensa conheceram grande florescimento. Um dos fatores que colabora para esse interesse é a disponibilização de coleções digitalizadas. Títulos de difícil acesso,

25. Herman Lima, *História da Caricatura no Brasil*, vol. 1, p. 141.

26. Para a questão, ver: Ricardo Ramos, *Do Reclame à Comunicação. Pequena História da Propaganda no Brasil*.

CARETA

UM «MEETING» SEM DISCURSO



O povo, no sabbado, accedendo a um convite anonymo, reunio-se no largo da Carioca, para protestar contra os serviços da Light e a acção da Policia. O orador, que ninguem sabia quem era, não appareceu. Um popular, então convidou o povo a marchar para o Quartel-General e fazer uma manifestação ao Exercito. Não houve desordem.

A BERNARDA

Um aperto—O senador Rapadura—Entra zymphathico

O eminente senador Vasconcellos de Rapadura, o grande cabo eleitoral do cemitério de Campo Grande, foi surpreendido, no centro da cidade, pela fúria revolucionaria da bernarda.

Talvez não o tivesse surpreendido a bernarda, mas a falta inesperada de bondes.

Certamente o grande estadista que habita o corpo do illustre senador previu a revolta, e, ao menos por esse processo thebano de adivinhação, tinha conhecimento da proxima explosão da bernarda.

Mas o que o egregio senador não podia prever era que sendo o movimento contra os bondes electricos viesse a sofrer interrupção o trafego dos bondes a burro, que são os que conduzem o senador do largo de S. Francisco á Estação da Central do Brasil.

Nessas condições, o eminente Caroba e Manacá, queremos dizer Caroba y Rapadura de Vasconcellos, permaneceu até ás 7 horas na cidade, discutindo politiquice nas immediações da Watson.

As 7 e 30 minutos o senador trepou no seu bondinho e no seu bondinho marchou para a Estação.

Ia alarmado. No Largo de S. Francisco achou uma praça de guerra. A medida que o bondinho avançava a novos aspectos de guerra aterrorisavam o senador: eram turcos feridos á bala, eram cidadãos corridos a lança, eram guardas civis perseguidos a pranchadas pela policia militar. O senador tremia.

De repente, numa rua cujo nome o senador esqueceu, mas que devia ser a do Nuncio, populares jogaram pedras e policiaes bala sobre o bondinho que conduzia o senador.

Fugiram o conductor e os passageiros e, com elles, apesar de ser quem era, fugiu o senador Rapadura.

Fugiu o senador. Passou pela rua do Hospicio sem respirar.

Entrou pela Senhor dos Passos, atravessou outras e surgiu na de S. Jorge com azas nos pés.

La assim voando por essa rua, quando, á sua frente, detonaram carabinas, sibillaram balas, gemeram feridos.

O senador esbarrou e ia deitar a correr para traz quando, de subito, na retaguarda, ouvio tiros: sibillaram balas, gemeram feridos.

Livido, o senador Augusto de Vasconcellos Rapadura, ficou pregado no meio da rua.

Era de ver a sua veneravel figura de senador e chefe politico, áquella hora, n'aquella escandalosa rua.

E' verdade que s. ex. não pensava na sua respeitabilidade senatorial, exposta ao desrespeito tradicional d'aquella turbulenta e amorosa via publica.

S. ex. apenas pensava que estava arriscado a receber, nos miolos, uma bala, ou nas costas, uma pranchada de espada, e estremeia á idéa de marchar pelo caminho da morte, á serena mansão onde jazem os seus eleitores. Tambem não lhe sorria a idéa de receber nas costellas senatoriaes a larga prancha da durandana policial.

A situação era horrivel De ambos os lados, em tropel, vibrando golpes, derribando gente, ao galope de corceis briosos, avançava a cavallaria de policia.

O senador cambaleava, pallido. Ao ruido secco de uma rotula aberta de prompto, o senador, nervosamente agil, deu um grande pulo.

Tremeu uma luzerna na rotula e a voz de alguém alheio aos fragores da bernarda, soon, estrangeira, na rua sinistra: — Entra zymphathico.

O senador Vasconcellos não vacillou um segundo: mergulhou na rotula.

Assim, poeticamente, graças á salvadora protecção de Cupido, o senador Vasconcellos escapou ás balas, ao chanfalho, ao cacete e ao paralelepipedo da bernarda.

Figura 4. Instantâneo fotográfico da Careta (RJ, 1908-1960). Lançado em 1908 por Jorge Schmidt, o semanário humorístico desfrutou de grande sucesso de público e contou, em diferentes momentos, com a colaboração de J. Carlos. Acervo BBM-USP.

cuja consulta exigia deslocamentos e adequação às regras das instituições de guarda, tornaram-se acessíveis em segundos. Contudo, para o pesquisador interessado em analisar a qualidade do papel, as marcas da impressão, as alterações no que concerne às dimensões, as dificuldades tornam-se quase intransponíveis, uma vez que dificilmente consegue ter acesso ao suporte papel, política que deveria ser revista pelas instituições de guarda em face de todas as informações que se perdem com a versão digitalizada, ou melhor, com a representação bidimensional do documento. Já as consequências epistemológicas aportadas pela possibilidade de percorrer milhares de páginas em minutos, ou seja, a passagem da pesquisa analógica à digital, ainda carece de avaliações mais detidas²⁷.

Entretanto, pode-se observar que, no cenário atual, predominam estudos monográficos, que elegem um único ou um pequeno conjunto de títulos, em detrimento das análises pautadas na grande angular, que se coloquem o desafio de dar conta da história da imprensa como um todo. Igualmente perceptível é a adoção de postura metodológica rigorosa, que tem insistido nos limites de se tomar os impressos periódicos como meros receptáculos de informações, extraídas sem que se considere o suporte no qual figuraram originalmente. Não por acaso, a atenção aos diferentes aspectos relativos às condições de produção dos exemplares, à historicidade dos conteúdos e sua organização, ao projeto que mobilizou os idealizadores, acabam por deslocar o estatuto desse material que, não raro, se torna não apenas fonte, mas também objeto da pesquisa.

27. Veja-se o instigante artigo de Carlo Ginzburg, “Conversar com Orion”.


SOBRE A AUTORA

Tania Regina de Luca é graduada em História pela FFLCH-USP, mestre e doutora em História Social pela mesma instituição. É professora livre-docente dos cursos de graduação e pós-graduação em História da Unesp. Escreveu diversos textos sobre história da imprensa e metodologia do trabalho com fontes periódicas, além de ter organizado obras coletivas, como *Práticas de pesquisa em História* (Contexto, 2020), *A Ilustração (1884-1892): Circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro* (Editora Unesp, 2018); *Suportes e mediadores: A circulação transatlântica dos impressos [1879-1914]* (Editora Unicamp, 2018, com Lucia Granja); entre outros. Também realizou, junto a Silva Azevedo, a reedição crítica das obras de João do Rio: *O momento literário* (Rafael Copetti, 2019) e *Portugal d'Agora* (Editora Unesp, Universidade de Lisboa, 2020).

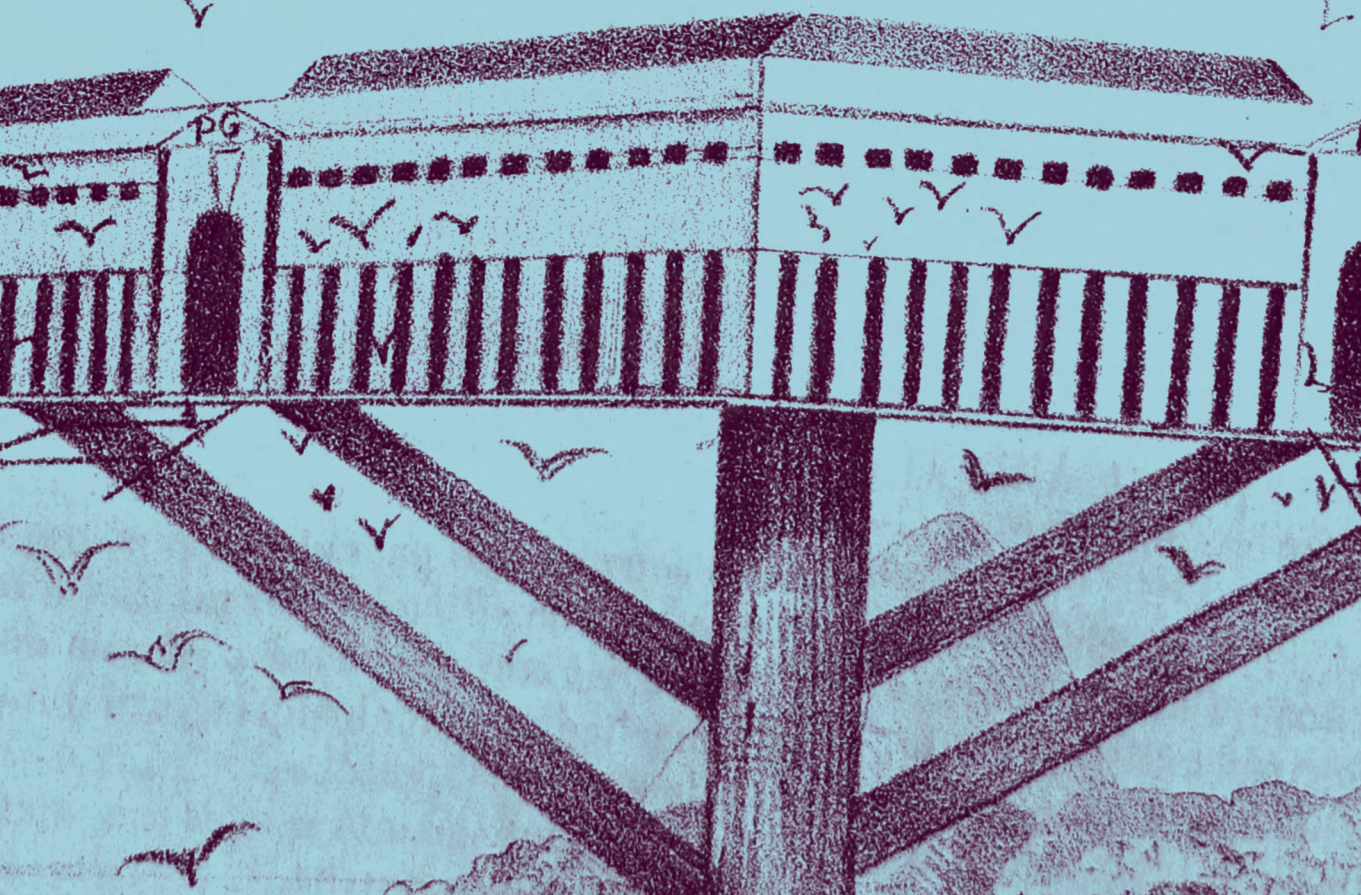


Nariz politico.

Uma vez — e nunca mais.



Um nariz



REVISTA DO GLOBO: PRIMÓRDIOS EDITORIAIS DO QUINZENÁRIO DE CULTURA E DE VIDA SOCIAL NA IMPrensa SUL-RIO-GRANDENSE

Cláudio de Sá Machado Jr.

A *Revista do Globo* teve sua primeira edição publicada em 1929. A partir de então, somente encerrou as suas atividades em 1967. A história da revista insere-se na própria história do Rio Grande do Sul, caracterizada por suas transformações urbanas, suas perceptíveis mudanças no que tocou o comportamento social, suas experiências cotidianas engendradas pelas inovações tecnológicas, incluindo-se, especialmente, os meios de comunicação e transporte, entre outros mais. No entanto, pode-se dizer que a história particular do periódico foi composta por recortes, por enquadramentos, que não deram conta de toda a diversidade de condições sociais e culturais presente no estado mais ao sul do Brasil, e especialmente na sua capital, Porto Alegre.

Apesar de se considerar o impresso como um meio de difusão cultural (visual ou textual), de orientação de costumes e, de certo modo, de propagação de condicionamentos ideológicos, não se pode tomá-lo como mera metonímia do passado. O condicionamento de comportamentos propagado pela revista passou, indiciariamente, pelas condições econômicas e de escolarização de cada segmento social, que poderiam se encontrar em condições que possivelmente eram muito díspares uma

das outras, dependendo da inserção social de grupo. Sobre o Rio Grande do Sul da época e a *Revista do Globo*, o historiador Mateus Dalmáz fez um importante levantamento de informações que passam por números da demografia e da economia de recursos comercializáveis à época.

Em 1929, o Rio Grande do Sul já contava com uma população de 2.723.240 pessoas, cabendo a Porto Alegre um número de 270 mil habitantes. Quase dez anos depois, em 1938, os índices subiam para 3.257.977 e 338.352 respectivamente. Ao longo de todo esse período, era possível adquirir o periódico da *Globo* pela média de 1\$500, um preço acessível, se considerados, por exemplo, os valores de um ingresso para o cinema (entre 1\$000 e 3\$000); de uma dúzia de ovos (entre 1\$000 e 2\$000); dos ganhos de um professor estadual da capital (cerca de 563\$589); ou de um deputado estadual (cerca de 3.000\$000). O quinzenário apresentava uma média de 48 páginas e tinha 25x18,5cm de formato¹.

As informações sobre a materialidade do periódico confrontam-se, assim, com a própria narrativa da história sul-rio-grandense. A *Revista do Globo* foi um dos poucos periódicos que conseguiu se afirmar ao longo de muitos anos, sem que crises financeiras encerrassem precocemente a sua publicação e circulação, como ocorreram com outros empreendimentos jornalísticos no estado, e especialmente em Porto Alegre. Para a época, portanto, apresentou-se como a mais importante revista de seu tempo produzida no Rio Grande do Sul, publicando um conteúdo de diversidades que dizia respeito não somente ao cenário social local, mas também ao que acontecia no cenário mundial, visto a quantidade de imagens diagramadas e de textos traduzidos que nela foram publicados. Acompanhava, assim, um rol de publicações que as capitais brasileiras prezavam por manter, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo. No âmbito internacional, serviam como referências algumas tendências presentes em periódicos publicados em Paris, Londres e Berlim, além de outras presentes em diversas cidades dos Estados Unidos.

Em Porto Alegre, a revista esteve associada à própria *Livraria do Globo*, existente no estado desde 1883, que “no universo das livrarias e editoras rio-grandenses [...] destaca-se como a empresa que alcançou projeção nacional e internacional”². Sobre esta projeção, os editores fizeram questão de sua propagação, fosse com fotografias de edições nas mãos de atores e atrizes do cinema norte-americano ou através de cartas de agra-

1. Mateus Dalmáz, *A Imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933-1945)*, pp. 41-42.

2. Elizabeth W. Rochadel Torresini, “Breve História da Circulação de Livros, das Livrarias e Editoras no Rio Grande do Sul (Séculos XIX e XX)”, p. 247.

decimento, como a carta recebida pela Biblioteca do Vaticano, escrita em francês, agradecendo o recebimento do exemplar. Discursando sobre as tendências do jornalismo no Rio Grande do Sul de fins do século XIX e do século XX, o pesquisador da comunicação Francisco Rüdiger menciona a presença da *Revista do Globo* em um cenário de transformações dos meios de comunicação impressa no estado.

A *Revista do Globo* caracteriza-se também como um dos primeiros veículos da indústria cultural na região, embora suas preocupações literárias e jornalísticas nunca tenham sucumbido de todo a seus esquemas. Embora desde 1938 chamasse a si mesma de “magazine do lar rio-grandense”, a revista tinha um acento cultural distinto da racionalidade instrumental que, mais tarde, viria impor-se em nosso jornalismo³.

O *slogan* da revista, mencionado por Rüdiger, não perdurou tanto tempo. A constatação se faz com a leitura e análise dos 266 editoriais do periódico, publicados entre 1929 e 1939, percebendo-se que, ainda em 1938, os editores da *Revista do Globo* optaram por novas formas de expressões identitárias. A proposta se torna interessante para verificar como a revista realizou a sua apresentação ao longo das edições. Em uma mesma linha de análise, também se pode apresentar um panorama sobre o contexto histórico da época, a partir dos olhares e das escritas produzidas e publicadas nas páginas do periódico. Também é possível verificar algumas tendências para a difusão de condicionantes sociais. Geralmente, estavam vinculadas ao consumo e à proposta de um estilo de vida distinto que se fez presente nos conteúdos publicitários, na produção de escritos informativos e literários e nas produções fotográficas – sendo compostas por imagens “externas” (fora do contexto sul-rio-grandense) e “internas” (apreendidas nos espaços públicos e privados do estado).

A REVISTA DO GLOBO POR SEUS EDITORIAIS

Nada melhor que a leitura de editoriais para se buscar a identidade de uma revista. A afirmação é válida, mas não é aplicável em todas as situações de análise. Geralmente, os editoriais apresentam um texto produzido pelos gerenciadores do veículo de informação. No caso da *Revista do Globo*, nem sempre os editoriais foram de autoria daqueles que administraram diretamente a revista. Outra verificação interessante diz respeito à presença

3. Francisco Ricardo Rüdiger, *Tendências do Jornalismo*, p. 99.

de fotografias nos editoriais, o que, em algumas situações, suprimiu por completo a publicação de textos. O investimento realizado pela *Livraria do Globo* para a publicação de sua revista, no entanto, revela uma identidade pautada também pelas relações de sociabilidade presentes nos bastidores sociais, onde a política, “o mundanismo literário, os salões e a figura do *dandy*”⁴ influenciaram significativamente a tomada de algumas decisões, sem a necessidade de torná-las eventos de conhecimento público.

A *Globo* se aventurava, a partir de então, no mercado de edição de livros. Tal empreendimento viveria seu auge entre o final dos anos trinta e o início dos quarenta, e conduziria a marca *Globo* para fora das fronteiras regionais, alcançando a esfera nacional. Contudo, outro fator também colaboraria para o prestígio da Livraria do Globo: o lançamento da *Revista do Globo*, no final da década de vinte. Consta que foi dentro da própria Livraria do Globo, no ano de 1928, em uma das tantas reuniões de sábado entre os homens de letras e da política, que Getúlio Vargas, então presidente do Estado do Rio Grande do Sul, acompanhado pelo seu secretário de Interior e Justiça, Osvaldo Aranha, teria sugerido a José Bertaso a publicação de uma revista moderna, digna de representar a capital do estado⁵.

A revista soube aproveitar também seu próprio espaço para realizar a divulgação de seus produtos, especialmente aqueles vinculados à Livraria. Desta forma, também trouxe informações significativas sobre aquilo que estava produzindo à época, assim como projeções da própria empresa no que diz respeito ao seu maquinário e à quantidade de exemplares por tiragens de algumas de suas edições. As fotografias, por sua vez, se encontravam em meio a todas essas informações – construções de signos que expressavam as ideias daqueles que estavam por detrás de todo esse empreendimento do periódico.

Pela leitura dos editoriais é possível saber que a *Revista do Globo* quase teve outros nomes, tais como *Coxilha*, *Charla*, *Renascimento*, *Guahyba*, *Querência*, *Sul*, *Piratini* ou *Pampa*. A informação foi dada pelo seu primeiro diretor, Mansueto Bernardi⁶, na primeira publicação do periódico, em 5 de janeiro de 1929. O caráter cosmopolita da revista, desde a sua

4. Monica Pimenta Velloso, *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes*, 1996, p. 36.

5. Mateus Dalmáz, *op. cit.*, p. 33.

6. Mansueto Bernardi nasceu na Itália, na cidade de Pagnano, em 1888. Escritor, administrador e político, foi “a figura cultural, do Rio Grande do Sul, mais completa e influente da primeira metade do século XX” (Luiz Antonio de Assis Brasil, Maria Eunice Moreira e Regina Zilberman (org.), *Pequeno Dicionário da Literatura do Rio Grande do Sul*, p. 124), trabalhando ainda como “relator do *Correio do Povo* (década de [19]10, mentor literário da Livraria do Globo (1912-1931), diretor do *Almanaque do Globo* (1917-1931), idealizador, fundador e primeiro diretor da *Revista do Globo* (1929), época que lançou e empregou a Erico Verissimo, depois seu sucessor” (*idem, ibidem*). Faleceu em 1966, na cidade gaúcha de Veranópolis.

fundação, ficou evidenciado: “deseja constituir uma ponte de ligação mental e social entre o Rio Grande e o resto do mundo”⁷ e, ainda, “ser um órgão-centro de coordenação e mobilização de energias para um fim superior de utilidade social”⁸. As assinaturas dos editoriais variaram nas edições seguintes, ora se apresentando como um texto de opinião, ora como poesia ou textos caracterizados por outros gêneros da escrita. Entre os primeiros colaboradores, encontramos nomes como Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, Augusto Meyer, Darcy Azambuja, D. João Becker, Ângelo Guido, Pedro Vergara, Alcides Maya, Manoelito d’Ornellas, Athos Damasceno Ferreira e Erico Verissimo, entre outros.

É interessante, quando da leitura de alguns editoriais da *Revista do Globo*, a percepção do uso de um discurso em tom elogioso à política do Rio Grande do Sul e, a partir de 1930, à do Brasil. Quando contrapostos com a menção feita pelo editorial de estreia, de 1929, em que a revista estaria “fora de partidos e acima de partidos”⁹, verifica-se um promissor campo para a análise dos discursos políticos no periódico. Vale lembrar, no entanto, a proximidade que a revista estabeleceu com personalidades do cenário político sul-rio-grandense. Entre elas Getúlio Vargas, que recebeu grande visibilidade nas páginas do periódico, estando presente, inclusive, no momento embrionário da *Revista do Globo*, desde o lançamento do seu primeiro número (cf. Figura 1)¹⁰.

Na edição de 20 de junho de 1931, o editorial vem assinado por Maura de Senna Pereira, aquela que seria uma das mulheres pioneiras a marcar presença no universo masculino do jornalismo regional da época. Interessante constatar que no universo das representações de gênero, perceptíveis na revista ao longo da década de 1930, podem-se perceber posições sociais bem definidas, apesar dos espaços que começavam a contar com a presença feminina ao longo dos anos. Este editorial supracitado não trouxe expressa uma opinião, mas um texto literário que abordava, em linhas gerais, a alegria e a tristeza amorosa. Como construir uma identidade editorial com textos tão diversificados? Dá-se, desta forma, a necessidade da utilização do termo no plural, perpassando pelas muitas identidades – caracterizadas pela polissemia de suas linguagens de expressão – que estiveram presentes na *Revista do Globo* durante o período

7. *Revista do Globo*, p. 9, 5.1.1929.

8. *Idem, ibidem*.

9. *Idem, ibidem*.

10. *Legenda extraquadro: “Sentados: o nosso diretor, Mansueto Bernardi, Dr. Osvaldo Aranha, Secretário do Interior, arcebispo D. João Becker, Dr. Getúlio Vargas, presidente do Estado, Sr. Francisco Caldas, diretor do Correio do Povo, Srs. Osvaldo Rentzsch e José Bertaso, coproprietários da Livraria do Globo. Em pé: João Pinto da Silva, Dr. Pedro Vergara, Dr. Paulo Hasslocher, Andrade Queiroz, Dr. Moysés de Moraes Velhinho, Dr. Walter Sarmanho, Sotério Cosme, Athos Damasceno Ferreira, De Souza Júnior, Francisco de Paula Job, João Fahrion e Angelo Guido”.*



Figura 1. Fotografia de personalidades do cenário político e cultural no lançamento da Revista do Globo (Revista do Globo, n. 2, jan. 1929).

mencionado. Já sob a direção de Erico Verissimo, o periódico ingressava no seu quinto ano de existência, em 1933, com a seguinte menção:

Com esse número entra o nosso quinzenário no seu quinto ano de vida. Nas-
cida em meio da indiferença ambiente, recebida por muitos com pessimis-
mo, e tendo a perturbar-lhe a marcha essa lenda de que as revistas no Rio
Grande não podem ter vida longa – a *Revista do Globo* se tem mantido até
hoje sem vacilações nem esmorecimentos, graças ao esforço tenaz e conti-
nuado dos editores e ao auxílio decidido de um punhado de leitores. Espe-
ramos – dentro deste ano que se inicia – imprimir uma feição inteiramente
nova ao nosso quinzenário: aumentando-lhe o formato e o número de pági-
nas, dotando-o de novas seções e de vários outros melhoramentos, tanto na
parte redatorial como na parte gráfica¹¹.

Os editoriais escritos deram espaço à fotografia a partir da edição 57,
de 14 de março de 1931. Tratava-se de um retrato fotográfico da escri-
tora Rachel de Queiroz (cf. Figura 2) que acompanhava o texto de Erico
Verissimo¹² sobre a apresentação da sua obra *O Quinze*, à época recém-
lançada. O editorial veio na forma de um octógono, caracterizando a
tendência de experimentar a fusão entre formas geométricas e palavras,
que esteve presente na *Revista do Globo* a partir da edição de número 50,
com texto e autoria atribuída à Theodemiro Tostes, e sob o título “Elogio
da Revista”. O autor do editorial consegue criar em poucas palavras uma
clara representação textual sobre como pode se caracterizar um períodi-
co de variedades, tal qual a *Revista do Globo*¹³.

E em matéria de literatura? Eu prefiro a revista. A revista, meu caro, é o ma-
nual mais barato da criatura inteligente. É na revista que este mundo gira.

11. *Revista do Globo*, p. 1, 14.1.1933.

12. “Em edição resumida, lançada por uma livraria do extremo norte do país, apareceu há poucos meses um romance novo – *O Quinze*. Lamentavelmente só chegaram até nós pouquíssimos exemplares. A autora se chama Raquel Queiroz. Tem apenas vinte anos. Até aqui não há propriamente novidade. Mas o extraordinário está em que nesse romance – do qual por motivos vários não se podia esperar muito – é realmente notável. Pela intensidade emotiva. Pelo estilo. Pelo sentido. Pela brasilidade da linguagem e do assunto. Narra a famosa e horrenda seca de 1915, no Ceará. Tem cenas de um realismo tocante, fortes, coloridas, nítidas – escritas com simplicidade e precisão magistrais. O livro é absolutamente novo. Sem literatice. Cheio de sol, bárbaro, belo e trágico como a terra em que nasceu. Pode ser colocado ao lado dos melhores de nossa literatura. É sem dúvida o melhor dos últimos tempos. E talvez o mais profundamente brasileiro de todos os tempos. Na época agitada e cheia de pressa febril em que vivemos, já não há mais lugar para a literatura acadêmica. Para os livros de retórica, palavreado rebuscado, imagens peregrinas, folhas de acanto, faunos, pífanos, ninfas... E os requintadíssimos ‘pitigrillis’ permanecerão? E os inefáveis otimistas que divulgam açucaradas receitas para bem viver? Achamos que só podemos vencer livros como *O quinze*, como os de Remarque. Os que foram escritos com lágrimas ou com sangue. Com sentimento. Com verdade. Os que se despiram de velhos preconceitos inúteis. Os que libertaram afirmando-se... Raquel Queiroz teve uma estreia vitoriosa. E é quase uma criança. Nós não podemos duvidar do Brasil novo. E. V.”

13. *Revista do Globo*, p. 5, 17.1.1931.

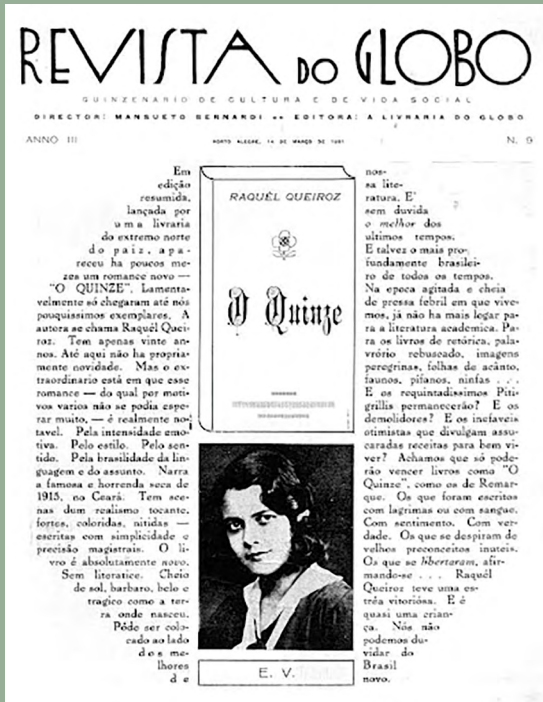
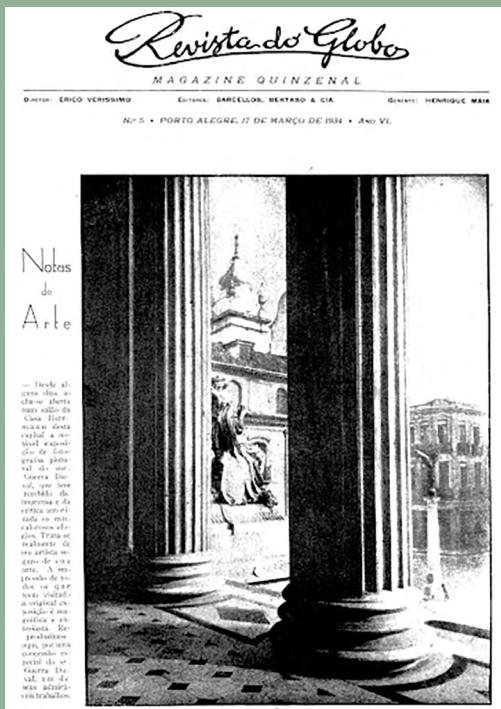


Figura 2 e 3. Primeira fotografia dos editoriais e a primeira que ocupou espaço maior que o texto (Revista do Globo, n. 57, mar. 1931; n. 132, mar. 1934).



Com hemisférios e tolices. É na revista que a sua mão folheia o previstismo [sic] universal. Primeira página, os anúncios. E o poeta que mandou seu poema comovido, em lugar de revê-lo em uma página inteira e vinhetadíssima e ilustrada, vai encontrá-lo ali na página de anúncios, entre o reclame de um guaraná e o cartaz enquadrado de um novo filme americano. Depois retratos. Pensamentos. O cavalheiro que morreu. O que casou. Uma crônica enorme da divagação ou crítica. E um sonho desterrado entre dois instantâneos pelo bom-senso do paginador. Modas. Cinema, Artes. Curiosidade. Cada revista é um comprimido de satisfação espiritual. Porque o mundo é pequeno, tão pequeno, que sua mão o folheia, displicentemente, nas trinta e várias páginas de uma revista de “milréis”. Deixe a primeira página, meu caro. Tenha a coragem dos turistas. Toda a revista é uma excursão maravilhosa, que não exige enjoos de mar nem cicerones enjoativos. Vá navegando por aí ao saborzinho de suas velas. E mariscando sensações neste tumulto de linotipia.

Na edição 132, de 17 de março de 1934, em um pequeno texto, de título “Notas de Arte”, alinhado à esquerda e ocupando uma coluna bem menor que a do retangular fotográfico, o editorial anunciou a realização da exposição de “fotografia pintural” de autoria de Guerra Duval (cf. Figura 3), que, segundo a revista, “tem recebido da imprensa e da crítica autorizada os mais calorosos elogios”¹⁴. Uma fotografia voltada à esfera das relações políticas viria a aparecer apenas quatro edições depois, estampando uma fotografia do, à época, interventor do governo do estado do Rio Grande do Sul, General Flores da Cunha. Desta vez, não só a fotografia se fez presente, mas também se tornou o autor do próprio editorial, que sob o título “S. Excelência o Interventor Fala”, trouxe um “trecho do discurso pronunciado pelo ilustre Gal. Flores da Cunha na inauguração da exposição de São Leopoldo”¹⁵.

Erico Verissimo também assinou o editorial que marcou a entrada da *Revista do Globo* no seu sétimo ano de publicação, mencionando a tarefa árdua dos editores em contentar gostos que eram tão variados e, segundo suas palavras, multiformes. De acordo com os editoriais, a variedade de temas abordados pelo periódico ainda não satisfazia a todos, que reivindicavam, ao gosto de cada um, um espaço maior para o seu conteúdo predileto. No que toca a questão do fotográfico, reforça-se a ideia da publicação de imagens que seriam negociadas

14. “Notas de arte. Desde alguns dias acha-se aberta em um salão da Casa Herrmann desta capital a notável exposição de fotografia pintural do Sr. Guerra Duval, que tem recebido da imprensa e da crítica autorizada os mais calorosos elogios. Trata-se realmente de um artista seguro de sua arte. A impressão de todos os que tem visitado a original exposição é magnífica e entusiasta. Reproduzimos aqui, por uma concessão especial do Sr. Guerra Duval, um de seus admiráveis trabalhos” (*Revista do Globo*, p. 7, 17.3.1934).

15. *Idem, ibidem*.

para a visibilidade nas páginas da revista, demonstrando que ocorria uma disputa social visando à promoção de suas próprias imagens. Nas palavras de Erico Verissimo, enquanto diretor, “corremos o risco de receber na rua uma pedrada de um cavalheiro que não teve o seu retrato publicado em tamanho natural, em cores e com uma substanciosa nota biográfica”¹⁶. A valorização da promoção do sujeito através da fotografia ganhava dimensões potenciais quando publicadas nos meios de imprensa, ampliando o alcance do conteúdo fotográfico e, por conseguinte, da imagem distintiva desejada pelo próprio sujeito.

Nas edições de 25 de maio a 7 de setembro de 1935, a fotografia tomou conta do espaço editorial. Da imagem fotográfica do futebol (sobre a partida entre Santos e Internacional); passando pelo flagrante do que seria a primeira estadia de Carmen Miranda em Porto Alegre; ao tratado entre Brasil e Uruguai firmado pelos presidentes Getúlio Vargas e Gabriel Terra; à promulgação da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul; à estreia de um filme sobre a vida de Joana d’Arc; entre outros, constituíram-se temas para a composição fotográfica de editoriais que se apresentavam não só pelo texto, mas também pela fotografia. A imagem que “fala” revelou a identidade de um periódico que supervalorizou a composição visual em seus projetos de diagramações.

A fotografia do editorial de 12 de dezembro de 1936 trouxe a imagem da colação de grau do Bacharelado em Direito de Maria Else Iris Potthoff, pela Universidade de Porto Alegre – que posteriormente se tornaria a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A importância desta fotografia no editorial refere-se ao fato de que teria sido ela a primeira mulher no estado a receber o título, indicando as transformações que estavam ocorrendo na sociedade, de forma gradual, a respeito da participação das mulheres em esferas da vida social, até então dominadas somente por homens. A solenidade contou, inclusive, com a participação de Flores da Cunha. Os editoriais caracterizaram-se por múltiplas identidades que se modificaram ao longo da década de 1930

16. *Revista do Globo*, p. 5, 5.1.1935.

(cf. Figura 4)¹⁷, tanto pelo seu conteúdo quanto pelas suas logomarcas, que se apresentavam de forma instável nas capas, mas bem definidas nos espaços editoriais.

A *Revista do Globo* de 10 de julho de 1937 trouxe pela primeira vez um anúncio publicitário ocupando o espaço de seu editorial. Tratava-se de um anúncio de meia página do comércio de calçados Casa Seabra, que reapareceu em outros editoriais. Na edição de 13 de novembro de 1937, o espaço da fotografia editorial, que mencionava uma homenagem realizada na Academia Rio-Grandense de Letras, dividiu espaço com a publicidade do sabonete Limol, que se repetiu na edição seguinte com o reclame: “um primor para a higiene e *toilette*”. Dividir um espaço tão importante quanto o editorial caracterizava-se, supostamente, como uma oportunidade empresarial não desperdiçada para angariar recursos com a venda de um espaço considerado tão nobre. Desta forma, a identidade da revista quase se confundia com a do anúncio publicitário. A historiadora Ana Luiza Martins mencionou, de forma sucinta, o espírito de empreendimento econômico que caracterizou a estabilidade das revistas de variedades da primeira metade do século XX, discursando sobre o campo de trabalho estabelecido para estes meios de comunicação e entretenimento.

Insista-se que, sobretudo na virada do século XIX para o século XX, quando o jornalismo transformava-se em grande empresa, o caráter mercantil dos periódicos se acentuou, criados quase exclusivamente como “negócio” e fonte de lucros. Nesse propósito, veiculavam o que era rentável no momento, procurando “suprir a lacuna” do mercado, atender a expectativas e interesses de grupos, segmentando públicos, conformando-os aos modelos em voga; e, na maioria das vezes, a serviço da reprodução do sistema. Em outras palavras, desde então as revistas em geral matizavam a realidade, veiculando imagens conciliadoras de diferenças, atenuando contradições, destilando padrões de comportamento, conformando o público leitor às demandas convenientes à

17. Textos: “*Revista do Globo*. Quinzenário de cultura e de vida social. Diretor: Mansueto Bernardo. Porto Alegre, 02 de fevereiro de 1929. Ano I. Num. 3”; “*Revista do Globo*. Quinzenário de cultura e de vida social. Diretor: Mansueto Bernardo. Porto Alegre, 02 de fevereiro de 1929. Ano I. Num. 3”; “*Revista do Globo*. Diretor: Octávio Tavares. Secretário: Erico Veríssimo. Editoria: *A Livraria do Globo*. Ano IV. Porto Alegre, 9 de abril de 1932. N. 7”; “Expediente. Número avulso: 1\$500. Assinar por ano: 50\$000. Assinar por semestre: 30\$000. Por mês excedente de um semestre: 3\$000. As assinaturas terminam sempre em 30 de junho e 31 de dezembro. *Revista do Globo*. Diretor Erico Veríssimo. Editora: *Livraria do Globo*. Gerência: Rua dos Andradas, n. 1416 – 2.º andar – *Livraria do Globo*. Telefone: 4232. Porto Alegre. Ano IV. Porto Alegre, 5 de novembro de 1932. N. 22”; Texto: “*Revista do Globo*. Erico Veríssimo dirige. Monteiro Neto desenha. *A Livraria do Globo* edita. Ano V. Porto Alegre, 28 de janeiro de 1933. N. 2”; “*Revista do Globo*. Magazine de atualidade mundial. N. 18. Porto Alegre, 29 de setembro de 1933. Ano V”; “*Revista do Globo*. Magazine quinzenal. Diretor: Luiz Estrela. Gerente: Henrique Maia. Editores: Barcellos, Bertaso & Cia. N. 203. Porto Alegre, 31 de março de 1937. Ano IX”; “*Revista do Globo*. Porto Alegre, 12 de agosto. Ano XI. 1939. N. 257”; “*Revista do Globo*. A maior e melhor revista do sul do Brasil. Ano XI. N. 250. Porto Alegre, 22 de abril de 1939”; “*Revista do Globo*. O magazine que apresenta a melhor e mais variada leitura do Brasil. Ano XI. N. 264. Porto Alegre, 25 de novembro de 1939”.



Figura 4. Variedade de cabeçalhos da Revista do Globo (1929-1939). REVISTA DO GLOBO. Porto Alegre, n. 3, fev. 1929; n. 84, abr. 1932; n. 99, nov. 1932; n. 104, jan. 1933; n. 120, set. 1933; n. 203, mar. 1937; n. 257, ago. 1939; n. 250, abr. 1939; n. 264, nov. 1939.

maior circulação e ao consumo daquele impresso. Ou seja: expressavam o comprometimento apriorístico com aquilo que o leitor queria ler e “ouvir”¹⁸.

As condições criadas para o desenvolvimento de um empreendimento que fosse economicamente rentável, no entanto, eram fundamentais para que uma revista não fechasse suas portas. No caso da *Revista do Globo*, não se percebe apenas uma submissão às regras do mercado editorial da época, mas também a presença de um espaço para a profusão de ideias próprias, as quais eram defendidas por aqueles que estavam à frente da administração do periódico. Por se caracterizar como um conteúdo de variedades, obviamente não abriu mão de temas que fossem de interesse de seu público leitor, mesmo que muitas vezes classificados como efêmeros. No entanto, também prezou pela manutenção de um conteúdo de potencial intelectual, especialmente se relacionado ao campo literário.

A *Revista do Globo* voltou-se às contínuas traduções, que levavam a determinado público leitor – que não dominava a leitura em francês ou em inglês – o conteúdo de textos ainda não conhecidos em língua portuguesa. Os editores da revista souberam, ao longo da primeira década de sua existência, equilibrar a publicação de conteúdos, agradando segmentos diversos que correspondiam às condições necessárias para a sua manutenção e estabilidade financeira. Seu editorial, de 28 de janeiro de 1939, não deixou passar em branco a menção de sua entrada no décimo ano de circulação do periódico.

Vencendo os óbices naturais que a cada passo se opõe à marcha de iniciativa dessa natureza, a *Revista do Globo* se impôs em todos os círculos, tornando-se um instrumento de educação e de difusão de cultura que a nós não cabe classificar nem situar dentro da imprensa rio-grandense. O público que acolheu com tanta simpatia a nossa iniciativa, o comércio que a estimulou com a sua preferência, os intelectuais que fizeram dela um meio eficiente de divulgação das coisas do espírito, poderão valorizar os serviços por ela prestados neste decênio. A nós cabe apenas o dever de agradecer o público que nos amparou com sua estima e com os seus aplausos durante a longa jornada em que a *Revista do Globo* firmou o seu conceito e consolidou definitivamente a sua existência¹⁹.

A ideia de caracterizar a revista como difusora de cultura, conforme mencionado pelo diretor à época, Justino Martins, pode ser interpretada

18. Ana Luiza Martins, “Da Fantasia à História: Folheando Páginas Revisteiras”, p. 61.

19. *Revista do Globo*, p. 1, 28.1.1939.

também em seu sentido simbólico. O mesmo pode ser dito sobre as fotografias que estiveram presentes nas páginas da *Revista do Globo*, sendo estes os objetos de estudo de maior interesse do presente trabalho. Certamente, o diretor não tinha em mente uma intenção de menção sobre as fotografias que estariam situadas, por sua vez, neste plano cultural. No entanto, deve-se levar em consideração o capital simbólico que estas representaram no seio da sociedade, e que foram utilizadas como signo de distinção e promoção social.

Nesta simbologia, segundo Pierre Bourdieu²⁰, o capital simbólico também pode ser traduzido como fama, prestígio e reputação social, pois “permite pensar a posição de cada agente em todos os espaços de jogo possíveis”, sendo que o campo econômico, muitas vezes, está presente quando ocorre sua imposição ao campo cultural. A propagação de conteúdo cultural, fosse qual fosse, estava de certo modo dependente de um sucesso no campo econômico, que lhe daria as condições necessárias para a sua atividade empreendedora, garantindo assim que esta fosse financeiramente viável. O êxito do planejamento econômico da revista, ao que parece, realizou-se com relativo sucesso, visto que o periódico somente encerraria as suas atividades muitos anos depois, em 1967. Entre os componentes desse sucesso, podemos situar a autopromoção da empresa, caracterizada por signos de comunicação publicitária com conteúdo elogioso a ela própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Revista do Globo* pode ser considerada como um dos periódicos de variedades mais importante da história da imprensa no Rio Grande do Sul e, de certo modo, do Brasil. Seu registro textual e fotográfico aproxima a proposta de sua criação à imagem de Getúlio Vargas, que em seguida se tornaria uma das figuras mais emblemáticas do cenário político brasileiro. Além disso, o peso da *Revista do Globo* dentre os empreendimentos editoriais da época verifica-se por sua vinculação à própria Livraria do Globo, que já reunia parte significativa da intelectualidade e do segmento artístico sul-rio-grandense²¹, dando sua respectiva contribuição para difusão de determinada cultura letrada à época. Além da bibliografia específica sobre o periódico, é possível retomar alguns de seus aspectos identitários através da leitura de seus

21. Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*, p. 135.

22. Paula Ramos, *A Modernidade Imprensa: Artistas Ilustradores da Livraria do Globo – Porto Alegre*.

editoriais, que, neste caso, remontam à primeira década de sua existência (totalizando 266 edições).

Na continuidade da pesquisa foi possível verificar o quanto se reforçou esta identidade empreendedora da revista, utilizando de seu próprio espaço para a divulgação de informações elogiosas quanto à sua história (vinculada aos auspícios da Livraria do Globo), da sua infraestrutura (espacial e, principalmente, tecnológica) e da sua inserção específica nas experiências políticas, intelectuais e culturais da época. A percepção sobre a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República, dos aspectos bélicos-políticos do período entreguerras no contexto europeu e mesmo das questões de visibilidade da sociabilidade local. Assim como outros periódicos de sua época, a *Revista do Globo* utilizou-se amplamente de suportes fotográficos como forma de comunicação, apropriando-se, posteriormente, da linguagem fotojornalística nas suas diferentes fases que se estenderiam até a década de 1960. Mas tratar sobre as características de seu amplo acervo de fotografias ficará para uma apresentação em outra oportunidade.

SOBRE O AUTOR

Cláudio de Sá Machado Jr. é professor associado da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), realizou estágio pós-doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Desenvolve pesquisas com fontes fotográficas, em especial vinculadas à imprensa de revista das décadas de 1920 a 1940. Orienta trabalhos que interpretam imagens técnicas e estabelecem diálogos com a História Cultural.



BRRR! FAZ FRIO: VOU
P'RA DENTRO D'AGUA OUTRA
VEZ — *Liberal e promotor pu-
blico em 1860.*

SALTO P'RA FÓRA
D'AGUA — *descansa e
advoga.*

PARATODOS: QUINZENÁRIO DA CULTURA BRASILEIRA

José Armando Pereira da Silva

O ressurgimento em maio de 1956 de *Paratodos*, como “quinzenário da cultura brasileira”, dirigido por Jorge Amado, se enquadrava na estratégia do Partido Comunista Brasileiro de ampliar sua rede de informação. No curto prazo de legalidade do partido, após a queda de Vargas, seguido do período liberal dos governos Dutra e Juscelino, tinham reaparecido *A Classe Operária*, órgão oficial do Comitê Nacional do PCB, e a revista *Problemas*, seu principal órgão teórico. Sem ligação direta, mas com hegemonia de intelectuais comunistas, foram lançadas *Fundamentos* e outras revistas que pretendiam alcançar a área cultural, como *Artes Plásticas* em São Paulo, *Temário* no Rio de Janeiro, *Seara e Presença* no Recife e *Horizonte* no Rio Grande do Sul.

Pelas pessoas que envolveu e por suas características, *Paratodos* foi o projeto de maior porte nesse sentido, e se alinhava com *Jornal de Letras e Leitura* – publicações do mesmo teor que, a partir do Rio de Janeiro, tinham o pressuposto de alcançar bancas em todo Brasil.

Paratodos tinha sido um “magazine semanal ilustrado”, de longa vida, iniciado em dezembro de 1918, sob direção de Sílvio Romero Filho, que chegou a maio de 1932, cobrindo a vida social e cultural do Rio.

Os desenhos de J. Carlos foram marcantes nessa primeira fase. Teve seu título retomado sob direção de Álvaro Moreyra entre 1949 e 1952, já mostrando viés ideológico comunista. Quando ressurgiu em maio de 1956, Álvaro Moreyra continuou no expediente como “fundador” – uma homenagem. Mas Jorge Amado tinha outro modelo, *Les Lettres Françaises*, publicação nascida com a Resistência Francesa nos tempos da Segunda Guerra, e depois continuada sob a direção de Louis Aragon e patrocínio do Partido Comunista Francês. E assim se fez: *Paratodos* foi lançado com apresentação gráfica audaciosa em formato jornal, título verde, ampla cobertura das diversas áreas, almejando ampliar a presença na imprensa cultural e chegar às bancas com massiva distribuição.

Seus propósitos eram abrangentes: “Desenvolvimento da cultura nacional brasileira; intercâmbio cultural livre e sem barreiras com todos os países; defesa dos interesses éticos e profissionais dos intelectuais brasileiros. De modo algum consideramos como divisor de águas as divergências de natureza filosófica, religiosa ou estética”¹. Mostravam a nova postura do Partido Comunista Brasileiro, resultante do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, no qual Krushev divulgara relatório denunciando os erros e crimes da era stalinista. Com Stalin caíra também o rígido realismo socialista que, a partir do II Congresso de Escritores (Belo Horizonte, 1947), culminando com a tumultuada eleição de diretoria da Associação Brasileira de Escritores (Rio, 1949), havia provocado dissensões entre intelectuais brasileiros².

Era a hora de estimular a formação de uma frente sob a égide do PCB. Jorge Amado tinha o prestígio e o carisma para desempenhar o papel de aglutinador. Na redação da nova revista a ele se juntaram Moacir Werneck de Castro, como redator-chefe, James Amado, como secretário, Alberto Passos Guimarães, como superintendente (o que significava a parte administrativa e financeira), e Otávio Araújo, como chefe de ilustração.

O impacto do lançamento pode ser avaliado pelo calibre de colaboradores como Murilo Mendes, Vinicius de Moraes (lançando o poema “Operário em Construção”), Oscar Niemeyer, Astrojildo Pereira, Josué de Castro, Álvaro Moreira, Eduardo Guarnieri, Marques Rebelo (com um conto ilustrado por Di Cavalcanti) e Georges Sadoul, com uma colaboração exclusiva sobre o cinema francês.

Ocupadas por especialistas em cada área, as resenhas de autores e livros, as colunas para cinema, artes plásticas, música, ópera, balé, rádio,

1. *Paratodos*, n. 1, maio 1956.

2. Dênis de Moraes trata do tema em *O Velho Graça*, especialmente no capítulo “Os Ventriloquos de Zdanov”, pp. 247-264 e em *O Imaginário Vigiado*.

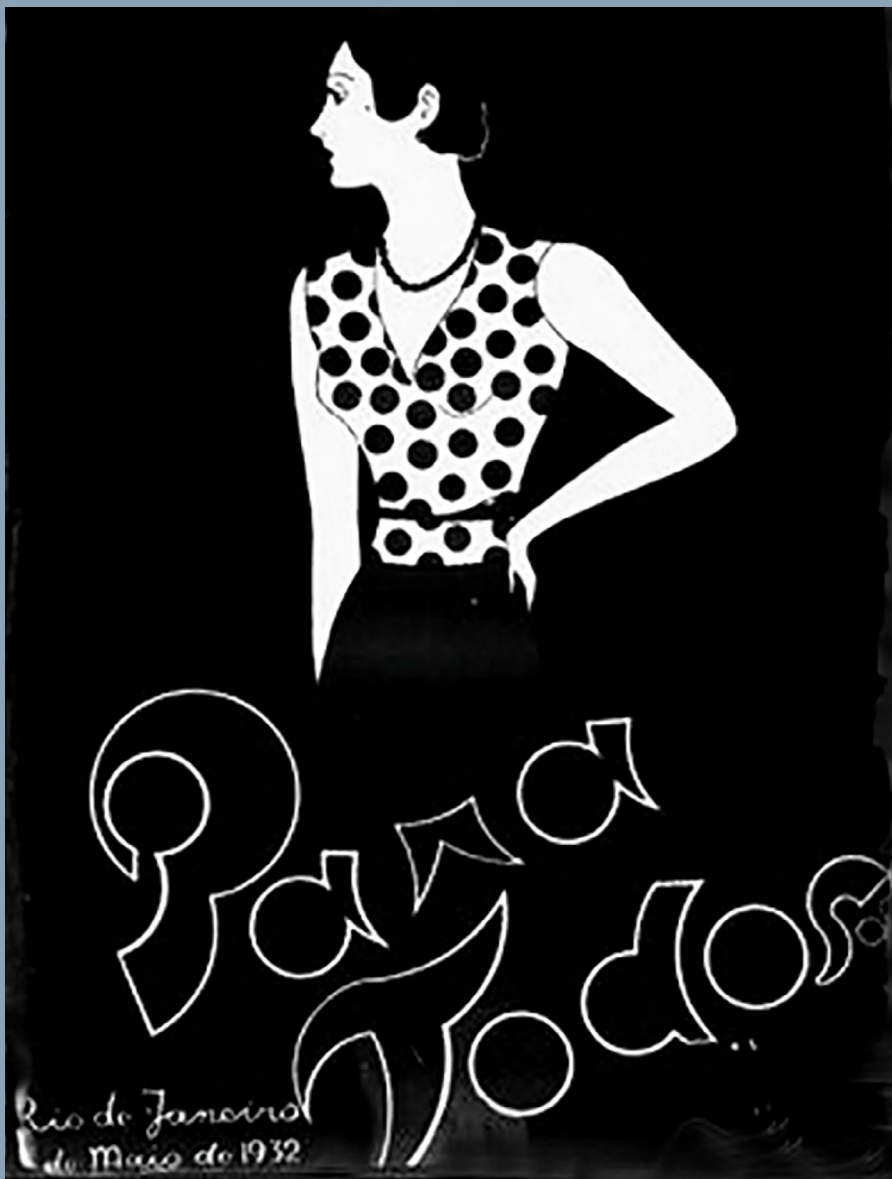


Figura 1. Capa do último número da primeira fase de Paratodos – maio de 1932.



Figura 2. Primeira página do primeiro número da terceira fase de Paratodos – maio de 1956.

Figura 3. Reportagem do segundo número de Paratodos fala da repercussão do lançamento.



teatro e televisão, assim como os rodapés de crítica, tinham seu lugar em *Paratodos*. Inovava em matérias que ligavam a cultura ao processo econômico, investigando os problemas do livro e da indústria editorial, ou inquirindo quanto gastava o carioca com cinema, teatro, discos, livros e instrução.

A literatura internacional era analisada de forma regular nos comentários de O Livro Traduzido, e suas produções podiam ser apreciadas nas seções de poesia e conto, onde eram encontrados John Steinbeck, Nazim Hikmet, Hemingway, Maiakovski, Tchekhov e outros, quase sempre emoldurados por ilustrações da boa lavra de Percy Deane, Renina Katz, Zaluar, Darel, Santa Rosa e Clóvis Graciano.

O intercâmbio cultural, um de seus objetivos, fica patente logo no primeiro número, quando anuncia o convite a Sartre para visitar o país. E é confirmado pelas colaborações de Georges Sadoul, saudações de intelectuais estrangeiros como Cesare Zavattini, Nicolas Guillen, Pepino de Fillipo e Ana Seghers, e entrevistas do cineasta Christian Jacques, do ator e diretor Jean Villar e de Pablo Neruda. A ênfase no estreitamento de relações culturais é sentida quando ocorre a visita da Ópera de Pequim ao Brasil. *Paratodos* consagra ao elenco um caderno especial, além de extensa cobertura das apresentações. “Relações culturais” também deviam ser entendidas como movimentos em direção ao Leste e à sua cultura – formas sutis de contrariar, nesse tempo, os padrões da Guerra Fria.

Outra estratégia do semanário foi expandir a cobertura para além do eixo Rio-São Paulo. A interiorização de *Paratodos* vai servir como prática aparentemente salvadora das dificuldades financeiras com a organização de cadernos especiais dedicados aos estados, que – esperava-se – fossem subvencionados por publicidade oficial e privada dos mesmos, tocados em seu ufanismo... Chegaram a ser editados cadernos do Ceará, Goiás, Pará e Pernambuco. Eram oportunidades de “assegurar canais permanentes de intercâmbio entre as diversas manifestações da vida cultural do país”³. Aí entravam os poetas, contistas e outros autores da terra; falava-se do movimento cultural, do folclore, da história. Zélia Gattai, mulher de Jorge Amado, convocada pela superintendência em razão de seus dotes administrativos, fez viagens exaustivas em busca de um duplo resultado: a matéria cultural e os recursos econômicos⁴.

Em sua curta existência o semanário vibrou na mesma intensidade, registrou o entusiasmo, as inquietações e as esperanças daquele momento em que Brasília estava se iniciando (e seu arquiteto era da casa,

3. *Paratodos*, n. 28, jul. 1957.

4. Zélia Gattai, *Chão de Meninos*, pp. 75-83.

dando entrevista sobre o projeto), em que Paschoal Carlos Magno organizava o I Festival Nacional de Teatro Amador (1957), em que acontecia mais uma Bienal “sob o signo de debates e polêmicas”, em que se realizavam as feiras de livros, os congressos de escritores, em que foi possível, nas 24 edições do seu primeiro ano, relacionar setecentos nomes de colaboradores que eram o “espelho da vida cultural brasileira”⁵.

Paratodos almejava aprofundar a discussão sobre a cultura brasileira e propôs um inquérito sobre sua situação e perspectivas, tentando definir como nela se refletia a fase de desenvolvimento histórico e social, e quais os principais problemas que, neste quadro, se ofereciam à atividade criadora dos intelectuais brasileiros. Deu a palavra a Roland Corbusier, que apelou para uma “consciência de nossa realidade, do processo histórico-social do país contra o colonialismo cultural”. Chegaram a ser ouvidos Clóvis Salgado (então Ministro da Educação), Nelson Werneck Sodré, Antônio Houaiss, Adalgisa Nery e Alceu Amoroso Lima, todos afinados quanto à importância do momento e quanto à necessidade de uma transformação que elevasse a sociedade brasileira a um patamar mais alto de civilização. Havia nas declarações um tom otimista, esperançoso, de crença no país.

Como outras publicações do gênero, *Paratodos* atravessou dois anos com visíveis dificuldades financeiras, obrigando sua frequência quinzenal a passar muitas vezes a mensal, sempre confiante na complacência dos leitores. O entusiasmo de seus produtores e o aporte de seu próprio capital não foram suficientes para fazer da publicação uma atividade autossustentável. Os anúncios de editores e outros eventuais não bastaram, nem o anunciante de outros ramos deveria estar interessado nesse tipo de veículo. “O famigerado ouro de Moscou” também não apareceu, como ironizava Jorge Amado, acrescentando: “Os salários não passavam de abstrações para aqueles que formalmente os deviam receber, outros não tinham nem mesmo promessa de estipêndio”⁶. Tentou-se ainda um último recurso: transformar o empreendimento em sociedade anônima. Acorreram entusiasticamente muitos prováveis acionistas ao almoço convocado por Oscar Niemeyer para lançar a ideia, mas não houve retorno concreto de adesões.

“*Paratodos* foi concebido e executado em grandes proporções. Isso porque partimos da verificação de que o surto de desenvolvimento do Brasil, nestes últimos anos, se manifesta também no setor cultural” – assim se iniciava o editorial do último número, em maio de 1958, para

5. *Paratodos*, n. 23/24, abr./maio 1957.

6. Jorge Amado, *Navegação de Cabotagem*, pp. 397-398.

Figura 4. Problemas econômicos relacionados à produção editorial são focos de Paratodos.

Figura 5. Uma coleção de Paratodos.



relatar, em seguida, as dificuldades de impressão, distribuição e publicidade. Mas não se declarava vencido. Pedia apenas tempo ao leitor para um “reexame de situação” ... Se isso aconteceu, levou seus diretores rapidamente à conclusão de que, do ponto de vista empresarial, não estavam equipados, e, como é comum nesses casos, o empreendimento estava mais perto do sonho, longe de ser um negócio viável. Um sonho cuja generosidade marcou essa época e influenciou leitores, assumindo uma posição afirmativa da cultura brasileira, sem deixar de ser crítica e aberta para o mundo.

SOBRE O AUTOR

José Armando Pereira da Silva é mestre em Teatro pela Universidade do Rio de Janeiro e em História da Arte pela USP. É membro da Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA). Publicou os livros *Massao Ohno, Editor* (Ateliê Editorial, 2020); *Artistas na metrópole: Galeria Domus 1947-1951* (Via Imprensa, 2018); *Província e Vanguarda: apontamentos e memória de influências culturais* (Fundo de Cultura de Santo André, 2000); entre outros, e organizou *José Geraldo Vieira: Crítica de arte na revista Habitat* (Edusp, 2012); *Luis Martins, um cronista de arte em São Paulo* (MAM, 2009); *Vertentes do Cinema Moderno* (Editora Pontes, 2003), e *Guido Poianas: Retratos da Cidade* (2002).



Muito gritos de
soltarão
prático, dirá:

angustia, devidos aos
membros espavoridos e
paciência! e... hip! hip!
terríveis solavancos
contusos.



REVISTAS ILUSTRADAS E VULGARIZAÇÃO CIENTÍFICA

Sílvia Maria Azevedo

A década de 1870 no Brasil foi marcada, entre outros aspectos, pelo cultivo de um saber racional, protagonizado pela chamada “geração de 70”, expressão cunhada para designar grupo bastante heterogêneo de intelectuais brasileiros, influenciados pela entrada no país de um “bando de ideias novas”, no dizer de Sílvio Romero. O atraso com que positivismo, evolucionismo, darwinismo, naturalismo se disseminaram no Brasil – “levaram mais de vinte anos para atravessar o Atlântico”¹, quando então o Império entrava no “plano inclinado”², em direção à República –, não impediu Romero de reivindicar para Pernambuco, por intermédio da Escola de Recife, “a prioridade no movimento espiritual brasileiro”³, ainda que a Academia Francesa do Ceará (1872-1875) tenha atuado também como foco de difusão das teorias evolucionistas e científicas. Coube, no entanto, ao Rio de Janeiro, “o maior mercado de trabalho para

1. Lucia Miguel Pereira, *História da Literatura Brasileira: Prosa de Ficção; de 1870 a 1920*, 1988, p. 119.

2. Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, 1936, p. 68.

3. Sílvio Romero, “A Prioridade de Pernambuco no Movimento Espiritual Brasileiro”, *Revista Brasileira*, 2ª fase, ano I, t. II, p. 486, 1879.

homens de letras, que encontravam oportunidade no ensino, na política e no jornalismo”⁴, lugar de destaque na difusão das “ideias novas” em âmbito nacional.

Arena das disputas dos “homens de ciências” e dos “homens de letras” integrantes da geração de 1870, os jornais cariocas da época irão acolher as acirradas polêmicas travadas entre eles, polêmicas que, por incorporar “a forma dialógica dos desafios da poesia popular e um código de honra tradicional, [entravam] em conflito com as propostas da modernização”⁵. Foi o que aconteceu quando o jornal *O Globo* abriu espaço, em 1875, para que Joaquim Nabuco e José de Alencastro cassem farpas a propósito da peça *O Jesuíta*.

Durante esse mesmo período, houve também periódicos em circulação na Corte carioca que, ao invés de polêmicas, estavam empenhados na construção de um novo imaginário identificado com o desenvolvimento e o progresso do Brasil, caso da *Ilustração Popular*, revista ilustrada que circulou no Rio de Janeiro no período de 7 de outubro de 1876 a 23 de setembro de 1877, num total de 44 números.

Lançada sob o influxo do movimento de divulgação científica que se intensificava em todo o mundo, a *Ilustração Popular* é expressão da onda de otimismo em relação aos benefícios do progresso técnico e científico que tomou conta do país na segunda metade do século XIX. Na esteira do crescente interesse do público leitor por temas ligados à ciência, vários periódicos voltados à divulgação científica são lançados nesse período, cabendo informar que, num total de sete mil títulos criados na época, trezentos aproximadamente estavam relacionados de alguma forma à área científica⁶.

Além dos periódicos dedicados à vulgarização da ciência, cujo ápice de lançamento concentra-se no ano de 1875, as Exposições Nacionais no Rio de Janeiro⁷, preparatórias da apresentação do Brasil nas Exposições Universais, também foram organizadas como espaços de divulgação da ciência no sentido de sua aplicabilidade.

As conferências públicas foram outra importante iniciativa de difusão da ciência, com destaque para as Conferências Populares da Glória, uma das mais fecundas iniciativas de divulgação de ideias científicas no Rio de Janeiro⁸. Os assuntos tratados nessas conferências

4. Roberto Ventura, *Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil, 1870-1914*, 1991, p.10.

5. *Idem, ibidem*.

6. Moreira, 2002, p. 45.

7. Realizadas nos anos de 1861, 1866, 1873 e 1875.

8. Maria Rachel Fróes da Fonseca, “As ‘Conferências Populares da Glória’: a Divulgação do Saber Científico”, *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, pp. 135-166.

eram bastante diversificados: glaciação, clima, origem da Terra, responsabilidade médica, doenças, bebidas alcoólicas, ginástica, o papel da mulher na sociedade, educação, sendo que várias dessas palestras foram publicadas em livro⁹. As Conferências Populares da Glória transformaram-se, muitas vezes, em palco para discussões acaloradas, como a liberdade de ensino, a criação de universidades e o significado das diversas doutrinas científicas. Médico e ardoroso republicano, Miranda Azevedo defendeu publicamente a teoria da seleção natural de Darwin-Wallace, que despertava muita controvérsia na época¹⁰.

Outro aspecto de igual relevância relativamente ao contexto de publicação da *Ilustração Popular* refere-se à introdução da imagem na imprensa no século XIX. A reprodução de estampas nas páginas dos jornais ocasionou o surgimento de um novo gênero de imprensa, denominada imprensa ilustrada. A imprensa ilustrada passou a depender não apenas de colaboradores de texto, mas também de profissionais especializados na realização do trabalho visual, artesãos aptos na conversão do original (desenho, gravura, quadro) em cópia impressa¹¹.

Com a importação de estampas produzidas por meio da galvanoplastia, Henrique Fleiuss (1824-1882) e Charles F. de Vivaldi (1824-1902) – o primeiro editor-proprietário da *Ilustração Brasileira* (1876-1878), o segundo da *Ilustração do Brasil* (1876-1880) e da *Ilustração Popular* (1876-1877) –, acabaram por encontrar a “fórmula ideal” que faria recomeçar em 1870 o fluxo da imprensa ilustrada com o reaproveitamento de gravuras provenientes do exterior, ou seja, “as edições locais de revistas estrangeiras”¹². Os modelos estrangeiros vêm das imprensas norte-americanas e europeias, nas quais a fotografia, já na década de 1840, começava a ser incorporada, depois de convertida em xilogravuras, tais como: *The Illustrated London News* (Londres, 1843), *L’Illustration* (Paris, 1843), *La Illustration* (Madrid, 1849), *Harper’s Weekly* (Nova York, 1857)¹³.

Esses modelos de imprensa ilustrada, contemporâneos da “era dos impérios” (Hobsbawm, 1988), tornaram-se canais de difusão da expansão colonialista de países avançados, Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos, e das descobertas e avanços científico-tecnológicos, expostos nas exposições universais e protagonizados por inventores,

9. Manuel Francisco Correia, *Conferências Populares*, 1876.

10. Terezinha Alves Ferreira Collichio, *Miranda de Azevedo e o Darwinismo no Brasil*, p.70.

11. Joaquim Marçal Ferreira de Andrade, *História da Fotorreportagem no Brasil: A Fotografia na Imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900*, p. 61.

12. *Idem*, p. 211.

13. *Idem*, pp. 35-37.

muitos deles provenientes dessas mesmas potências. Não por acaso, a concepção editorial dos periódicos ilustrados estrangeiros servirá de inspiração para a criação na década de 1970 do *Oitocentos* da imprensa ilustrada nos trópicos, nos moldes da *Ilustração Brasileira*, *Ilustração do Brasil* e *Ilustração Popular*.

Três meses após o lançamento da *Ilustração do Brasil*, a *Ilustração Popular* passa a circular na Corte carioca, sob a direção de Corina de Vivaldi¹⁴, filha de Charles F. de Vivaldi. Antes de assumir a função de editora da revista, Corina já atuara como jornalista em dois periódicos fundados por seu pai, o *The American Mail* (1873-1874), que depois passou a se chamar *The South American Mail*, e a *Ilustração do Brasil*.

Revista semanal de pequeno formato, com oito páginas, divididas em duas colunas, ilustradas com gravuras provenientes da *Ilustração do Brasil*, a *Ilustração Popular* expunha no número de estreia, a proposta do novo periódico:

Divulgar a leitura e com ela o deleite e o ensino por meio do periódico ilustrado é apenas concorrer para tornar uma realidade entre nós o que já é um fato comezinho em todos os países civilizados, porque se entendeu por toda a parte que é preciso a um tempo dar alimento à curiosidade pelos escritos interessantes e não menos prazer aos sentidos pela apreciação dos trabalhos da arte, de que são transunto os desenhos e as gravuras¹⁵.

Pautada pelo princípio horaciano do *dulce et utile*, segundo o qual a função da obra literária consiste em deleitar e ao mesmo tempo instruir, a *Ilustração Popular* agregava a “diminuta retribuição pecuniária” – cem réis o número avulso – como estratégia para se anunciar como “jornal acessível a todas as classes”, com entrada não apenas na “casa do rico” como também na “mansão do pobre”. Desconhecendo talvez o alto índice de analfabetismo no Brasil, Corina de Vivaldi imaginava que tão somente o baixo preço da revista seria condição para que a *Ilustração Popular* fosse lida pelas classes mais pobres. O que levou Orlando Ferreira a observar ironicamente que essa pretensão ilusória seria atingida “talvez só pela mágica do seu título”¹⁶.

14. Corina Henriqueta Alberta Lawe de Vivaldi Coaracy (1859-1892), jornalista, escritora, dramaturga, nasceu no estado de Kansas, Estados Unidos, e chegou ao Brasil com dois anos, quando o pai, Charles de Vivaldi, veio exercer o cargo de cônsul dos Estados Unidos em Santos. Foi educada no Rio de Janeiro, no Colégio Brasileiro. Casou-se, em 1880, com o jornalista e escritor José Alves Visconti Coaracy. Colaborou na *Gazetinha*, *Folha Nova*, *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*, onde assinava a coluna “A esmo”.

15. *Ilustração Popular*, 7 out. 1876, p. 1.

16. Orlando da Costa Ferreira, *Imagem e Letra. Introdução à Bibliologia Brasileira: a Imagem Gravada*, p. 213.

Há que se dizer que, na época, outros periódicos voltados à divulgação do conhecimento científico também traziam a palavra “popular” no título, a exemplo do *Monitor Popular* (1870), jornal de ciências médicas e de interesses populares, e da *Revista Popular* (1859-1862), noticiosa, científica, industrial, histórica, literária, artística, biográfica, anedótica, musical, etc, etc, a sinalizar a preocupação da imprensa brasileira - em particular a imprensa de “vulgarização científica” – em levar instrução e conhecimento ao “povo”. De modo geral, a vulgarização científica no século XIX tinha, dentre outras, a intenção “de estar ao alcance de todos e assim conferir um efeito universal ao conhecimento; além de carregar consigo também a centelha do novo”¹⁷. Ademais, na história da vulgarização científica há ideias recorrentes, tais como “ciência para todas as inteligências”, “divertir e ensinar”¹⁸, esta última, como se viu, presente na carta-programa da *Ilustração Popular*, no interior da qual se alojava o objetivo de falar de ciência para os leigos, aspecto a ser tratado mais à frente.

Desde que a *Ilustração Popular* passou a circular, o nome de Charles F. de Vivaldi aparece logo abaixo do título da revista, identificado como proprietário, o que significa dizer que o novo empreendimento fazia parte do grupo de publicações que, sob o selo “Ilustração”, eram lideradas pelo jornalista ítalo-brasileiro. O lançamento quase simultâneo de duas revistas ilustradas do mesmo dono, que no período de um ano circularam ao mesmo tempo, porém em dias diferentes (a *Ilustração Popular* saía aos sábados, a *Ilustração do Brasil*, no início, às quintas-feiras), fazia parte do projeto de criar relação de interdependência entre elas: a *Ilustração do Brasil* fornecendo grande parte das matérias e imagens para a *Ilustração Popular*, esta funcionando como divulgadora (e, possivelmente, caixa de reserva) da *Ilustração do Brasil*, como se depreende do texto, no formato de circular, publicado em 2 de junho de 1877:

Tendo por fim, desde o seu começo, a *Ilustração Popular* espalhar pelo povo, pouco favorecido de meios pecuniários, a instrução sob forma amena e agradável, sempre foi o espelho das ideias, pensares e sentires da *Ilustração do Brasil*. É esta a razão pela qual no pequeno periódico são reproduzidos os desenhos e alguns artigos, que já figuraram na grande *Ilustração*. Modesta, simples ‘como a camponesa, que só tem para enfeite

17. Moema de Rezende Vergara, “Ensaio Sobre o Termo ‘Vulgarização Científica’ no Brasil do Século XIX”, *Revista Brasileira de História da Ciência*, p.139.

18. *Idem*, p. 144.

as suas modestas fitas’, ela procurará sempre discutir os assuntos, sob o lado mais fácil e compreensível, não perdendo-se nunca no terreno das grandes e importantes considerações filosóficas.

“Espelho das ideias, pensares e sentires da *Ilustração do Brasil*”¹⁹, a *Ilustração Popular* reiteravam o compromisso assumido no primeiro editorial de “espalhar pelo povo, pouco favorecido de meios pecuniários, a instrução sob forma amena e agradável”²⁰. Reafirmava igualmente a subordinação em relação à revista-matriz, ao adotar a mesma linha editorial, tanto no plano das ideias políticas e religiosas (Monarquismo e Catolicismo), quanto no plano da difusão da ciência, incluindo ainda o emprego da reprodução de gravuras, em sintonia com o momento de grande expansão da imprensa ilustrada no Rio de Janeiro a partir de 1876.

Quanto ao propósito de a *Ilustração Popular* levar “instrução” para o povo, essa preocupação reflete o espírito de uma época que assistiu ao despertar das sociedades para o problema da instrução pública, pois foi na década de 1870 que teve início o que se convencionou chamar de “processo de democratização do ensino”²¹. Países desenvolvidos, como Estados Unidos, França, Alemanha, Inglaterra, assumiram a dianteira desse fenômeno histórico-mundial ao reorganizar, cada um ao seu modo, o respectivo sistema nacional de educação, depois de criado o ensino obrigatório para todas as classes sociais.

No Brasil, a educação obrigatória para todas as classes sociais estava ainda muito longe de ser realidade, embora intelectuais envolvidos com as ideias progressistas, entre eles os jornalistas, estivessem empenhados em criar mecanismos para levar a instrução à população de um modo geral. Nesse sentido há que se lembrar das intenções democráticas da *Ilustração Popular*, que pretendia “ser um amigo bem-vindo à casa do rico como também hospedado na mansão do pobre”²².

A instrução da mulher era também outro tópico da discussão em torno da educação no Brasil, que ganhou ênfase nesse período, objeto de artigos de jornais e das palestras públicas, sem contar o expressivo número de periódicos dedicados ao público feminino, entre outros, *O Sexo Feminino* (1873-1889), dirigido pela professora mineira Francisca Senhorinha da Mota Dias. O acesso à escolaridade secundária e uni-

19. *Ilustração do Brasil*, p. 274.

20. *Idem*.

21. Celina Midori Murasse. “Industrialização e Educação: a Origem do Liceu de Artes e Ofícios”, p. 8.

22. *Ilustração Popular*, p.1.

versitária a que as mulheres na Europa e nos Estados Unidos passaram a reivindicar e usufruir repercutiu na imprensa brasileira, que abriu espaço para a publicação de artigos dedicados ao assunto.

A *Ilustração Popular* não ficou indiferente a esse fórum de discussões, mesmo porque a direção da revista estava a cargo de uma mulher culta, Corina de Vivaldi, com expressiva experiência jornalística, e que vinha acompanhando o movimento da ascensão feminina em vários setores da sociedade norte-americana e europeia. Corina é certamente a autora do artigo “A Mulher como Educadora”²³ que saiu sem assinatura no periódico, resumo de dois outros que foram publicados na *Ilustração do Brasil*, e nos quais a editora havia tratado da educação da mulher²⁴.

Em “A Mulher como Educadora”, o objetivo é argumentar que, melhor do que o homem, a mulher tem condições de educar, “tarefa para a qual tem nascido”, tendo em vista as “qualidades” que lhe são inerentes – paciência, imaginação, ternura, compreensão, sagacidade. Como reconhecimento dessas qualidades femininas, a autora observa que o ensino primário nos Estados Unidos estava nas mãos de mulheres, a justificar “a grandeza desse povo gigante, o qual deve tudo à sua educação”.

Em três outras ocasiões o universo feminino, na perspectiva da “mulher literata”, da “mulher feia” e da “mulher independente”, foi objeto da série “Conversações com Minha Filha”²⁵, assinada por Aniroc, ou seja, Corina de Vivaldi. O caráter conservador dos conselhos da mãe à filha, no sentido de caber à mulher o papel de esposa, mãe e dona de casa, reproduz os padrões de comportamento feminino concebidos por um projeto de modernização da sociedade brasileira, na segunda metade do século XIX, calcado em estratégias que procuravam combinar teses médico-higienistas e controle social²⁶. A manutenção da mulher confinada ao espaço doméstico não apenas contrastava com as grandes transformações operadas no campo científico, assim também com o cenário de mudanças reivindicadas pelas mulheres em países mais adiantados, quanto à igualdade de direitos em relação aos homens e o direito de voto.

Ao lado da educação feminina, a *Ilustração Popular* abriu espaço para a divulgação de grandes eventos científicos, a exemplo da Exposição

23. *Ilustração Popular*, n. 22, p. 170, 3 mar. 1877.

24. “Necessidade da Educação da Mulher”, *Ilustração do Brasil*, n. 23, p. 230, 8 fev. 1877; “A Educação da Mulher”, *Ilustração do Brasil*, n. 25, p. 242, 22 fev. 1877.

25. *Ilustração Popular*, n. 1, pp. 6-7, 7 out. 1876; *Ilustração Popular*, n. 2, pp. 11,14, 14 out. 1876; *Ilustração Popular*, n. 3, pp. 18-19, 21 out. 1876.

26. Jurandir Ferreira Costa, *Ordem Médica e Norma Familiar*, p. 133.

Universal de Filadélfia, objeto da gravura da primeira página do número de estreia da revista. Em meio à carta-programa, acima comentada, a gravura identificada pela legenda “Exposição Universal de Filadélfia – Pavilhão de Porcelanas” revela a intenção do editor de atrair a atenção dos leitores na exploração de um tema, que era o assunto do momento entre a população carioca.

Surgidas em meados do século XIX, no bojo do capitalismo industrial, as Exposições Universais eram a melhor expressão da força e da utopia modernista. Sua origem data do final do século XVIII, quando as primeiras exposições foram realizadas na França e na Inglaterra. Encarnação do progresso, expressão da mentalidade etnocêntrica e imperialista das grandes potências europeias, as exposições ofereciam aos olhos do público “um gigantesco panorama do crescente poder do homem sobre o mundo físico e, conseqüentemente, do progresso material de cada sociedade”²⁷.

Para muitos contemporâneos, mesmo aqueles que viviam em países “distantes” e “atrasados”, não escapou a percepção do Oitocentos como um “século de conquistas”, em que o progresso era medido pelos novos recursos que a ciência e a técnica colocavam a serviço do homem. Assim, era do interesse dos governos de várias partes do mundo participar desses megaeventos, que funcionavam como termômetro do grau de civilização e melhoramento alcançados pelos respectivos países. Em particular aqueles como o Brasil, que, embora monárquico e escravista, queria ver-se representado como nação moderna e cosmopolita. É por isso que, diferentemente das demais nações latino-americanas, o Império brasileiro já tomou parte na Exposição de Londres, em 1862, a remeter à avaliação de Lilia Moritz Schwarcz: “Nada como encenar, em um evento de proporções internacionais as especificidades desse Império encravado no continente americano”²⁸.

A participação do Brasil na Exposição Universal de Filadélfia, em 1876, foi cercada de grande expectativa. Não apenas para desfazer a péssima impressão deixada nas exposições anteriores²⁹, mas também para mostrar outra faceta do Brasil, uma nação civilizada e progressista, que andava a passos largos a caminho da industrialização, e não apenas a de um país agrícola, como era atestado pelos prêmios concedidos aos produtos brasileiros, invariavelmente café, chá, madeira, fibras vegetais, entre outros.

27. Maria Inez Turazzi, *Poses e Trejeitos: a Fotografia e as Exposições na Era do Espetáculo (1839-1889)*, p.28.

28. Lilia Moritz Schwarcz, *As Barbadas do Imperador*, p. 393.

29. Anteriormente à Exposição Universal de Filadélfia, em 1876, o Brasil participou da Exposição de Londres, em 1862, da Exposição de Paris, em 1867, e da Exposição de Viena, em 1873.

Recém-saído de um evento violento, a Guerra do Paraguai (1864-1870), o Brasil podia posar de país cordial, pacífico e civilizado, tanto em razão do contexto das guerras contemporâneas, como a da Rússia contra a Turquia, e a da Turquia contra a Sérvia, quanto devido à *performance* do imperador, o monarca-viajante que fazia questão de carregar a própria mala e de ser chamado “Monsieur d’Alcântara.” A imprensa norte-americana, a exemplo do *New York Herald* (1835-1924), só fez reforçar a representação dessa faceta moderna do monarca dos trópicos, enquanto a *Ilustração do Brasil* publicou várias gravuras da visita de D. Pedro II aos Estados Unidos, em particular a da chegada à Nova York, a caminho da Filadélfia, para onde o imperador viajou como representante oficial do Brasil na Exposição Universal. O mesmo fez a *Ilustração Popular* com a publicação da imagem “Nova York. – S. M. o Imperador do Brasil recebendo a comissão da cidade de Nova York.” (Figura 1).

Quanto à participação do Brasil na exposição norte-americana, a revista de Corina de Vivaldi não deixará de publicar outra gravura emblemática da união entre o Brasil e os Estados Unidos, aquela em que D. Pedro e o general Grant põem em funcionamento a máquina Corliss³⁰, no ato de inauguração da Exposição Universal de Filadélfia³¹ (Figura 2). Além desta, outras imagens relativas à Exposição de Filadélfia, extraídas da *Ilustração do Brasil*, saíram na *Ilustração Popular*. A amostragem, bastante variada, explora vários ângulos da Exposição, tais como: a monumentalidade de algumas seções³², a diversidade cultural³³, os grandes inventos³⁴, a ação educativa das artes³⁵, os avanços na Agricultura³⁶, os espetáculos visuais³⁷ (Figura 3), a diversidade religiosa³⁸, as pesquisas patrocinadas por importantes museus norte-americanos³⁹.

Ao lado do destaque à participação na Exposição de 1876, a *Ilustração Popular* lança ainda a ideia de que o Brasil, como os Estados Unidos, deveria organizar, em 1879, uma feira internacional, para dar “prova do

30. O engenheiro norte-americano George Corliss (1817-1888) inventou e construiu em 1849 a máquina a vapor que levou o seu nome.

31. Na *Ilustração do Brasil*, a imagem foi publicada no n. 4, p. 53, 10 set. 1876.

32. “Seção Inglesa”, *Ilustração Popular*, n. 4, p. 32, 28 out. 1876.

33. “Bazar Turco”, *Ilustração Popular*, n. 7, p. 49, 18 nov. 1876; “Seção Sueca – Um Laponês no Trenó”, *Ilustração Popular*, n. 17, p. 129, 27 jan. 1877; “Seção Indiana”, *Ilustração Popular*, n. 19, p. 145, 10 fev. 1877.

34. “Seção dos Faróis”, *Ilustração Popular*, n. 10, p. 73, 9 dez. 1876.

35. “Palácio das Artes”, *Ilustração Popular*, n. 13, p. 104, 30 dez. 1876.

36. “Interior da Galeria de Horticultura”, *Ilustração Popular*, n. 15, pp. 116-117, 13 jan. 1877.

37. “A Grande Cascata na Galeria das Máquinas”, *Ilustração Popular*, n. 16, p. 128, 20 jan. 1877.

38. “A Grande Cascata na Galeria das Máquinas”, *Ilustração Popular*, n. 19, pp. 148-149, 10 fev. 1877.

39. “Exposição do Instituto Smithsonian”, *Ilustração Popular*, n. 24, pp. 188-189, 17 mar. 1877. 512.

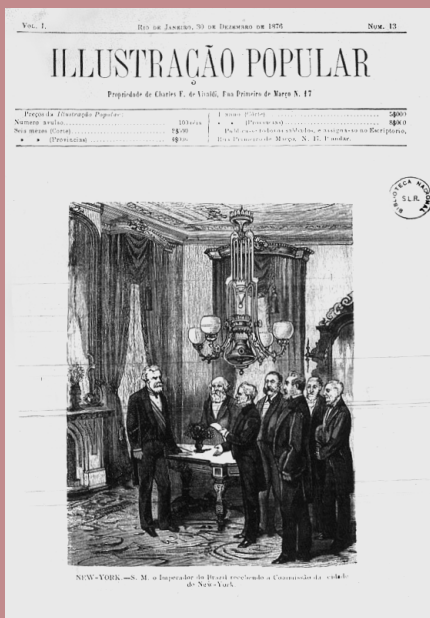


Figura 1. “Nova York – S. M. o Imperador do Brasil recebendo a Comissão da cidade de Nova York”, Ilustração Popular, 30 de dezembro de 1876. Acervo do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa – Unesp (Campus de Assis).

Figura 2. “Exposição Universal – Galeria das Máquinas – Dom Pedro II ao lado do presidente Grant”, Ilustração do Brasil, 10 de setembro de 1876. Acervo Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

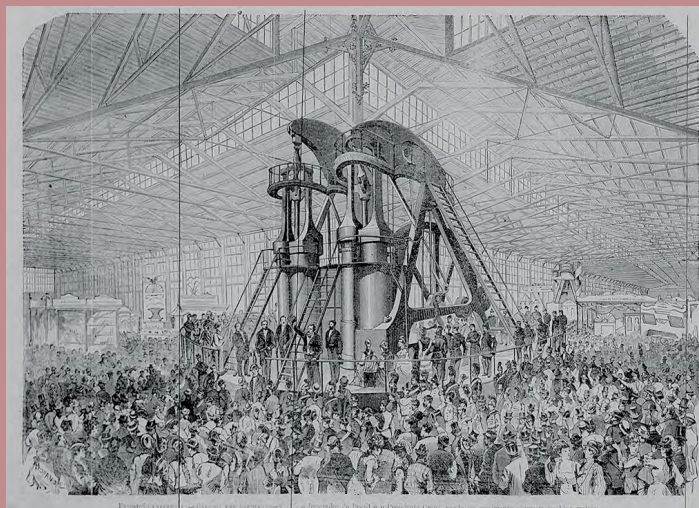
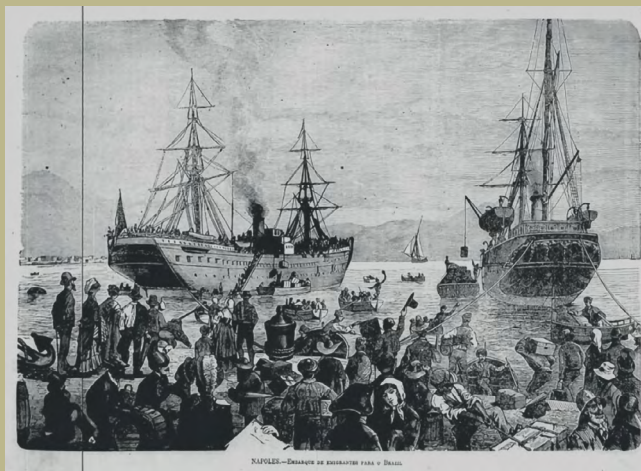
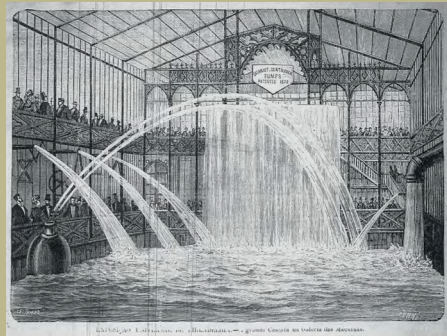


Figura 3. “Exposição de Filadélfia – Grande Cascata na Galeria das Máquinas”, Ilustração Popular, 20 de janeiro de 1877. Acervo do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa – Unesp (Campus de Assis).

Figura 4. “Nápoles – Embarque dos emigrantes para o Brasil”, Ilustração do Brasil, 12 de abril de 1877. Acervo Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.



seu adiantamento e do seu amor ao progresso”⁴⁰. País praticamente desconhecido na Europa, o Brasil deveria aproveitar a ocasião para mudar seu perfil junto às nações civilizadas, na proposta de um evento internacional, em que deixaria de lado o passado agrícola para ingressar na era industrial. Os gastos na organização de empreendimento de tamanha envergadura seriam grandes, mas os ganhos compensariam largamente o investimento. Nesse contexto de mudanças, o artigo sugere ainda a vinda de colonos italianos ao Brasil, proposta que encontra representação na gravura “Nápoles – Embarque dos emigrantes para o Brasil”, publicada da *Ilustração do Brasil* (Figura 4).

Desde a Exposição Universal de Londres até a de Filadélfia, o caminho percorrido pelo Brasil, além de exportar imagem de país civilizado, também foi na direção de atrair imigrantes da Europa para trabalhar em nossas lavouras, em substituição ao braço escravo. Para tanto, já quando da Exposição de Viena, o imigrante europeu era convidado a vir para cá, por intermédio de publicações como o opúsculo *A Colonização no Brasil*, distribuído pelos comissários brasileiros aos jornais, bibliotecas, entidades profissionais e, até mesmo, residências⁴¹. Outro expediente empregado eram as canções alemãs de incentivo às viagens, “que transformavam a terra brasileira em verdadeira Terra de promessa, onde haveria ouro na areia, as batatas seriam do tamanho de uma cabeça, o café cresceria em todas as árvores e o verde seria eterno”⁴².

Havia também os agenciadores que, na propaganda difundida na Europa, funcionavam como aliados do governo imperial cuja política de imigração visava atrair o agricultor, colono e artesão, que aceitasse viver em colônias, e não o aventureiro que vivia nas cidades⁴³. De preferência, esse agricultor deveria ser branco, tendo em vista o projeto de “branqueamento” da população brasileira, segundo a concepção eugênica propagada na época e católico, uma vez que o catolicismo era a religião oficial no Brasil, cujas leis proibiram, até os anos de 1870, os casamentos mistos, isto é, de religiões diferentes.

Além da Exposição Universal de Filadélfia, outros artigos relativos às ciências, originalmente veiculados na *Ilustração do Brasil*, foram selecionados para publicação na *Ilustração Popular*. Em que pese o empenho na vulgarização da ciência entre as camadas populares, a revista dirigida por Corina de Vivaldi não deixou de ridicularizar a mania das

40. “Uma Exposição Universal no Brasil em 1879”, *Ilustração Popular*, n. 8, p. 58, 25 nov. de 1876.

41. Maria Inez Turazzi, *Poses e Trejeitos: a Fotografia e as Exposições na Era do Espetáculo (1839-1889)*, p. 140.

42. Flora Süssekind, *O Brasil Não é Longe Daqui: o Narrador, a Viagem*, p. 22.

43. Lucia Lippi Oliveira, *O Brasil dos Imigrantes*, p. 13.

conferências populares, que tomaram conta do Rio de Janeiro, conforme o se lê na “Crônica Local”:

Os oradores pedem a palavra com moderação, puxam quarenta ou cinquenta tiras de papel, e começam a lê-las, calmos, terríveis e ameaçadores; terminando ao fim de quatro horas, durante as quais o auditório passa por todos os martírios inventados até hoje⁴⁴.

Tema polêmico na época, a *Ilustração Popular* vai manter distanciamento em relação ao Positivismo, com a qual, na visão de seus seguidores, o progresso da humanidade estaria intimamente relacionado. Para os positivistas, o conhecimento positivo (a Ciência) era expressão máxima da evolução intelectual humana, o que implicava em investir nesse tipo de conhecimento e abandonar de vez a teologia e a metafísica, pois que somente o conhecimento positivo poderia tirar a humanidade da ignorância e da superstição e colocá-la no caminho do progresso. Não é esse, porém, o ponto de vista do autor anônimo que assina o texto, “O Positivismo Moderno”⁴⁵, a expressar o posicionamento da *Ilustração Popular*. Dois aspectos da doutrina positivista são objeto de crítica: o “altruísmo” e a negação de Deus. A se espelhar no primeiro postulado, a sociedade transformar-se-ia numa “procissão de mártires”. A ideia de Deus, “consolo para o povo”, não podia ser abandonada em nome do postulado altruísta, pois “se lhe tirardes a crença em um Deus de bondade, de amor e de misericórdia, o que lhe deixais senão o desespero e a angústia?”⁴⁶.

A crítica ao Positivismo dá medida de como o saber científico é representado na *Ilustração Popular*: a intenção de apreender a evolução da humanidade na senda do progresso, a justificar a perspectiva histórica em relação ao desenvolvimento da ciência, não implicava no abandono da ideia de Deus. Há que se dizer que as resistências da revista de Corina de Vivaldi em relação ao Positivismo, objeto de inúmeras polêmicas entre os intelectuais brasileiros, eram compartilhadas por outras publicações, entre elas algumas revistas de divulgação científica. Também nestas, como acontecia no periódico *O Vulgarizador* (1876-1880), dirigido por Augusto Emílio Zaluar (1862-1882), não raro se propunha a conciliação entre ciência e pensamento teológico, por conta de interpretações muito livres do pensamento de Darwin.

44. *Ilustração Popular*, n. 44, p. 350, 23 dez. 1877.

45. “O Positivismo Moderno”, *Ilustração Popular*, n. 14, pp. 106-107, 6 jan. 1877. Com o título “A Mocidade e o Positivismo”, o texto foi publicado na *Ilustração do Brasil*, n. 37, p. 338, 17 mai. 1877.

46. *Ilustração Popular*, n. 14, 6 jan. 1877, p. 106.

De qualquer forma, a preocupação da *Ilustração Popular* quanto à divulgação do conhecimento científico atendia ao programa de torná-lo acessível ao “povo”. Para tanto, criar estratégias discursivas de modo a vulgarizar os resultados das ciências foi o caminho trilhado pela direção da revista, tomando como exemplo o artigo “A eletricidade”⁴⁷, publicado na *Ilustração Popular*, em 1876, em duas partes. Nesse sentido, cabe transcrever o início do referido artigo:

De todos os fenômenos, que se sucedem na atmosfera, a tempestade é o que produz a maior impressão tanto no homem como nos outros animais: ela excita o medo, o terror, e a admiração. O céu obscurecido por montanhas de nuvens negras, que aparecem aqui e acolá para precipitar-se sobre a terra e sepultá-la debaixo de sua massa tenebrosa; os turbilhões de vento, os quais trazem a chuva e a saraiva, que devastam as plantações, alagam os vales e transformam os mais mesquinhos rios em outras tantas correntes impetuosas; os relâmpagos de cor lívida azulada, resplandecente, que dilaceram por toda a parte o véu fúnebre do firmamento; os rugidos, as detonações, os trovões que soam repercutidos por todos os ecos; as súbitas explosões de uma matéria invisível, impalpável, ardente, que fere, destrói, queima e mata... em tudo isto há alguma coisa esplêndida e horrível, grandiosa e admirável; porém principalmente incompreensível; [...].

Oh! que estranha anomalia! que abismo impenetrável! que campo de inenxauríveis riquezas para a inteligência humana⁴⁸.

Pontuar a abertura do texto com expedientes retóricos que remetem ao sublime funciona como estratégia de aproximação em relação ao leitor, que reconheceria aqueles mesmos recursos na poesia e na prosa de procedência romântica – lembrar que o termo “tempestade” aparecia no título do movimento romântico alemão, *Sturm und Drang* (Tempestade e Ímpeto) –, ainda praticados na época. Além de fisgar o leitor, a voz que se manifesta nessa abertura não é a do cientista, mas a de um enunciador que se coloca na posição do homem comum com o qual compartilha o medo, o terror, a admiração despertados pelos prenúncios da tempestade.

Uma vez criada atmosfera de aproximação, fundamental para a divulgação do conhecimento científico entre o público leigo, o artigo explora as manifestações do fenômeno climático na perspectiva da

47. *Ilustração Popular*, n. 11, pp. 163-164, 16 dez. 1876; *Ilustração Popular*, n. 12, pp. 91, 94, 23 dez. 1876. Na *Ilustração do Brasil*, o texto, com o mesmo título, foi publicado no n. 15, pp. 163, 166, em 14 dez. 1876.

48. *Ilustração Popular*, n. 11, p. 82, n. 11, 16 dez. 1876.

história. O amplo panorama acerca da observação dos “fenômenos elétricos”, da Antiguidade até o século XVIII, opõe os antigos, ainda presos à superstição e ao pensamento mítico, aos modernos, representantes da razão e da ciência. Ao comentar que os raios foram objeto de observação em todos os tempos, o autor do artigo acrescenta que nem por isso os estudos e a análise do fenômeno ganharam consistência científica. A razão, em particular entre os povos antigos, advinha da tendência de explicarem os fenômenos físicos como manifestação do sobrenatural:

[...] os povos da antiguidade, como observa justamente Figuiet, possuíam um meio muito cômodo para cortar todas as dificuldades que podiam aparecer na explicação de um fenômeno físico; punham-no na ordem dos milagres e assim não havia mais a necessidade de um exame⁴⁹.

Afirmar que os antigos tinham um “meio cômodo” para superar as dificuldades em explicar os fenômenos físicos, ao colocá-los “na ordem dos milagres”, implica, em primeiro lugar, desconhecer a história da ciência, no interior da qual, na falta de documentos escritos, são as lendas e os mitos que nos permitem conhecer as primeiras observações da Grécia Antiga acerca dos fenômenos atmosféricos. Em segundo lugar, a interpretação não apenas implica em rebaixamento do pensamento mítico, em contraposição ao pensamento científico, como também em anacronismo, na avaliação da cultura antiga à luz de valores e conceitos do século XIX, para não falar na referência à explicação mítica como “milagre”.

Além de vários nomes de historiadores e cientistas, estrangeiros e do passado, serem trazidos para o texto sem as necessárias informações complementares, como se fossem do conhecimento do público leigo, a recuperação dos escritos antigos acerca do fenômeno da eletricidade obedece à perspectiva do fato curioso, no exemplo da passagem abaixo citada: “César narra em seus ‘Comentários’ que durante uma tempestade, caída à noite, quando os soldados marchavam, as pontas das lanças dos soldados da quinta legião apareciam em chamas”⁵⁰.

Os tais “Comentários” de César, mais precisamente *Comentários à Guerra da Gália*, no original latino, *De Bello Gallico*, composto entre 58 e 52 a. C., obra máxima de Caio Júlio César (100 a.C. – 44 a.C.), um dos principais escritores da Antiguidade, são o relato da campanha do

49. *Ilustração Popular*, n. 11, p. 83, n. 11, 16 dez. 1876.

50. *Ilustração Popular*, n. 11, p. 91, 16 dez. 1876.

militar romano contra as tribos celtas que então viviam espalhadas por regiões que hoje fazem parte da Suíça, França, Bélgica e Inglaterra. Acrescente-se ainda que a obra de Júlio César, traduzida para o português por Francisco Sotero dos Reis, em 1863, em edição dedicada ao imperador D. Pedro II, tornara-se livro de leitura obrigatória para os estudantes de latim. A ausência dessas informações e a menção ao clássico da literatura latina simplesmente como “Comentários” revela, por um lado a familiaridade do autor (certamente da elite letrada) do artigo “A Eletricidade” com a obra do escritor romano, por outro, a metodologia de ensino, calcada na memorização do conhecimento.

Por fim, a referência a Louis Figuier (1819-1894), médico, jornalista, escritor, redator do hebdomadário *La Science Illustrée* (1875-1877), revista ricamente ilustrada, voltada para a divulgação dos avanços científicos e tecnológicos, permite completar os dados quanto à possível procedência do artigo “A eletricidade”. Na *Ilustração Popular*, ele aparece como procedente da *Ilustração do Brasil*, mas não se sabe se o texto é original, tradução e/ou reescritura de outro, possivelmente de origem estrangeira.

Depois do artigo de 1876 sobre a eletricidade, a *Ilustração Popular* só voltará a tratar de temas relativos à ciência no ano seguinte, quando em fevereiro de 1877, passa a transcrever a série de textos publicados na *Ilustração do Brasil*, sob o título “Ciência Popular”⁵¹. Subdivididos em treze partes, os artigos discorrem sobre a imprensa, a gravura, a gravura em madeira e os instrumentos de óptica. Popularizar, no sentido de divulgar, essas áreas, indica que o termo ciência comporta sentido amplo, abrangendo conhecimentos dos mais variados, a atestar o progresso da humanidade no caminho da “perfectibilidade”, palavra cara ao vocabulário da vulgarização científica no século XIX. Por outro lado, tratar da história da imprensa, da gravura e dos instrumentos ópticos (espelho, lente, microscópio, binóculo, telescópio) permite oferecer uma retrospectiva da evolução da civilização humana em setores fundamentais da comunicação e da visualização de mundos e objetos distantes.

Uma vez que o “fim principal dos periódicos ilustrados” é “propagar o amor ao belo e aos grandes inventos”, no primeiro e mais longo artigo da série, “A Imprensa”, a intenção da *Ilustração Popular*

51. “Ciência Popular”, *Ilustração Popular*, n. 21, pp. 162-163, 166, 24 fev. 1877; n. 22, pp. 170-171, 3 mar. 1877; n. 23, pp. 179, 182, 11 mar. 1877; n. 24, pp. 187, 190, 17 mar. 1877; n. 25, pp. 194-195, 24 mar. 1877; n. 26, pp. 203, 206, 31 mar. 1877; n. 27, pp. 210-211, 214, 7 abr. 1877; n. 28, pp. 218-219, 222, 14 abr. 1877; n. 29, pp. 226-227, 21 abr. 1877; n. 30, pp. 234-235, 28 abr. 1877; n. 31, pp. 243, 246, 5 mar. 1877; n. 33, pp. 259, 262, 19 mai. 1877; n. 34, pp. 270-271, 26 mai. 1877

é informar acerca dos avanços da imprensa, desde que o gráfico alemão Johannes Gutenberg (1394-1468), inventou a imprensa moderna, por volta de 1450. Antes, porém, de Gutenberg, um longo caminho foi percorrido, da gravação em pedras até as cópias em papiro e pergaminho, com destaque para o trabalho dos copistas, encarregados da reprodução das obras, a dificuldade de acesso aos manuscritos, adquiridos apenas pelos muito ricos, em função do alto preço das cópias. Esses são aspectos que cabe informar ao leitor da atualidade que podia comprar livros e jornais, sem grandes despesas e dificuldades. Com a invenção da imprensa, não apenas os impressos difundiram-se entre as classes populares, como também o “espírito de liberdade e de associação” propagou-se entre os povos, trazendo grandes benefícios para toda a humanidade.

A segunda, e mais longa parte do artigo “A Imprensa”, publicada na *Ilustração Popular*, conta a vida de Gutenberg: o nascimento na Mogúncia, em 1398, a perda do pai aos quinze anos, a ida para Estrasburgo para concluir os estudos, as viagens pela Alemanha, Itália e Holanda, o encontro com Lorenzo Kloster, que lhe mostrou uma gramática reproduzida em tábuas de madeira, trabalho a partir do qual Gutenberg concebeu a ideia de compor uma tábua em tipos móveis. De volta a Estrasburgo, as experiências de Gutenberg consomem seus poucos recursos, o que o obriga a fazer sociedade com Andreas Heilmann, Andreas Dritzehn e Hans Riff, na companhia dos quais transportou sua oficina para um convento abandonado. Ali Gutenberg conseguiu fabricar caracteres em metal, em substituição aos de madeira. Processado pelos sócios, que reivindicavam direito de participação na invenção, Gutenberg abandonou Estrasburgo e voltou à Mogúncia, onde se associou a Johann Faust e Peter Schoeffer, o primeiro vindo a assumir, sozinho, a invenção da imprensa. Nos últimos anos de vida, Gutenberg foi acolhido pelo príncipe da Mogúncia, que lhe deu o título honorífico e uma pensão, que lhe permitiu consagrar-se ao aperfeiçoamento de seu invento. O inventor da imprensa morreu em 14 de fevereiro de 1468.

Traçar a história da imprensa com foco na biografia de Gutenberg vem ao encontro do propósito de aproximar vida e obra, na perspectiva do modelo exemplar, de modo a tornar o leitor consciente quanto aos percalços enfrentados pelos grandes inventores, cujas descobertas revolucionaram a história da humanidade, e de como essas descobertas, muitas vezes, foram objeto de cobiça, disputas e roubos de patentes.

O segundo artigo “A Gravura”, publicado em três partes na *Ilustração Popular*, trata dos métodos de gravação da imagem: madeira, ferro, aço,

pedra, cristal, com destaque para a gravura em madeira. A xilogravura, por ser mecanismo mais rápido e econômico em relação à gravura em cobre e à água-forte, impôs-se como processo de reprodução da imagem gravada sobre papel. As cópias das gravuras em madeira, tiradas em prelo tipográfico, passaram a ser inseridas em livros e jornais, ao lado dos textos, dando origem, respectivamente, às obras ilustradas e à imprensa ilustrada. A partir das informações trazidas no artigo, o leitor não apenas é informado quanto ao método de impressão da própria *Ilustração Popular*, como também toma conhecimento das dificuldades de reprodução da imagem e da necessidade de mão-de-obra qualificada na execução de tais trabalhos, o que explicaria o preço por vezes elevado dos impressos ilustrados.

As quatro partes finais da série “Ciência Popular”, que tratam dos instrumentos de óptica – óculos, microscópios, telescópios –, empregam abordagem mais técnica, em função da natureza do assunto e de suas implicações científicas. Assim, o primeiro artigo “Os Instrumentos de Óptica”, se inicia com a seguinte advertência:

“Tendo de descrever os mais importantes instrumentos de óptica, daremos primeiramente algumas explicações sobre esta coisa que comunica ao mundo exterior com o interior e que se chama luz. Para todos que gozam da vista, a luz é uma fonte inexaurível de gozos, é um mágico laço que nos põe em comunicação com todo o universo visível, que vence todas as distâncias e que transpõe todos os abismos. A influência da luz se estende a todo o nosso organismo. A luz faz com que apreciemos a beleza da gradação das tintas, a variedade das formas”⁵².

Como se percebe, antes das explicações acerca do fenômeno da luz, o artigo recupera a experiência sensorial daquele que pode enxergá-la e desfrutar a beleza das cores, em suas várias formas.

Ao contar a história dos descobrimentos relativos à óptica, o autor comenta também algumas teses ultrapassadas acerca dos corpos luminosos, defendidas por ilustres sábios, como Isaac Newton (1643-1727), mostrando que a evolução no campo da ciência faz-se na base do acerto e erro. Assim como os cientistas recorrem à experiência empírica para comprovar as suas descobertas, o mesmo faz o autor do artigo quando usa o exemplo de se jogar uma pedra dentro da água, para que o leitor consiga compreender o princípio da propagação do som:

52. *Ilustração Popular*, n. 30, p.234, 28 abr. 1877.

Para fazer compreender estas vibrações, examinemos o que sucede lançando uma pedra na água imóvel; vê-se, então, logo, em torno do ponto em que caiu a pedra uma série de ondulações circulares que partindo se alargam gradualmente adquirindo maior amplitude.

O mesmo fenômeno dá-se com o som. Em torno do ponto onde deu-se o som forma-se uma série de ondulações que propagam-se em derredor esfericamente, e fazendo vibrar o ar levam o som à distância⁵³.

Para não fatigar o leitor com a exposição de definições científicas, provenientes do campo da física, e ainda com a ajuda de exemplos práticos, o autor dá prosseguimento ao artigo, ao expor os “maravilhosos efeitos” dos instrumentos de óptica:

Os óculos, os microscópios, os binóculos provam que o engenho humano achou poderoso auxiliar o vidro, que lhe permitiu a fabricação das lentes e dos espelhos.

São verdadeiros prodígios realizados pelos importantes instrumentos de óptica, e mesmo os mais indiferentes devem confessar o extraordinário poder que reside no pedaço de vidro que a mão do homem soube converter num espelho. Contudo neles não está tudo, há outros instrumentos ópticos de muito menor importância, que são aptos a produzir efeitos maravilhosos diante dos olhos das multidões atarradas. Ser-vos-á agradável ouvir falar destes instrumentos, pois que vos trazem doces recordações, porém é preciso recuar de alguns séculos e lembrarmos-nos que o que é hoje divertimento, foi outrora um meio de governo⁵⁴.

No decorrer da história, os conhecimentos ópticos estenderam-se para além do círculo sacerdotal, e “outros impostores” – nigromantes, feiticeiros –, com o intuito de explorar a credulidade do homem e seu “amor pelo maravilhoso”, declararam ter “relações secretas com os diabos e outras potências imaginárias”⁵⁵. Benvenuto Cellini (1500-1571), por exemplo, em seu livro de memórias, relata alguns casos de nigromancia. No entanto, aquilo que o ourives-escritor via como “leções de diabos”, “eram imagens de pinturas reproduzidas por um ou mais espelhos côncavos”⁵⁶, habilmente dispostos por um mágico que, para produzir maior efeito junto aos espectadores, fazia ainda arder

53. Os Instrumentos de Ótica, *Ilustração Popular*, n. 30, p.235, 28 abr. 1877.

54. A Ótica e seus maravilhosos efeitos, *Ilustração Popular*, n. 33, p. 262, 19 mai. 1877.

55. A Ótica e Seus Maravilhosos Efeitos, *Ilustração Popular*, n. 33, p. 262, 19 mai. 1877.

56. A Ótica e Seus Maravilhosos Efeitos, *Ilustração Popular*, n. 34, p. 270, 26 mai. 1877.

perfumes de odores desagradáveis. Presa no interior do “círculo mágico”, a plateia não percebia os efeitos dos espelhos côncavos, colocados de forma a produzir imagens diabólicas, a partir das quais a imaginação fazia a sua parte.

Além do espelho côncavo, a lanterna mágica e a fantasmagoria são tratadas na última parte de “Os Instrumentos de Óptica”. Provavelmente o leitor da *Ilustração Popular* conhecesse ambos os inventos, tendo assistido em teatros populares à exibição do aparelho óptico lanterna mágica, como também de espetáculos de fantasmagoria. Ao fazer uso da lanterna mágica, a fantasmagoria, “uma forma mais elaborada de entretenimento visual invocava o sobrenatural projetando imagens de espíritos dos mortos em misteriosos ambientes, com encenações complicadamente dirigidas”⁵⁷. O autor do artigo em pauta, no entanto, ao descrever os procedimentos técnicos responsáveis pela crença dos espectadores nas aparições fantasmagóricas, confere visibilidade àquilo que ficava escondido, na leitura do fragmento abaixo transcrito:

A lanterna mágica compõe-se de uma lanterna fechada, em cujo centro estão colocados um espelho e um lampião.

O centro do lampião ocupa o foco do espelho côncavo; os raios luminosos que encontram a superfície do espelho vêm por esta serem refletidos em um feixe luminoso, que vai ferir uma lente plana e convexa. Esta lente é colocada em uma abertura circular, colocada em uma das paredes da lanterna, precisamente em frente ao espelho côncavo.

A fantasmagoria é uma lanterna mágica aperfeiçoada, que fornece ao espectador uma ilusão mais completa [...]

Quando a lâmina pintada está na sua máxima distância da lente, a imagem vista sobre a parede torna-se muito pequena, mas ela progressivamente vai-se engrandecendo gradualmente, enquanto a lâmina de vidro e a lente vão-se aproximando. Este engrandecimento visto nas trevas produz a aparência de uma real aproximação da imagem. Aumenta-se a ilusão alumiando, a princípio, fracamente e depois mais vivamente a imagem pintada sobre a lâmina de vidro, isso obtém-se interceptando mais ou menos a passagem da luz que sai da lente maior, colocada entre a lâmina de vidro e o lampião⁵⁸.

A descrição do funcionamento dos instrumentos que produzem a ilusão de ótica vinha comprometer o encanto experimentado pelo

57. Maria Cristina Miranda da Silva, *Espetáculos de Fantasmagoria: Sincretismo Audiovisual e Produção de Sentido*, 2004, p. 2.

58. Instrumentos de Ótica, *Ilustração Popular*, n. 34, pp. 270-271, 26 mai. 1877.

espectador com os espetáculos de lanterna mágica e fantasmagoria, como faz aquele ao revelar os truques do mágico. De qualquer forma, o possível efeito “desmancha prazeres” do artigo respondia pela proposta de trazer instrução para o “povo”, o que implicava, ao contrário de épocas passadas, que os segredos fossem revelados, e as superstições, banidas.

Assim, muito embora a *Ilustração Popular* não fosse uma publicação exclusivamente voltada à vulgarização da ciência, os artigos científicos nela publicados, extraídos da *Ilustração do Brasil*, revelam que ambas as revistas compartilham do espírito do século XIX, período no qual a ciência consolidou-se e passou a definir os rumos da humanidade. Por sua vez, a abordagem historicista dos textos indicia que, do ponto de vista da direção da *Ilustração Popular*, o método era adequado para tornar esses conhecimentos acessíveis ao “povo”. De fato, a história é a ciência que domina o século XIX, por isso compreende-se que seja ela a ditar os parâmetros de aferição da trajetória dos povos. Nesse sentido, o título do livro de Eugène Pelletan, *Le monde marche* (1857), é expressão da abordagem evolucionista em relação ao desenvolvimento humano, de que são evidência os avanços científicos e tecnológicos.

Quanto ao “popular” relativamente à vulgarização das ciências, uma das prioridades na *Ilustração Popular*, o enfoque reflete a importância da ideia de democracia na era moderna. Como se sabe, foi entre os norte-americanos no século XVIII que o conceito de povo passou a ser compreendido como expressão da soberania democrática. A partir de então, tem início o processo de construção de uma identidade coletiva, no qual o povo americano é representado como portador dos valores determinantes do triunfo dos Estados Unidos, país que “surpreendia o mundo com o seu desenvolvimento tecnológico e a sua bem-sucedida experiência de um governo democrático”⁵⁹. Nesse sentido, a Exposição Universal de Filadélfia de 1876, em comemoração ao centenário da independência dos Estados Unidos, tinha por função apresentar a nação norte-americana “como o maior exemplo de democracia já construído na terra”⁶⁰. Compreende-se, portanto, que no Brasil da década de 1870 houvesse interesse, entre os setores da intelectualidade brasileira, de maior aproximação com os Estados Unidos, na proposta da *Ilustração Popular* quanto à organização de uma Exposição Universal, no Rio de Janeiro, em 1879.

59. Sandra Jatahy Pesavento, *Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade no Século XIX*, 1997, p. 147.

60. *Idem*, p. 149

A ideia só se tornará realidade 32 anos mais tarde, em 1908, no Centenário da Abertura dos Portos, evento realizado no bairro da Urca, no Rio de Janeiro, a marcar a entrada oficial do Brasil no cenário internacional, por conta das reformas urbanísticas do prefeito Pereira Passos, bem como o término definitivo com o vínculo colonial⁶¹. Até lá, um longo caminho foi percorrido, marcado por radicais mudanças nos campos político, social e cultural, para as quais as revistas de divulgação científica colaboraram no ingresso do Brasil nos rumos da modernidade.

61. S. R. Oliveira, "O Século XIX e as Exposições Universais", 2010.

SOBRE A AUTORA

Sílvia Maria Azevedo atualmente é professora livre-docente em Teoria Literária pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Assis), onde dá aulas na graduação e pós-graduação. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Teoria Literária, Literatura Comparada, atuando principalmente nos seguintes temas: Machado de Assis, literatura e história, imprensa do século XIX. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq. Publicou, entre outros livros, *Badaladas do Dr. Semana, por Machado de Assis: Crônicas de Machado de Assis* (Nankin Editorial, 2019).

ESTUDOS BBM

ALGODÃO, POLÍTICA E TRABALHO COMPULSÓRIO: NOTAS SOBRE A DINÂMICA ECÔNOMICA E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL (1847-1861)

Télio Cravo

INTRODUÇÃO

É comum associar imediatamente Minas Gerais ao *boom* aurífero do século XVIII. Os interesses pelas minas de ouro do Brasil permaneceram e se reconfiguraram após a independência. Em 1825, em Londres, Barclay Mounteney publica *Selections from the Various Authors who have Written Concerning Brazil; More Particularly Respecting the Capitaincy of Minas Gerais, and the Gold Mines of that Province*. Esse singular livro utiliza relatos de viagem de Mawe, Luccock, Spix e Martius, Caldcleugh, Koster, Maria Graham e Wied-Neuwied para informar os leitores londrinos das repercussões inevitáveis das conjunturas políticas, econômicas e sociais do Império do Brasil. Na década seguinte, em 1837, também em Londres, Sturz publica *A Review, Financial, Statistical & Commercial of the Empire of Brazil and its Resources*. Além do fato de que essas obras compõem o acervo da Biblioteca Brasileira Mindlin (BBM), é comum a elas especial atenção ao território de Minas Gerais. Sturz estima não apenas a população da província de Minas Gerais em 834 mil habitantes, sendo a mais populosa de todo o Império, como também fornece dados sobre a produção de algodão, estimando que a quantidade produzida e

consumida internamente na província era de 5,8 milhões de jardas, pouco mais de 5,3 milhões de metros, e a exportação para o Rio de Janeiro 2 140 000 metros e a produção total de 7 440 000 metros¹.

Este artigo tem por objetivo analisar a interface entre dinâmica econômica e a construção do Estado nacional. Para tanto, explora o entrelaçamento entre algodão, política e trabalho compulsório na Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri (1847-1861). Há na literatura um número considerável de estudos sobre ela. Criada em 1847, para operar no interior de Minas Gerais, apoiada em privilégios governamentais², a Companhia, cuja presidência foi exercida pelo político Teófilo Benedito Ottoni³, iniciou suas atividades em 1851⁴. Como resultado direto do empreendimento, entre as décadas de 1850 e 1860, o tempo de viagem até o porto do Rio de Janeiro foi reduzido de noventa para vinte dias e a distância de 160 para setenta léguas. A Companhia do Mucuri produziu efeitos na urbanização⁵, empregou engenheiros estrangeiros, fixou uma burocracia governamental, contratou *coolies* chineses⁶, trabalhadores europeus por contrato⁷, alugou escravos e construiu estradas e pontes.

O objetivo da companhia era ligar a parte norte da província de Minas Gerais (Comarcas do Jequitinhonha e do Serro) à capital do Império por um caminho mais curto, por meio de vapores marítimos que viriam do Rio de Janeiro até São José do Porto Alegre, na foz do Rio Mucuri. Deste ponto até Santa Clara, fronteira de Minas com o Espírito Santo, a ligação

1. Johann Jakob Sturz, *A Review, Financial, Statistical, and Commercial, of the Empire of Brazil and its Resources*, pp. 107, 111.
2. Assegurava o monopólio da empresa e isenção tarifária provincial: "Art. 1º § 2º Isenção de quaisquer direitos sobre os gêneros exportados da província pelo Rio Mucury em barcos da companhia enquanto durarem os seus privilégios, não se podendo nesse período fazer igual favor aos gêneros, que por aquele rio se exportarem em outros barcos". (Lei n. 332 de 3 de abril de 1847, Ouro Preto, Typ. Imparcial, 1847, t. 13, parte 1, pp. 63-65).170. Jorge Amado, *Navegação de Cabotagem*, pp. 397-398.
3. Teófilo Benedito Ottoni nasceu no Serro, em 27.11.1807, e faleceu no Rio de Janeiro em 17.10.1869. Cursou a Academia de Marinha, mas, em 1829, deu baixa na Armada e retornou a sua cidade natal. Militante liberal, fundou o jornal *A Sentinela do Serro* e se estabeleceu no comércio. Foi deputado provincial e geral. Liderou a Revolução Liberal de 1842 em Minas Gerais. Derrotado, foi preso e depois absolvido e anistiado. Retornou ao Rio como deputado geral. Em 1847, fundou a Companhia do Mucuri para desenvolver um ambicioso programa de colonização, navegação e abertura de estradas no nordeste de Minas Gerais.
4. Lei n. 332 de 3 de abril de 1847, *op. cit.*, pp. 63-65.
5. O engenheiro estrangeiro R. Schlobach projetou a cidade de Filadélfia (ver: Fundação João Pinheiro, *A Colonização Alemã no Vale do Mucuri*).
6. Em 1856, através de contrato com o Governo Central, a Companhia negociou a vinda de cem *coolies*.
7. Entre 1855 e 1857, os primeiros imigrantes chegaram e foram empregados na construção da ligação terrestre entre Filadélfia e o porto de Santa Clara, onde começa o trecho navegável do Rio Mucuri. Em 1859, havia 1 540 colonos de diversas origens (da Ilha da Madeira, suíços, alemães, "trabalhadores de Postdam" e portugueses). Muitos deles foram trazidos para o Brasil através da Associação Central de Colonização. Fundada em meados da década de 1850, a Associação tinha relação direta com o Governo Central. A respeito do tema, ver Teófilo Ottoni, *A Colonização do Mucury*, pp. 9-26; Ministro do Império (Pedro de Araujo Lima), *Relatório do Ministério do Império do Anno de 1857 Apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 2º Sessão da 10º Legislatura*, 1858, Anexo B, Termo de Contrato com a Associação Central de Colonização, p. 102.

se efetuaria por pequenos vapores fluviais⁸. E, por fim, de Santa Clara até Minas Novas o caminho seria por terra, onde foram edificadas colônias militares em pontos estratégicos a fim de tornar a estrada segura e de fácil acesso. Um dos seus objetivos era interligar Minas Novas, região com potencial agrário-exportador, graças à produção de algodão, com o porto do Rio de Janeiro. Disto dependia a viabilidade política e social da empresa. Em 1852, Teófilo Ottoni anunciava na imprensa a retomada da produção de algodão em Minas Novas:

Graças à Companhia do Mucuri [...] a recente plantação de algodão em Minas Novas, que depois de quase 30 anos de interrupção dessa lavoura por causa da carestia dos carros novamente se apronta [...]. Segundo boas informações que tenho, este ano o município de Minas Novas colheram mais de 50 000 arrobas de algodão, que provavelmente hão de ser trazidas ao Rio de Janeiro nos vapores da Companhia do Mucuri⁹.

Em 1860, valendo-se de trabalhadores escravos, *coolies* chineses¹⁰, trabalhadores europeus engajados por contrato¹¹, a Companhia do Mucuri já havia erguido mais de 510 quilômetros de estradas, sendo carroçável somente o trecho de Santa Clara a Filadélfia¹². Modernização viária, produção agrário-exportadora, escravidão e sistemas de trabalho coercitivos não escravistas se entrelaçaram ao projeto político da Companhia do Mucuri.

No plano da historiografia política, José Murilo de Carvalho interpreta Teófilo Ottoni como personagem político emblemático de Minas Gerais, herdeiro da tradição inconfidente. Essa interpretação apresenta uma imagem mitificada do passado, ao tratar de histórias desconexas que se seguem umas às outras sem qualquer tipo de relacionamento evidente entre elas:

8. O Rio Mucuri apresentava condições de navegabilidade desde a sua foz na Bahia até a cachoeira de Santa Clara em Minas Gerais, numa extensão de 190 quilômetros. De Santa Clara até o povoado de Filadélfia, fundado pela Companhia, foi construída uma estrada carroçável de 180 quilômetros e também o caminho de noventa quilômetros de Filadélfia até Alto dos Bois. Com esses melhoramentos, a empresa drenou grande parte do comércio de Minas Novas e Grão Mogol (consultar Henrique Gerber, *Noções Geográficas e Administrativas da Província de Minas Gerais*, pp. 126-127).

9. *Jornal do Comércio*, p. 2, c. 2, 24.5.1852.

10. Estima-se que entre 1847 e 1874 cerca de duzentos mil chineses foram introduzidos no Caribe e na América do Sul. A respeito do tema, consultar Marcelo Mac Cord, "Mão de Obra Chinesa em Terras Brasileiras nos Tempos Joaninos", pp. 151-155.

11. A respeito da "transição" para o trabalho livre e as ambiguidades desta em sociedades escravistas, ver: Robert Steinfeld & Stanley Engerman, "Labor – Free or Forced? A Historical Reassessment of Differences and Similarities", pp. 114-115; Sidney Chalhoub, "The Politics of Ambiguity: Conditional Manumission, Labor Contracts, and Slave Emancipation in Brazil (1850s-1888)", p. 162.

12. "Inventário da Companhia do Mucury em 31 de Dezembro de 1860", pp. 178-183.

A modernidade e o republicanismo inconfidente perderam visibilidade com a decadência da mineração e a ruralização da província. Mas não desapareceram. Ao longo do século XIX, eles ressurgiram, encarnados em algumas pessoas paradigmáticas. Seu mais típico porta-voz foi sem dúvida Teófilo Benedito Ottoni. [...]. Mais ainda do que os inconfidentes, Teófilo Ottoni exibiu traços do moderno e do republicano na vertente norte-americana: liberdade, espírito empresarial, participação política, desejo de mudança, todo simbolizado no gesto fundador da Nova Filadélfia¹³.

Vertente historiográfica dominante tende a caracterizar os trabalhadores da Companhia do Mucuri como livres e o empreendimento como sinônimo de união entre liberdade e indústria¹⁴: “A Companhia do Mucuri afigurou-se para ele [Teófilo Ottoni]; como uma possibilidade de atuar num território [...], construir uma espécie de laboratório social [...]; exemplo de empreendimento, de união entre liberdade e indústria. [...] no sonho de instituição de uma sociedade de trabalho livre”¹⁵.

Essa literatura desconsidera a vigência de sistemas de trabalho coercitivo não escravista (*coolies* chineses, trabalhadores engajados europeus), bem como o fato de que, ao longo do século XIX, o desenvolvimento do capitalismo integrou uma variedade de formas de trabalho coercitivo dentro do seu funcionamento. Essa perspectiva não é nova, a mesma está presente na interpretação de Wallerstein sobre o capitalismo: “Free labour is the form of labour control used for skilled work in core-areas, whereas coerced labour control is used for less skilled work in peripheral areas. The combination thereof is the essence of capitalism”¹⁶. Essa interpretação também é endossada por Drescher:

Capitalism was supremely agnostic and pluralistic in its ability to coexist, and to thrive, with a whole range of labour systems right through the abolitionist century after 1780: with slavery; with indentured servitude; with sharecropping; with penal labour; with seasonal contract labour and with day labour; with penally constrained or unconstrained free labour. In the longer run, we can see more clearly the Williams’s generation that the “rise of free labour” during the conventional age of industrialization was, in some respects, a myth¹⁷.

13. José Murilo de Carvalho, “Trajetórias Republicanas”, pp. 27-29.

14. Regina Horte Duarte (org.), *Notícia sobre os Selvagens do Mucuri*, pp. 13-37; Valdeir L. de Araújo, “Teófilo Benedito Ottoni: A Força Histórica de uma Experiência Moderna”, pp. 16-17.

15. Regina Horta Duarte, “O Aventureiro de Filadélfia: Theófilo Ottoni e a Conquista do Vale do Rio Mucuri”, pp. 116-117.

16. Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System*, p. 127.

17. Seymour Drescher, “Capitalism and Slavery after Fifty Years”, pp. 220-221.

Esses sistemas de trabalho análogos à escravidão foram largamente praticados em várias partes do mundo, especialmente nos Estados Unidos, no Caribe e na Guiana após a abolição do tráfico africano (1807) e a emancipação dos escravos nas colônias inglesas (1833)¹⁸. Essas regiões foram invadidas, nas áreas onde persistiu a *plantation* exportadora, por levas de *coolies* chineses e indianos e por africanos livres¹⁹, engajados numa variedade de modalidades que tinham como característica comum o fato de serem sistemas de trabalho coercitivo mesmo quando a adesão original ao contrato fosse voluntária²⁰.

Por conseguinte, ao contrário do que sugere a historiografia sobre a Companhia do Mucuri, os resultados da pesquisa apontam que a empresa de Teófilo Ottoni parece não ter sido o local símbolo de liberdade e indústria, mas sim parte de um fenômeno histórico que envolveu violência e coerção.

Esses estudos também não associaram o algodão à criação da Companhia do Mucuri, o que levaram a desconsiderar o significado dessa empresa para os agentes políticos e também as conexões entre distintas escalas, o global e o local, condicionadas e tangenciadas pelo fenômeno da industrialização no século XIX. Tomando por base os debates historiográficos, o artigo encontra-se subdividido em duas seções. A primeira chama atenção para o fato de que o fenômeno político da noção de Império do Brasil permite reconstituir mutações operadas nas expectativas no transcorrer do século XIX. A segunda, englobando os sintomas das transformações estruturais do século XIX, indica os limites das narrativas historiográficas, introvertidas, regionais, face aos indícios de conexões internacionais e o lugar da política no processo de integração territorial.

IMPÉRIO DO BRASIL E EXPANSÃO PARA DENTRO

É consenso historiográfico que a visão ilustrada de império, que vinha sendo discutida por Rodrigo de Sousa Coutinho, desembarcara no Rio de Janeiro, em 1808, quando da transferência da corte²¹. Essa noção, regida pelos princípios de unidade e domínio ultramarino, legado da ilustração portuguesa, no processo de independência do país tornou-se alicerce da identidade do novo ente político e em imaginário dos

18. Eric Foner, *Nada Além da Liberdade: A Emancipação e seu Legado*, pp. 37-39.

19. Beatriz Mamigonian, *Os Africanos Livres: A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil*, pp. 30-57.

20. Têlio Cravo, Pedro Conterno e Marcelo Godoy, "Imigração Internacional e Contratos de Trabalho no Império do Brasil", pp. 8-20.

21. Ilmar R. Mattos, "Construtores e Herdeiros. A Trama dos Interesses na Construção da Unidade Política", pp. 8-26; André Mansuy Diniz Silva (dir.), *D. Rodrigo de Souza Coutinho. Textos Políticos, Econômicos e Financeiros (1783-1811)*, pp. 11-62.

seus limites territoriais (fronteira natural do Rio da Prata e incorporação da costa ao Império do Brasil)²². Se, por um lado, império simbolizava constituições políticas de partes que se ligam ao centro por laço militar, dinástico e fiscal, por outro, significava estender o domínio, o que exigia apossamento territorial e hegemonia política. No entanto, sublinha Mattos, império e imaginário territorial sofreram seus reveses. A perda da Cisplatina (1828) e a ilegalidade do tráfico negreiro (1831) reconfiguraram expectativas. Face às mudanças conjunturais, restava aos construtores do Estado nacional uma dupla herança: a de um território e a denominação de Império do Brasil. Valendo dessas premissas, Ilmar Mattos argumenta que inventar a unidade do Império do Brasil, a partir de então, significou operar valores, expectativas e imagens inseridas em uma “expansão para dentro”, marco distintivo da formação do Império do Brasil.

Em março de 1856, o *Jornal do Commercio* enaltecia que, entre 1814 e 1817, o ministro de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Antônio de Araújo e Azevedo²³ (1754-1817), o conde da Barca²⁴, “um dos homens dos mais notáveis, que influirão nos conselhos de el-rei D. João VI, do fundo do seu gabinete [...] resolveu abrir comunicações diretas de Minas Novas para o Oceano”²⁵. Segundo o viajante Maximilian Prinz zu Wied, que percorreu Minas Gerais, Bahia e o Espírito Santo em 1816, o ministro possuía além de terras e escravos, benfeitorias às margens do rio Mucuri, como uma serraria e plantações²⁶. À frente do Ministério dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, o conde da Barca ajudou na formulação da Carta Régia de 4 de dezembro de 1816, que tratava de estradas e rotas fluviais entre Minas Gerais e o Espírito Santo. Ela impulsionou a abertura de vias de comunicação “por todo o

22. José Luís Cardoso, “A Abertura dos Portos do Brasil em 1808: Dos Factos à Doutrina”, p. 22.

23. De fevereiro de 1814 a 21 de junho de 1817, Antônio de Araújo e Azevedo ocupou o Ministério de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Além disso, exerceu funções diplomáticas em Haia (1787-1801), Paris (1795, 1797, 1801), São Petersburgo (1801-1802), atuou no Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1804-1806), Ministério do Reino e Assistente do Despacho do Gabinete (1806-1808) e como Conselheiro de Estado (1807-1817) (Cf. Menezes Brum, “Do Conde da Barca, de seus Escriptos e Livraria”, pp. 5-33, 359-403).

24. Característica marcante, entre fins do século XVIII e início do XIX, da política ilustrada foi seu traço reformista, que buscou enfrentar a crise do sistema colonial, sem perder de vista a expectativa de criação de formas diferenciadas de inserção ao capitalismo industrial. Sobre isso, consultar: Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*.

25. Outras iniciativas também foram tomadas. O periódico *Gazeta do Rio de Janeiro*, em janeiro de 1811, noticiava que o ouvidor de Porto Seguro, por meio da navegação fluvial, havia alcançado Minas Novas, o que implicava na oferta de “transportes dos muitos algodões e outros efeitos de Minas Novas para a Bahia [...] e igualmente para este Rio de Janeiro, para onde podem vir de Porto Seguro e de Caravelas” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, p. 4, jan. 1811). Em fins do século XVIII, conjuntura de crise do Antigo Sistema Colonial, o professor de gramática latina da vila de Minas Novas, José Eloy Ottoni (1764-1851) afirmava que os meios mais poderosos para animar a população da capitania seria o comércio e a agricultura com o suporte da abertura de estradas em direção ao Espírito Santo e navegação fluvial (cf. José Eloy Ottoni, “Memória sobre o Estado Actual da Capitania de Minas Geraes [1798]”, pp. 301-318). Sobre os posicionamentos políticos e a trajetória de José Eloy Ottoni, ver: Teófilo Ottoni, “Notícia Histórica sobre a Vida e Poesias de José Eloy Ottoni”, pp. 1-30.

26. Maximilian Prinz zu Wied, *Viagem ao Brasil*, p. 172.

vasto sertão”²⁷ que separava as duas capitanias e, ao mesmo tempo, a necessidade de examinar todos os rios, “tendo-se sempre em vista a preferência que deve merecer um tal meio de comunicação pela facilidade dos transportes”²⁸. Como resultado, em 1820, outra Carta Régia indicava que já se achava “aberta a nova estrada de Minas Novas para a Vila de S. José de Porto Alegre”²⁹.

Em 1856, o *Jornal do Commercio* celebrava que cerca de trinta anos depois das “tentativas do conde da Barca [...] o belo sonho do ministro do Sr. D. João VI foi chamado à discussão [...] adotado por um homem de grande inteligência [...] promovendo a realização de tão animador pensamento, conseguiu finalmente fazê-lo realizar pela companhia do Mucury”³⁰.

A criação da empresa do Mucuri foi, portanto, entendida como herança de um conjunto de tendências políticas e econômicas que forcejaram integrar as partes, os “sertões” de Espírito Santo e Minas Gerais, ao projeto de criação de um grande império na América³¹. A colonização do Mucuri, retomada, três décadas depois, desse mesmo projeto de integração, entrelaça-se com expectativas, valores e imagens e a denominação “Império do Brasil”, ressignificado, nesse contexto, enquanto “expansão para dentro”, marco distintivo da formação do Império do Brasil³². Neste emaranhado de processos interdependentes que, em curso, mobilizaram meios para desenvolver a infraestrutura viária, desenrolaram conflitos e tensões no mundo do trabalho, fomentaram a acumulação, Teófilo Ottoni coloca em movimento a integração territorial de um Estado em plena construção, travejado por um quadro específico de relações, o que torna Ottoni, de modo sincrônico, herdeiro de um território, de ideias dos letrados ilustrados no mundo americano e (re)construtor de uma trama de interesses da construção da unidade política e territorial³³. Imaginário territorial que se entranha como dimensão constitutiva e reprodutiva das relações sociais, desempenhando papel no processo de instituição dos grupos sociais.

HISTORIOGRAFIA, ALGODÃO E PARLAMENTO

Quanto à historiografia, em relação ao desenvolvimento do algodão em Minas Gerais, ela perpassa a ênfase de Roberto Martins na introversão

27. *Collecção das Leis do Império de 1816*, p. 90.

28. *Idem*, p. 88.

29. *Collecção das Leis do Império de 1820*, p. 84.

30. *Jornal do Commercio*, p. 1, c. 5, 1856.

31. Ilmar Mattos, *Construtores e Herdeiros: A Trama dos Interesses na Construção da Unidade Política*, pp. 12-20.

32. Wilma Peres Costa, “O Império do Brasil: Dimensões de um Enigma”, pp. 28-30.

33. István Jancsó, “Este Livro”, pp. 15-28; Wilma Peres Costa, “Travessias: Algumas Percepções dos Enlaces entre a Europa e a América na Crise do Antigo Regime”, pp. 27-63.

da economia mineira³⁴. A afirmação do autor sobre a diversificação e a dinâmica interna da economia de Minas Gerais com capacidade de comprar escravos obedecia a uma estratégia: refutar a interpretação de Celso Furtado³⁵ e afirmar que a dinâmica econômica mineira não poderia ser compreendida pelo paradigma da exportação³⁶. Por essas razões, um grupo de autores influenciados por Martins ou com preocupações semelhantes procurou aprofundar sua análise da escravidão, enfatizando a demografia da população livre e escrava³⁷. Os questionamentos, a partir de então, apresentaram como ponto em comum: o desejo de explicar o singular comportamento demográfico da população escrava em Minas Gerais. Como consequência desses debates, houve uma separação entre economia e política, o holofote direcionou-se para a demografia histórica. Com isso, face ao “esquecimento” das interações entre a política e a economia, a demografia passou a ganhar cada vez mais peso no debate sobre a escravidão na província. Ao lado dessa perspectiva, enfatizava-se qual seria o peso das *commodities*, por exemplo, o algodão, na vida populacional e econômica mineira no século XIX.

Martins apontou que a exportação de algodão experimentou dois ciclos de crescimento: o primeiro *boom*, no início do século XIX e outro em virtude da Guerra de Secessão americana. Para Martins, o fato importante era que os resultados indicavam que o crescimento demográfico da população escrava não estava associado à exportação algodoeira. Isso reforçava sua tese central de que Minas tinha uma economia introvertida, interna, dinâmica e com forte apego à escravidão³⁸.

No início do século XIX, Minas Gerais era um grande exportador de algodão³⁹. O produto da região de Minas Novas gozava de alta reputação, por

34. Roberto Borges Martins, *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil*, pp. 248-327.

35. Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, pp. 73-86.

36. O revisionismo sobre a tese de Celso Furtado sobre a decadência econômica, após o fim do ciclo econômico do ouro, impactou os estudos sobre a escravidão e o tráfico. Esse debate originou novas questões: o crescimento da população escrava seria decorrente do tráfico ou da reprodução natural? Como uma economia autossuficiente, introvertida, conseguiu adquirir capital-dinheiro para a compra de escravos? Qual seria o tamanho do impacto dos setores exportadores na totalidade da economia? Ver: Warren Dean, “Comments on ‘Slavery in a Nonexport Economy’ II”, pp. 582-584; Stanley Engerman e Eugene Genovese, “Comments on ‘Slavery in a Nonexport Economy’ III”, pp. 585-590; Robert W. Slenes, “Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX”, pp. 449-495.

37. Entre 1832 e 1872 a taxa anual de crescimento da população de Minas Gerais atingiu a taxa média de 2,3%, enquanto a média de crescimento do Império era de 1,7%. No que se refere à população escrava o crescimento anual foi de 0,8%. Em termos percentuais se encontrava, em Minas Gerais, em 1832, aproximadamente, 16,6% da população do Império. Após quatro décadas, em 1872, a província possuía 20,6% da população do Brasil. Em termos absolutos, a população de 1832 contabilizava a marca de 848 197 indivíduos (572 099 livres e 276 098 escravos). Em 1872, a população alcançava 2 083 545 indivíduos (1 705 419 livres e 378 126 escravos) (consultar: Mario Rodarte, *O Trabalho do Fogo: Minas Gerais, 1830*, pp. 55-118).

38. Roberto Borges Martins, “A Indústria Têxtil Doméstica de Minas Gerais no Século XIX”, p. 79.

39. Wilhelm L. von Eschwege, “Notícias e Reflexões Estatísticas da Província de Minas Gerais”, pp. 737-762.

sua qualidade, entre os importadores. O algodão era enfardado em buacas de couro e transportado por mulas até a Corte ou, numa proporção bem menor, pela Estrada da Conquista ou por navegação pelo Rio Jequitinhonha até a Bahia⁴⁰. Entre 1780-1820, o Brasil chegou a ser importante fornecedor de algodão para a Inglaterra⁴¹. Posteriormente, a Inglaterra passou a preferir o algodão cru dos Estados Unidos, Egito e Índia⁴².

Em 1837, a produção de algodão em Minas Novas apresentava sinais de decadência. Ali que “havia sido a metrópole” do comércio do norte de Minas Gerais só teria “remédio” para a decadência “uma comunicação mais imediata com o litoral do oceano”, como sinalizava o engenheiro Pedro Renault⁴³. Mas ainda guardava os resquícios dos tempos de abundância da exportação algodoeira, como a fazenda da Conceição com “cento e tantos cativos”⁴⁴.

Se, em 1820, o Brasil era responsável por 30% do algodão exportado para a Inglaterra, em 1860, a participação alcançava 2,12% do mercado mundial⁴⁵. Segundo Teófilo Ottoni,

[...] facilitando-se-lhes os meios de transporte, possuem seus habitantes ser também agricultores, e tirar vantagem das riquezas vegetaes, de que a natureza dotou com mão larga aquele solo. Esperão ao menor poder rehabilitar a cultura e comercio do algodão, de que tanto milhares de arrobas exportou Minas Novas, enquanto os gastos do transporte não erão, como agora, exorbitantes⁴⁶.

Em 1846, com o intuito de oferecer trânsito terrestre adequado aos lavradores de algodão da Comarca mineira de Minas Novas, o presidente de província da Bahia, em carta endereçada ao governo mineiro, indicava

40. O comércio de algodão para o Rio de Janeiro se realizava por meio de tropas de burros. Já o que seguia para a Bahia utilizava a estrada de Conquista: “As remessas para ambos esses portos são feitas por doze tropas, cada uma de 10 a 40 mulas, que estão quase o ano inteiro em caminho. A maior quantidade desse artigo vai para o Rio de Janeiro, praça que [...] é suprida quase exclusivamente por Minas Novas” (J. B. von Spix e C. F. Martius, *Viagem pelo Brasil*, vol. 2, pp. 59-60).

41. Os relatos de viagem fornecem informações de parte desse comércio. Na divisa de Minas Gerais com o Rio de Janeiro, em 1809, John Mawe encontrou com “dois lavradores de Minas Novas”, com destino ao Rio de Janeiro, que levavam “quarenta e seis burros carregados de algodão” (John Mawe, *Viagens ao Interior do Brasil*, p. 113). Em 1818, em um rancho no Arraial de Bento Rodrigues, Spix e Martius se depararam com o pouso “repleto de mineiros das Minas Novas, que seguiam para o Rio de Janeiro levando carga de algodão” (J. B. von Spix e C. F. Martius, *op. cit.*, vol. 1, p. 250).

42. Tâmis Parron, *A Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*, pp. 352-368.

43. Pedro Victor Renault, “Relatório da Exposição dos Rios Mucury e Todos os Santos Feito por Ordem do Exmo Governo de Minas Gerais pelo Engenheiro Pedro Victor Renault”, pp. 1077-1092.

44. *Idem*, p. 1079.

45. Carlos Augusto Taunay e Antônio Caetano Fonseca, *Tratado da Cultura do Algodoeiro no Brasil ou Arte de Tirar Vantagens dessa Plantação*, p. 89.

46. Teófilo Ottoni e Honório Ottoni, *Condições para a Incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, Precedidas de uma Exposição das Vantagens da Empresa*, p. 5.

uma abertura de comunicação do litoral baiano até a província de Minas, em direção à estrada nas margens do Mucuri, com objetivo suprir a fábrica de tecidos da Vila de Valença na Bahia⁴⁷. Em 1854, o engenheiro da província da Bahia, Inocêncio Veloso Pederneira, estimou a exportação de Minas para a Bahia em um total de duas mil arrobas de fardos de algodão em rama pelos rios Jequitinhonha e Pardo⁴⁸.

Houve por parte de agentes, favoráveis ao empreendimento do Mucuri, a crença de que a melhoria dos meios de transporte impulsionaria a exportação algodoeira: “O que é certo é que os habitantes de Minas Novas já podem desde já ir plantando muito algodão, que [...] será exportado pelos caminhos e barcos da Companhia, por um carroto incomparavelmente inferior ao que atualmente pagam”⁴⁹.

A literatura sobre a produção algodoeira tem abordado a história dessa *commodity* dentro dos parâmetros da *Global History*⁵⁰. Representante dessa vertente, o estudo de Sven Beckert sobre o algodão busca superar a narrativa assentada na centralidade do Estado-nacional a fim de ultrapassar a interpretação que considera como essencial as transformações produzidas pela dinâmica interna político-econômica de um país. Assim, desloca a explanação para os fluxos internacionais e vastos espaços (Índia, Egito, Brasil, Estados Unidos). Com isso, o algodão se torna o protagonista de uma narrativa global. O autor aponta que, na década de 1850, os Estados Unidos eram responsáveis por 77% dos oitocentos milhões de libras de algodão consumidas na Inglaterra, 90% dos 192 milhões de libras utilizadas na França e 60% dos 115 milhões de libras empregadas na Alemanha⁵¹. No entanto, entre 1861 e 1865, por conta da Guerra de Secessão americana, milhões de fardos de algodão foram removidos do mercado internacional, o que produziu a primeira crise global da matéria-prima⁵².

Munido desse efeito conjuntural, oito meses após o início do conflito, em novembro de 1861, Teófilo Ottoni estimava a capacidade de exportação em cerca de 360 mil arrobas de algodão:

Só o algodão pode restituir com juros compostos quaesquer adiantamentos que o governo lhe faça. Eu já mostrei que o vale do Mucuri e adjacentes é uma

47. Os proprietários garantiram a compra de todo o algodão que chegasse por terra até a respectiva fábrica (Arquivo Público Mineiro, APM, PP 1-36, Caixa 2, doc. 50).

48. Arquivo Público Mineiro, APM, PP 1/45, Caixa 1, doc. 36.

49. *O Bom Senso*, p. 4, c. 3, 1.6.1852.

50. Giorgio Riello, “La Globalisation de l’Histoire Globale”, pp. 23-33.

51. Sven Beckert, “Emancipation and Empire: Reconstructing the Worldwide Web of Cotton Production in the Age of the American Civil War”, pp. 1407-1409.

52. *Idem*, p. 1406.

região essencialmente adotada para a agricultura, e que o algodão lhe pode assegurar em época bem próxima brilhante destino. Mostrei que o algodão trará ao lavrador tantas vantagens como o café, de que pode vir a seu fiador [...]. Lá existem na região algodoeira seis mil famílias ameaçadas de voltar a primitiva como antes de haver companhia do Mucuri. Essas seis mil famílias [...] podem desde já produzir 360.000 arrobas de algodão em lâ; ou cerca de 3.000:000\$ anuais⁵³.

Em 1863, a circular do Governo da Província de Minas Gerais constatou que grandes porções do algodão do Mucuri eram exportadas para a Europa em virtude da Guerra de Secessão norte-americana, que impedia o abastecimento das fábricas⁵⁴. A circular ainda diagnosticava que o alto valor da arroba do algodão no Rio de Janeiro poderia, em breve, tornar o algodão da província de Minas “artigo de exportação da maior importância para os nossos agricultores”⁵⁵.

TABELA 1: Companhias Públicas de Navegação (1860)

Nome da Companhia	Fundo Nominal	Número de ações	Valor nominal de cada ação
Paquetes a vapor	2:500:000\$000	25.000	200\$000
Amazonas	1:320:000\$000	3.350	400\$000
Mucuri	1:200:000\$000	4.000	300\$000
Niterói e Inhomirim	400:000\$000	1.600	250\$000
Santista	300:000\$000	1.200	250\$000
Macaé e Campos	300:000\$000	300	1:000\$000

Fonte: *Jornal do Commercio*, p. 3, 7.2.1860.

53. *Correio Mercantil*, p. 1, c. 6 e 7, 30.11.1861.

54. Arquivo Público Mineiro, APM, SP 1007, doc. 273-274.

55. *Idem*.

Em 1860, dentre as seis concessões públicas de navegação do Estado nacional, a Companhia do Mucuri ocupava a terceira posição em termos do valor de cada ação e o montante do fundo nominal.

Apesar da importante posição econômica e capacidade de alavancagem, o empreendimento sofreu significativa oposição política. Bernardo Pereira de Vasconcelos⁵⁶ se opôs ao empreendimento da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri. No Senado, o membro do Partido Conservador liderou a oposição à Ottoni. Vasconcelos, durante o quadriênio liberal (1844-1848), colocou em dúvida a legitimidade da concessão pelo Estado do privilégio exclusivo de quarenta anos⁵⁷ para a empresa de Teófilo Ottoni: “Como se poderá demonstrar que resultará dele alguma utilidade à província? Aumentar-se-á a sua riqueza?”⁵⁸.

Como bem lembra Miriam Dolhnikoff, no âmbito provincial, aperfeiçoar a infraestrutura viária significava investimento com garantia de retorno, ao propiciar o aumento do comércio e, por conseguinte, incremento das rendas públicas. O arranjo político-institucional, promulgado pelo Ato Adicional de 1834, garantia às províncias, através da criação de Assembleias Provinciais, autonomia de decisões concernentes à tributação, orçamento (receita e despesa), empregos e obras públicas⁵⁹. Isso resultou no direito das províncias de tratarem de suas estradas, pontes e da navegação, desde que não pertencessem à administração geral do Estado. A partir de então, em 1835, o Regimento Interno da Assembleia de Minas Gerais instituiu o funcionamento, em caráter permanente⁶⁰, da Comissão de Estradas, Pontes, Canais e Navegação Interior dos Rios.

56. Bernardo Pereira de Vasconcelos ganhou proeminência na política como importante elemento na composição dos moderados em Minas Gerais no período do 1º Reinado e na Regência. Iniciou sua trajetória política quando eleito por Minas deputado geral no ano de 1824, participou ativamente da primeira legislatura do país (1826). Como resultado da experiência parlamentar nas sessões de 1826 e 1827, escreveu, em dezembro daquele ano, *Cartas aos Eleitores da Província de Minas Geraes*. Exerceu a função de Senador de 1838 até 1850, quando faleceu. Ocupou também o ministério da Fazenda (1831-1832) e o da Justiça (1837-1839). Vasconcelos considerava como inapropriado o envolvimento da autoridade governamental nos assuntos de indústria e do comércio. Para Vasconcelos, a crença de que a indústria não poderia prosperar sem a ajuda e proteção do governo estava na origem dos procedimentos inadequados dos governos absolutistas (Bernardo Pereira de Vasconcelos, *Carta aos Eleitores da Província de Minas Geraes*, p. 46).

57. Na terceira condição do contrato assinado com o governo geral para incorporação de uma companhia nacional de navegação e comércio para franquear a navegação do Rio Mucuri, o governo concedeu: “[...] o exclusivo por quarenta anos de navegação por vapor, ou outros meios superiores que venham a descobrir-se, não só em todo o rio Mucuri e seus afluentes, como também entre o porto da Vila de São José de Porto Alegre, a margem do mesmo rio, e o da cidade do Rio de Janeiro, e entre o porto da mesma vila e o da cidade da Bahia” (Teófilo Ottoni e Honório Ottoni, *op. cit.*, documento n. 8).

58. *Annaes do Senado do Império de 1847*, pp. 84-85.

59. Miriam Dolhnikoff, *O Pacto Imperial: Origem do Federalismo no Brasil do Século XIX*, pp. 171-178.

60. Comissões permanentes: I) Polícia; II) Poderes e Infrações da Constituição e das Leis; III) Fazenda Provincial; IV) Fazenda Municipal; V) Propostas e Representações das Câmaras; VI) Estatística, Catequese e Civilização de Índios; VII) Instrução Pública; VIII) Estradas, Pontes, Canais e Navegação Interior dos Rios; IX) Negócios Eclesiásticos; X) Força Pública; XI) Redação; XII) Saúde Pública (cf. Joaquim Cypriano Ribeiro, *Acto Adicional Annotado e Consolidação das Disposições Esparsas e Vigentes do Regimento Interno da Assembleia Legislativa Provincial de Minas*, pp. 119-121).

Um desses conflitos se deu no momento em que o poder provincial assumiu, pelo contrato de 1847, a obrigação de comprar 25% das ações da empresa e, depois, revogou a medida em 1850⁶¹. Essa disputa levou a bancada de deputados provinciais a debater as condicionantes contratuais firmadas com o Estado pela Companhia do Mucuri, já que a compra das ações representaria o desembolso de trezentos contos de réis dos cofres provinciais.

Em 1854, conforme afirmou o deputado Salathiel na tribuna da Assembleia Provincial de Minas Gerais, o governo não poderia descumprir a obrigação contratual. Entretanto, Salathiel não deixou de tecer críticas ao projeto empresarial do Mucuri:

[...] Quesnay, esse célebre médico de Luis xv como chefe da escola agrícola, quando pregando a liberdade da indústria e comércio diz: *laissez faire, laissez passer*: principio este que acho preferível sempre que uma empresa floresce por suas próprias forças: o outro que chamarei de direto consiste em o governo além de executar o primeiro, dar diretamente a mão a empresa já concedendo-lhe subsídios, isenções e privilégios, ou já intervindo com todo o seu prestígio em favor dela: e este meio julgo que não deve ser empregado senão nos casos em que o outro for ineficaz⁶².

Em outro episódio, em 1860, já durante o processo de crise financeira da Companhia do Mucuri, causada pela dificuldade de obtenção de empréstimo, o deputado geral por Minas Gerais, Cruz Machado, entregou, ao presidente da Câmara dos Deputados, uma petição “assinada por mais de mil cidadãos brasileiros”. Muitos deles eram lavradores de algodão, que haviam transportados para a Filadélfia “seus capitais e fundaram importantes estabelecimentos de lavoura” e se sentiam prejudicados com a perspectiva de término da empresa⁶³. Efetivamente, as querelas políticas contribuíram para a encampação da empresa pelo governo imperial e malogro da navegação no rio Mucuri⁶⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que os resultados alcançados reconfiguram tendência historiográfica. Essa assentada na assertiva de que o empreendimento

61. Lei n. 332 de abril de 1847: “Art. 3º - É igualmente autorizado o governo a ser acionista da companhia até a quarta parte do capital com que ela se formar”. Em 1850 o artigo único da lei n. 490 indicava: “Fica revogado o artigo 3º da Lei n. 332 de 3 de abril de 1847” (cf. *Coleção das Leis Mineiras*, Ouro Preto, Tip. Episcopal, 1850, pp. 99-100; *Coleção das Leis Mineiras*, Ouro Preto, Tip. Imparcial, 1857, pp. 63-65).

62. *O Bom Senso*, p. 2, c. 2, 27.5.1854.

63. *Jornal do Commercio*, p. 1, c. 3, 19.6.1860.

64. Maria Cristina Neto, “Autobiografia, Conciliação e Concessões: A Companhia do Mucuri e o Projeto de Colonização de Theophilo Ottoni”, pp. 277-312.

privado da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri (1847-1861) foi sinônimo de trabalho livre e união de liberdade e indústria. O esforço de reversão desse consenso historiográfico, considerando as expectativas econômicas e políticas dos atores, entre as décadas de 1840 e 1860, foram conduzidos por novas evidências que descortinaram a associação entre política, negócios, trabalho compulsório e agroexportação algodoeira. Embora fragmentadas e indiretas, as evidências sugerem a que o empreendimento privado agrário-exportador do Mucuri, garantido por monopólio de quarenta anos, parece ter sido fenômeno mais amplo do que um mero fracasso privado e regional. Ele apresenta indícios de complexos entrelaçamentos das relações externas, intercâmbios recíprocos, do fenômeno histórico da modernização e integração mundial capitalista, pois apresenta traços de situações conectadas, assimétricas, mas integradas e modificadas estruturalmente em um nível global, em especial, quando revela a centralidade da cultura algodoeira no empreendimento.

Diante desses resultados, é possível ainda afirmar que, a perspectiva adotada para avaliar a Companhia de Navegação permitiu dimensionar e contribuir para o debate sobre os efeitos das expectativas, imagens e a denominação “Império do Brasil”, bem como o significado da “expansão para dentro”, importante chave interpretativa para analisar o processo de formação do Império do Brasil e os limites da integração territorial.

SOBRE O AUTOR

Télio Cravo é pós-doutorando no Max Weber Programme da European University Institute (EUI) em Florença. Foi pesquisador no Institut d’Études Politiques de Paris (Sciences Po) em 2022 como parte do programa de mobilidade de pós-doutoramento da The European University of Social Sciences (CIVICA). Foi também pesquisador-residente da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo (2019-2020). É doutor em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp e mestre em História Social pela USP.

DUAS OBRAS DE OLIVEIRA LIMA NO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Luiz Feldman

Ao meu pai.

A afirmação clássica de um chanceler brasileiro, *o Brasil é um país insatelitizável*, resumiria com elegância o sentido da história diplomática que Manoel de Oliveira Lima passou toda a vida a escrever¹. Para ser exato, perturbando um pouco a concisão da fórmula, diria que, para o autor recifense, de 1808 em diante o Brasil *pode vir a ter* uma trajetória internacional independente. Trasladados D. João VI de Lisboa ao Rio de Janeiro e o centro de gravidade do Estado da Península Ibérica à América do Sul, a crônica dependência portuguesa da proteção de Londres contra ameaças espanholas ou francesas – e a contraparte da proteção, já ensinara Hobbes, é a obediência² – diluía-se: “O reino glorioso não podia deixar de continuar a ser um satélite da Inglaterra, sua garantia.

1. Ver Antonio Francisco Azeredo da Silveira, “Chanceler Brasileiro na OEA”, p. 27.

2. Ver Thomas Hobbes, *Leviathan*, p. 147.

O Brasil, porém, [...] teve que ajeitar sozinho seus destinos”³. Esse raciocínio, elementar na concepção de autonomia nacional de Oliveira Lima, não consta nem de *O Reconhecimento do Império*, nem de *Dom João VI no Brasil*, nem, finalmente, de *O Movimento da Independência*, embora em todas essas obras se empregue a linguagem das órbitas celestiais com intenção similar; pertence, antes, a um livrinho há quase cem anos esquecido: *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*. Neste opúsculo, parte de uma série de publicações pelo centenário da Independência patrocinada pelo *O Estado de S. Paulo*, jornal de que era antigo e orgulhoso colaborador, nosso autor fez um dos mais sucintos e relevantes balanços críticos do itinerário internacional brasileiro até então disponíveis e prolongou a reflexão sobre alguns temas centrais da vasta produção que o credenciava, nesses seus anos finais de vida, como o maior historiador até então surgido da formação nacional⁴.

Um Século nas Relações Internacionais do Brasil foi dado à prensa em São Paulo no ano de 1924, mas leva, ao fim, a assinatura do autor com a indicação “Washington, 1922”. Com 110 páginas, foi editado pela “Secção de Obras d’*O Estado de S. Paulo*” como sexto volume da coleção Bibliotheca d’*O Estado de S. Paulo*. Os propósitos da coleção, inaugurada em 1922 com *O Idealismo na Evolução Política do Império e da República*, de Francisco José Oliveira Vianna, evidenciam-se mais pela portada de todos os seus títulos, em que as inscrições “1822” e “1922” e as efígies de Dom Pedro I e de José Bonifácio encimam os dizeres “Independência ou Morte” e “Sete de Setembro”, do que pelo texto curto que apresenta a série. Neste, não há qualquer alusão à efeméride, dizendo-se simplesmente que a Bibliotheca d’*O Estado de S. Paulo* poria na forma mais durável de livro trabalhos recentemente estampados no jornal que, “pela extensão, pelo acuro, pelo valor, todos lamentam sinceramente fiquem presos às páginas volantes”⁵. O texto de *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil* foi originalmente publicado, com o mesmo título, na edição especial do jornal paulistano na data do centenário⁶.

As bibliografias de Oliveira Lima que figuram em seus livros posteriores a 1924 (e que pude consultar em circunstâncias pandêmicas) não registram a publicação de *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*. O opúsculo está ausente das listas de obras de *Dom Pedro e Dom Miguel*, das *Memórias*, das *Impressões da América Espanhola*, da *Obra Seleta*, da

3. Manoel de Oliveira Lima, *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*, pp. 5-6.

4. Ver Carlos Guilherme Mota, “Oliveira Lima”.

5. “Apresentação”, p. 3.

6. Manoel de Oliveira Lima, “Um século nas relações internacionais do Brasil (1822-1922)”.

edição mais recente de *Dom João VI no Brasil*⁷. Todas elas registram, para o ano de 1924, apenas a publicação do capítulo “A Nova Lusitânia” no livro *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Uma versão muito reduzida, de duas páginas, da obra de que trato tornou-se o capítulo intitulado “Um Século de Relações Internacionais (1825-1925)”, que Oliveira Lima assina no *Livro do Nordeste*, organizado por Gilberto Freyre em 1925⁸. Tanto quanto pude averiguar, não houve outras súmulas ou republicações de *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*. Como não parece ter sido reeditada, a obra ficou desconhecida em seu teor e ignorada em suas condições originais de opúsculo e de (longo) artigo de jornal.

Gostaria, nestas páginas, de contrariar a sina quase secular desse opúsculo de 1924 e do pequeno capítulo de 1925, recuperando o seu valor como história diplomática brasileira e discutindo o seu lugar na obra de Oliveira Lima. Em um acesso de anacronismo, diria que o sexto volume da coleção Bibliotheca d’ *O Estado de S. Paulo* dá uma ideia do que eram os horizontes mentais da política externa brasileira quase quatro décadas antes da Política Externa Independente. Mais produtivo, contudo, será dizer que *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil* e “Um Século de Relações Internacionais (1825-1925)” entabulam um fecundo diálogo com *Dom João VI no Brasil* sobre o potencial de desprendimento do Brasil não só da órbita traçada para Portugal pelo protetorado inglês como da órbita traçada para si próprio pelo imperialismo lusitano na América Meridional. Este texto divide-se, para isso, em três partes. Na primeira, reconstituo, em linhas gerais, o teor do opúsculo de 1924 (do qual, repito, o capítulo do ano seguinte é uma súmula), o que julgo ser uma tarefa básica dada a raridade dessa obra, embora não pretenda resumir detalhadamente o texto original – que continua a aguardar uma reedição. Veremos, aí, como Oliveira Lima conjuga a crítica aos efeitos da transplantação da lógica europeia da hegemonia para a política sul-americana do Brasil ao pleito por uma solidariedade civilizadora com a Argentina. Na segunda parte, recomponho as tensões da reflexão de *Dom João VI no Brasil* sobre o expansionismo português na América do Sul. Observaremos como o autor aponta as bases frágeis do ambicionado imperialismo externo e o falhanço quase imediato do projeto de conquista do sertão, contrapondo sempre esses planos políticos às limitações do meio social em que se queria implantá-los. Na terceira parte, ponho rapidamente em contato a biografia célebre com o opúsculo esquecido.

7. Ver idem e, de Manoel de Oliveira Lima, *Dom Pedro e Dom Miguel: A Querela da Sucessão; Memórias: (Estas Minhas Reminiscências...); Impressões da América Espanhola: (1904-1906); Obra Seleta; D. João VI no Brasil*.

8. Ver Gilberto Freyre (org.), *Livro do Nordeste*.

Veremos como, para Oliveira Lima, uma política externa que concretizasse o ideal de autonomia representado por D. João VI teria que se isolar do Prata, abandonando a malfadada busca luso-brasileira de engrandecimento pela hegemonia externa, e forjar, pela retomada do plano de introversão no vasto território interior, uma nova ideia de grandeza nacional.

Antes de passarmos ao assunto propriamente dito, são cabíveis alguns apontamentos, à luz da literatura especializada, sobre a noção de expansionismo em Oliveira Lima. Nesse prolífico autor, capaz de publicar em um mesmo ano um visionário esquema de reforma do serviço exterior, *Cousas Diplomáticas*, e uma seminal contribuição à historiografia de seu país, *Dom João VI no Brasil*, há um imbricamento constante entre a reflexão do historiador e a do diplomata, a perspectiva de um modulando a do outro e vice-versa. Digo isso para sublinhar a necessidade de ler com a devida perspectiva algumas avaliações sobre sua visão diplomática que, corretas em si mesmas, poderiam levar a conclusões estreitas sobre sua visão histórica. É o caso, por exemplo, das afirmações de que Oliveira Lima priorizava a diplomacia econômica em detrimento da política e de que era um crítico das ameaças imperialistas⁹. Ambas apontariam, em uma leitura contemporânea, para uma superação do temário da segurança e da guerra em Oliveira Lima, apresentando-o como um precursor da tradicional perspectiva comercialista de inserção internacional do Brasil, bem-definida como a crença derivada de Montesquieu de que “o ‘doce comércio’ irá nos salvar”¹⁰. É uma interpretação convincente, esclareço¹¹. Parece-me, contudo, haver uma dimensão profundamente política em Oliveira Lima, no isolacionismo que encarnará, que subjaz aos seus posicionamentos imediatos e à própria crítica que faz da busca de preponderância de poder que marcou o primeiro século de relações internacionais do Brasil. A perspectiva econômica do diplomata é precedida e emoldurada pelo territorialismo do historiador. Ilustro isso notando como, no ato mesmo de advogar uma diplomacia com foco econômico no início de um livro de intervenção no debate público como *Pan-Americanismo*, de 1907, dava como grande ilustração de seu ponto a figura de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, a quem como plenipotenciário português em Turim não fora estranho o interesse pela “cultura da amoreira e fabrico da seda no Piemonte”¹², mas que surgirá no grande painel

9. Ver, respectivamente, Paulo Roberto de Almeida, “Oliveira Lima y la Diplomacia Brasileña en el Comienzo de la República” e Maria Thereza Diniz Forster, *Oliveira Lima e as Relações Exteriores do Brasil*.

10. Marcos Castrioto de Azambuja, “A Geopolítica do ‘Vírus Chinês’”, p. 78.

11. Ver, a propósito, Manoel de Oliveira Lima, *Aspectos da História e da Cultura do Brasil: Conferências Inaugurais*, p. 97.

12. Manoel de Oliveira Lima, *Pan-Americanismo: (Monroe-Bolívar-Roosevelt)*, p. 26.

de época que é *Dom João VI no Brasil*, de 1908, como nada menos que o ministro de el-rei que “tornou possível a aplicação do imperialismo de que vinha necessariamente pejada uma corte transplantada por motivo de guerras e solicitada por pensamentos de guerra no seu novo e dilatado domínio”¹³. Oliveira Lima dispensará, afinal, o expansionismo externo de Linhares, mas não o interno: o expansionismo interno constituirá o cerne de sua ideia de grandeza do Estado.

A centralidade excessiva às vezes conferida ao livro *Pan-Americanismo* nos estudos sobre a visão internacional de Oliveira Lima explica certa propensão a caracterizá-lo como anti-imperialista¹⁴. Essa tendência remonta a uma geração anterior de leitores de Oliveira Lima. Relaciona-se completamente, na verdade, com Gilberto Freyre, cultor do legado de Oliveira Lima que ora diminuiu, ora acentuou a importância do imperialismo na obra de seu velho mentor. Com o livro *Oliveira Lima, Don Quixote Gordo*, de 1968, Freyre pôs em circulação a sua leitura mais influente: a obra de Oliveira Lima seria um prelúdio de sua própria história social, *Dom João VI no Brasil* precursor de *Sobrados e Mucambos*¹⁵. É evidente que isso só se pôde dar porque de fato havia um plano de história social na biografia do rei transmigrado. Mas esse plano estava em permanente relação com outro, o da história diplomática. Foi a partir desse segundo plano que, em *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, de 1953, Freyre desenvolveu uma leitura menos lembrada: a da obra de Oliveira Lima como matriz de reflexão imperialista. Diz, aí, que Portugal, cuja conquista dos trópicos se teria processado por meios “menos [...] imperiais que fraternais de expansão” (uma ambiguidade que não oculta inteiramente o que se está a dizer)¹⁶, tinha o seu chamado ultramar exposto à descolonização em meados do século XX e devia receber o respaldo brasileiro pela formação de um condomínio imperial binacional que resgatasse os preceitos daquela dominação dita fraterna e desse longevidade à posse das colônias. Essa iniciativa tinha como patrono Oliveira Lima: “Reabilitando um rei português que [...] teve a coragem [...] de consagrar o princípio de formar Portugal com o Brasil e outras terras ultramarinas um sistema que hoje denominaríamos extraeuropeu, em política, e lusotropical, em cultura, [...] Oliveira Lima fez obra avançada de psicologia social”¹⁷. Assim, Freyre reorienta para

13. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. I, p. 444.

14. Ver Nathalia Heinrich, “Oliveira Lima e Joaquim Nabuco em Diálogo: Separados pelos Estados Unidos”, p. 200.

15. Ver Gilberto Freyre, Oliveira Lima, *Don Quixote Gordo*.

16. Gilberto Freyre, *Um Brasileiro em Terras Portuguesas: Introdução a uma Possível Lusotropicologia, Acompanhada de Conferências e Discursos Proferidos em Portugal e em Terras Lusitanas e ex-Lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico*, p. 135.

17. *Idem*, p. 133.

o oceano a reflexão sobre o imperialismo que em *Dom João VI no Brasil* apontava para o continente, mas estrutura sua perspectiva a partir da retomada desse tema caro a Oliveira Lima.

Não foi só Freyre que entabulou um diálogo mais ou menos ostensivo com o autor de *Dom João VI no Brasil*. Se o lusotropicalismo faz derivar deste livro um imperialismo orientado para o mar e para a África, Sérgio Buarque de Holanda tinha Oliveira Lima em mente ao formular uma história de expansão orientada para a terra e a América do Sul. O caminho é sinuoso. Em *Raízes do Brasil*, endossara a ideia de que sobra “espírito combativo” mas falta “espírito militar” ao brasileiro, creditando-a nominalmente a Oliveira Lima¹⁸; mais tarde, dedica três de suas principais obras de maturidade, *Monções*, *Caminhos e Fronteiras* e *O Extremo Oeste*, à tese de que, na verdade, teria havido valor guerreiro no país, mas proveniente não dos portugueses, sedentários litorâneos e donos de um império decadente mantido pela perfídia e não pela força, e sim da “raça soturna” dos paulistas, que, altamente móvel e miscigenada com os indígenas, tinha revelado “gênio militar” pelo domínio das técnicas de combate próprias do meio colonial¹⁹. Era à expansão espontânea mas férrea da gente rústica de Piratininga, e não ao expansionismo grandiloquente mas ineficaz de nobres como Linhares²⁰, que se devia a conquista do imenso sertão ocidental brasileiro. Datava de muitos séculos, para ser preciso desde a tomada de Ceuta, essa tendência portuguesa a investir em campanhas que “davam honra sem proveito”²¹. Ou seja, Buarque de Holanda concordava com Oliveira Lima na relevância da conquista do interior do continente como tema, mas divergia nos personagens focalizados, nos métodos de análise e na escolha da época histórica decisiva.

Não desconheço, obviamente, que as leituras de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque recorreram às teses de Oliveira Lima ao sabor de seus respectivos propósitos lusotropicalistas e paulísticos. Mas ajudam a mostrar como autores nacionais de grande impacto encontraram nele, entre as décadas de 1930 e 1950, uma importante interlocução – exageradamente apologética ou subliminarmente crítica – para suas reflexões sobre a projeção imperial do Brasil – futura ou pretérita, ultramarina ou continental, benigna ou violenta²². Ressalvados, portanto, os interesses de

18. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, p. 143.

19. Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras*, p. 145.

20. Ver Sérgio Buarque de Holanda, *Monções*, p. 149. Para as objeções de Sérgio Buarque ao uso do sufixo “ismo”, como no caso de “imperialismo”, ver Raphael Guilherme de Carvalho, “Em Torno da Concepção de História de Sérgio Buarque de Holanda”.

21. Sérgio Buarque de Holanda, “A Mineração: Antecedentes Luso-Brasileiros”, p. 265.

22. Ver, de Luiz Feldman, “Da Concepção Imperial de Gilberto Freyre” e “Trópico e Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda”.

Gilberto Freyre e Sérgio Buarque na matéria, parece-me que ainda dizem pelo menos duas coisas úteis sobre Oliveira Lima. A primeira é que o expansionismo que discute está próximo ao litoral, podendo abrir-se ao mar mas tendo dificuldades na tomada de posse da terra. A segunda é que um forte componente político convive com um insuficiente substrato militar, ou, de modo mais geral, há um hiato entre intenção e realidade no expansionismo de que trata.

Gilberto Freyre e Sérgio Buarque refletiam aqui, ao meu ver, tensões presentes em *Dom João VI no Brasil*. Luiz Costa Lima identificou uma “pluralidade de planos” em *Dom João VI no Brasil*²³, envolvendo tanto história diplomática quanto história social. Recorde-se ainda, indo além, como Evaldo Cabral de Mello discerniu²⁴, dentro da narrativa diplomática da grande biografia, estes diferentes (sub)planos: o ímpeto reformista do Conde de Linhares, a experiência internacional do Duque de Palmela e o espírito cauteloso de Tomás Antônio Vilanova Portugal, nuanças que contarão muito em um processo emancipatório no qual, como observou Luiz Felipe de Alencastro²⁵, o arcabouço diplomático teve um peso desproporcional. Seguirei Evaldo Cabral ao identificar as perspectivas do desassombro, da prudência e da cautela no desenho de *Dom João VI no Brasil*, com o propósito de compreender os jogos entre litoral e sertão e entre hegemonia e introversão. Só assim poderemos compreender como *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil* retoma e encaminha as tensões de *Dom João VI no Brasil*. Um especialista observou que a história diplomática constitui o “coração” da biografia do rei transmigrado, ainda que, em sua apreciação, o fascínio de *Dom João VI no Brasil* venha de seus “subtextos sociológicos e culturais”²⁶. Tomo a liberdade de inverter a ênfase: ainda que os subtextos sociológicos e culturais do livro sejam fascinantes, a história diplomática é o coração de *Dom João VI no Brasil*. Meu intuito à frente é examinar como essa vertente da obra de Oliveira Lima abordou a questão do lugar do Brasil no mundo narrando a ascensão e queda do expansionismo luso-brasileiro na América do Sul.

Noto adicionalmente que, de preferência à tendência a contrastar entre si as posições de grandes figuras do período estudado, como o Barão do Rio Branco, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima²⁷, enfocarei a reflexão de Oliveira Lima, ao contrário, ali onde se entrelaça com outras,

23. Luiz Costa Lima, “D. João VI no Brasil”.

24. Evaldo Cabral de Mello, *Um Imenso Portugal: História e Historiografia*.

25. Luiz Felipe de Alencastro, “Continental Drift”.

26. Guilherme Pereira das Neves, “D. João VI no Brasil”, pp. 152-166.

27. Cf. William Neal Nelson, *Status and Prestige in Brazilian Foreign Policy, 1905-1908* e Ori Preuss, *Bridging the Island: Brazilian's Views of Spanish America and Themselves, 1865-1912*.

nomeadamente a de Nabuco²⁸. Na fascinante interpelação de *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil* ao Nabuco memorialista tanto quanto ao Nabuco pan-americanista, encontraremos antes aproximações críticas, próprias de um diálogo intelectual, que incompatibilidades absolutas, próprias das polémicas pessoais. Com todas as restrições que se possa e deva fazer a Oliveira Lima e ao meio intelectual em que atuou²⁹, é preciso admitir que reconheceu Nabuco como um interlocutor incontornável em nossa história diplomática, enriquecendo *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil* ao abrir-se a um instigante diálogo com *Um Estadista do Império*. Dessa maneira, deixou testemunho de como, em 1922, a reflexão sobre a política externa partia do reconhecimento de uma tradição de pensamento sobre a trajetória diplomática brasileira que, desavenças políticas à parte, devia-se cultivar e prolongar, não pôr abaixo.

HEGEMONIA E SOLIDARIEDADE

Oliveira Lima discute três grandes temas em *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*: autonomia brasileira, intervencionismo platino e primazia inglesa. Tratarei do problema da autonomia na última seção do texto, referindo-me aqui aos dois outros. Começo pelas relações com a Inglaterra, que o autor aborda em três aspectos: fim do tráfico, questões de limites e de soberania e controle do hemisfério ocidental em coordenação com os Estados Unidos. Se a preponderância pode ser imposta do mar por Londres, não poderá sê-lo em terra pelo Rio de Janeiro, que tenta sem sucesso impor seu domínio sobre o Prata. Para o autor, a transplantação da lógica europeia da *hegemonia* para a terra americana fora deletéria, e, ao cabo de um século de vida independente, o Brasil devia buscar um reordenamento regional com base na *solidariedade*.

O longo contencioso entre o Brasil e a Inglaterra sobre o tráfico transatlântico de cativos merece de Oliveira Lima esta apreciação sucinta: “O Brasil cometeu um erro político e social, possa embora haver agido acertadamente do ponto de vista econômico, não fazendo coincidir a sua emancipação com a supressão da instituição servil”³⁰. O maior erro do caso parece estar, para Oliveira Lima, em ter levado o Brasil a enfrentar-se com a maior potência marítima do século XIX. Recorda que, em conversações com emissários brasileiros antes do Sete de Setembro, o secretário do exterior inglês Canning havia condicionado o reconhecimento da independência ao fim do tráfico. O descumprimento da convenção

28. Ver, a propósito, Helder Gordim da Silveira, *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: Faces de um Paradigma Ideológico da Americanização nas Relações Internacionais do Brasil*.

29. Ver, por exemplo, Nathalia Heinrich, “Foreword to the Paperback Edition”.

30. Manoel de Oliveira Lima, *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*, p. 26.

anglo-brasileira de 1826 e da lei interna brasileira de 1831, por ambas havendo-se abolido o tráfico, dera lugar às “humilhações” impostas pela *Bill Aberdeen*, de 1845³¹. Mas a “acrimônia” gerada por esse ato unilateral de força, pelo qual o parlamento inglês deu os meios para a *Royal Navy* suprimir o tráfico, prolongou-se décadas adiante no “ranço” da questão Christie, de 1862-1863, “a mais desagradável talvez” das crises internacionais do país³². Ao determinar o bloqueio do porto do Rio de Janeiro e a captura de navios nacionais, na sequência de incidentes com a frota mercante e a força naval de seu país nas costas do Brasil, W. D. Christie, o representante inglês na capital do Império dera “lições de dominador” e expusera a fraqueza militar do Império³³, inclusive a vulnerabilidade criada pela exposição de sua capital ao mar.

As questões de limites e de soberania dizem respeito à então Guiana inglesa e à Ilha da Trindade. No primeiro caso, Oliveira Lima afirma que a situação original era de uma “justa divisão” do território, reservada à Inglaterra a bacia do Essequibo e ao Brasil a bacia do Amazonas³⁴. O litígio surge após o período colonial, quando tem lugar a “usurpação” de uma “região cobiçável” de cerca de 55 mil quilômetros quadrados, consumada com a “agressão” em que civis e militares brasileiros foram expulsos do distrito do Pirara entre 1841 e 1842³⁵. De acordo com o autor, o pretexto inglês da “proteção assumida dos índios do pirara” punha “cautelosamente de lado o desígnio de alcançar a grande artéria fluvial amazônica pelas fontes principais do Rio Branco”³⁶. Após acompanhar as idas e vindas do caso nas décadas seguintes, Oliveira Lima nota que a chancelaria brasileira declinou uma razoável oferta inglesa de troca de territórios e preferiu levar o litígio a arbitramento. A aplicação deste recurso, apesar dos êxitos do Barão do Rio Branco nas questões com a Argentina e a França, “não pode ser infalível, antes depende de muitas circunstâncias”, e foi o caso, continua o autor, de que, na arbitragem confiada ao Rei Vitorio Emanuel, “o árbitro não podia eliminar do seu exame as próprias preocupações políticas”³⁷. Oliveira Lima, que, como se sabe, havia rompido pessoalmente com Joaquim Nabuco em 1906, mostra desprendimento ao deixar constância da competência com que este advogou a causa brasileira na questão do Pirara – o que convém

31. *Idem*, p. 28.

32. *Idem*, *ibidem*.

33. *Idem*, pp. 32-33.

34. *Idem*, p. 98.

35. *Idem*, pp. 99-100.

36. *Idem*, pp. 101-102.

37. *Idem*, pp. 104, 20.

frisar, diga-se de passagem, diante de certa história diplomática mais recente do episódio que se compraz em atribuir o mau resultado da arbitragem a atavismos pessoais de Nabuco, desconhecendo as dimensões jurídicas ou políticas inerentes a uma negociação internacional³⁸.

O caso da Ilha da Trindade é tratado de modo mais breve em *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*. Ocupada a ilha pela Inglaterra em 1895, o Brasil protestará, na expressão do Visconde de Cabo Frio, vice-ministro das Relações Exteriores entre 1865 e 1907, contra o “atentado sub-repticiamente praticado”³⁹. O país dá por base de sua soberania “as ruínas do forte português da época colonial”⁴⁰, e, após mediação de Portugal, a Inglaterra retira-se da ilha reconhecendo o direito brasileiro a ela. Não é fortuita a citação de Oliveira Lima a Cabo Frio, símbolo da longa continuidade administrativa na política externa brasileira. O autor traça uma linha de continuidade entre a construção militar colonial arruinada em Trindade, o palácio na Glória onde funcionou a Secretaria dos Negócios Estrangeiros no Império e o palácio do Conde do Itamaraty em que veio a se instalar o Ministério das Relações Exteriores da República. Daí conclui: “Diplomaticamente, foi um benefício para o Brasil zelar o espírito tradicionalista e na tradição buscarem tanto o Império como a República seus melhores títulos à validade do Brasil íntegro”⁴¹. No capítulo “Um Século de Relações Internacionais (1825-1925)”, defenderá outra vez a tradição “de correção diplomática e respeito à justiça”, que “passou de um para outro regime” e que “vem consolidando a valia nacional na esfera das relações internacionais”⁴².

O último aspecto da hegemonia inglesa é o seu empenho, desde a independência das nações latino-americanas, pelo controle político e econômico do hemisfério ocidental. De acordo com Oliveira Lima, Canning preparou o terreno para a doutrina depois expressa com exclusividade por James Monroe. Desde o século XVIII, diz, a Inglaterra ambicionara “constituir a América Latina num campo de reserva para a expansão comercial britânica”⁴³. Ou, na formulação mais detida de *Dom João VI no Brasil*: “Canning e Monroe tentaram ajeitar o futuro e reservar o continente

38. Cf. Angela Alonso, “Joaquim Nabuco, Diplomata Americanista”. Para um relato recente mais atento à complexidade do caso, ver Rubens Ricupero, *A Diplomacia na Construção do Brasil: 1750-2016*. Para considerações adicionais e um tanto diversas sobre o assunto, ver Manoel de Oliveira Lima, “Correspondência”, p. 336; e Manoel de Oliveira Lima, *Memórias: (Estas Minhas Reminiscências...)*, p. 181.

39. *Apud* Manoel de Oliveira Lima, *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*, p. 17.

40. *Idem, ibidem*.

41. *Idem*, p. 16. Ver, sobre o caso, Martin Normann Kämpf, *Ilha de Trindade: A Ocupação Britânica e o Reconhecimento da Soberania Brasileira (1895-1896)*.

42. Manoel de Oliveira Lima, “Um Século de Relações Internacionais (1825-1925)”, p. 10.

43. Manoel de Oliveira Lima, *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*, p. 6.

meridional, cuja constituição política fizeram definitiva, para a expansão econômica das gentes anglo-saxônicas, empresa tanto mais fácil quanto mais desligado estivesse o feixe latino-americano”⁴⁴. Quaisquer que fossem as tensões entre Inglaterra e Estados Unidos ao longo do século XIX, os dois coincidiriam nesse objetivo de controle, o que para *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil* fica claro no fato de Londres e Washington terem pressionado conjuntamente o Brasil, com interesses comerciais, pela abertura do Amazonas à navegação internacional. Como Oliveira Lima diria no capítulo de 1925, a Inglaterra “desconfiava [...] do nosso imperialismo”⁴⁵, julgando a América do Sul tanto mais modelável conforme aos seus interesses quanto menor a preponderância regional brasileira.

Cabe fazer uma transcrição um pouco mais longa de uma mescla de anedota e análise, em *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*, sobre um encontro do autor e de Nabuco com John Morley, biógrafo de E. W. Gladstone, por sua vez o grande ídolo do liberal Nabuco:

Espíritos ingleses dos mais esclarecidos fazem justiça ao senso prático dos estadistas do passado nacional. No dia do funeral da rainha Vitória, em que me coube a honra, como encarregado de negócios que era, de representar nosso governo, ao passo que Joaquim Nabuco, ministro em missão especial junto à corte de St. James para negociar a delimitação com a Guiana Britânica, representava pessoalmente o presidente Campos Sales, aconteceu tomarmos lugar no mesmo vagão do trem preparado para conduzir os convidados a Windsor com o velho liberal John Morley [...]. Num momento dado, Joaquim Nabuco referiu que eu estava corrigindo as provas de um livro sobre o reconhecimento do Império e o papel primordial de Canning nas negociações respectivas. Com seu feitio intelectual entusiástico, Nabuco exaltou a intervenção de Canning na reivindicação do continente neohispânico, que ele orgulhosamente dissera ter chamado à vida para o equilíbrio do mundo que o continente europeu comprometia. Nabuco via nisso a aplicação de um ideal superior de civilização, de um grandioso plano moral. John Morley, com um sorriso inteligente que iluminou sua fisionomia tosca, ponderou com aquela concisão britânica que lembra a lacedemônica: “Está certo de que ele não obedeceu a intuítos mercantis?”⁴⁶.

Mais do que – aqui sim – expor a ingenuidade de Nabuco quanto à Inglaterra, o que Oliveira Lima faz é, pela associação dos propósitos de Canning e Monroe, criticar a ingenuidade de Nabuco quanto aos Estados

44. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. I, p. 281.

45. Manoel de Oliveira Lima, “Um Século de Relações Internacionais (1825-1925)”, p. 10.

46. Manoel de Oliveira Lima, *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*, pp. 7-8. Para o relato de Nabuco sobre o mesmo episódio, ver Joaquim Nabuco, *Diários*, vol. II: 1889-1910, p. 209.

Unidos. Se não o faz explicitamente em *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*, di-lo em suas *Memórias*, quando, narrando com pequenas variações o episódio com Morley a caminho de Windsor, conclui que o mesmo idealismo de Nabuco se manifestaria “ao preconizar mais tarde o pan-americanismo”⁴⁷. Isso não significa que, para Oliveira Lima, a separação dos dois hemisférios fosse negativa. Com efeito, após a independência, “O Brasil não tinha interesses dinásticos que zelar como potência americana: desde então, havia uma separação entre sistema europeu e sistema americano”⁴⁸. O que o autor defendia, já no pós-Primeira Guerra Mundial, pela mesma época em que escreveu *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*, era sua conhecida tese de que a Doutrina Monroe devia ser uma “doutrina continental comum”, isto é, fruto de um arranjo coletivo, e não do “controle” unilateral do hemisfério pelos Estados Unidos⁴⁹ – o qual Nabuco, com suas reflexões tardias sobre o “direito do mais forte afirmando-se por toda parte”⁵⁰, bem como sobre a “crise” das “pequenas nações”⁵¹, parecia mais propenso a aceitar. Mais propenso, disse, pois o pensamento de Oliveira Lima encaminha-se, em uma conferência de 1923, não para fazer *tabula rasa* das diferenças de poder, e sim para distinguir a esfera geográfica dos Estados Unidos da do Brasil, fraturando horizontalmente o hemisfério ocidental, ou, por outra, pondo a América do Sul ao abrigo da “reserva” anglo-saxã: “Dessas duas potências, as maiores do Novo Mundo, dependiam os destinos dos dois grandes continentes onde elas se acham respectivamente situadas”⁵². Ao contrário de Nabuco, que em *Balmaceda* postulava uma diluição da América do Sul no “sistema político mais vasto” do hemisfério ocidental⁵³, em Oliveira Lima a América do Sul será sempre o espaço básico da ação brasileira. Nesse quesito, nunca se distanciou tanto do Barão do Rio Branco, para quem a América do Sul também seria, invariavelmente, o espaço básico da projeção brasileira (da “antiga superioridade” nacional, dizia em 1874 o Barão)⁵⁴.

Passo agora ao tema do jogo político oitocentista na bacia do rio da Prata. Nosso autor observa que a maior parte das linhas de fronteira entre as possessões espanholas e portuguesas na América corria pelo interior inexplorado, fazendo do estuário platino a área de exceção

47. Manoel de Oliveira Lima, *Memórias: (Estas Minhas Reminiscências...)*, p. 247.

48. Manoel de Oliveira Lima, *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*, p. 9.

49. Manoel de Oliveira Lima, “Pan Americanism and the League of Nations”, p. 242.

50. Joaquim Nabuco, *Diários*, vol. II: 1889-1910, p. 181.

51. *Idem*, p. 218.

52. Manoel de Oliveira Lima, *Aspectos da História e da Cultura do Brasil: Conferências Inaugurais*, p. 97.

53. Joaquim Nabuco, *Balmaceda*, p. 211.

54. Barão do Rio Branco, “Os Nossos Armamentos (7 de Outubro de 1874)”, p. 252.

onde as disputas limítrofes resolviam-se com frequência pela guerra. A linha mestra da política brasileira nessa região fora a de contenção territorial da Argentina – uma “intuição genial”⁵⁵, dissera anos antes Oliveira Lima mostrando apreço à conclusão de Euclides da Cunha, em *À Margem da História*, de que o Brasil fizera uma “oposição até hoje vitoriosa contra o pensamento da reconstituição do Vice-Reinado platino” nutrido por Buenos Aires⁵⁶. Obstar à formação de “outro império na costa oriental da América” era perseguir “um equilíbrio que noutra face representava um desequilíbrio”⁵⁷. Para Oliveira Lima, o problema tem origem quando o Brasil, extrapolando a política de contenção e espelhando as ambições de seu adversário, passa a almejar a “tutela de fragmentos do vice-reinado, que queria transformar em satélites seus”⁵⁸. Desde logo, o país não tinha poder para tanto: praticava essa política “por amor da arte, sem dela retirar vantagens maiores do que a garantia de não ver crescer ao seu lado outro gigante, porque sua própria pujança não era assaz para investi-lo nos foros de conquistador”⁵⁹. (Como disse em outra ocasião, o Brasil era “um Império que não podia dar-se ao luxo de ser imperialista”⁶⁰). Acontece que, da perspectiva dos vizinhos, a atuação brasileira podia com verossimilhança ser interpretada como expansionista, seja pela desigualdade de forças, seja pela ingerência permanente. O Brasil enfrentava um clima de desconfiança não só junto ao Uruguai e ao Paraguai, repúblicas “rebeldes a proteções”⁶¹, mas junto às próprias potências europeias que buscava, sem êxito, atrair para sua causa. O proposto envolvimento da França e da Inglaterra era, aliás, um claro “repto” do Império à Doutrina Monroe entendida em uma perspectiva estritamente estadunidense⁶².

A instabilidade provocada pelo intervencionismo platino do governo imperial assume outra escala, conforme Oliveira Lima, quando, no afã de contenção, o Brasil comete um erro de cálculo e fortalece excessivamente uma das antigas partes do vice-reinado espanhol: “Para evitar um perigo, a chancelaria brasileira criava inconscientemente outro, que era o paraguaio”⁶³. Julgando criar um contrapeso à Confederação Argentina, o

55. Manoel de Oliveira Lima, *Formation Historique de la Nationalité Brésilienne*, p. 134.

56. Euclides da Cunha, *À Margem da História*, p. 273

57. Manoel de Oliveira Lima, “Um Século de Relações Internacionais (1825-1925)”, p. 9.

58. Manoel de Oliveira Lima, *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*, p. 25.

59. *Idem*, p. 40.

60. Manoel de Oliveira Lima, *Aspectos da História e da Cultura do Brasil: Conferências Inaugurais*, p. 89. 293.

61. Manoel de Oliveira Lima, *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*, p. 54.

62. *Idem*, p. 23.

63. *Idem*, pp. 24-25.

gabinete do Rio de Janeiro fomentava uma potência que se ia tornando senhora da bacia superior do Prata, ou seja, que tinha nas mãos a capacidade de vedar ao Império o principal meio de comunicação daquela altura, o fluvial, com sua longínqua província do Mato Grosso. O autor relembra o papel do político saquarema José Antonio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, como “mentor” do mandatário Carlos Antonio López e nota que “oficiais do nosso exército e marinha serviram de instrutores aos paraguaios e colaboraram com engenheiros militares e navais europeus nas fortificações, nos arsenais e nos estaleiros onde afinal se preparava a agressão contra o Império”⁶⁴. Para Oliveira Lima, a subsequente Guerra do Paraguai “foi obra da nossa diplomacia e mesmo em parte da nossa engenharia”⁶⁵. Mas mesmo aí não estava, sustenta ele, a consequência mais grave do intervencionismo. Esta viria quando o período de preponderância do Brasil, que se estende de 1852 a 1870, dá lugar, inclusive pelo desgaste do Império com a guerra, à ascensão argentina. A política de contenção tem o efeito exatamente inverso ao pretendido. O Brasil, explica, “só da República Argentina se poderia arrearçar”⁶⁶. É o que ocorre a partir do fim do conflito, quando, sempre segundo Oliveira Lima, o Brasil passa a proteger a integridade territorial paraguaia contra uma interpretação do Tratado da Tríplice Aliança por Buenos Aires pela qual lhe assistiria um “direito de conquista” sobre terras do país derrotado⁶⁷.

Oliveira Lima avalia que, havendo garantido com êxito a integridade territorial do Uruguai e contribuído para a da Bolívia, o Império não consegue evitar que o Paraguai se transforme em um perigosíssimo palco de competição geopolítica entre Brasil e Argentina: “campo de interesses contrários, disputando-se a preponderância as influências brasileira e argentina”⁶⁸. Seguem-se a 1870 anos de uma diplomacia sempre periclitando à beira da conflagração armada: “Foram anos esses em que as relações entre o Brasil e a República Argentina se azedaram extremamente e uma guerra poderia haver resultado com grande facilidade”⁶⁹. Para Oliveira Lima, a paz só prevaleceu pela influência benéfica, em cada país, de figuras esclarecidas como Bartolomeu Mitre e José Thomaz Nabuco de Araújo. Duas décadas mais tarde, porém, no governo de Floriano Peixoto, os velhos impulsos seguem vivos e a República ainda opera na lógica da competição estratégica com a Argentina, “persistindo em atrair para a sua ór-

64. *Idem*, pp. 38, 40.

65. *Idem*, p. 39.

66. *Idem*, p. 64.

67. *Idem*, p. 65.

68. *Idem*, p. 58.

69. *Idem*, p. 70.

bita o Uruguai e o Paraguai”⁷⁰. Envia-se mesmo uma flotilha a Assunção, exemplo de uma política que era pretexto para “armamentos ruinosos ou odiosos”⁷¹. Com o Barão do Rio Branco, segundo Oliveira Lima, a norma de conduta brasileira não seria diferente: a decisão pelo condomínio da Lagoa Mirim com o Uruguai teria sido uma “derradeira manifestação da política imperial” inspirada no “espírito hostil à República Argentina”⁷². O qualificativo de “temerário” usado pelo velho senador Nabuco de Araújo para a disputa com Buenos Aires na década de 1870 tornaria a ser merecido “em tempo do Barão do Rio Branco”⁷³.

A essa altura, a narrativa de Oliveira Lima está no tempo presente do autor. As vicissitudes do intervencionismo platino brasileiro dão ensejo à crítica de *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil* à lógica de desequilíbrio do poder praticada na América do Sul. Em conferência que pronunciou no fim de 1920 já havia dito, com certa graça, que “a assim chamada balança do poder [...] não deve ser uma gangorra; deve ser um carrossel”⁷⁴. Essa imagem apontava para a busca da superação da lógica dos jogos de soma zero, em que o ganho de um lado significava forçosamente uma perda do outro, em favor de algum tipo de concertação política. Essa noção é aplicada à questão Brasil-Argentina no opúsculo escrito em 1922. Desde logo, o imemorial “afastamento político” entre Espanha e Portugal “não podia subsistir além mar com a mesma intensidade”⁷⁵. À Argentina e ao Brasil cabia substituir aquela “política obsoleta e perigosa” por um “entendimento sincero e pacífico que exclua vãs quimeras de hegemonia em proveito de uma solidariedade civilizadora”⁷⁶. Com efeito, o Novo Mundo não seria condizente com o ambiente europeu de rivalidades e disputas de hegemonia:

O Império não possuía vigor bastante para impor, se quisesse, sua vontade e cimentar uma preponderância que na Europa significava muito sob o nome de hegemonia continental, mesmo quando insular, mas que, transplantada para a América, deixava de encerrar uma razão essencial, de natureza a desmanchar uma condição de equilíbrio político que todas as circunstâncias têm favorecido, dissipando desconfiças que buscam apoiar-se no chauvinismo e animando a solução jurídica das controvérsias internacionais por

70. *Idem*, p. 58.

71. *Idem*, p. 59.

72. *Idem*, p. 57.

73. *Idem*, p. 73.

74. Manoel de Oliveira Lima, “Pan Americanism and the League of Nations”, p. 245.

75. Manoel de Oliveira Lima, *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*, pp. 12-13.

76. *Idem*, p. 59.

meio da qual se vão distinguindo as sociedades do Novo Mundo com honra do direito e proveito da humanidade⁷⁷.

É nesse ponto, na conclusão de que a “política de intervenções platinas [...] foi em suma o erro diplomático do Império”⁷⁸, que *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil* entabula um criativo diálogo com *Um Estadista do Império*. Que Oliveira Lima tivesse Joaquim Nabuco em mente em toda a discussão do intervencionismo platino não é motivo de dúvidas, dado que cite nominalmente esse autor para endossar a interpretação – constante de *Um Estadista do Império* – de que “seu pai” fora o “principal sustentáculo da paz” pelo lado brasileiro durante a *brinkmanship* da década de 1870⁷⁹. Mas a confluência de Oliveira Lima com Nabuco dá-se em camadas críticas mais profundas que a factual. Está, de saída, na crítica de ambos ao “transplante” da ideia de preponderância à América. Lembro que Nabuco, ao reconstituir minuciosamente a eclosão da Guerra do Paraguai em *Um Estadista do Império*, advertira no íntimo nexos entre a impotência brasileira na questão Christie, entre 1862 e 1863, e o “ardor belicoso” do gabinete do Rio de Janeiro frente ao Uruguai, em 1864: “Sentia necessidade de afirmar-se: queria levantar o prestígio do Império, afetado pela questão inglesa. Mesmo a ideia de ‘represálias’ parece uma reminiscência do melindre nacional ofendido”⁸⁰. Nabuco tem a cachimônia de reproduzir a reflexão de W. D. Christie sobre a similaridade entre o linguajar usado no episódio que levou o seu nome e os termos do governo imperial logo depois no bloqueio de Montevideú: “Christie mesmo, no seu livro *Notes on Brazilian questions*, citando a distinção feita por Zacarias [de Góis e Vasconcelos], Presidente do Conselho, entre as represálias e a guerra propriamente dita, comenta: ‘Isto é muito parecido com o que eu escrevi ao Marquês de Abrantes em dezembro de 1862’”⁸¹. Depois disso, Oliveira Lima podia poupar seus leitores dos mesmos detalhes. Constatava o mesmo equívoco que Nabuco em um intervencionismo (ou, melhor dito, em uma veleidade de hegemonia regional), que, calcado(a) na imitação do “chauvinismo” europeu, erodira consideravelmente a posição internacional brasileira ao desencadear, na esteira do episódio de Montevideú, o longo e penoso conflito com o Paraguai.

77. *Idem*, pp. 15-16.

78. *Idem*, p. 13.

79. *Idem*, p. 73.

80. Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo: Sua Vida, suas Opiniões, sua Época*, t. II: 1857-1866, p. 180.

81. *Idem*, p. 180n. Ver William Dougal Christie, *Notes on Brazilian Questions: by W. D. Christie, Late Her Majesty's Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary in Brazil*, p. 171.

Oliveira Lima confluía com a avaliação de Nabuco, depois, na ideia de uma tendência natural da América ao “equilíbrio político”. Nabuco expusera sua visão com clareza meridiana ao explicar a postura pacifista do pai a respeito da Argentina na década de 1870:

É ele um jurista, um pacífico, um reformador; a guerra não é o seu processo, o seu instrumento; não saberia o que fazer nem como trabalhar com a guerra, que – por questões de terras, para países como os da América do Sul, que têm muitas vezes mais território do que podem ocupar, e por questões de hegemonia, para nações que se estão ainda formando e cuja importância relativa depende sobretudo do afluxo de capitais e de imigrantes –, lhe parece uma loucura, uma obsessão profissional de diplomatas imbuídos de história, de preconceitos e cálculos emprestados da Europa⁸².

De novo, *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil* dá todo um raciocínio de *Um Estadista do Império* como subentendido e constata simplesmente que José Thomaz Nabuco de Araújo fora um “sustentáculo da paz”, assim como seguira esse livro ao tratar o Marquês de São Vicente como epígono da escola saquarema de belicismo platino⁸³. Se Joaquim Nabuco havia feito a crítica da aspiração pela preponderância regional no Império, Oliveira Lima reivindica o seu legado e atualiza sua crítica para a República. O antagonismo que Joaquim Nabuco traça entre o seu pai e o Marquês de São Vicente é similar ao que Oliveira Lima traça entre si próprio e o Barão do Rio Branco (um Barão, claro está, visto pelo prisma nada neutro de Oliveira Lima). *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil* ataca a política de hegemonia não só por constituir uma importação contraproducente da Europa, mas também por revelar uma incompreensão das circunstâncias próprias da América. Nesta, a busca da preponderância é incompatível com Estados territorialmente satisfeitos e carentes de progresso econômico e social. Variada a situação geográfica, variavam (para menos) o peso da história e (para mais) o espaço para a política. Daí o pleito de Oliveira Lima pela “solidariedade civilizadora” do Brasil com a Argentina, plenamente compatível com o entendimento de Nabuco de que as relações entre os dois países deviam inspirar-se na “imaginação política”, não nos remordimentos da história: “confiança nos melhores impulsos das nações aliadas – o que importa dizer da natureza humana – como um ato de fé na civilização moderna”⁸⁴. Dessa vez, Oliveira Lima

82. Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, t. III: 1866-1878, pp. 273-274.

83. Ver *idem*, p. 546. Para uma consideração ampla do assunto, ver Gabriela Nunes Ferreira, *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial*.

84. Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, t. II: 1857-1866, p. 215.

não acusa ingenuidade de Nabuco: ao cabo de um século nas relações internacionais do Brasil, aspirava a uma história em melhores circunstâncias. Para compreendê-las, temos que deixar, por ora, sua reflexão sobre a política externa e voltar a sua visão histórica. Aqui onde *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil* toca no tema da geografia, da singularidade americana em relação à Europa, seu argumento entra em contato com o do grande clássico de Oliveira Lima.

HINTERLAND E IMPERIALISMO

Em Dom João VI no Brasil, o plano político – dominado pelos altos desígnios bragantinos de expansão territorial – costura uma narrativa até certo ponto apologética sobre D. João VI, que o plano social – dominado pelos argutos relatos de observadores estrangeiros sobre as limitações do Estado transplantado aos trópicos – entrementes vai corroendo pelo acúmulo de evidências críticas, embora não bastantes para pôr em dúvida o aporte do reinado joanino como um todo. *Dom João VI no Brasil* combina, assim, a curiosidade pelo territorialismo português com o gosto de “mostrar o avesso de tudo”⁸⁵, o que implicava em uma indagação sobre como a “sede territorial” lusa⁸⁶, aguçada pelo desembarque da família real na América, podia saciar-se com um governo, como dizia um viajante sobre o do Rio de Janeiro, “pobre de armas, de canais e de tudo o que constitui a força dos Estados”⁸⁷. Meu objetivo aqui é delinear, na “qualquer coisa de fluvial, de caudaloso” desse grande livro⁸⁸, as correntes que tensionam o curso de sua narrativa sobre o expansionismo.

De acordo com Oliveira Lima, D. João VI presidiu “o único período de imperialismo consciente que registra nossa história”⁸⁹. Toda a expansão anterior a 1808 era, em sua avaliação, obra involuntária. A transposição da linha de Tordesilhas pela ação bandeirante havia sido um “resultado inconsciente” de expedições gananciosas, obtido “instintivamente” e sem conhecimento das disposições de tratados internacionais⁹⁰. Agora é que havia intenção e se podia falar especificamente em imperialismo: “podemos com propriedade adaptar esta denominação modernizada à aspiração de extensão territorial que Dom João VI acalentou e realizou, com relação ao Brasil, nas suas fronteiras norte e sul”⁹¹. É possível situar

85. Octavio Tarquínio de Souza, “Prefácio à 2ª Edição”, p. 772

86. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. I, p. 329.

87. John Jay *apud idem*, p. 772.

88. Octavio Tarquínio de Souza, *op. cit.*, p. 773.

89. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. I, p. 437.

90. *Idem*, p. 437.

91. *Idem*, p. 293.

essa discussão do imperialismo, em *Dom João VI no Brasil*, em um panorama mais amplo de territorialismo sul-americano de Portugal, que se divide em duas grandes vertentes de expansionismo: uma externa, com o imperialismo sobre antigas terras espanholas e francesas na América, e outra interna, com a conquista do sertão. Para dentro, a tensão coloca-se entre a afirmação do domínio sobre o vasto interior brasileiro e a continuação inercial da existência litorânea do país. Nas palavras do autor, era a aspiração a uma “grandiosa conquista do *hinterland*”⁹², contraposta ao “desterro colonial” em que a maior parte da nobreza transmigrada sentia vegetar⁹³. Para fora, a tensão desenha-se entre a política de anexações territoriais com vistas à hegemonia política na América do Sul e a cautela diplomática que salvaguarda a centralidade da Península Ibérica para o Estado português e reconhece obstáculos de toda ordem para esse imperialismo. Nas palavras de Oliveira Lima, era o “fito de formar do Brasil um todo uno, compacto, forte, poderoso e agressivo”⁹⁴, contraposto ao zelo em restaurar Lisboa como “sede tradicional da monarquia”⁹⁵.

Exploremos com um pouco mais de detalhe esses antagonismos. O desassombrado braço direito de el-rei na biografia, o Conde de Linhares, encarna, dentro e fora, o expansionismo. Já a visão crítica a esse expansionismo tem muitas fontes. A cautela, na vertente interna, é inspirada pelo senso de observação dos viajantes que percorreram o Brasil no reinado joanino, abundantemente citados por Oliveira Lima. A prudência, na vertente externa, decorre das variadas considerações diplomáticas e militares hauridas da consulta, pelo autor, dos papéis de autoridades estrangeiras e mesmo nacionais, como o Duque de Palmela, o diplomata da coroa que, quase sempre da Europa, via com reservas os planos do gabinete do Rio de Janeiro. A constante de *Dom João VI no Brasil* é a ambição simultânea do *hinterland* e do Prata, fracassando com rapidez a primeira e resultando a segunda em um problemático legado.

A conquista do *hinterland* é, obviamente, um pressuposto do Brasil entendido como um território uno e compacto. Em Oliveira Lima, a transladação de 1808 é mais que a mudança da sede de um governo, é o descortinar da unidade geográfica de um país. O Rio de Janeiro assume o papel de uma “capital convergente e propulsora”⁹⁶, capaz de transformar o que dantes eram “fragmentos geograficamente anexos e moralmente esparsos” em “províncias unidas de um reino quase

92. *Idem*, p. 136.

93. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. II, p. 924.

94. *Idem*, p. 906.

95. *Idem*, p. 1123.

96. *Idem*, p. 913.

autônomo”⁹⁷. Mais que isso, a vista da Baía de Guanabara força a corte transmigrada a “pensar da totalidade do Brasil”⁹⁸. A partir de 1808, o país passa a ter “não mais a suposição mas a consciência da sua importância”⁹⁹. Linhares, que já advogava a transferência da capital para o Brasil muito antes da invasão das tropas napoleônicas em 1807, tinha os olhos fitos no ideal de unidade das possessões lusitanas na América. Seu plano era, em resumo, “o de cimentar o sistema político brasileiro com a facilidade das comunicações internas”¹⁰⁰. Previa, para esse fim, “utilizar as vias fluviais e desbravar as vias terrestres em toda a superfície do país”¹⁰¹. Compreendia, ademais, que, no sertão de Goiás e Mato Grosso, o Brasil tinha um “centro inatacável”, afora que “ubérrimo”¹⁰², base territorial que constituía, para ele, a melhor defesa contra futuras ações hostis de potências europeias (como o bloqueio do Rio a mando de Christie se encarregaria de mostrar). Linhares compartilhava com D. João VI a convicção de que gloriosos destinos aguardavam a “grande terra, a colônia vasta e amorfa que lhe dera asilo”¹⁰³. Nesse ponto, Oliveira Lima exalta o visionarismo do monarca americano, cujos esforços nessa direção, coadjuvados por Linhares, já confeririam justo título à reabilitação histórica.

Convém recordar que um dos mais influentes críticos do reinado americano de D. João VI, o historiador português Joaquim Pedro de Oliveira Martins, fora um mentor de Oliveira Lima em seu período universitário e seu chefe no jornal lisbonense *O Reporter*¹⁰⁴. Em uma obra de grande impacto lançada na juventude de Lima, *O Brasil e as Colônias Portuguesas*, Martins argumentara que o Brasil, particularmente a região de Rio, Minas Gerais e São Paulo, havia formado organicamente, ao longo da colonização, um núcleo protonacional autônomo, ao qual a tutela portuguesa era estranha. Via sem qualquer entusiasmo o fato histórico da chegada da corte ao Rio: “A nuvem de gafanhotos, que desde o XVII século devorava tudo em Portugal, pousava agora no Brasil para em casa o digerir mais à vontade”¹⁰⁵. Martins punha D. João VI (“príncipe fraco e boçal”) e sua corte (“mandarins que sugavam Portugal”) de um lado, e os

97. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. I, p. 248.

98. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. II, p. 912.

99. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. I, p. 247.

100. *Idem*, p. 138.

101. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. II, p. 906.

102. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. I, p. 139.

103. *Idem*, p. 61.

104. Ver Manoel de Oliveira Lima, *Memórias: (Estas Minhas Reminiscências...)*, p. 180.

105. Joaquim Pedro de Oliveira Martins, *O Brasil e as Colônias Portuguesas*, p. 99.

brasileiros (“com a educação forte e natural do trabalho”) de outro, para concluir que, entre as duas partes, “nada havia de comum”¹⁰⁶. Ao devolver el-rei a Portugal, o Brasil teria logrado “expulsar [...] as influências exóticas e anacrônicas da corte brigantina que pretendia[m] enxertar-se na árvore crescida da nação brasileira”¹⁰⁷.

Se Oliveira Lima reterá parte desse tom crítico sobre a administração lusa, como já veremos, sua reabilitação do sentido geral do reinado parece estar em nítido contraste com as páginas que Oliveira Martins dedicou ao tema. Suponho que não lhe tenha escapado, em absoluto, o que fazia ao citar, em *Dom João VI no Brasil*, estes versos da “Ode à Aclamação de Sua Majestade Fidelíssima o Senhor D. João VI”, de Joaquim José Pedro Lopes: “Três séculos havia / Fora a planta lançada / Do Brasília novo vasto Império; / Mas, árvore deixada à Natureza, / Crescia vagarosa: / Benigna sopra lh’era / Mais que tudo precisa: eis chegas, toma / Novo viço e vigor, e já robusta / Não receia tufões de bravos Euros: / Tens de grandes destinos / Nobre porção cumprido”¹⁰⁸. O crescimento orgânico carecia da fertilização de 1808 em vez de dispensá-la, respondia Lima a Martins. Os altos destinos do país só poderiam frutificar em seu vasto território sob os cuidados de um governo inspirado pelo ideal unitário e de um governante paternal identificado com a terra e o povo que lhe abrigaram na hora da necessidade. Jogando com a metáfora da passagem do mar turbulento à terra firme, Oliveira Lima afirma: “o Brasil fora a tábua de salvação da dinastia portuguesa, a âncora da monarquia batida pelas tempestades, que permitiu ao baixel desmantelado dar fundo e ver raiar no horizonte uma luz tão esperançosa que até lhe descobria uma perspectiva gloriosa”¹⁰⁹. A mesma metáfora é usada para sublinhar o vínculo do governante com a sociedade: D. João VI não poderia abandonar sua concepção de governo paternal “se, tendo-o por piloto, viera a nau do Estado ancorar no meio de uma sociedade acostumada a obedecer”¹¹⁰. *Dom João VI no Brasil* aponta, dessa maneira, para a perspectiva de que, com um governo identificado com a sociedade e com o imenso potencial a se explorar em terra firme, o país pudesse

106. *Idem*, pp. 99-100.

107. *Idem*, p. 101.

108. Joaquim José Pedro Lopes *apud* Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. II, p. 914.

109. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. I, p. 530. Essa metáfora pode ter sido tirada por Oliveira Lima das lembranças de viagem em Portugal de William Beckford, “o inteligentíssimo e mordaz Beckford” (*idem*, p. 83). Este sustentara, em suas *Recollections*, ter ouvido de Dom João VI, em audiência no ano de 1794, as seguintes palavras extraordinariamente premonitórias: “cada expediente que vem da França nos traz notícias tão assustadoras, que fico perdido em espanto e horror; a nau do Estado em cada país da Europa está navegando sob pesada tormenta – só Deus sabe em que costas iremos parar” (William Beckford, *Recollections of an Excursion to the Monasteries of Alcobaca and Batalha: By the Author of Vathek*, p. 213).

110. *Dom João VI no Brasil*, vol. I, p. 64.

alcançar organicamente o seu horizonte de grandeza. Eis, para seguir com a metáfora, a atraente vista a partir do convés da nau do Estado fundada na calmaria da Baía de Guanabara.

Entre a “concepção criadora” de Linhares e o “resultado prático” havia, entretanto, um profundo hiato¹¹¹. Oliveira Lima elenca inúmeros obstáculos para a efetiva tomada de controle do território interior. Havia desde logo a prevaricação, “essência mesma da administração portuguesa”¹¹². Havia, em seguida, o que Ferdinand Denis identificara como o interesse de muitos portugueses em “conservar o Brasil no estado moral, já que não mais político, de colônia”¹¹³. Havia ainda, notado por Wilhelm Ludwig von Eschwege, certa tendência dos governantes de proclamar grandes feitos e de acabar por “acreditar naquilo que proclamavam”¹¹⁴. Oliveira Lima chega a dizer, com otimismo, que, apesar de tudo, “o impulso estava dado” e que as medidas de Linhares haviam rompido “às machadadas a espessa crosta de gelo que isolava das sementes liberalmente espalhadas no terreno inulto, porém cheio de húmus, onde elas podiam germinar”¹¹⁵. Mas mais adiante é ele mesmo que registra, com o alemão Handelmann, um obstáculo geográfico mais estrutural para a conquista do sertão, a predominância do litoral – vale dizer, de um modo de existência mais confortável proporcionado pelo comércio marítimo – na vida brasileira daquela quadra: “Pondera por isso judiciosamente o historiador Handelmann que, conquanto se lograsse insuflar na costa uma vida mais desafogada graças ao tráfico universal, a situação tradicional do interior permanecer[*i*]a sem a menor alteração”¹¹⁶. Daí todos os projetos de estradas, canais e abertura de vias estarem perpassados, no tempo de D. João, pela “sensação persistente do truncado, afugentando a de um seguido e completo progresso moral e material”¹¹⁷. Agravada pela falta de recursos, a “colonização do interior do Brasil, Dom João VI a encontrou e a deixou sob a forma de um desbravar empírico”¹¹⁸.

Oliveira Lima complementa isso logo a seguir com uma análise de própria sua lavra, riquíssima em consequências e que, embora perdida pelas alturas da página 781 do segundo volume de sua biografia,

111. *Idem*, p. 236.

112. *Idem*, p. 412.

113. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. II, p. 892.

114. *Idem*, p. 762.

115. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. I, p. 237.

116. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. II, p. 763.

117. *Idem*, p. 770.

118. *Idem*, p. 780.

resumiria em poucas linhas todo o programa de pesquisas de maturidade de Sérgio Buarque de Holanda: “Acresce que o português é por temperamento muito mais um explorador do que um colonizador. A sua tendência é abrir caminhos, não tanto estabelecer domínios no interior dos continentes: quando muito, fundar feitorias pelos litorais”¹¹⁹. Ora, propensos às costas oceânicas, inábeis colonizadores, duvidosos fundadores de domínios no interior dos continentes – como poderiam os portugueses ter o temperamento exigido para a conquista do *hinterland* anelada por D. João e Linhares? O caudal narrativo de *Dom João VI no Brasil* segue seu curso sem pausa para considerar o problema essencial que acaba de postular, mas deixando em séria dúvida – ao menos enquanto tal obra estivesse a cargo dos lusos e de seu temperamento impróprio – a viabilidade de cimentar-se o sistema político brasileiro.

O desenvolvimento das vias fluviais e terrestres em toda a superfície do país significaria mobilidade de população, e esta, no ensinamento de Frederick Jackson Turner antevisto por Linhares, “é a morte do localismo”¹²⁰. Era de localismo, em uma peculiar combinação com colonialismo “moral”, que se trataria quando viesse a recrudescência do “bairrismo” e o “cru nativismo” daquelas províncias que prefeririam voltar a ser “colônia portuguesa a ser colônia fluminense”¹²¹. Oliveira Lima torna ao assunto, páginas adiante, para registrar que, no momento em que escreve *Dom João VI no Brasil*, o país estava mais atrasado na conquista do *hinterland* do que na época de Linhares: “Dir-se-ia que recuamos desta posição, porque é sempre recuar menosprezar o desenvolvimento dos possíveis recursos nacionais. A navegação a vapor e o telégrafo elétrico aproximaram-nos demais da Europa e distanciaram-nos do nosso próprio sertão”¹²². Um advérbio, esse “demais”, impensável para o Joaquim Nabuco do “O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação europeia”¹²³, mas perfeitamente consequente para um Oliveira Lima que compreende o travo do localismo e do litoralismo (se posso falar assim) para o ideal de uma potência territorial una e compacta. Para nosso autor, a vida litorânea era o desterro em todos os sentidos colonial, um viver literalmente de costas à própria terra, olhando-se para o mar e para a Europa, não para o *hinterland* e a grandeza nacional que dele poderia advir. Não surpreende que, discutindo em *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira* a expansão territorial

119. *Idem*, p. 781. Ver Luiz Feldman, “Trópico e Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda”.

120. Frederick Jackson Turner, *The Frontier in American History*, p. 30.

121. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. II, p. 1030.

122. *Idem*, p. 906.

123. Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, p. 42.

do país na fase colonial, frise a energia e a audácia “dos brasileiros” que abarcaram tantas terras para o Brasil¹²⁴.

Passando ao imperialismo sul-americano: este era a razão de ser de um todo territorial que, além de uno e compacto pela efetiva conquista de seu interior, fosse forte, poderoso e agressivo. Em Oliveira Lima, a decorrência lógica da transladação da capital era a expansão dos domínios americanos de Portugal. Um raciocínio do encarregado de negócios francês no Rio de Janeiro explicita como o cálculo internacional de D. João se alterara com a mudança de hemisfério: “O Príncipe Regente tendo a escolher entre ser ainda por muito tempo o primeiro poder da América Meridional ou voltar a ocupar um dos terceiros lugares na Europa, abraçará porventura o partido que lhe permita exercer em redor de si maior influência”¹²⁵. Se a tomada da Guiana francesa surge como uma compensação pela invasão francesa do Portugal peninsular, sem que se nutrissem muitas expectativas sobre sua futura conservação, a anexação do antigo território espanhol entre o Rio Grande do Sul e o rio da Prata, o atual Uruguai, é dada por Oliveira Lima como uma conquista que obedecia ao plano de mais longo prazo de fundar-se a hegemonia lusitana sobre os escombros do império espanhol na América:

A ocupação tinha, porém, por motivos verdadeiros facultar ao Brasil sua fronteira natural ao sul e tornar irremediável a desagregação espanhola em andamento. Uma vez consumada, tal desagregação reduziria a metrópole, privada de seus melhores recursos, a potência muito subalterna, e colocaria os desunidos e débeis fragmentos do império colonial rival à mercê da compacta e disciplinada expansão portuguesa no futuro¹²⁶.

Essa fronteira dita natural era a “ideia fixa” de Linhares¹²⁷, e nisto completa-se o seu protagonismo em *Dom João VI no Brasil*, pois emergirá como o responsável pelo “primeiro impulso com vista na fundação do poderio militar que devia servir de base à grandeza do Brasil”¹²⁸. Consumada a anexação pela surpreendente obstinação política de D. João – “Os homens pacatos têm suas veleidades belicosas”¹²⁹ –, Oliveira

124. Manoel de Oliveira Lima, *Formation historique de la nationalité brésilienne*, p. 76. Uma alternativa seria dizer, à antiga, “portugueses de São Paulo”.

125. Maler *apud* Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. II, p. 603.

126. *Idem*, pp. 597-598.

127. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. I, p. 317.

128. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. II, p. 908.

129. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. I, p. 284.

Lima falará em “feliz ensaio de imperialismo, que deu ao novo reino sua fronteira necessária”¹³⁰. A expedição militar que concretiza a tomada do que no Rio de chamava a Cisplatina é, para Oliveira Lima, “testemunho positivo do vigor militar natural ou artificialmente adquirido pelo reino americano”¹³¹. A própria expressão “Cisplatina”, observa, derivara-se da imitação de “Galia Cisalpina”, querendo-se com isso evocar a “expansão romana” e a imagem de um poderoso império terrestre¹³². É preciso observar, a propósito, que Oliveira Lima também encontrou em *O Brasil e as Colônias Portuguesas* esse linguajar expansionista para tratar do Uruguai¹³³, e, diferentemente da atitude que assumiu quanto à avaliação de Oliveira Martins sobre o significado do monarca, revelou alguma ambiguidade ao tocar no tema da margem esquerda do Prata como uma “fronteira natural” do Brasil (embora nunca cite Oliveira Martins a respeito). Ainda que repetisse essa linguagem em outros escritos¹³⁴, concedia que, ao fim e ao cabo, a perfeição “em teoria” dos “limites geográficos naturais” não sobrevivia aos obstáculos “na prática” impostos pelas “circunstâncias históricas”¹³⁵.

Mas o pressuposto territorialista que envolve essa discussão do imperialismo português em Oliveira Lima deve ser frisado. Note-se como, em *Dom João VI no Brasil*, o imperialismo inglês é definido como um empenho em “conquistar [...] a supremacia mercantil do globo”¹³⁶, ao passo que, como vimos, o português consiste em uma “aspiração de extensão territorial”. Ainda que, mais tarde, Oliveira Lima pretenda dizer que “a orientação americana de Dom João VI foi uma orientação econômica e não militar”¹³⁷, em *Dom João VI no Brasil* a riqueza aparece como um subproduto da expansão territorial, e não o contrário¹³⁸. A fixação de D. João VI e de Linhares com a posse e a aquisição territoriais,

130. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. II, p. 908.

131. *Idem*, p. 912.

132. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, Vol. I, p. 445.

133. Ver Joaquim Pedro de Oliveira Martins, *O Brasil e as Colônias Portuguesas*, pp. 86-92.

134. Ver Manoel de Oliveira Lima, “Prefácio”.

135. Manoel de Oliveira Lima, *Formation Historique de la Nationalité Brésilienne*, p. 84.

136. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. I, p. 375.

137. Manoel de Oliveira Lima, *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*, p. 13.

138. Ver Luiz Werneck Vianna, *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*, p. 55.

ressumando a uma origem profundamente ibérica¹³⁹, em contraste com os intuitos mais “práticos” (lembrando Morley) que moviam a expansão anglo-saxã, seduz, em alguma medida, o autor de *Dom João VI no Brasil*. A admiração de Oliveira Lima pelo desassombro de Linhares e pelo gênio político de D. João não deixa de transpirar, parafraseando Nabuco, certa obsessão profissional de historiador imbuído de diplomacia¹⁴⁰. Aqui, onde o entusiasmo do historiador se desprende por um momento dos resguardos do diplomata, Oliveira Lima não é, meramente, um defensor do comercialismo, mas um autor até certo ponto imbuído do ideal romano e elefântico de um poderoso imperialismo terrestre¹⁴¹ – um imperialismo cuja derrocada e inviabilidade explica-rá, com sagacidade, logo que recobre o veio crítico em sua biografia.

A essa altura podemos proceder aos problemas básicos do imperialismo conduzido pelo gabinete do Rio de Janeiro. O primeiro era a limitação que a integridade do território peninsular de Portugal impunha para a ação americana da monarquia. De imediato havia a vulnerabilidade de Portugal – isto é, do Brasil ligado a Portugal em um reino unido – à Inglaterra: “uma monarquia com o oceano de permeio entre as suas metades se achava virtualmente entregue à prepotência da Grã-Bretanha, a qual dominava suas comunicações”¹⁴². Oliveira Lima tem, a esse respeito, um axioma claríssimo e perfeitamente hobbesiano: “A nação protegida nunca poderia em questões internacionais diver-

139. *Idem*, pp. 44-46. Oliveira Lima, cujo *Pan-Americanismo* atualiza a discussão de Eduardo Prado em *A Ilusão Americana*, tem com este autor outra similaridade pouco observada, na forma de sua imaginação territorial do Brasil. Embora divergissem na avaliação política sobre a América hispânica, ambos confluíam ao atribuir ao Brasil certa insularidade geográfica. Em Oliveira Lima, isso resulta justamente do emprego do linguajar das fronteiras naturais: “O Brasil é historicamente um todo, mas não deixa de sê-lo geograficamente também. Suas regiões naturais, se não correspondem exatamente às criações políticas, harmonizam-se tanto que as cabeceiras do sistema fluvial amazônico vão quase entestar no interior recôndito com as do sistema fluvial platino, tendendo a fazer do Brasil uma enorme ilha-continente, que ainda foi pequena para a expansão da raça que a povoou e transbordou além dessas balizas-rios” (Manoel de Oliveira Lima, “Prefácio”, p. 11). E Eduardo Prado: “Dizem os geólogos que o Prata e o Amazonas foram em tempo dois longos mares interiores que se comunicavam. O Brasil, ilha imensa, era por si só um continente. As aluviões, os levantamentos do fundo daquele antigo Mediterrâneo soldaram o Brasil às vertentes orientais dos Andes. Esta junção é, porém, superficial; são propriamente suas e independentes as raízes profundas e as bases eternas do maciço brasileiro” (Eduardo Prado, *A Ilusão Americana*, pp. 10-11). Para uma recapitulação do chamado mito da ilha Brasil, de alguma forma presente nesses dois raciocínios, ver Jaime Cortesão, *História do Brasil nos Velhos Mapas*. Registro, adicionalmente, o fato de que tanto Cortesão quanto Oliveira Lima partiam da ideia de fronteiras naturais e chegavam à visão insular do Brasil, ainda que, para o português, isso se tivesse dado pela ação deliberada dos bandeirantes com vistas a corrigir a raia de Tordesilhas, enquanto, para o brasileiro, a movimentação paulista fosse toda inconsciente, só a partir de 1808 surgindo a intenção de “arredondar o império português” (Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. I, p. 311), da qual fala com aprovação.

140. Considerando-se que parte de *Dom João VI* no Brasil, e a parte mais relacionada a Linhares, foi pesquisada ou escrita no ostracismo carioca do autor durante a gestão Rio Branco, não parece de todo exagerado falar-se que, nesse período, Oliveira Lima de fato passava antes por historiador que por diplomata (ver Manoel de Oliveira Lima, *Pan-Americanismo: (Monroe-Bolívar-Roosevelt)*, p. 25).

141. Para a associação entre o imperialismo terrestre e o signo dos paquidermes, ver David Armitage, “The Elephant and the Whale: Empires of Land and Sea”.

142. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. II, p. 1024.

gir da protetora”¹⁴³. Isso se patenteia, de saída, no fato de que o grande imperialismo comercial contemplado em *Dom João VI no Brasil* é da própria Inglaterra, cujo apoio naval à trasladação da corte portuguesa em 1807 será pago com um tratado de comércio draconiano em 1810. Esse convênio, assinado sem sobressaltos por um anglófilo Linhares secretário dos negócios estrangeiros, significou, para Oliveira Lima, nada menos que a “transplantação do protetorado britânico”¹⁴⁴. De modo mais geral, o vínculo de obediência teria que malfadar o imperialismo sul-americano de Portugal, cujo objetivo último de engrandecimento político continental não poderia ser tolerado por uma Inglaterra decidida a obter total penetração comercial entre as novas nações latino-americanas¹⁴⁵. (Como vimos, nem sequer o Brasil independente, relativamente menos exposto que Portugal, poderia perseguir essa política de desequilíbrio sem inspirar a desconfiança de Londres).

Mesmo descontando-se por um instante a Inglaterra, o monarca estava fundamentalmente preso, por um conjunto de razões, ao território peninsular. Oliveira Lima explicita a premência desse vínculo transcrevendo um ponderado despacho do Duque de Richelieu, ministro do exterior francês, ao seu agente no Rio:

A corte do Brasil parece em demasia persuadida de que a sua política pode mudar completamente com o lugar da sua residência. Ela deveria refletir que continua presa à Europa pelos seus domínios territoriais, interesses, comércio e alianças de família; que não se fortalece buscando dotar de maior extensão ainda um novo reino ao qual faltam população, indústria e todas as artes geradas pela civilização¹⁴⁶.

A passagem calha de descrever bem a perspectiva de Palmela, conforme reconstruída por Oliveira Lima. Como principal negociador português no concerto europeu, representante no Congresso de Viena e depois embaixador em Londres, Palmela vislumbra a precariedade do imperialismo sul-americano e adotava uma atitude transacional em relação aos domínios americanos de Portugal, valorizando sempre a raiz ibérica da monarquia. Tome-se, por exemplo, o caso de dois territórios cuja restituição foi tratada no Congresso de Viena: a Guiana (anexada por Portugal) de volta para a França e a vila de Olivença (sob controle da

143. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. I, p. 474.

144. *Idem*, p. 383.

145. Ver Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. II, p. 628.

146. *Idem*, p. 692.

Espanha) de volta para Portugal. Se D. João preferia conservar a Guiana a recuperar Olivença, Palmela era da persuasão oposta, priorizando Olivença à Guiana. O diplomata não hesitaria, na verdade, em sugerir que Portugal entregasse todo o seu imenso território a norte do rio Amazonas à Espanha, em troca (dado que seu soberano insistisse tanto neste objetivo) do reconhecimento espanhol da posse portuguesa sobre a margem setentrional do Prata. Compartilhava a atitude segundo a qual “Terras do Brasil não eram o mesmo que as terras patrimoniais de Portugal: eram terras de índios, sem tradições e sem história, que tanto fazia atribuir a este ou aquele”¹⁴⁷. Para Palmela, com efeito, a política nem podia nem devia mudar completamente com a trasladação da residência da corte – como o mostraria a revolta provocada no Porto, em 1820, pelo “rancor acumulado na alma do velho reino”¹⁴⁸:

Palmela, fácil era de descobrir, olhava tanto ou mais para a situação de Portugal na Europa que na América, não querendo sacrificar a esta aquela, antes preferindo imolar à outra a segunda. Portugal era pequeno e tinha suas fronteiras seculares: Olivença devia inquestionavelmente voltar a pertencer-lhe. O Brasil era enorme e tinha umas fronteiras vagas: as compensações podiam estabelecer-se sem dificuldade, nada havendo que não possa a diplomacia alcançar¹⁴⁹.

Se a pressão inglesa e a concepção da centralidade peninsular eram fatores já de si poderosos o bastante para cercear a ação joanina na América, há um segundo problema essencial: a incapacidade portuguesa de sustentar a campanha militar a que se lançara no Prata. Aqui há dois elementos, a escassez ou má gestão de recursos e a inaptidão marcial do povo. A anexação da “Cisplatina” era em extremo dispendiosa, e, mesmo o governo do Rio de Janeiro fazendo frente aos gastos, Maler, o encarregado de negócios francês, previa que “os frutos que os agressores colherão serão amargos”¹⁵⁰. De fato, havia um problema de fundo com o recurso às armas, que já se anuncia quando Oliveira Lima ressalva que o vigor militar atingido no Prata o fora de modo “natural ou artificial”. Na redação completa dessa frase que citei há pouco, o autor fala no “testemunho positivo do vigor militar natural ou artificialmente adquirido pelo reino americano, e que com o Império se extenuou sem maiores

147. Manoel de Oliveira Lima, *O Movimento da Independência: 1821-1822*, p. 210.

148. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. II, p. 1113.

149. *Idem*, p. 701.

150. *Apud idem*, p. 769.

esforços”¹⁵¹. Oliveira Lima reconhece, desde o início de *Dom João VI no Brasil*, o “nenhum pendor brasileiro para as cousas militares”¹⁵², sendo generalizada a preferência pelas atividades mercantis às bélicas. A vida dos quartéis e acampamentos não falava “absolutamente à alma” da “gente da terra”¹⁵³. Com tal indisposição, as armas luso-brasileiras não poderiam fazer frente nem a hispano-americanos de “por natureza” mais inclinados à guerra nem, ainda menos, ao espírito do tempo na América do século XIX, que era de “particularismo extremo” e fragmentação territorial¹⁵⁴. Como Oliveira Lima explicará de forma sucinta em *Cousas Diplomáticas*, uma conjunção de derrotas diplomáticas e militares determinaria o naufrágio ulterior e inapelável do imperialismo ensaiado no período americano de D. João VI: “o Congresso de Viena e [a batalha de] Ituzaingó fizeram-nos volver aos primitivos limites. O nosso imperialismo passou a consistir mais modestamente a talvez mais praticamente em zelar nossa supremacia no Rio da Prata, situação que o grande progresso da República Argentina transformaria mais tarde em equilíbrio”¹⁵⁵. Note-se, nesse “praticamente”, o revés do territorialismo ibérico, paquidérmico e anacrônico à luz da primazia do utilitarismo inglês, e que no entanto deixa a fôrma em que o Brasil vazará sua política externa pelo próximo século.

AUTONOMIA E INTROVERSÃO

Em Oliveira Lima, a autonomia brasileira expressa-se melhor com D. João VI que com D. Pedro I. Este é rapidamente descartado, em *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*, por seu ingerencismo em Portugal na querela com D. Miguel: “O bom senso nacional, assumindo uma modalidade egoísta que tem de ser frequentemente a do bom senso, agastou-se com que o soberano que aclamara se metesse a contrariar a vontade manifesta da maioria da nação portuguesa de fazer subir ao trono o infante dom Miguel”¹⁵⁶. D. Pedro I reduz-se, também, por perder, “apesar de valente e rixoso, o que ganhara seu pai, apesar de conciliador e medroso”¹⁵⁷: a fronteira na margem setentrional do Prata. A atuação de D. Pedro I reforça não só o argumento

151. *Idem*, p. 692.

152. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. I, p. 129.

153. Manoel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, vol. II, p. 909.

154. Manoel de Oliveira Lima, *The Evolution of Brazil Compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*, pp. 103, 57.

155. Manoel de Oliveira Lima, *Cousas Diplomáticas*, pp. 21-22.

156. Manoel de Oliveira Lima, *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*, p. 10.

157. *Idem*, p. 11.

de Oliveira Lima sobre o Brasil não ter interesses na Europa como sua peculiar mensagem a propósito do centenário da independência: 1808, e não 1822, era a data crucial a comemorar-se em 1922. “Sob o governo esclarecido de D. João VI”, diz, “se organizou deveras a nova nacionalidade ultramarina, integrando-se a sua estrutura administrativa, que as circunstâncias geográficas e outras tinham dotado de autonomia, e assumindo sua vida política e social um sentimento de responsabilidade própria que até então lhe faltava”¹⁵⁸.

Era a velha constatação do Duque de Richelieu virada ao avesso: a mudança geográfica era, sim, uma mudança de política. O reino brasileiro remetia, ainda, à circunstância de dependência externa, enquanto o futuro império evocava a imagem da autarquia. Como registrei no começo: “O reino glorioso não podia deixar de continuar a ser um satélite da Inglaterra, sua garantia. O Brasil, porém, [...] teve que ajeitar sozinho seus destinos”. Para Oliveira Lima, a história diplomática do Brasil independente conta uma série de desmandos ingleses e de pretensões externas frustradas, em parte, pela oposição britânica, mas o que não registra é um protetorado de Londres sobre o Brasil. O país teve sua pequena margem de autonomia, que malbaratou insistindo na órbita ibérica de imperialismo externo traçada no reinado joanino e prolongada para além do Segundo Reinado. A *autonomia* só podia tornar-se realidade conjugada a um *isolamento*, superado esse imperialismo luso-brasileiro (e o flerte passageiro do autor com ele). O que a leitura da biografia de D. João VI deixa claro é que a mudança geográfica *radical* ainda não se processara. O efetivo enraizamento na terra, que era o abandono do desterro colonial em prol da conquista do *hinterland*, era a condição da verdadeira autonomia em política externa. *Dom João VI no Brasil* ilumina *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil* ao mostrar que, se o imperialismo externo do reinado americano de D. João legara ao país independente uma visão geopolítica que redundou em cem anos de maus resultados estratégicos, o expansionismo interno ensaiado por el-rei, nunca perseguido com igual afinco, ainda constituía a melhor orientação para a autonomia do país.

Vimos, no episódio da ilha da Trindade, o benefício que Oliveira Lima identificou no “espírito tradicionalista” da diplomacia, única base e ocasião em que o Brasil conseguiu contestar com êxito a Inglaterra em um século de relações bilaterais. A causa da justiça, ainda que ocasionalmente deturpada pelas conveniências (como ocorre, para o autor, na arbitragem da Guiana), era a lógica natural de uma potência de *status quo*. Era a

158. *Idem*, p. 5.

essa lógica – muito anterior à fixação de Linhares com limites ditos naturais, conquanto compatível com os seus planos de conquista do sertão – que a diplomacia brasileira faria bem de voltar. Sua perfeita expressão estava em Alexandre de Gusmão, em meados do século XVIII. A maior herança deixada pelo perspicaz negociador do Tratado de Madri era esta: “O *hinterland* imenso parecia-lhe mais vantajoso do que a faixa marginal do Prata”¹⁵⁹. Em “Um Século de Relações Internacionais (1825-1925)”, Oliveira Lima dirá ainda mais cabalmente: “Renunciando à sua fronteira natural no sul, o Brasil podia consolar-se com a grande expansão interior que devia à audácia dos seus bandeirantes e ao tino de Alexandre de Gusmão”¹⁶⁰. Sim, o sertão em 1908 parecia mais distante do que estivera em 1808 ou em 1818; mas só daí podia vir a potência que era a verdadeira base da diplomacia: “a melhor base da valia política continua a ser a grandeza econômica”¹⁶¹. Disso talvez pudesse surgir uma concepção em que a acumulação de capital precedia qualquer consideração de expansão territorial.

O certo é que a contraproducente busca do engrandecimento externo tinha uma alternativa: a introversão em busca da grandeza interna. O isolamento em seu próprio *hinterland* poderia simultaneamente afastar o Brasil da equivocada política externa de seu primeiro século e colocá-lo em uma rota verdadeiramente autônoma ditada por um tradicionalismo diplomático mais antigo, produtivo e condizente com a América. A solidariedade civilizadora com a Argentina, essa notável superação do legado de rivalidade peninsular entre Portugal e Espanha, teria que ser a decorrência mais importante desse novo ordenamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dom João VI no Brasil, Um Século nas Relações Internacionais do Brasil e “Um Século de Relações Internacionais (1825-1925)” compõem um abrangente painel de ascensão e queda do expansionismo luso-brasileiro na América do Sul. O imperialismo externo, ensaiado por D. João sob a orientação do Conde de Linhares, deixará uma orientação duradoura para a política externa brasileira oitocentista, mas terá cada vez menor vigor ao longo do primeiro século de vida independente do país, o que se evidencia rapidamente com a perda da margem esquerda do Prata com D. Pedro I. Oliveira Lima elenca os vínculos peninsulares, a oposição inglesa, a artificialidade do poderio militar e a tendência à

159. Manoel de Oliveira Lima, *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*, pp. 18-19.

160. Manoel de Oliveira Lima, “Um Século de Relações Internacionais (1825-1925)”, p. 9.

161. Manoel de Oliveira Lima, *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*, p. 109

fragmentação política como fatores que malfadam desde o início os desígnios hegemônicos portugueses. Soma a isso, no Império, o erro de cálculo que leva à Guerra do Paraguai e, com ela, ao resultado que desde 1808 se procurara evitar, o surgimento de uma potência nos antigos domínios do Vice-Reinado do Prata. Se, para o autor, o Brasil garante a não reabsorção do Uruguai e a integridade do Paraguai e da Bolívia, não consegue evitar que o Paraguai se tornasse o campo de uma perigosa competição geopolítica com a Argentina a partir de 1870. O opúsculo de 1924 e o pequeno capítulo escrito no ano seguinte fazem a crítica da visão de desequilíbrio de poder à base dessa disputa entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, ibérica pela origem, anglo-saxã pela variante imitativa e estrangeira pela órbita a que sujeita o Brasil.

Em vez dessa herança malfazeja, Oliveira Lima apregoa o retorno a um legado diplomático português mais antigo, clarividente e adaptável às singularidades de uma América mais propícia à justiça que à violência. Trata-se do reconhecimento do Brasil como uma potência territorialmente satisfeita, que devia ir buscar nas vastidões de seu opulento interior a grandeza nacional que gastara cem anos procurando, em vão, no estuário do Prata. Se Oliveira Lima não esteve de todo imune à miragem platina como historiador, falando com certo entusiasmo sobre o ensaio imperialista sul-americano em *Dom João VI no Brasil*, mais tarde afirmará com segurança a superioridade do legado diplomático de Alexandre de Gusmão – a virtude do *status quo* territorial – sobre o do Conde de Linhares – a fixação com os limites ditos naturais –, afinal mais uma forma de “honra sem proveito”. Mas era também em Linhares que nosso autor identificava o legado ainda aproveitável (e também o seu tanto elefântico) do reinado americano de D. João: o expansionismo interno. A “grandiosa conquista do *hinterland*”, falhada já no tempo brasileiro do monarca, seguia válida como programa um século depois, desde que levada a efeito por brasileiros comprometidos com a sua terra e não por portugueses aferrados ao litoral e infensos a conceber o Brasil como algo mais que um desterro colonial. A trasladação de 1808 devia imperiosamente completar-se, um século depois, pela plena tomada de posse do território, em uma radicalização (ou: um enraizamento) da mudança geográfica.

Só pela unificação do Brasil litorâneo com o sertanejo se poderia concretizar o velho ideal político, e não só comercial, de um “todo uno, compacto, forte e poderoso” – embora não mais agressivo – na América do Sul. Nesta, Oliveira Lima pleiteia, seguindo Nabuco, um equilíbrio de poder regional, inspirado na imaginação ou criatividade política e não erodido pelos remordimentos históricos. A América do Sul seguia sendo concebida, de resto, como o espaço elementar do país, mas um espaço

em que a linha hemisférica traçada por Canning e Monroe deixava de ter validade automática e requeria o assentimento meridional. Da introversão, que era isolamento tanto quanto era autonomia, adviria a verdadeira potência nacional, posta a salvo dos desmandos marítimos ou terrestres das grandes potências e a serviço da “solidariedade civilizadora” com a Argentina e, por decorrência, com todo o entorno regional do país. Daí surgirá o discurso do “autoimperialismo” brasileiro¹⁶², que para Getúlio Vargas consistia nisto: “o sentido legítimo do nosso imperialismo é crescer dentro de nós mesmos e levar as nossas fronteiras econômicas até ao limite das fronteiras políticas”¹⁶³. Caudalosa e pouco estudada, a obra de Oliveira Lima assenta o elo entre introversão territorial e autonomia externa, mas não sem legar-nos também o senso de observação que revela o avesso das coisas.

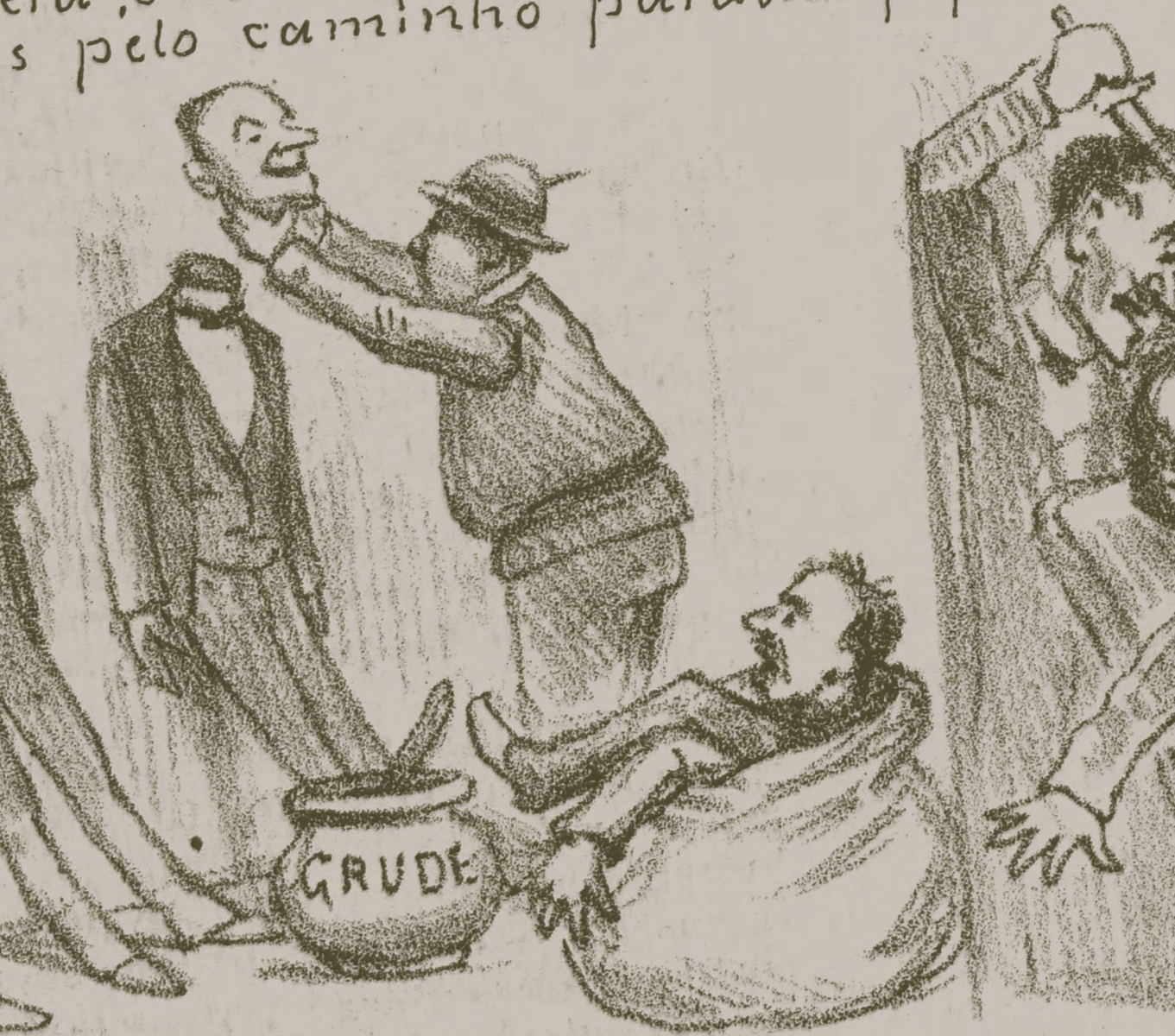
162. A expressão é de Benjamin Moser, *Autoimperialismo: Três Ensaios Sobre o Brasil*.

163. Getúlio Vargas, *A Nova Política do Brasil: No Limiar de uma Nova Era*, vol. VII, p. 143.

SOBRE O AUTOR

Luiz Feldman é diplomata de carreira e mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É autor dos livros *Clássico por Amadurecimento: Estudos sobre Raízes do Brasil* (Topbooks, 2016) e *Mar e Sertão: Ensaio Sobre o Espaço no Pensamento Brasileiro* (Topbooks, no prelo). As visões contidas neste artigo são expressas a título pessoal e não buscam representar aquelas do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. O autor agradece a Bruno Simões, Fernando Maia e Nathalia Heinrich pelas críticas e contribuições, isentando-os todavia de qualquer responsabilidade pelo conteúdo do trabalho.

Fim (oh, ironia!) e antes de chegarem ao
erá, então, o penoso trabalho de junta
s pelo caminho parallelipipedesc



ratará de concertar com
pericia os membros dos mem-
saneamento, os quaes depois
concertados.

C
r
o
o

I CAN NOW NEUTRALIZE THEIR POISON: *CASA-GRANDE & SENZALA* NOS ESTADOS UNIDOS E A (AUTO)CONSAGRAÇÃO DE GILBERTO FREYRE (1946-1956)¹

Fábio Franzini

O QUE DIZER DE NOVO SOBRE UM CLÁSSICO?

Clássicos, como diz Italo Calvino em uma de suas definições para o termo, “são aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes)”². No decorrer de seus quase noventa anos, tais marcas e tais traços nunca faltaram a *Casa-Grande & Senzala*. Logo que apareceu nas livrarias do país, na virada de 1933 para 1934, publicado pelos editores Maia e Schmidt, suas mais de trezentas páginas provocaram grande e imediato impacto, com praticamente todos os

1. Uma primeira e bem mais breve versão deste texto foi apresentada na mesa-redonda “Um Clássico Além-fronteiras: Sobre a Tradução e Recepção de *Casa-Grande & Senzala* no Exterior”, promovida e transmitida pela BBM-USP em 21 de outubro de 2020, contando também com as exposições de meus queridos amigos Giselle Martins Venancio (UFF) e Nelson Schapochnik (FEUSP). Agradeço a ambos pela generosidade da participação e pela rica troca de ideias, que muito me ajudou no desenvolvimento da análise e dos argumentos, assim como agradeço à leitura atenta e amorosa de Mayra de Andrade Medina, que me deu a certeza de que o artigo merecia ser publicado.

2. Italo Calvino, *Por Que Ler os Clássicos*, p. 11.

nomes importantes da crítica da época rendendo elogios à excelência do texto, das análises que apresentava e dos fundamentos, tanto teóricos quanto documentais, que a sustentavam. Reparos, é verdade, também não deixaram de ser feitos, como à linguagem empregada por Gilberto Freyre, que alguns viam como “pouco séria” para uma abordagem “científica”, ou à ausência, reclamada por outros, de um fio condutor claro, que apontasse para conclusões precisas sobre o assunto em tela; ainda assim, pode-se dizer que houve então unanimidade no reconhecimento do valor e da importância da obra³.

De modo preciso, um desses críticos, Yan de Almeida Prado, ainda em janeiro de 1934 escreveu que “críticas mais acerbas e menos since- ras ele [Freyre] irá sofrer da imprudência que cometeu entre nós, enveredando pelo terreno escorregadio e irritante para o cientista indígenuo quando se aplica métodos modernos à sociologia. Todas as nugas e falhas da revisão, feita na ausência do autor, serão catadas para puni-lo do crime de ter demonstrado tão peregrino talento. O livro de Gilberto Freyre parece-me que vai ser o último embate entre modernos e antigos, entre a velha e a nova geração”⁴. A mesma sensação decerto tiveram os membros da prestigiosa Sociedade Fellipe de Oliveira, que, um ano depois, deram a *Casa-Grande & Senzala* o prêmio de “livro do ano”, decisão por sua vez saudada por outro crítico, Saul Borges Carneiro, como a merecida glória de uma obra que não seria “somente o melhor livro de 1934. É o melhor livro de uma época”⁵.

Numa palavra, o sucesso de *Casa-Grande & Senzala* promoveu a descoberta de Gilberto Freyre e da novidade que sua análise representava frente aos estudos sobre o Brasil. “Novo” poderia ser seu adjetivo-síntese, já que tudo no livro trazia tal marca: os novos sujeitos históricos apresentados, isto é, o senhor de engenho, o escravo e o mundo à sua volta; o novo tratamento empreendido, centrado no âmbito privado das relações entre tais sujeitos, com a família como peça-chave e o binômio do título como expressão da vida social; a nova explicação oferecida, que, evocando os ensinamentos do antropólogo Franz Boas, diferenciava “raça” de “cultura” e enfatizava a positividade da miscigenação; as novas fontes empregadas, como livros do Santo Ofício, cartas dos jesuítas e outros documentos eclesiásticos, inventários e testamentos, livros de viagem, cadernos de modinhas, de receitas e de etiqueta, jornais, romances, memórias, depoimentos e biografias, até mesmo a iconografia; a nova prosa

3. Veja-se o conjunto de apreciações reunidas por Edson Nery da Fonseca em *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*.

4. Yan de Almeida Prado, “*Casa-Grande & Senzala*”, em Edson Nery da Fonseca, *op. cit.*, p. 55.

5. Saul Borges Carneiro, “Um Livro Premiado”, em Edson Nery da Fonseca, *op. cit.*, p. 159.

que organizava, articulava e expressava aquilo que a pesquisa e a análise alcançavam: uma prosa solta, fluente, vívida, intensa⁶.

A novidade fundamental, contudo, aquilo que constituía sua maior inovação e, talvez, fosse a principal razão para que impressionasse tanto, era dada pelo conjunto, que reunia todas essas características em uma única obra, manejadas por um único autor. Tal como acontecera décadas antes com *Os Sertões* (que, publicado em 1902, também se tornou um sucesso editorial instantâneo), o livro revelava uma força interpretativa surpreendente, a qual descortinava aos leitores aspectos até então pouco ou nada considerados acerca da formação da sociedade brasileira – e, por isso mesmo, passaria a ser comparado, com vantagens, à obra-prima de Euclides da Cunha⁷. Além disso, Freyre ainda prometia mais, pois, como dizia já quase ao final do prefácio de *Casa-Grande & Senzala*, “o propósito de condensar em um só volume todo o trabalho, não o consegui infelizmente realizar. O material esborrou, excedendo os limites razoáveis de um livro. Fica para um segundo o estudo de outros aspectos do assunto – que aliás admite desenvolvimento ainda maior”⁸.

Entre as décadas de 1930 e 1950, à medida que edições e edições do livro se sucediam, autor e obra consolidaram seu nome e lugar entre os intérpretes e as interpretações do Brasil. De certo modo, a consagração definitiva de ambos realiza-se, simbolicamente, com a publicação, em 1962, de outra obra: *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*, reunião de textos encomendados em 1958 para justamente comemorar os 25 anos de publicação de *Casa-Grande & Senzala*. De acordo com Guillermo Giucci e Enrique Rodríguez Larreta, este *Festschrift* imenso, de quase 600 páginas, “é um marco na história da recepção nacional de CG&S. Menos pelo valor das interpretações, de qualidade desigual e frequentemente dominadas por uma excessiva vontade de festejar o autor, que por finalmente converter CG&S em um clássico da cultura brasileira e por considerar o trabalho de Freyre em termos de ‘obra’”⁹.

6. A argumentação deste parágrafo e do seguinte sintetiza a análise por mim apresentada em *À Sombra das Palmeiras: A Coleção Documentos Brasileiros e as Transformações da Historiografia Nacional (1936-1959)*, pp. 132-140.

7. Sobre a relação entre o livro de Euclides da Cunha e o de Gilberto Freyre, veja-se o refinado trabalho de Fernando Nicolazzi, *Um Estilo de História: A Viagem, a Memória, o Ensaio: Sobre Casa-Grande & Senzala e a Representação do Passado*.

8. Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala: Edição Crítica*, p. 28. O segundo livro, como se sabe, apareceria em 1936, com o título *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. Por coincidência, sua publicação pela já respeitabilíssima Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional se deu no mesmo ano em que o editor Schmidt lançou a segunda edição de *Casa-Grande & Senzala*.

9. O subtítulo do livro é por si eloquente: *Ensaio Sobre o Autor de Casa-Grande & Senzala e a sua Influência na Moderna Cultura do Brasil, Comemorativos do 25º Aniversário da Publicação desse seu Livro*. Cf. Guillermo Giucci e Enrique Rodríguez Larreta, “Casa-Grande & Senzala. História da Recepção”, em Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala: Edição Crítica*, p. 936.

Por outro lado, naquele momento começavam também a emergir avaliações mais rigorosas, advindas de um meio que se constituiu e se afirmou no decorrer do mesmo período em que o livro tornou-se referência na e para a cultura brasileira – a Universidade, particularmente a Universidade de São Paulo. Tanto a chamada “escola paulista de Sociologia”, Florestan Fernandes à frente, quanto o trabalho de Dante Moreira Leite, *O Caráter Nacional Brasileiro* (tese de doutoramento defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1954 e publicada, completamente revista, em 1968) puseram em questão teoria e método e abriram, conforme Giucci e Rodríguez Larreta, uma interpretação da obra freyriana sob a chave da ideologia. Esta interpretação, ainda segundo os autores, encontra seu ápice na década de 1970, com a contraposição que Carlos Guilherme Mota, em *Ideologia da Cultura Brasileira* (originalmente também uma tese, defendida em 1975 e lançada em livro em 1977), estabelece entre *Casa-Grande & Senzala* e *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Junior, ambos publicados em 1933: para Mota, o primeiro representaria “a visão opressora de uma classe nordestina dominante em crise”; o segundo, “o mundo do marxismo liberador”¹⁰.

Se pode-se dizer que tal crítica era filha de seu tempo, há que se notar também que, fora dos textos, o próprio Gilberto Freyre a favoreceu muito. Já ao final do Estado Novo, em 1945, foi eleito deputado federal pela conservadora União Democrática Nacional (UDN). Na Câmara, tomou parte nos trabalhos da elaboração da nova Constituição, promulgada em 1946, integrou a Comissão de Educação e Cultura e teve como principal projeto a criação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, atualmente Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), que rapidamente se firmou como centro de pesquisa dos mais destacados do país e onde ele próprio passou a ministrar cursos e conferências. Sem conseguir a reeleição em 1950, não voltaria mais à política partidária, mas manteve-se muito próximo a ela, em particular após o golpe civil-militar de 1964¹¹. Embora tenha recusado diversos cargos no governo dos generais, como os de ministro da Educação e Cultura e de embaixador do Brasil na Unesco, foi um apoiador do regime e não se furtou a colaborar com instituições como o Conselho Federal de Cultura e a ARENA, posturas que traíam seu conservadorismo (para muitos, reacionarismo) político e acabaram por turvar a apreciação acadêmica de sua obra por um bom tempo¹².

10. *Idem*, p. 941; a análise completa sobre a abordagem ideológica da obra de Freyre compreende as páginas 939-943. Sobre a relação entre Gilberto Freyre e a USP, ver Joaquim Falcão e Rosa Maria Barboza de Araújo (orgs.), *O Imperador das Ideias*, Parte II: Gilberto Freyre e São Paulo.

11. Apenas para reforçar, já que vivemos tempos de negacionismo histórico: GOLPE.

12. Cf. o verbete que escrevi para o Dicionário de Historiadores Portugueses, na seção Historiadores Estrangeiros que Escreveram sobre Portugal: Fábio Franzini, “FREYRE, Gilberto de Mello (Recife, Brasil, 1900 – Recife, Brasil, 1987)”.

Esse tempo, *grosso modo*, perdura praticamente até fins da década de 1980, época também da morte de Freyre, ocorrida em 1987. A partir de então, os novos ares políticos e intelectuais – no caso da historiografia, a ênfase na cultura e o despontar da atenção à vida privada e à vida material – possibilitaram novas abordagens e aproximações tanto à obra freyriana quanto, especificamente, a *Casa-Grande & Senzala*¹³. A passagem do centenário de nascimento do autor, em 2000, potencializou a sua “reavaliação”, ou “redescoberta”, motivando, além de textos acadêmicos e artigos na imprensa, também seminários, ensaios biográficos e a importantíssima edição crítica de seu maior livro. Na síntese de Giucci e Rodríguez Larreta, método e teoria passam agora a segundo plano, assim como as questões políticas e ideológicas; o olhar desse momento, que é ainda atual, “concentra-se na orientação pública da reflexão e na dimensão ‘anamnésica’ do texto, registra o elemento criativo contido no paradoxo, a ambiguidade conceitual e a sugestão, examina a obra de Freyre como alternativa ao modelo ilustrado ocidental da racionalidade e do progresso e destaca a vitalidade da aproximação cultural ao tema da raça”¹⁴.

Hoje, sob a sombra de 52 edições (entre elas, uma alentada edição crítica, publicada em 2002 na prestigiosa Colección Archivos de la Literatura Latinoamericana y del Caribe del Siglo XX – ALLCA XX, com apoio da UNESCO, e a comemorativa do aniversário de 80 anos do livro) e incontáveis desdobramentos, apropriações e discussões acerca tanto de suas teses estruturantes quanto de temas que deixa em segundo plano, uma questão decerto óbvia se impõe a qualquer trabalho que pretenda tomar esta obra como objeto de análise: qual leitura nova, original, ainda é possível propor a *Casa-Grande & Senzala*?

UMA TRILHA A SER PERCORRIDA

A resposta que aqui se oferece parte de uma observação de Ricardo Benzaquen de Araújo acerca dos textos escritos por Fernand Braudel, Lucien Febvre, Antônio Sérgio e Frank Tannenbaum para apresentar livros de Gilberto Freyre a leitores europeus e norte-americanos – respectivamente, as traduções italiana e francesa de *Casa-Grande & Senzala*, a edição portuguesa de *O Mundo que o Português Criou* e a versão de *Sobrados e Mucambos* publicada nos Estados Unidos. Segundo Araújo, além de confirmarem “a excelente acolhida de sua obra nos círculos acadêmicos internacionais”, tais textos salientam “um aspecto sem dúvida relevante, mas

13. Livro emblemático de tais novas abordagens é o de Ricardo Benzaquen de Araújo, *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*.

14. Guillermo Giucci e Enrique Rodríguez Larreta, *op. cit.*, p. 943.

não muito evidente entre nós: o de que a própria qualidade da reflexão de Gilberto parece ter permitido que os seus livros fossem avaliados não só como uma interpretação da cultura brasileira, mas também, sobretudo no que se refere aos autores europeus, como uma espécie de espelho no qual outras sociedades poderiam ser visualizadas com maior nitidez”¹⁵.

Escrita por ocasião do centenário de Freyre, em 2000, a avaliação permanece válida, em especial se aplicada a seu livro maior, que encontrou muitos outros públicos e leituras fora do Brasil em sua trajetória editorial. Ampla no tempo e no espaço, a circulação de *Casa-Grande & Senzala* pelo mundo iniciou-se logo em 1942, com sua publicação na Argentina, e estende-se até o início do século XXI, período em que teve mais duas edições argentinas, quatro nos Estados Unidos, cinco na França, sete em Portugal, três na Alemanha, uma na Inglaterra, uma no Canadá, uma na Itália, uma na Venezuela, uma na Polônia, uma na Hungria e, por fim, uma na Romênia¹⁶. Além de indicador significativo do alcance da obra – aspecto que Gilberto Freyre nunca deixou de valorizar –, as edições estrangeiras, ao extrapolar os limites originais do texto, são expressivas da difusão internacional de uma interpretação singular do Brasil, permitindo que se pense nas formas pelas quais essa interpretação foi apreendida por novos interlocutores, como tradutores, prefaciadores, comentadores, e em suas possíveis conexões. Elas sugerem, assim, uma importante e rica agenda de pesquisa, aspecto apontado rapidamente pelo próprio Ricardo Benzaquen de Araújo e, de modo bem mais elaborado, por Guillermo Giucci e Enrique Rodríguez Larreta em seu balanço crítico acerca da recepção de *Casa-Grande & Senzala*:

Deve-se rastrear a geografia, a cronologia e a difusão das versões estrangeiras; saber como se traduzem nos diversos idiomas os conceitos fundamentais de CG&S: miscigenação, equilíbrio de contrários, economia patriarcal, senhor de engenho, cultura, casa-grande, família. Basta o exemplo do título. É mantido na edição espanhola, *Casa-grande y Senzala* (1943), mas o tradutor adverte que se conservam ambos os nomes porque é absolutamente impossível traduzi-los. O título *Casa-Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal* é mudado, na tradução de Samuel Putnam para o inglês, para *The Masters and The Slaves. A Study in The Development of Brazilian Civilization* (1946). Perde, assim, a dimensão espacial, transformando-se em

15. Ricardo Benzaquen de Araújo, “Apresentação de *Leituras de Gilberto Freyre*”, em *Zigue-Zague: Ensaios Reunidos* (1977-2016), p. 313.

16. Cf. “Apêndice 2 – Edições de *Casa-Grande & Senzala*”, em Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*. Edição Comemorativa 80 anos, pp. 682-684; Guillermo Giucci, Enrique Rodríguez Larreta e Edson Nery da Fonseca, “Obras do Autor”, em Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala: Edição Crítica*, pp. 1199-1200.

título hegeliano. Ocorre o mesmo com a edição francesa, com tradução de Roger Bastide e prefácio de Lucien Febvre, *Maitres et Esclaves. La Formation de la Société Brésilienne* (1952). A edição italiana, com introdução de Fernand Braudel, chama-se *Padroni e Schiavi*. O subtítulo, em contrapartida, é literal: *La Formazione della Famiglia Brasiliana in Regime di Economia Patriarcale* (1965). A edição alemã tem o título mais híbrido, *Herrenhaus und Sklavenhütte. Ein Bild der Brasilianischen Gesellschaft* (1955). A história da recepção implica, em acréscimo, outras dimensões do texto. Redes de leitores, elaboração de um paratexto, monumentalização da obra, exclusões e inclusões. [...] ¹⁷

Lidar com as edições estrangeiras de *Casa-Grande & Senzala*, portanto, significa deparar-se com amplas perspectivas de investigação, uma vez que tanto a geografia e a cronologia da difusão internacional quanto o estabelecimento e a publicação do texto em um idioma diferente do original – dimensões antes complementares que autônomas – incidem direta e decisivamente sobre as formas de sua compreensão e interpretação. Trata-se também de uma trilha ainda a percorrer, pois, no quadro geral dos estudos sobre o livro e o autor, há proporcionalmente poucos estudos que por ela enveredaram, embora todos de grande importância e significado ¹⁸; mesmo a cuidadosa história da recepção da obra traçada por Giucci e Rodríguez Larreta dedica maior atenção ao contexto francês que a outros, apenas esboçando um panorama global das edições e as questões nele implicadas ¹⁹. Do eixo que liga Recife, onde o livro foi escrito, ao Rio de Janeiro, onde foi publicado, e depois para o mundo, diversos foram os caminhos, e neles muito há a explorar.

A Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – BBM-USP, como seria de se esperar, é um lugar privilegiado para reconstituir e transitar por esses caminhos. Em meio a mais de 400 registros relacionados a Gilberto Freyre, seu acervo abriga um número considerável e destacado de publicações estrangeiras de *Casa-Grande & Senzala*: três edições argentinas (duas de 1942, lançadas por editoras diferentes, e uma de 1943), duas francesas (a primeira, de 1952, e a segunda, de 1974), uma norte-americana (a segunda,

17. Guillermo Giucci e Enrique Rodríguez Larreta, *op. cit.*, p. 928-929.

18. Cf. Cibele Barbosa, “Casa-Grande & Senzala. A Questão Racial e o ‘Colonialismo Esclarecido’ na França do Pós-Segunda Guerra Mundial”; Anderson Bertoldi, “Traduzindo o Intraduzível: A Tradução de Casa-Grande & Senzala em Italiano”; Nicoletta Cherobin, “(La) Casa Grande e (la) Senzala Brasileira Tradotta in Italiano: Analisi Paratestuale di Padroni e Schiavi”; Nicoletta Cherobin, “Casa-Grande & Senzala, de Gilberto Freyre, na Itália: Exemplos de Escolhas Tradutórias Extraídos da Análise Paratextual”; Jacques Leenhardt, “A Consagração na França de um Pensamento Heterodoxo”; Ian Merkel, “Brazilian Race Relations, French Social Scientists, and African Decolonization: A Transatlantic History of the Idea of Miscegenation”; Thiago Lima Nicodemo, “O ‘Modernismo de Estado’ e a Política Cultural Brasileira na Década de 1940: Candido Portinari e Gilberto Freyre nos EUA”; Giselle Martins Venancio e André Furtado, *Mestiça Cientificidade: Três Leitores Franceses de Gilberto Freyre e a sua Máxima Consagração no Exterior*.

19. Guillermo Giucci e Enrique Rodríguez Larreta, *op. cit.*, p. 946-951.

de 1956), uma portuguesa (sem data), uma alemã (a primeira, de 1965), a venezuelana (1977) e a polonesa (1985). Tanto o conjunto quanto cada um desses volumes, em si, oferecem múltiplas possibilidades de análise, seja pelo viés de seu projeto e materialidade editoriais, seja pelo viés da circulação transnacional de ideias, seja ainda por combinações de ambas as perspectivas; o clássico, assim, pode ser ressignificado em vários campos, da história do livro e da edição aos estudos de tradução e recepção, da história da historiografia à história intelectual, fazendo valer outra das definições de Italo Calvino – talvez a mais forte delas: um clássico é aquele livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer²⁰.

DE CASA-GRANDE & SENZALA A THE MASTERS AND THE SLAVES

Entre tantas sendas já abertas e outras por abrir, a que aqui se segue toma como objeto o exemplar Mindlin da segunda edição norte-americana de *Casa-Grande & Senzala*, intitulada, como citado por Giucci e Rodríguez Larreta, *The Masters and The Slaves. A Study in The Development of Brazilian Civilization*. Publicada pelo prestigioso editor Alfred A. Knopf, essa tradução deve muito, de acordo com Thiago Lima Nicodemo, à política de aproximação cultural e intelectual entre Estados Unidos e Brasil que começa a tomar forma na década de 1930, bem como, em particular, à presença do próprio Freyre nas Universidades de Harvard e Indiana como Professor visitante entre 1943 e 1944. Tendo o historiador Lewis Hanke como elo a aproximá-los e contando com o apoio da Columbia University, da Hispanic Foundation da Biblioteca do Congresso (hoje, Hispanic Division) e do Departamento de Estado norte-americanos, Knopf negociou diretamente com Freyre os direitos de publicação de seu principal livro, lançando-o em inglês logo em 1946²¹.

Como aponta Pierre Bourdieu, a transferência de uma obra de seu campo nacional para outro, estrangeiro, ocorre por meio de uma série de operações sociais, entre as quais a própria tradução: potencialmente, o nome e o trabalho do tradutor conferem ao texto uma marca

20. Italo Calvino, *op. cit.*, p. 11.

21. Cabe notar que, a despeito da agilidade da tradução, *The Masters and The Slaves* não foi o primeiro livro de Gilberto Freyre publicado nos Estados Unidos: um ano antes, Alfred Knopf lançara seu *Brazil: An Interpretation*, livro que reunia as conferências apresentadas em Indiana, em 1944. Cf. Thiago Lima Nicodemo, *op. cit.*, p. 341. Ainda de acordo com Nicodemo, “a tradução de Casa-Grande & Senzala ao inglês tem um papel central no contexto de aproximação entre intelectuais brasileiros e norte-americanos porque marca um momento em que Lewis Hanke e a Library of Congress atuam como vetores do Departamento de Estado norte-americano” – contexto no qual Knopf desempenhou papel ativo como publisher de obras brasileiras, “responsável pelo lançamento, em primeira mão [nos Estados Unidos], de autores como Machado de Assis, Gilberto Freyre, Jorge Amado e Guimarães Rosa, dentre outros”. *Idem*, p. 328 e p. 322. Ver também Nicoletta Cherobin, “(La) Casa Grande e (la) Senzala Brasileira Tradotta in Italiano”, pp. 187-192. O livro *Brazil: An Interpretation*, por sua vez, seguiu o caminho inverso, sendo traduzido e publicado no Brasil em 1947 pela Livraria José Olympio Editora, selo que era a “casa” de Freyre desde 1936.

distintiva, chancelando assim o seu “valor” junto a um novo público, de leitores que desconhecem seu significado original²². No caso de *The Masters and The Slaves*, tal movimento não poderia ser mais evidente, uma vez que a tradução ficou a cargo de Samuel Putnam, profundo conhecedor da literatura brasileira – sobre a qual escrevia no *Handbook of Latin American Studies*, publicação organizada desde 1936 sob a coordenação do mencionado Lewis Hanke – que então já vertera para o inglês *Terras do Sem Fim*, de Jorge Amado (*Violent Land*, publicada em 1945), e *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (*Rebellion in The Backlands*, 1944), outra obra tão única, como visto, quanto *Casa-Grande & Senza-la*²³. Putnam, de fato, se esmerou tanto como mediador quanto como intérprete do livro, dialogando com ele e com seus leitores por meio de notas de rodapé não apenas voltadas a questões linguísticas, em especial a termos afro-brasileiros “intraduzíveis”, mas também a aspectos da cultura brasileira, à biografia de personagens e autores citados, à explicação de eventos da história do Brasil e de Portugal, não raro oferecendo esclarecimentos que iam muito além da contextualização²⁴. Mesmo as polêmicas em que Gilberto Freyre se envolveu por conta de sua perspectiva teórica não escaparam ao seu olhar minucioso, como se vê na nota 78 do Capítulo IV, “The Negro Slave in The Sexual and Family Life of The Brazilian”:

Apropos of the controversy between Freyre and the well-known anthropologist Arthur Ramos on the one hand and [Oliveira] Vianna on the other over the question of racial superiority or inferiority, Donald Pierson remarks: “An interesting fact in this connection, indicating the purely academic character of this question as conceived in Brazil, is that Vianna is himself a mixed-blood; while both Ramos and Freyre are white” [...]²⁵.

22. Cf. Pierre Bourdieu, “Les conditions sociales de la circulation internationale des idées”, pp. 4-5.

23. Cf. Thiago Lima Nicodemo, *op. cit.*, p. 328; Nicoletta Cherobin, *op. cit.*, p. 193. Como Nicodemo e Cherobin também mostram nas passagens citadas, em 1947 o trabalho de Putnam com a literatura nacional seria reconhecido tanto pelo governo brasileiro, que lhe oferece o Prêmio Pandiá Calógeras, quanto pela Academia Brasileira de Letras, para a qual entra como Sócio Correspondente; no ano seguinte, lança seu livro *Marvelous Journey: A Survey of Four Centuries of Brazilian Writing*.

24. Para ilustrar esse cuidado do tradutor com apenas um exemplo, quando Freyre, no capítulo III (“*The Portuguese Colonizer: Antecedents and Predispositions*”), aborda “as circunstâncias históricas que moldaram os judeus” ao falar de sua presença em Portugal, Putnam insere a seguinte nota: “In connection with Freyre’s discussion of the Jews in Portugal, the reader should bear in mind that what he is striving for, here as elsewhere throughout his work, is the rigorous objectivity of the social scientist. One may recall, for example, the harsh things he has already had to say about the Portuguese and the Jesuit. Historical circumstance happened to identify the Portuguese Jew with mercantilism and ‘plutocracy’ in this era, and at times cast him in the role of the oppressor, or seeming oppressor, the ally of the powerful against the ‘little people’; but to assume from this that the author regards such attributes as permanent racial ones is to contradict the very method of historical determinism that he professes and so consistently endeavors to practice. It may also to be recalled that Karl Marx, himself a Jew, had equally harsh, if not harsher, things to say on this subject”. Gilberto Freyre, *The Masters and The Slaves*, p. 230, nota 105 (nota do tradutor).

25. *Idem*, p. 306, nota 78 (nota do tradutor).

A dimensão e o rigor do trabalho de Putnam ficam evidentes também em três outros espaços do livro: logo no início, em seus agradecimentos (“Translator’s Acknowledgements”), dedicados aos vários interlocutores que “foram muito gentis em relação à pesquisa ou em ajudar a esclarecer pontos obscuros do texto”, como Lewis Hanke e Erico Verissimo²⁶; em meio às citadas notas de rodapé, nas quais não raro aparecem menções a seu diálogo direto com Gilberto Freyre; e, por fim, no amplo glossário ao final do volume, intitulado “Glossary of Brazilian, Portuguese, American Indian, and African Negro Expressions, Including Botanical and Zoological Terms”, tão minuciosamente elaborado que viria a servir de base para os que apareceriam na edição francesa e na edição italiana²⁷. Não parece ser exagero, assim, dizer que a erudição do tradutor produziu uma verdadeira edição crítica a partir da quarta edição brasileira, chamada “definitiva” pelo autor e publicada em 1943 pela Livraria José Olympio Editora em sua Coleção Documentos Brasileiros (que, aliás, tivera como primeiro diretor o próprio Gilberto Freyre)²⁸.

Não por acaso, isso não deixou de ser notado por vários dos resenhistas que comentaram o livro em diferentes periódicos acadêmicos norte-americanos – e, significativamente, de diversas áreas – logo após o seu aparecimento; entre eles, o mais preciso talvez tenha sido o antropólogo John Gillin, Professor da University of North Carolina, em seu texto para a revista *Social Forces* publicado no início de 1947:

At last Freyre’s now classic work on Brazilian social history, *Casa Grande e Senzala*, has been rendered into English and made available to those who do not read Portuguese. This is a noteworthy event for all students of the

26. “For invaluable assistance in connection with Brazilianisms I am indebted to Mr. Arthur Coelho of New York City. I must also express my obligation to Dr. Lewis Hanke, head of the Hispanic Foundation of the Library of Congress; to Dr. Robert C. Smith of Sweet Briar College, Virginia; to Dr. Paul Russell, Associate Botanist, the United States Department of Agriculture, Washington, D.C.; to Miss Sylvia Leão of the Pan American School, Richmond, Virginia; to Dr. Bernhard J. Stern of Columbia University; to Senhor Erico Verissimo, novelist and historian of Brazilian literature; to Dr. Aluísio Napoleão, Brazilian cultural attaché, Washington, D.C.; to Professor D. Vittorini of the Romance Languages Department of the University of Pennsylvania; to Mr. J. Gordon Leahy of New York City; to Mr. Albert Mordell of Philadelphia, and to my son, Mr. Hilary Whitehall Putnam. All of those individuals have been most kind in connection with the labor of research or in helping to clear up obscure points in the text”. S. P., “Translator’s Acknowledgements”, em Gilberto Freyre, *The Masters and The Slaves*, p. lxxi.

27. Cf. Nicoletta Cherobin, *op. cit.*, p. 196. É forçoso notar que no capítulo 2 de sua tese a autora trata das traduções de Casa-Grande & Senzala na Argentina, nos Estados Unidos e na França, analisando alguns de seus paratextos sob o prisma dos Estudos da Tradução; trata-se, assim, de um trabalho essencial para o estudo da circulação do livro de Gilberto Freyre pelo mundo.

28. Como nota Edson Nery da Fonseca (*op. cit.*, p. 26), “o contrato de edição dava a Augusto Frederico Schmidt um direito patrimonial de dez anos. Interessada em publicá-la, a Livraria José Olympio Editora teve de esperar o fim desse prazo para lançar a quarta edição, que apareceu exatamente no ano de 1943, em dois volumes – 36 e 36A – da Coleção Documentos Brasileiros, então dirigida por Octavio Tarquínio de Sousa. Esta edição foi classificada como *definitiva* porque, a partir dela, o cânone – como se diz em ecdótica – se manteria intacto. As notas de pé-de-página foram transferidas para o fim de cada capítulo e a bibliografia – já então corretamente dividida em fontes e material subsidiário – para as páginas pós-textuais”. Ver também Fábio Franzini, *op. cit.*, p. 181-ss.

social and cultural sciences, as well as for those primarily interested in Latin America and its culture. Although to most of the latter, the work is familiar in one or other of its four editions in Portuguese, the translator of the present edition has not only done the work into smooth and excellent English, but he has also carefully annotated all points not familiar to experts in Brazilian culture and literature. He has also added considerably bibliography and has provided a glossary of Brazilian terms. Thus the present book is enlarged and improved over the previous edition²⁹.

As resenhas, contudo, foram muito além da excelência da tradução que evidenciava e sobrevalorizava a qualidade do original. Nesta outra operação social fundamental à “circulação internacional de ideias”, como diz Bourdieu, os pares intelectuais de Gilberto Freyre que dedicaram-se a esquadrihar *The Masters and The Slaves* deram, de modo geral, destaque ainda maior a dois outros aspectos, um *interno* e outro *externo* à obra. O “interno” era a solidez do conhecimento do autor, cujo domínio das fontes da história do Brasil era, segundo a historiadora Bailey W. Diffie, “tremendo”, ao qual combinava uma familiaridade com a literatura sociológica e antropológica produzida na Europa e nos Estados Unidos “que deixava a resenhista francamente com inveja”³⁰. O “externo”, por sua vez, era seu alcance interpretativo, que, a despeito de seu recorte geográfico, extrapolava os limites de Pernambuco, do norte da América portuguesa e mesmo do Brasil; nas palavras de um não-identificado J. da Silva, o “trabalho monumental” de Freyre acentuava as semelhanças entre a formação da sociedade brasileira e da norte-americana e permitia ver o continente todo pelo prisma da escravidão:

[...] Freyre’s knowledge of the South in the United States gives the book a roundness of approach usually completely lacking in North American works on the Negro issue. Freyre realizes that the ‘Negro problem’, as well as its origins, slavery, imperialism, monoculture, and latifundium have blighted the major part of the western hemisphere, an area stretching from Mason and Dixon’s line to the frontier of Uruguay. He recognizes these institutions which make Alabama the same as Pernambuco and Cuba. The Brazilian Casa Grande is the same as Mount Vernon or any North American plantation

29. John Gillin, “*The Masters and The Slaves*”, em *Social Forces*, 1947, p. 356-57.

30. Bailey W. Diffie, “*The Masters and The Slaves [Casa-Grande & Senzala]*”, em *The Hispanic American Historical Review*, 1946, p. 497-98. O trecho completo, no original, diz: “*Casa-grande & senzala* is the most thorough and inspiring sociological study ever published about Brazil. Little is left to be said; and what Freyre says he expresses well. His knowledge of the sources of Brazilian history is tremendous; and with it he combines an acquaintance with the sociological and anthropological literature of Europe and the United States that makes this reviewer frankly envious. Whether it is information, or the source of information, about Brazil that the reader is seeking, Freyre is indispensable”.

house; even the cuisine of the Carolinas and New Orleans and Bahia is the same African cooking. The whole warped and cruel mentality of slave-owners and their descendants- the sadism, lynchings, rapings, floggings, the ‘honor’ cult, the ‘southern belle’ cult-the whole complex of the feudal mentality is the same whether in Rio de Janeiro or in Atlanta. Freyre takes a rather acid pleasure in pointing out that the Catholic, part Indian, part Portuguese-Jewish slave-owner of Brazil has exactly the same attitudes as the Protestant, white slave-owner of Mississippi. This hemispheric approach to the problem of slavery and its effects makes the book invaluable³¹.

Décadas mais tarde, numa visada em perspectiva, David Maybury-Lewis apontaria que *The Masters and The Slaves* foi “recebido com entusiasmo” nos Estados Unidos graças à sua capacidade de “contar a um público incomodado algo que ele queria ouvir”. Segundo o antropólogo, a tradução apareceu pouco depois da publicação de *An American Dilemma: The Negro Problem and The Modern Democracy* (1944), o bombástico livro de Gunnar Myrdal que analisava “como os Estados Unidos, que haviam assumido um papel de liderança na guerra contra o racismo e o totalitarismo na Europa, ainda toleravam o racismo institucionalizado em casa, algo que menosprezava os ideais pelos quais haviam lutado e minava suas pretensões democráticas”; naquele momento, em pleno rescaldo da Segunda Guerra Mundial e em meio às traumáticas revelações sobre o Holocausto, o tratamento dos negros no país era “anômalo ao extremo” – e o livro de Gilberto Freyre, por contraste, mostrava que “as coisas não precisavam ser assim”: como disse à época o historiador Manuel Cardozo, curador da Oliveira Lima Library, em Washington, sua abordagem ensinava “uma importante lição” a todos os norte-americanos, a da “tolerância racial e cultural”³².

DO PARTICULAR AO UNIVERSAL, DO LIVRO AO AUTOR

Se é possível dizer, portanto, que a publicação de *The Masters and The Slaves* foi um empreendimento muito bem-sucedido de Alfred Knopf, sua segunda edição, em 1956, possibilitou a Gilberto Freyre um novo movimento, o de “retomada do controle” sobre a obra diante do novo público que encontrava. Àquela altura, *Casa-Grande & Senzala* já chegara à sua oitava edição no Brasil, êxito acompanhado muito de perto por Freyre, que em momento algum no decorrer de mais de vinte anos deixa de se

31. J. Da Silva, “*The Masters and The Slaves*”, em *Science & Society*, 1947, p. 203. Infelizmente, não consegui identificar este autor; a resenha apenas indica, ao final, “New York City”.

32. Cf. David H. P. Maybury-Lewis, “Introduction to the Paperback Edition”, *The Masters and The Slaves*, pp. LXXXVI – LXXXVII.

impor aos leitores e, sobretudo, aos críticos. “Guardião de sua precoce obra-prima”³³, como bem o caracterizaram Giucci e Rodríguez Larreta, ele soube usar habilmente o espaço dos prefácios para responder às objeções que lhe eram dirigidas momento a momento e reiterar suas ideias-força. Escrevendo um texto novo para cada reedição, da segunda (1936) à sexta (1949), ao mesmo tempo em que mantinha junto a eles, sempre, o seminal “Prefácio à primeira edição” (verdadeiro “texto fundador” do livro), Freyre imprimia a *Casa-Grande & Senzala* o tom de um livro vivo e, ao menos pretensamente, único na vida intelectual brasileira³⁴ – tal como ele mesmo, o autor, seria³⁵.

Pois foi dessa mesma estratégia que Gilberto Freyre lançou mão no relançamento de *The Masters and The Slaves*. Em 1946, o livro trazia entre seus paratextos os prefácios da primeira à quarta edição brasileiras, mais um novo, escrito especificamente para a tradução – o “Preface to the English-Language Edition of *The Masters and The Slaves*”, que abria o volume. Dez anos depois, sua intervenção sobre a nova edição é incisiva: como ele próprio explica logo no primeiro parágrafo do “Preface to the Second English-Language Edition”, “em vez de preservar aqui todos os prefácios escritos para as várias edições de *Casa-Grande & Senzala* em português, decidi manter apenas o prefácio escrito especialmente para a primeira edição em inglês e fundir os outros neste único prefácio sintético”³⁶. A tarefa, contudo, nada teve de automática, muito pelo contrário:

33. Guillermo Giucci, Enrique Rodríguez Larreta e Edson Nery da Fonseca, “Notas sobre a presente edição”, em Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala: Edição Crítica*, p. XXV.

34. Sobre as formas, funções e usos dos prefácios, cf. Gérard Genette, *Umbrales*, capítulos “La instancia prefacial” e “Las funciones del prefacio original”. Especificamente sobre os movimentos de Freyre nos prefácios de *Casa-Grande & Senzala*, cf. Gustavo Sorá, “A construção sociológica de uma posição regionalista: reflexões sobre a edição e recepção de *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre”; Ria Lemaire, “Herói literário e historiador: caminhos cruzados nos prefácios de Casa-Grande & Senzala”; e Fábio Franzini, “Modos de autor e manhas da crítica: o jogo dos prefácios em *Casa-Grande & Senzala*”. Cabe notar também que a escrita frenética de prefácios por Freyre (que levou Guillermo Giucci e Enrique Rodríguez Larreta a caracterizá-lo como um “prefaciomaníaco”) não se direcionava a seus próprios livros apenas: de acordo com Edson Nery da Fonseca, citado por Gustavo Sorá no artigo supra, “Gilberto Freyre era, em 1958, o ‘escritor’ que, depois do espanhol Gregorio Marañón (219), mais prefácios escreveu no mundo: 150. De longe o seguiriam Paul Valéry (50), André Gide (47) e J. L. Borges (38)”.

35. Em um breve e estimulante ensaio intitulado “Deuses em miniatura: notas sobre genialidade e melancolia em Gilberto Freyre”, publicado em seu já citado livro *Zigue-Zague*, Ricardo Benzaquen de Araújo explora a “aparente inclinação” de Freyre “a se apresentar como se fosse um gênio”, manifestada “sobretudo nos inúmeros prefácios que escreveu ao longo da vida para as suas principais publicações”. Não há como aprofundar este tema aqui, mas é interessante notar como mesmo nos Estados Unidos a suposta “genialidade” do autor foi objeto de destaque em várias das resenhas sobre *The Masters and The Slaves*: Vera Kelsey, por exemplo, diz que “what gives this book distinction is not its theme, but Gilberto Freyre”, enquanto Bailey Diffie vai bem mais longe ao narrar que “twenty-odd years ago a young Brazilian, profoundly disturbed by the belief that miscegenation might explain many of the deficiencies in his own nation, became a student in Columbia University. There he came under the influence of Franz Boas and learned that economic and social conditions, rather than ‘race’, might explain the backwardness of some Brazilians. The young man was Gilberto Freyre; and the new knowledge came to him with the force of a revelation”.

36. “Rather than preserve here all the prefaces written for the several Portuguese editions of *Casa-Grande & Senzala*, I have decided to keep only the Preface written especially for the First English-Language Edition, and to fuse the others into this single synthetic Preface” (Gilberto Freyre, *The Masters and The Slaves*, p. xvii).

Accomplishing this was not easy. Prefaces for new editions, now as always being written by the calendar, I faced a problem of time. Also, there was something journalistic about the Portuguese Prefaces which makes them valuable only in relation to their dates. Nevertheless, some of tentative ideas set forth in a preface may have both a chronological time-value and a psychological value in relation to a book that does not die in its first, second, or third edition. Such ideas and their possible psychological time-values are the ones I have included in this synthetic Preface. In doing this I have tried to fuse the several Portuguese Prefaces in the light of Dr. Johnson's generalization: "In contemplation we easily contract the time of real actions, and therefore willingly permit it to be contracted when we only see their imitation"³⁷.

A consciência e o pleno domínio do significado de um prefácio demonstrados por Freyre ajudam muito a entender o contraste entre os dois que aparecem em 1956. No caso daquele escrito para a primeira edição, são apenas sete páginas, nas quais ele busca apresentar o livro para os leitores de outro contexto sociocultural, começando pela habitual explicação de que tratava-se do primeiro ensaio de uma série voltada "ao estudo da formação e desintegração da sociedade patriarcal no Brasil, uma sociedade que cresceu ao redor dos primeiros engenhos ou fazendas de açúcar criadas pelos europeus no século XVI", cujo desenvolvimento e afirmação ao longo dos séculos seguintes deixaram marcas ainda vivas no presente. Ao final, para que não houvesse equívoco quanto às suas intenções, faz questão de esclarecer que seu título original não dizia respeito à "história da arquitetura doméstica no Brasil patriarcal", entremeada por "comentários adicionais de natureza sociológica"; como o público brasileiro já bem sabia, "as duas expressões que compõem o título – a portuguesa *casa-grande* e a africana *senzala* – têm aqui uma intenção simbólica, com o propósito de indicar o antagonismo cultural e a distância social entre senhores e escravos, brancos e negros, europeus e africanos, tal como marcado pela morada de cada grupo no Brasil, do século XVI até o século XIX"³⁸.

O fio que liga as duas pontas do texto, contudo, é bastante peculiar. Ainda em seu primeiro parágrafo, Freyre afirma com todas as letras que a sociedade patriarcal brasileira se desenvolvera por meio de um sistema

37. Gilberto Freyre, "Preface to The Second English-Language Edition of *The Masters and The Slaves*", em *The Masters and The Slaves*, p. xviii. A citação feita por Freyre é da introdução de Samuel Johnson à sua famosa edição comentada das obras de Shakespeare, de 1765.

38. Gilberto Freyre, "Preface to The First English-Language Edition of *The Masters and The Slaves*", em *The Masters and The Slaves*, p. xi e p. xvi, respectivamente.

socioeconômico que “representava, de certa forma, um ressurgimento do feudalismo europeu nos trópicos americanos”³⁹. O argumento, em si, não deixa de encontrar algum eco no livro, como na referência às “condições francamente feudais” criadas pela combinação entre capitânicas hereditárias e a grande lavoura e na menção ao “direito de senhores feudais” daqueles que tinham os “privilégios de mando e de jurisdição sobre terras enormes”⁴⁰; já a ênfase e a centralidade que assumem no prefácio, essas são inéditas: as expressões *feudal system*, *feudal economic system*, *system of feudal organization*, *feudal families* e as mais elaboradas *tropical feudalism of Brazil*, *feudal system in the tropics* e *Brazilian feudalism* se sucedem e se alternam praticamente a cada parágrafo, explicando e fundamentando o processo histórico que Freyre examinaria nas páginas seguintes. Em síntese, o “feudalismo tropical do Brasil” era uma “experiência sociologicamente amadurecida” por três séculos, que “condicionou a expressão da vida e da cultura e as relações do homem com a natureza nesta parte das Américas até o presente”. E até o presente mesmo, como demonstrava o “grande esforço” que os defensores de Getúlio Vargas – o “ditador” de “uma ditadura a um só tempo para-fascista em sua ideologia e brasileira e paternalista de fato” – realizavam para popularizá-lo como “o ‘Pai’ do seu povo, o ‘Pai’ dos trabalhadores ou dos pobres”⁴¹.

É difícil dizer o porquê desse inusitado acento freyreano sobre o “feudalismo tropical”. Uma explicação plausível pode ser a preocupação em deixar claro a particularidade da formação sócio-histórica do Brasil, marcada por um “princípio sintético” não encontrado em qualquer outra sociedade⁴², por meio de uma referência que fosse de algum modo familiar aos leitores norte-americanos. Tanto é assim que, ao encaminhar o texto para o final, ele elucida:

It seems to me, meanwhile, that no student of Luso-American society can fail to recognize the fact that – as a consequence of the weakness rather than the virtue of the slave-holders and landowners – what I have here called Brazilian feudalism was in reality a combination of aristocracy, democracy, and even anarchy. And this union of opposites would appear to be serving as the basis for the development in Brazil of a society that is democratic in its ethnic, social, and cultural composition and, at the same time,

39. “It was upon this basis that the society in question developed: the production of sugar by means of a socio-economic system that represented, in a way, a revival of European feudalism in the American tropics”. Gilberto Freyre, *idem*, p. xi.

40. Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala: Edição Crítica*, p. 218 e 262, respectivamente.

41. Gilberto Freyre, “Preface to The First English-Language Edition (...)”, p. xv.

42. *Idem*, p. xiii.

aristocratic in its cult of superior individuals and superior families, and in the tolerance that it accords to differing personalities.⁴³

De todo modo, quaisquer que fossem as intenções do autor, ao avançar para o prefácio à segunda edição esses mesmos leitores talvez tivessem algum estranhamento, senão surpresa. Em um longo texto de 53 páginas, a única menção explícita à ideia de “feudalismo” aparece assim, entre aspas, para mostrar, senão ironizar, sua imprecisão para caracterizar o processo de colonização empreendido pelos portugueses⁴⁴. Nada mais de “feudalismo tropical”, “feudalismo brasileiro” ou “sistema feudal nos trópicos”; em seu lugar, enfatiza-se o “novo tipo de sociedade” que nasce na América do Sul, complexa e, sobretudo, singular – exatamente como ocorria nas edições brasileiras:

The Big House completed by the slave shed represents an entire economic, social, and political system: a system of production (a latifundary monoculture); a system of labor (slavery); a system of transport (the ox-cart, the *banguê*, the hammock, the horse); a system of religion (a family Catholicism, with the chaplain subordinated to the paterfamilias, with a cult of the dead, etc.); a system of sexual and family life (polygamous patriarchy); a system of bodily and house hold hygiene (the “tiger”, the banana stalk, the river bath, the tub bath, the sitting-bath, the foot bath); and a system of politics (*compadrismo*). The Big House was thus at one and the same time a fortress, a bank, a cemetery, a hospital, a school, and a house of charity giving shelter to the aged, the widow, and the orphan. [...] ⁴⁵.

Tomado por esse aspecto particular, o novo texto de abertura não deixa de soar contraditório frente ao anterior, embora mais preciso e correto em relação àquilo que o livro efetivamente procurava desenvolver. Visto na totalidade, ele faz, em sua maior parte, uma costura entre o jamais abandonado prefácio de 1933 (origem, vale notar, do trecho acima citado) e as diversas respostas às críticas recebidas pelo livro, publicadas nos prefácios de 1936, 1938 e 1943; suas páginas iniciais, no entanto, expressam com nitidez que a preocupação e os interesses

43. *Idem*, p. xv.

44. “The fact is, of course, that I never meant to be anti-Jesuit or anti-Semitic. [...] Nor did I intend to oppose to ‘progressive’ Communism, of Russian or some other style, a systematic or sentimental apology for the Luso-Brazilian ‘feudalistic past’. What I wanted to save from conventionally narrow points of view was a number of such Luso-Brazilian achievements as miscegenation and the fusion of cultural values which pseudosocial scientists like Gustave Le Bon have represented as absolute disgraceful of harmful to so-called human progress. [...]”. *Idem*, p. xix-xx.

45. *Idem*, p. xxxiii.

de Gilberto Freyre perante o público de língua inglesa haviam mudado bastante no decorrer de uma década. Agora, o fundamento de sua argumentação passa a ser a originalidade do trabalho, que, segundo ele, busca fundir história, antropologia, sociologia e psicologia social e estabelecer um diálogo entre o passado e o presente sem prejuízo de um tom literário muito pessoal, o qual encontrava eco tanto na “técnica proustiana de reviver o passado” quanto na “fusão das abordagens analítica e orgânica do homem” realizada por Picasso nas artes plásticas com suas “imagens criativas”. Um trabalho elaborado “quase exclusivamente” na chave daquilo que “os franceses chamam *histoire intime* e os espanhóis eventualmente descrevem como *intra-historia*”, buscando mostrar a história do Brasil como “uma coisa viva, una e contínua”, à semelhança daquilo que Henry James dizia sobre o romance⁴⁶.

Ainda de acordo com Freyre, tal modo “novo e ousado” de tratar um “assunto tão complexo” o tornava pioneiro no campo das ciências humanas e sociais, e não apenas no cenário brasileiro, como o texto assume de modo crucial. Se na década de 1930 *Casa-Grande & Senzala* soava quase como “heresia pura” no Brasil, algo que lhe impôs a necessidade de justificar seus “métodos pouco ortodoxos” nos prefácios das duas primeiras edições, em outros contextos isso decerto não seria diferente, pois sua perspectiva inter-relacional e integrada, experimental e inovadora, seria considerada “violentamente oposta à ortodoxia acadêmica dominante nos Estados Unidos e em outros países”. Desde o final da Segunda Guerra, porém, as relações entre as ciências sociais e as ciências humanas haviam mudado em um grau significativo, abrindo-se e ampliando-se justamente em direção a um “ponto de vista integrativo” de diferentes recortes disciplinares com vistas a uma interpretação mais completa de seus temas; não por acaso, naquela mesma década de 1950 o sociólogo David Riesman era celebrado por livros que “atravesavam as ciências sociais”, combinavam ideias e conceitos de outras áreas e lançavam mão de referências literárias, bem como por apresentar-se como um autor “relativamente livre de jargões acadêmicos” – o que, é claro, não parecia nada surpreendente para quem já fazia isso havia muito tempo⁴⁷.

E assim chegamos ao fulcro deste novo preâmbulo. A segunda edição de *The Masters and The Slaves* possibilitava a Gilberto Freyre não apenas lembrar de “algumas das observações afiadas ou sarcásticas de críticos estritamente acadêmicos (de língua inglesa e brasileiros) sobre

46. *Idem*, p. xxi (referência a Picasso), p. xxii-xxiii e p. lxx (referência aos “franceses e espanhóis”).

47. *Idem*, p. xx e p. xviii-xix.

meu trabalho pioneiro”, mas, principalmente, “neutralizar seu veneno – pois eles pretendiam matar o que consideravam um livro absurdo”. O antídoto era dado pela “generosa compreensão que mais recentemente encontrei não apenas na Europa (especialmente na França), mas também nas duas Américas”, que vinha, mais e mais, “de centros acadêmicos tão ortodoxos ou conservadores como a Sorbonne, as Universidades de Estrasburgo, Heidelberg, Roma, Coimbra e – nos Estados Unidos – universidades como Virginia, Princeton, Harvard, Northwestern e Columbia”⁴⁸. Possibilitava, também, o seu agradecimento a Alfred Knopf, que, ao republicá-lo em inglês, fazia com que o livro reaparecesse “não como mera expressão de um escritor latino-americano que se esforça para abordar uma questão latino-americana com olhos puramente latino-americanos, mas como um tema de possível interesse humano, que ultrapassa e transcende seu significado e substância regionais”. E completava, para corroborar:

It was thus treated by European critics when presented in the French translation published by Gallimard in Paris – an edition which, appearing in 1952, has already been reprinted seven times. A French critic said that a book can be at once regional and universal in the perspective it tries to open up, in a pioneering way, with regard to primarily human matters needing to be considered whenever possible as human wholes or complexes within their regional configurations (in this case a Latin American configuration). Such wholes or complexes should not be sacrificed entirely to the treatment generally given them by rigid specialists in one or another branch of the social sciences, social history, or human geography, a treatment tending to deal with them as dry, dead fragments of wholes that on being dealt with in this anatomical way immediately cease to be living realities⁴⁹.

CODA

Como já observou Pascale Casanova, a República Mundial das Letras – o universo dos “vastos domínios da literatura, o universo em que se gera o que é declarado literário, o que é julgado digno de ser considerado literário, onde rivalizam meios e caminhos específicos à elaboração da arte literária” – é um território desigual, organizado “de acordo com a

48. *Idem*, p. xix. Na sequência do parágrafo, Freyre ainda ressalta: “It was at Columbia, years ago, that I did graduate work with a scholar who was one of the first to think my experimental work not entirely worthless: Franz Boas. Another who found some worth in my scandalous book soon after its appearance was Señor José Ortega y Gasset; a third was the Swiss anthropologist Alfred Métraux”.

49. *Idem*, p. xx. Sobre a tradução francesa de *Casa-Grande & Senzala*, é imprescindível o livro de Giselle Martins Venancio e André Furtado, *Mestiça Cientificidade: Três Leitores Franceses de Gilberto Freyre e a sua Máxima Consagração no Exterior*.

oposição entre os grandes espaços literários nacionais, que também são os mais antigos, isto é, os mais dotados, e os espaços literários que apareceram mais recentemente e pouco dotados”. Um território cuja relativa unidade ora oculta, ora evidencia fronteiras múltiplas e diversas, as quais nem sempre são fácil e naturalmente transpostas, em especial pelos escritores que se situam em alguma das periferias do sistema, aqueles que “criam em línguas pouco ou não reconhecidas como literárias, muito desprovidas de tradições próprias”. A tradução, porém, os põe no mapa, à medida que age como “uma forma de reconhecimento literário e não uma simples mudança de língua”, à medida que “não é uma simples ‘naturalização’ (no sentido de uma mudança de nacionalidade), ou a passagem de uma língua para outra; é, muito mais especificamente, uma ‘literarização’”, isto é, uma atribuição de crédito literário. Ela é, em suma, “a grande instância de consagração específica do universo literário”⁵⁰.

Ainda que *Casa-Grande & Senzala* não seja “literatura” no sentido específico abordado por Casanova, suas traduções mundo afora ilustram muito bem a força e a amplitude dessa análise. No caso de *The Masters and The Slaves* em particular, sua publicação, segundo Gustavo Sorá, provocou regozijo no autor, uma vez que, “em inglês, ‘latim sociológico’ para Freyre, sua obra [era] confirmada finalmente como universal. O livro já independe do autor: através deste ‘título’, que circula por forças relativamente independentes, o autor é nominado, na arena internacional, como representante nacional”⁵¹. Também é bastante expressivo que Vamireh Chacon, em sua alentada biografia intelectual de Gilberto Freyre publicada em 1993 afirme que “a primeira tradução de *Casa-Grande & Senzala*, e de um livro de Gilberto Freyre em geral, foi ao inglês, 1946, com o título *The Masters and The Slaves*”, ignorando, ou desconsiderando, por completo as duas edições que em 1942 e em 1943 o livro já tivera na Argentina, como Giselle Venancio e André Furtado argutamente ressaltam⁵².

50. Pascale Casanova, *A República Mundial das Letras*, pp. 17, 110, 171, 172 e 169, respectivamente. E a autora ilustra, também à p. 172: “Os escritores do boom latino-americano passaram a existir no espaço literário internacional a partir de sua tradução para o francês e do seu reconhecimento pela crítica francesa. No mesmo sentido, Jorge Luis Borges dizia que ele era uma invenção da França. O reconhecimento internacional de Danilo Kis coincide também com sua tradução para o francês e sua consagração na França, que o faz sair da ‘sombra’ servo-croata. O reconhecimento universal de Tagore (seu prêmio Nobel) data de sua autotradução do bengali para o inglês. Pius Ngandu Nkashama, intelectual e escritor da República Democrática do Congo (ex-Zaire), salienta e sublinha, ao mesmo tempo que nega, o papel central da tradução-consagração para os escritores africanos: ‘O defeito dos autores africanos foi muitas vezes crer que um texto literário só tinha valor caso fosse credenciado como tal por um Ocidente magnânimo [...]. Tudo acontece como se um autor em uma língua africana só alcançasse objetivamente o ato literário a partir do momento em que produzisse um texto em outras linguagens, no caso, as do colonizador [...]. Poderia ser-lhe concedido um crédito moral com base nas traduções devidamente autorizadas mundo afora”.

51. Gustavo Sorá, “A construção sociológica de uma posição regionalista”, p. 128 (grifos do original)

52. Vamireh Chacon, *Gilberto Freyre: Uma Biografia Intelectual*, p. 245; Giselle Martins Venancio e André Furtado, *Mestiça Cientificidade*, p. 28. Agradeço a Giselle Martins Venancio por me chamar a atenção para esta passagem.

Por fim, e mais importante, o próprio Gilberto Freyre a referenda (de modo involuntário, é claro) em seu prefácio à segunda edição ao deslocar o foco da apresentação do livro para si mesmo, buscando assim mostrar aos leitores de língua inglesa sua *legitimidade* como produtor de uma obra impactante e revolucionária. Esse movimento, como já foi dito, não era propriamente novo, uma vez que repetia, em essência, aquilo que aparecia em seus prefácios às sucessivas edições brasileiras; sua motivação, no entanto, agora parece ser outra, significativa e simbolicamente diferente: enquanto no Brasil a intenção seria firmar-se e afirmar-se como o grande intérprete da formação nacional, superando Euclides da Cunha e *Os Sertões*, perante o público estrangeiro o empenho era por anunciar-se como um grande autor. Grande a ponto de ser lido em centros acadêmicos mundo afora. Grande como os maiores que reconheciam e saudavam o seu trabalho. Grande como um *autor universal*, enfim⁵³.

The Masters and The Slaves ainda teria mais duas edições nos Estados Unidos. A terceira foi lançada em 1964 por Knopf, mais uma vez, e a quarta apareceu em 1986, publicada pela University of California Press, ambas com novos prefácios de Gilberto Freyre⁵⁴. O lançamento desta última se fez acompanhar também das traduções de *Sobrados e Mucambos* (*The Mansions and The Shanties: The Making of Modern Brazil*) e *Ordem e Progresso* (*Order and Progress: Brazil from Monarchy to Republic*), ou seja, a trilogia completa da interpretação freyreana sobre o Brasil. Além disso, cada um dos livros trazia a apresentação crítica de reconhecidos *scholars* conhecedores tanto do país quanto da obra do autor – respectivamente, o antropólogo David H. P. Maybury-Lewis e os historiadores E. Bradford Burns e Ludwig Lauerhass Jr. Longe de meros detalhes, tais novidades evidentemente passam a conferir outros sentidos e significados à tradução e à recepção norte-americana de *Casa-Grande & Senzala*, os quais também merecem ser explorados em algum momento⁵⁵.

53. Coincidentemente, como mostra Sorá, em 1956 *Casa-Grande & Senzala* “foi objeto de um seminário de estudos no Castelo de Cerisy, na França, organizado pela Universidade de Sorbonne, ao qual assistiram os papas internacionais da Sociologia e da História como Braudel, Gurvitch, Sombart. No mesmo ano, Freyre foi nomeado um dos quatro conferencistas da reunião mundial de sociólogos em Amsterdã. Ainda em 1956, Freyre foi convidado a participar, como representante da Sociologia mundial, de um Radio-Symposium em Washington e, em 1957, recebeu por *Casa-grande & Senzala* o prêmio Anisfeld Wolf para o melhor trabalho mundial sobre relações raciais. Durante os anos 50, também recebeu títulos honoríficos em numerosas universidades na Europa, Estados Unidos e América Latina”. Cf. “A construção sociológica de uma posição regionalista”, p. 133.

54. Vale notar que, entre a terceira e a quarta edições, apareceu uma versão condensada de *The Masters and The Slaves*, lançada também em 1964 por Knopf como *pocket book*. Dedicada – certamente por decisão do editor – à memória de Samuel Putnam (“who first fell under the spell of Brazilian literature and then accomplished, with art and erudition, the almost impossible task of translating into English *Revolt in the Backlands* and this work”), que havia falecido em 1950, esta edição trazia apenas uma mais enxuta “Introdução do Autor” como paratexto inicial. Agradeço a Caio Leone, da UFF, por ter me chamado a atenção para esta edição.

55. Curiosamente, a BBM não possui esta edição em seu acervo, embora tenha os dois outros títulos da trilogia.

SOBRE O AUTOR

Fábio Franzini é Professor do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. Mestre e Doutor em História Social pela USP, onde também se graduou, foi pesquisador residente na BBM-USP entre 2019 e 2020 e atualmente desenvolve pesquisa de pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense com bolsa da Faperj. É autor, entre outros trabalhos, de *À Sombra das Palmeiras: A Coleção Documentos Brasileiros e as Transformações da Historiografia Nacional (1936-1959)* (Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010) e organizador, com Luís Filipe Silvério Lima, da coletânea *Olhar o Abismo: Visões sobre o Passado e o Presente do Brasil Atual* (Milfontes, 2021).



A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS DE GONÇALVES DE MAGALHÃES: PUBLICAÇÃO, CRÍTICA E REVISÃO¹

Giovanna Gobbi Alves Araújo

O CAMINHO PARA A PUBLICAÇÃO: A TARDIA PRIMEIRA EDIÇÃO

A *Confederação dos Tamoios* de Gonçalves de Magalhães consiste num projeto épico em dez cantos cujo núcleo narrativo se centra na luta renhida entre indígenas revoltosos² e portugueses no contexto da dominação colonizadora das Américas no século XVI. A narrativa de origem proposta por Magalhães é comprometida e vinculada ao discurso oficial do Segundo Reinado de construção de uma nacionalidade a partir do episódio histórico da fundação da cidade do Rio de Janeiro e da futura coroação do imperador Pedro II – eventos condicionados ao sacrifício tamoio na resistência contra o invasor português.

Quando se deu a publicação d' *A Confederação dos Tamoios* em 1856, era alta a expectativa em torno do resultado desse projeto literário de

1. O presente artigo decorre dos trabalhos realizados durante residência em pesquisa cumprida no âmbito do projeto "A Nova Castália: Vividez e Restituição Mitológica na Épica Romântica Brasileira", junto à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, entre 2019 e 2020.
2. Sem designar uma tribo particular, o termo "tamoio", em tupi antigo *tamũia*, significa "avós; antepassados" (Eduardo de Almeida Navarro, *Dicionário de Tupi Antigo: A Língua Indígena Clássica do Brasil*, p. 461).

envergadura levado a cabo por uma figura ilustre das letras nacionais. A essa altura, Gonçalves de Magalhães já havia sido adido de primeira classe para a Legação de Negócios na corte francesa, fizera o *grand tour* em Paris e na Itália do qual resultou seu primeiro livro *Poemas*, de 1832, fundara a revista *Niterói* em 1836 com Manuel de Araújo Porto-Alegre e Francisco de Sales Torres Homem, publicara *Suspiros Poéticos e Saudades* nesse mesmo ano, assumira a posição de professor de filosofia no Colégio Pedro II em 1838, lançara as tragédias *Antônio José* e *Olgiato*, servira como secretário de Duque de Caxias no Maranhão durante a Balaiada (1838-1841), sobre a qual publicou um ensaio na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), havia sido eleito deputado pelo Rio Grande do Sul em 1846 e cumpria função diplomática para o governo imperial em Turim, na Itália.

A expectativa não era infundada; afinal, o poema era aguardado havia muito. A partir de uma notícia lançada na revista *Guanabara* em setembro de 1854, sabe-se que a concepção do poema épico teria ocorrido logo após a composição da tragédia *Antônio José, ou O Poeta e a Inquisição*, e que os trabalhos teriam iniciado ainda em 1837³. A primeira aparição do poema se deu em 1839 no periódico carioca *Revista Nacional e Estrangeira*⁴, em que saíram o primeiro e o quarto cantos. Posteriormente à publicação parcial dos primeiros cantos, a imprensa nacional passou a noticiar periodicamente tanto sobre as viagens de Gonçalves de Magalhães no país e no exterior, quanto sobre o andamento do seu projeto épico. Em julho de 1851, anuncia-se a informação de que Magalhães havia avançado até o canto sétimo⁵. Contudo, os leitores teriam de esperar até 1856 para terem acesso aos dez cantos do poema. No total, Gonçalves de Magalhães levaria dezessete anos para finalizar a *Confederação* e dois anos adicionais para preparar sua publicação integral.

À época, justificou-se a demora na edição final da obra pela necessidade de um produto suntuoso e bem-acabado. Em descrição

3. “O Snr. doutor Domingos José Gonçalves de Magalhães pediu uma licença ao Governo Imperial para vir ao Rio de Janeiro, e traz consigo o seu poema da – CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS – obra que começou em Bruxelas em 1837, depois da tragédia Antonio José” (*O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria*, s.n., p. 250, 1850-1855 [Rio de Janeiro]).

4. De acordo com a pesquisa de Ana Laura Donegá, a *Revista Nacional e Estrangeira, Escolha d’Artigos Originaes e Traduzidos por uma Sociedade de Litteratos Brasileiros* era um periódico de tiragem mensal, editado por Pedro de Alcântara Bellegarde, João Manoel Pereira da Silva e Josino do Nascimento Silva no Rio de Janeiro entre 1839 e 1845, que se dedicava a temas variados, como política, economia, história, moral, filosofia e literatura (Ana Laura Donegá, “Um Periódico Transnacional: a Revista Nacional e Estrangeira (1839-1845), a Literatura e a Crítica do Século XIX”, p. 122).

5. “O Illm. Snr. Dr. Magalhães, encarregado de negócios de S. M. I. em nos Nápoles, dá a grata notícia de que o seu poema – A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS – se acha no sétimo canto. O público já teve um espécimen desta nova obra do nosso Ilustre poeta na Revista Nacional e Estrangeira, que há anos publicaram os Snrs. Bellegarde, Josino e Pereira da Silva” (*O Guanabara*, op. cit., p. 292).

irônica, um dos rigorosos críticos de Gonçalves de Magalhães afirma que se “procurava dar ao poema do Sr. Magalhães a mais rica e luxuosa encadernação possível, pois que a admirável obra não devia fazer a sua entrada no mundo senão trajando suntuosas galas, e cercada de todos os esplendores dignos de um infância real”⁶.

Era manifesta a informação de que o projeto recebia não apenas a chancela como o apoio material do governo imperial. Gonçalves de Magalhães atuava como enviado extraordinário (e posteriormente ministro plenipotenciário do Brasil)⁷ no exterior desde 1847, defendendo os interesses do estado brasileiro em postos em Paris, Sicília, Sardenha e Turim⁸ – até o ano da publicação da *Confederação*. Como reconhecimento pelo encargo e de maneira a lhe garantir o favor, Magalhães dedica o poema ao jovem imperador.

Em 1854, o poeta fluminense pede licença de suas atribuições diplomáticas na Itália para retornar ao Brasil, submeter o poema concluído à avaliação de Pedro II e encomendar sua edição final. Assim, em sarau realizado no Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista, Magalhães recita o poema na íntegra ao imperador ao longo de sete horas, ao fim das quais o monarca, entusiasmado, teria se responsabilizado por sua impressão e divulgação⁹. Por esse motivo, os redatores da revista *Guanabara* afirmariam que a publicação ficara condicionada à aprovação decisiva do homenageado: “será logo tirada à luz da imprensa se o mesmo Augusto Senhor se dignar de aceitá-la”¹⁰. Tal protecionismo representou um fator determinante do anseio do círculo letrado oitocentista em relação à novidade e à qualidade da épica de Magalhães.

A publicação de *A Confederação dos Tamoios: Poema por Domingos José Gonçalves de Magalhães* surgiu apenas em 1856, em aguardada edição luxuosa confeccionada pela Empresa Tipográfica Dous de Dezembro, propriedade do editor afrodescendente Francisco de Paula Brito, impressor oficial da casa imperial. No volume de expressiva raridade pertencente à coleção Rubens Borba de Moraes do acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM), pode-se notar a elaboração cuidadosa dos detalhes gráficos na capa original em azul claro e na folha de rosto (Figuras 1 e 2),

6. Ômega [?], “Confederação dos Tamoios”, *Diário do Rio de Janeiro*, anno XXXVI, n. 212, 31.7.1856, reproduzido integralmente em Domingos José Gonçalves de Magalhães, *A Confederação dos Tamoios*, organização de Maria Eunice Moreira e Luís Bueno, pp. LXI-LXVII.

7. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, vol. 2, p. 217.

8. Gonçalves de Magalhães exerceu função diplomática em nome do império brasileiro em Paris, Sicília, Sardenha, Turim, São Petersburgo, Madri, Viena, Washington, Buenos Aires, Paraguai e Roma ao longo de quase quarenta anos de carreira.

9. Ubiratan Machado, *A Vida Literária durante o Romantismo*, p. 123.

10. *O Guanabara*, op. cit., p. 250.

Figura 1. Capa da primeira edição d'A Confederação dos Tamoiros, 1856. Acervo BBM-USP.

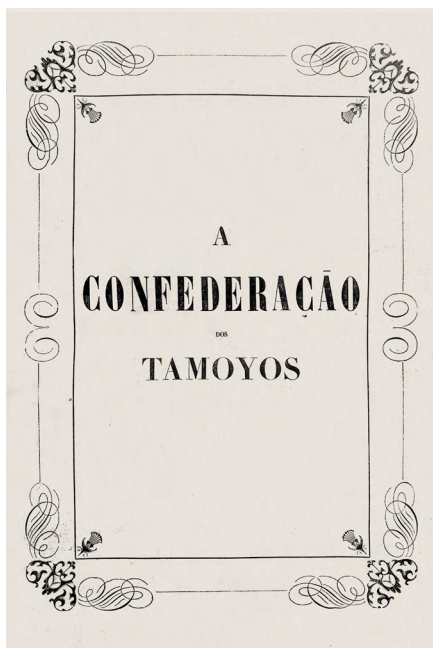


Figura 2. Frontispício da primeira edição d'A Confederação dos Tamoiros, 1856. Acervo BBM-USP.

Figura 3. Detalhe do brasão imperial na lombada da primeira edição d'A Confederação dos Tamoiros, 1856. Acervo BBM-USP.

bem como a presença do brasão imperial tanto no frontispício como na lombada em baixo relevo (Figura 3), que certificam o esmero da fina edição de Paula Brito.

A CRÍTICA DE JOSÉ DE ALENCAR E A RECEPÇÃO DOS CONFRADES

A 18 de junho de 1856, sai no *Diário do Rio de Janeiro* a primeira de uma série de cartas redigidas pelo jovem literato José de Alencar, sob o pseudônimo Ig¹¹, endereçadas ao autor da *Confederação*. Nelas, o escritor cearense tece uma crítica radical e definitiva às soluções poéticas encontradas por Magalhães para a composição de seu épico. Para Alencar, o poema é fundamentalmente malogrado devido à descrição falha do herói Aimbire, à ausência de beleza de pensamento geradora do sublime, à tibieza das imagens, à trivialidade da ação épica, à falta de especificidade cultural das personagens indígenas, à incorreção das formas e à versificação desarmoniosa e sem métrica, dentre outros elementos estéticos. Todavia, as missivas de Alencar não buscavam unicamente arrolar os defeitos literários do poema épico de Magalhães, mas erigir, por intermédio de suas explicações, a estrutura de uma proposta singular de literatura indianista, arquitetada em oposição ao modelo da *Confederação*¹² e concretizada formalmente um ano depois, em 1857, com a publicação de *O Guarani*. Um projeto literário que, de acordo com o crítico Eduardo Vieira Martins, buscava “uma forma épica genuinamente nacional, que nos representasse e exaltasse o país”¹³, a partir das cenas majestosas da natureza, retratada com imaginação vigorosa e pensamento elevado¹⁴.

Logo saem em defesa de Magalhães alguns colegas do IHGB, como Manuel de Araújo Porto-Alegre (sob o pseudônimo O Amigo do Poeta), membros da intelectualidade nacional, além do próprio imperador Pedro II (o Outro Amigo do Poeta), que publicam textos na imprensa carioca em combate direto às críticas de Alencar. A defesa dos primeiros confrades se pautava no realce das passagens de elevado valor estético e na elucidação de que o poema de Magalhães não seguia as normas da epopeia clássica por almejar a adequação dos episódios da história nacional às necessidades poéticas dos tempos modernos.

11. Conforme explicação de Alencar, o pseudônimo Ig foi escolhido em referência ao nome da heroína Iguacu da *Confederação* (José de Alencar, *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*).

12. Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira*, pp. 322-323.

13. Eduardo Vieira Martins, “Apresentação”, p. 16.

14. José de Alencar, *op. cit.*, pp. 13, 27, 47, 65.

A querela se intensificaria entre julho e agosto de 1856, com a inserção de agentes adicionais desconhecidos¹⁵ e a publicação da compilação das cartas de Alencar num único volume. Em busca de pareceres que amenizassem as restrições feitas por Alencar ao poema nacional, Pedro II solicitaria avaliações do poema a figuras proeminentes da literatura nacional e estrangeira, a exemplo de Gonçalves Dias, Francisco Adolfo de Varnhagen e Alexandre Herculano, que fizeram somente crescer ao juízo negativo de Alencar. Em dezembro, arrefecida a polêmica, o Frei Francisco de Monte Alverne lançaria um ensaio elogioso ao poema, afirmando, por fim, suas qualidades literárias. No entanto, as críticas veementes de José de Alencar fatalmente desabonariam o poema épico para a posteridade.

REVISÃO E ADENDOS: A SEGUNDA EDIÇÃO

Gonçalves de Magalhães não vocalizou resposta pública ao juízo crítico de Alencar sobre a *Confederação*. No lugar da justificativa explícita de sua proposição, preferiu realizar uma revisão para publicação da segunda edição da obra¹⁶, que sairia em 1864 em duas impressões: uma pela Imprensa Literária de Coimbra e outra pela Livraria B. L. Garnier do Rio de Janeiro. A BBM possui o raríssimo volume da *Confederação* de 1857 que pertenceu a Gonçalves de Magalhães e traz, sobre o texto impresso e em marginalia, inúmeras correções e notas manuscritas. O trabalho diligente de Magalhães contemplou a revisão meticulosa verso a verso, a reescrita de estrofes inteiras e a inclusão de novas passagens. As alterações são numerosas e comparecem em todos os cantos, ainda que se concentrem em maior número nos cantos primeiro e segundo. Já as inserções mais substanciais ocorrem em maior grau nos cantos primeiro, quarto, sétimo e oitavo. Falta ainda à crítica de Magalhães um estudo aprofundado que coteje as alterações feitas pelo poeta entre a primeira e a segunda edições. Por ora, levantarei apenas algumas das modificações mais significativas.

A título de exemplificação, a descrição de Aimbire – “grande guerreiro tamoio e essência mítica do caráter nacional” (Canto II) – ganha para a edição de 1864 um adendo fundamental. Conforme indicam as Figuras 4 e 5, Magalhães insere, entre os versos 32 e 33, uma quadra que reforça no retrato de Aimbire sua disposição grave e força extraordinária, próprias ao gênero épico¹⁷:

15. Sob os pseudônimos de O Boquiaberto, Ômega e O Inimigo das Capoeiras.

16. Houve uma reimpressão em 1857 realizada pela Empresa Tipográfica de Paula Brito, que manteve o conteúdo da primeira edição de 1856.

17. João Adolfo Hansen, “Notas sobre o Gênero Épico”, p. 61.

Aimbire, o forte Aimbire, apregoado
 Entre todos os fortes pela audacia
 Com que se arroja ás feras e as suffoca,
 Aqui se mostra á frente dos Tamoyos,
 Pelo voto geral primeiro chefe,
 Aimbire desde a infancia se amestrára
 A certoiro enviar co'a setta a morte;
 Nem no rapido pulo lhe escapava
 O jaguar mais ligeiro sobre a rocha;
 Nem mesmo o gavião alto pairando,
 Nem pequenino passaro burlavam
 Da setta alada o infallivel tiro.
 Fraldãa tecido de encarnadas pennas,
 Matizadas d'azul, que a arára imita,
 A cintura lhe cinge. Do pescoço
 Cahe o collar de dentes arrancados
 Por suas mãos das boccas dos vencidos,
 E tão amplo lhe cahe que o peito cobre.
 Larga, escamosa, verdenebra pelle
 De enorme jacaré, qu'elle matára,
 As espadoas lhe veste. Tem na dextra
 Uma de dentes de onça acha embutida,

Figura 4. Adição ao Canto II.

Acervo BBM-USP.

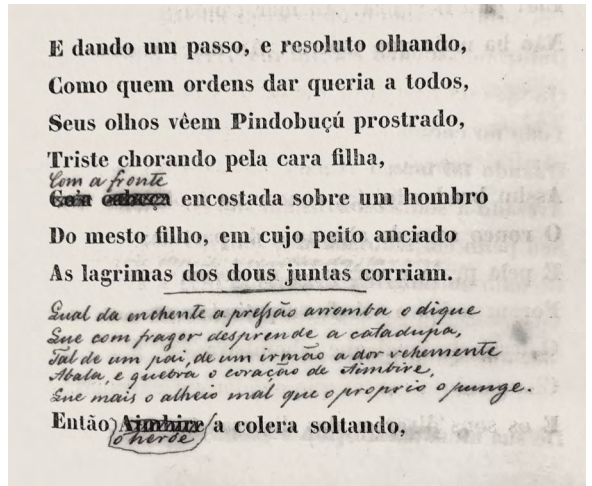
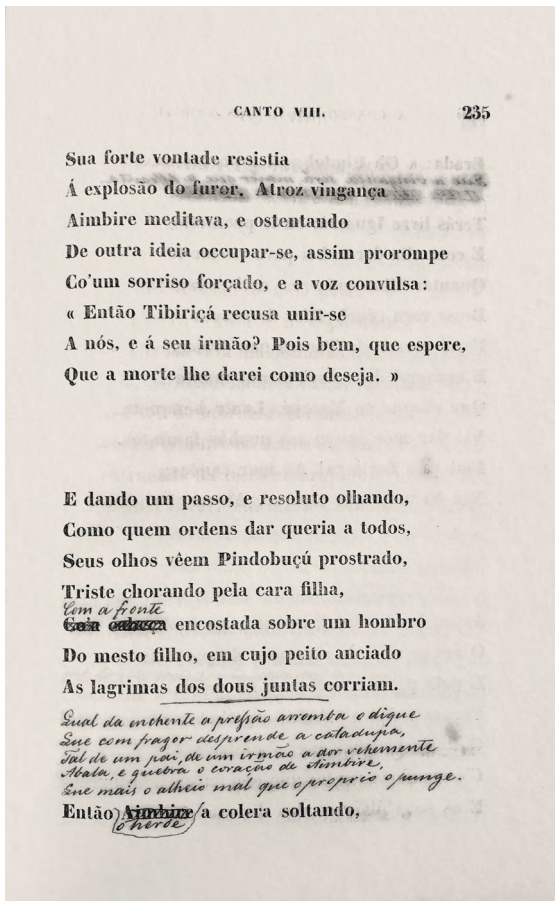
Figura 5. Detalhe da adição ao Canto II.

Acervo BBM-USP.

e Aimbire, apregoado
 fortes pela audacia
 roja ás feras e as suffoca,
 á frente dos Tamoyos,
 primeiro chefe,
 a infancia se amestrára
 r co'a setta a morte;
 pulo lhe escapava
 ligeiro sobre a rocha;
 gavião alto pairando,
 passaro burlavam

Figura 6. Adição ao Canto VIII.
Acervo BBM-USP.

Figura 7. Detalhe da adição ao Canto VIII.
Acervo BBM-USP.



De vulto hercúleo, soberano o porte,
Olhar dominador, severo o rosto,
Bela estátua de bronze parecia,
Qual a de Marte concebera um Fídias.

A inclusão do símile efrástico da estátua de bronze por meio do qual Aimbire é comparado ao deus Marte auxilia na composição de um perfil exemplar de nobre guerreiro, principalmente se consideradas a dimensão colossal e a relevância simbólica das esculturas de deuses gregos produzidas por Fídias (480-430 a.c.). Com base nas alterações realizadas, aventamos que o acréscimo essencial à caracterização nobilitante do herói indígena surja em resposta à crítica alencariana segundo a qual Aimbire não estaria à altura de um herói épico, pois embora fosse “índio valente, [...] não é de certo um herói”¹⁸. Desse modo, a composição do éthos tamoio da versão revisada do Canto II adquire um estatuto mais elevado e ilustre, quando comparada à antropografia da primeira edição da *Confederação*.

Outro exemplo de mudança substancial se encontra no Canto XVIII, na passagem em que Aimbire recebe a notícia do aprisionamento de sua esposa Iguaçú pelos portugueses em São Vicente e se aflige com o ocorrido, juntamente com o Pindobuçú, pai de Iguaçú. Modulando a transição entre o lamento e a cólera vingativa de Aimbire, Magalhães insere uma quintilha que dá ao leitor a dimensão da dor sofrida pelo esposo e pelo pai da indígena sequestrada:

Qual da enchente a pressão arromba o dique
Que com fragor desprende a catadupa,
Tal de um pai, de um irmão a dor veemente
Abala e quebra o coração de Aimbire,
Que mais o alheio mal que o próprio o punge¹⁹.

Os cinco versos adicionados metaforizam o tormento indígena em decorrência da violência colonizadora, cuja potência é aproximada ao rompimento de uma barragem que libera uma caudal de dor e despeça o coração do herói tamoio. O novo excerto amplia, ainda, a índole virtuosa de Aimbire – necessária ao herói épico – que se ressentia mais da dor sofrida por Pindobuçú do que de sua própria. Ademais, os versos

18. José de Alencar, *op. cit.*, p. 53.

19. Na edição impressa de 1864, o último verso da quintilha é impresso com ainda outras alterações: “Que mais que o próprio mal o alheio o punge” (Domingos José Gonçalves de Magalhães, *A Confederação dos Tamoyos: Poema por D. J. G. de Magalhães*, Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier, 1864).

forneem uma modulação relevante à estrutura narrativa, visto que o padecimento dimensionado metaforicamente justifica o ímpeto de vingança que desdobrará a ação épica no momento seguinte: “Brada: Oh Pindobuçu, o pranto enxuga, / E pr’a grande vingança te prepara”. Por essa razão, o crítico Jean Pierre Chauvin aponta, precisamente, que o canto oitavo talvez seja dos cantos mais dramáticos do poema, devido ao fato do rapto de Iguaçú redobrar a ira de Aimbire²⁰. O adendo busca cumprir, portanto, o requisito da riqueza imagética (vividez) e da intensificação das paixões (*pathos*), que são condições para a poesia épica²¹ e que haviam sido previamente apontados como falhas de composição por José de Alencar.

Outrossim, alterações de menor monta presentes na revisão contribuem para o aprimoramento da dicção poética, como dispõem os exemplos abaixo:

Edição <i>princeps</i> (1856)	Edição de 1864
“Co’a cabeça”	“Com a frente”
“Então Aimbire a cólera soltando”	“Então o herói a cólera soltando”
“E pr’a grande vingança te prepara”	“Que a vingança será maior que a afronta!”

INCLUSÃO DE NOTAS FINAIS ADICIONAIS

A edição de 1857 d’A *Confederação dos Tamoios* pertencente ao acervo da BBM conta ainda com um valioso anexo: cerca de duas dezenas de páginas manuscritas contendo notas adicionais àquelas da edição *princeps*. Constam neste manuscrito: uma “Advertência” escrita nas folhas posteriores à dedicatória ao imperador Pedro II (Figuras 8 e 9); uma nota complementar ao Canto I (nota 10); ao Canto II (nota 1); ao Canto IV; ao Canto V (nota 1) e ao Canto X (nota 2).

A “Advertência” explicita que os erros cometidos nas impressões anteriores resultam do fato do autor viver no exterior e não ter podido acompanhar de perto tampouco ter sido consultado sobre a preparação

20. Jean Pierre Chauvin, “Deus, Natureza e Pátria: A *Confederação dos Tamoios*”, p. 107.

21. Madame de Staël, *Da Alemanha*, p. 178.

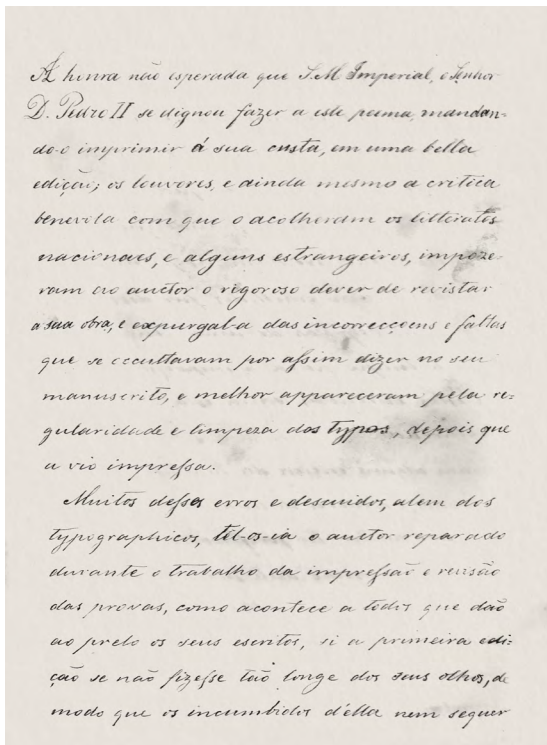


Figura 8. Página manuscrita -
“Advertência”. Acervo BBM-USP.

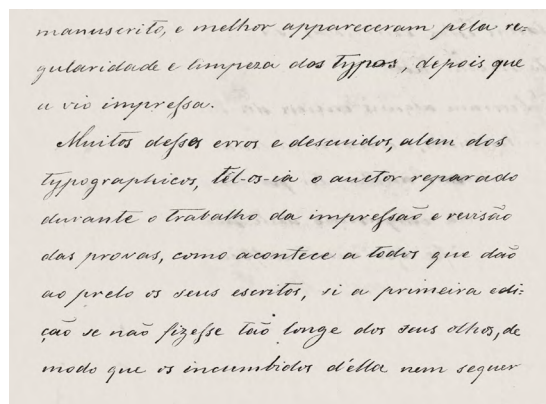


Figura 9. Detalhe de Página manuscrita -
“Advertência”. Acervo BBM-USP.

Figura 11. Página manuscrita - Nota adicional ao Canto X. Acervo BBM-USP.

21

Nota, pagina 332

Vítima illustre

De amor de patria rinto e liberdade,
 Elle, que aqui nascêe, nos lega o exemplo
 De como eses deus bons amar devemos.

O Sr. Larnhagen, tomando a parte, em hon-
 ra da civilização, justificar as barbaridades pra-
 ticadas pelos primeiros colonos europeus contra
 os Indígenas da nossa America, mais talvez de
 que a humanidade e a politica o aconselharam,
 diz, na sua Historia Geral, sem duvida alluden-
 do ao heroe desta poema: - Não foram os Americanos
 que civilisaram o Brasil.))

Acuido ao desafio, sentindo que me virge de um
 litterato que estimo, e pergunto-me si foram os
 iras de Solon que civilisaram a Grecia? E que
 bello exemplo civilizador nos offerece o incendio
 de Troia por mereo de uma perfidia, e por cau-
 sa de uma mulher que se deoza raptar? E
 si porventura Hector venceu e arrastado em
 torno dos muros de una cidade não é mais
 sympathico que o feroz mundo Grego, filho de
 Thetis? Entretanto Homero era Grego!

NOTAS. 15

veis os extraordinarios phenomenos do movimento das mesas e evocação dos espiritos, attribue tudo á obra do diabo. Da mesma opinião são quasi todos os bispos de França como o declararam em suas pastoraes publicadas nos jornaes de Paris de 1853, condemnando as experiencias das mesas fallantes, opinião que acaba de ser longamente desenvolvida e sustentada com grande erudição por Mr. Eudes de Merville em um livro dado á luz em 1854, o qual tem por titulo: *Des esprits et de leurs manifestations fluidiques*: livro bastante extraordinario para o nosso seculo.

*Tiroi o provisto que punde desta feiticaria para o maravi-
 lhos da poesia, tem como do senso, no tanto 6º da influencia estannica
 e da vida de Thucydide, no canto 8º e não julgoi achado alonga-me mais nos*

CANTO VI

Nota 1, pagina 144

**Estes ouviram de Sumé as vozes
 Junto do Itajurú...**

Simão de Vasconcellos e outros escriptores affirmam que os Indios das diversas nações da America conservavam uma tradição, pela qual se collige que entre elles estivera o Apostolo S. Thomé, a quem os do Brasil chamavam Sumé. Alonga-se o mencionado Jesuita portuguez em demonstrar ser verdadeira essa tradição; e, entre as muitas razões que allega, dá como prova da passagem do Santo Apostolo pelas terras do Brasil

*ante, e muito menos personifica-
 virtudes e vícios. O maraviilhas das
 antigas egypcio, fundado em um
 dos papirus, era, além de se des-
 não cabe nos empizios;
 modernas, por inchoar em
 uma mesa religioza, era
 coz. Além de que,
 julgo o outro su-
 mum, não creio
 que ninguém le
 Homero e Virgile
 por amor de se
 maraviilhas que
 não no falta a
 coração das egyp-
 cio.*

Figura 10. Adição ao Canto IV. Acervo BBM-USP.

da primeira edição. Quanto à revisão, o poeta expõe que seu objetivo era o de reparar “erros de linguagem, as imperfeições do estilo, e as asperezas, ou frouxidão de alguns versos mal torneados”, bem como adicionar passagens que exigiam maior desenvolvimento. Além disso, o texto introdutório pretende justificar a opção de Magalhães pelo gênero épico, argumentando que a épica, além de exigir maior apuro técnico pela extensão e dificuldade de composição, “[encerra] em si todos os gêneros de poesia”²² e acolhe, portanto, todas as formas poéticas de maneira a exprimir os mais diversos sentimentos e cenários. Por último, o poeta enfatiza a predileção pela rima solta no lugar da oitava rima como forma mais ajustada à poesia dos modernos.

As contribuições adicionais aos cantos em forma de nota de fim visam justificar escolhas poéticas ou narrar episódios históricos que serviram de referência para a sua formulação. A primeira nota ao Canto II é bastante extensa e oferece uma explicação cosmogônica ao termo Monan, o criador do universo, cuja referência Magalhães extraiu da obra de André Thevet, que relatara uma lenda tupinambá baseada nessa noção.

A nota final ao Canto IV (Figura 10), que discorre sobre a prescindibilidade do maravilhoso antigo na mitologia cristã moderna, não chegou a ser publicada e permanece inédita. Possivelmente porque parte de seu conteúdo concernente às diferenças entre as epopeias antigas e a épica moderna consta no texto da nota 2 ao Canto X – inclusive as menções a Homero e Virgílio. A propósito, a nota 2 adicionada ao Canto X (Figura 11) se trata de uma resposta direta a afirmação de Varnhagen na *História Geral do Brasil* de 1854 de que “não foram os Aimbires que civilizaram o Brasil”. Opondo-se à concepção racialista de Varnhagen, Magalhães defende que o nativo que luta por sua liberdade e morre por seus valores oferece um nobre exemplo de nacionalidade a ser seguido. Em sua perspectiva, a defesa heroica dos Tamoios resgatou a cidade do Rio de Janeiro do jugo francês e garantiu a fundação do império brasileiro. Eis o cerne ideológico do projeto político-literário de Magalhães. A despeito de Magalhães rechaçar as atrocidades cometidas pela colonização lusitana, elas se mostram constitutivas de seu projeto de nação: “afinal a vitória é da civilização e do futuro”²³.

As demais notas oferecem explicações semânticas para vocábulos poucos conhecidos.

22. Domingos José Gonçalves de Magalhães, *A Confederação dos Tamoyos: Poema de D. J. G. de Magalhães*, 1864, p. XIV.

23. *Idem*, p. 353.

À GUIZA DE CONCLUSÃO

Embora de forma sucinta, esse artigo buscou apresentar as revisões e acréscimos de Gonçalves de Magalhães à edição de 1864 d' *A Confederação dos Tamoios* em função do contexto de produção e de recepção crítica das publicações periódicas de 1856, sobretudo às de José de Alencar. Apesar das condenações quanto ao prosaísmo e à falta de imaginação do poema épico de Magalhães, é certo que a *Confederação* fez parte dos esforços de Magalhães na promoção de uma renovação de ordem estética e política assentada na configuração do caráter nacional²⁴ na primeira metade do século XIX, estabelecendo-se enquanto um paradigma literário, com o qual poetas contemporâneos e das gerações subsequentes houveram de dialogar e, de certa forma, superar. Não por acaso, o crítico Paulo Franchetti afirma que a *Confederação* de Magalhães constitui uma “vertente cultural importante”²⁵ da literatura brasileira, que teve continuidade nos poemas medievalistas de Gonçalves Dias e no épico de Sousândrade, entre outros escritores. Os raros exemplares pertencentes ao acervo da BBM revelam vestígios preciosos da prática literária de um escritor atento aos debates estéticos de sua contemporaneidade e investido na busca de formas poético-retóricas adequadas à revolução literária que almejava empreender.

24. José Aderaldo Castello, *Gonçalves de Magalhães. Trechos Escolhidos*, p. 14.

25. Paulo Franchetti, “O Triunfo do Romantismo: Indianismo e Estilização Épica em Gonçalves Dias”, pp. 1097-1130.

SOBRE A AUTORA

Giovanna Gobbi Alves Araújo é mestra e doutora em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora-residente da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM-USP). É autora de artigos sobre a obra poética e dramática do abolicionista brasileiro Castro Alves e a cultura literária oitocentista. Entre seus interesses de pesquisa, encontram-se a poesia oitocentista brasileira, as práticas retórico-poéticas do século XIX, a representação literária indígena e afro-brasileira, as narrativas fundacionais e a política e história do Segundo Reinado.

GRALHAS, PASTÉIS E AFINS

ERRATA, REPUTAÇÃO LITERÁRIA E BIBLIOFILIA: O CASO SINGULAR DO ROMANCE *FLOR DE SANGUE*, DE VALENTIM MAGALHÃES

Thiago Mio Salla

De modo irônico, Valentim Magalhães, ao iniciar a crítica detratora ao livro de poesias *Últimos Harpejos*, publicado em 1883 por seu desafeto Sílvio Romero¹, refere-se de modo chistoso ao título da obra: “Houve aqui lamentável descuido de revisão. Façamos presto à errata. Onde se lê: ‘*Últimos Harpejos*’, leia-se: ‘*Últimos Arquejos*’. Em Minas é do que vivem os poetas: de ar e de queijos”². Mal saberia o jornalista e escritor fluminense, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, que justamente

1. Sílvio Romero, *Últimos Harpejos: Fragmentos Poéticos*.

2. Valentim Magalhães, “Notas à Margem”, *Gazeta de Notícias*, 22.12.1883. Essa crônica, juntamente com as demais que Magalhães dedicou ao livro de poesias de Romero, seria depois recolhida no volume *Notas à Margem dos Últimos Harpejos*. Em 2002, a obra ganhou uma edição fac-similada feita pela Oficina do Livro, de Cláudio Giordano, passando a fazer parte da coleção *Plaquetas da Oficina*. Em continuidade à polêmica suscitada, a furibunda resposta de Sílvio Romero, na forma de livro, viria com *Valentim Magalhães: Um Estudo*, publicada, também em 1884, pela Typographia da Escola de Serafim José Alves. Para desqualificar seu oponente, o autor sergipano vale-se de expediente análogo ao já empregado contra Machado de Assis, referindo-se às influências do meio e da hereditariedade que pesariam negativamente sobre ele. Inicia o texto da seguinte maneira: “Moreno, imberbe, magro, espingolado, pescoço longo, o Sr. Valentim Magalhães é um linfático, um ente franzino, um mendigo de seiva, a mais acabada encarnação do coringa. Um coringa, na linguagem popular de algumas paragens do norte, é um magrizela, uma figura esquelética, um produto depauperado das raças humanas. [...] É um espírito desorientado e incapaz de trabalhos sérios; sofre do humorismo inconsciente de certa classe de enfermos. Dai o pronunciado declive que o tem levado à pilhéria e à paródia” (*idem*, pp. 7-8).

os dissabores decorrentes de uma errata, e não os frutos de sua extensa e prolífica obra, o celebrizariam em chave pejorativa nas letras nacionais.

No final de 1896, cerca de treze depois de ter escrito tal gracejo sarcástico, Valentim Magalhães publicou, pela editora Laemmert, o rumoroso *Flor de Sangue*³. Trata-se, até então, de sua décima obra (entre livros de poesias, contos, críticas, peças teatrais e crônicas)⁴, mas apenas de seu primeiro e único romance.

O livro é fechado pela seguinte errata:

Deixando de lado à inteligência do leitor corrigir lapsos e erros de somenos importância, julgamos indispensável, no entretanto, emendar os seguintes: À página 206, linha 2ª – em lugar de – “bosque nemoroso” – leia-se bosque umbroso; e à página 285, 4ª linha, em vez de – “estourar os miolos” – leia-se cortar o pescoço.

Se no primeiro caso, ao demandar a substituição de um “bosque nemoroso”, isto é, um bosque coberto de arvoredos, por um “bosque umbroso”, de árvores frondosas que produzem sombra, Magalhães procura debelar um pleonasma em meio à exaltação da beleza de ninfa da personagem que dá nome ao livro, no segundo, avultam a estranheza e o absurdo da emenda consignada na errata. Trata-se de uma espécie de atestado do desleixo com que o romance fora produzido. Em diferentes passagens do livro, o protagonista suicida-se de duas formas diferentes.

Segundo Rubens Borba de Moraes, Valentim Magalhães não teria deixado nenhuma obra-prima e as referências a ele nas histórias literárias não passariam de dois parágrafos. Ninguém colecionaria as obras dele, exceto *Flor de Sangue*. “Esse romance é de fato raro e tornou-se procurado pelos bibliófilos por causa da errata do volume”⁵. Wilson Martins vai pelo mesmo caminho ao se reportar à fama do livro como decorrente de sua “extraordinária errata”⁶. Heitor Martins se refere a tal pós-textual como “a mais estranha errata de qualquer livro brasileiro”⁷, registo curioso no qual o cômico e o grotesco caminhariam lado a lado.

3. Tanto um exemplar do segundo milheiro, que consta do acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, quanto um do primeiro milheiro, de propriedade do bibliófilo Luís Pio Pedro (a quem muito agradeço toda a generosidade, ajuda e estímulo para a confecção do texto ora apresentado), trazem a informação, na capa, de que o romance saíra em 1896, embora conste da folha de rosto o ano de 1897. Segundo os jornais da época, o romance começou a ser vendido na Livraria Universal, em dezembro de 1896 (“*Flor de Sangue*”, *Gazeta de Notícias*, p. 1, 13.12.1896).
4. No conjunto da obra do autor, até aquele momento, contam-se ainda cinco livros que Magalhães fez em parceria com outros intelectuais: Silva Jardim, Filinto de Almeida, Henrique de Magalhães e Alfredo de Souza.
5. Rubens Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, p. 83.
6. Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, vol. IV: 1877-1896, p. 544.
7. Heitor Martins, “*Flor de Sangue*”, *O Estado de S. Paulo*, s.p., 14.11.1970, (Suplemento Literário). Recorte incluído no exemplar de José Mindlin, que consta do acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

ERRATA

Deixando á intelligencia do leitor corregir lapsos e erros de somenos importancia, julgamos indispensavel, no entretanto, emendar os seguintes :

A' pagina 206, linha 2^a — em logar de — «bosque nemoroso» — leia-se — bosque umbroso; e á pagina 285, 4^a linha, em vez de — «estourar os miolos» — leia-se — cortar o pescoço.

Figura 1. Errata presente ao final da primeira edição de *Flor de Sangue*, de Valentim Magalhães (Rio de Janeiro, Laemmert, 1896). *BBM/USP*.

O GÊNERO ERRATA

Referindo-se a *Flor de Sangue*, o bibliófilo Plínio Doyle parte do pressuposto de que uma errata seria incabível num romance, ainda mais quando tal expediente procura corrigir uma incongruência narrativa, e não uma gralha⁸.

De fato, as definições mais tradicionais do gênero errata tomam-na como uma lista que traz os erros tipográficos encontrados num livro após sua impressão e suas respectivas correções, propostas, sobretudo, pelo autor. Composta em tipo menor, costuma ser dividida em quatro colunas, encimadas pelas rubricas: “pág., linha, onde se lê, leia-se”⁹. Em geral, quando impressas juntamente com a obra, vêm ao final desta, mas podem também aparecer de modo avulso na forma de etiquetas ou tiras (frequentemente de outra cor) soltas ou coladas, quer no fim do exemplar, quer no início dele, em seguida ao frontispício¹⁰.

Seja como pré-textual, seja como pós-textual, quatro romances de Machado de Assis, por exemplo, contam com erratas propriamente ditas: *A Mão e a Luva*, *Helena*, *Iaiá Garcia* e *Quincas Borba*. Nelas estão arrolados, respectivamente, apenas sete, nove, dez e nove erros tipográficos (na sua maioria caracteres trocados, faltantes, fora do lugar ou pequenos e indevidos acréscimos). Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, livro no qual o autor lança mão do conceito de “errata pensante”¹¹ para definir o homem, não se tem uma lista de problemas, mas tão somente a informação de um inconveniente piolho¹², numa página ao final, logo depois do índice: “Alguns erros escaparam, que a inteligência do leitor suprirá. Ocorre notar este da pág. 123. Diz-se aí: ‘relede o cap. xxviii’, devendo dizer-se: ‘relede o cap. xxvii’”¹³. Em termos quantitativos, destaque para *O Tronco do Ipê*, de José de Alencar (que a assina, valendo-se do pseudônimo Sênio). Impressa em 1871 pela renomada Garnier, a obra, se somarmos os dois tomos, conta com quatro páginas de erratas, com mais de oitenta indicações ao leitor de emendas a serem feitas. Não por acaso, o autor de *Iracema*

8. Plínio Doyle, *Uma Vida*, pp. 65-66.

9. Maria Isabel Ribeiro de Faria, *Dicionário do Livro: Da Escrita ao Livro Eletrônico*, p. 299.

10. Emanuel Araújo, *A Construção do Livro*, p. 434.

11. “Deixa lá dizer o Pascal que o homem é um caniço pensante. Não; é uma errata pensante, isso sim. Cada estação da vida é uma edição, que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva, que o editor dá de graça aos vermes” (Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, p. 99).

12. Heitor Martins, “*Flor de Sangue*”. Recorte incluído no exemplar de José Mindlin, que consta do acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

13. Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, s.p.

ERRATA

D'entre outros erros que possam ter escapado na revisão do livro, notam-se aqui estes, com as respectivas emendas :

Pag.	Linha	Erro	Emenda
71	9	officio delles	officio della
104	21	Olhava	Olham
159	25	no cap. XXXVIII	no cap. XXXV
171	7	descavalgava o corpo	descavalgava
214	25	privilegiada	privilegiada
218	9	ante dos olhos	ante os olhos
280	21	pousou os braços	pousou-os
287	23	todas as casas	todas as cousas
367	5	soiças	suissas

Alguns erros escaparam, que a intelligencia do leitor supprirá.
Ocorre notar este da pag. 123. Diz-se ahí: *reléde* o cap. XXVIII,
devendo dizer-se: *reléde* o cap. XXVII.

Figura 2. Errata que consta no início do volume da primeira edição de *Quincas Borba*, de Machado de Assis (Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1891). BBM/USP.

Figura 3. Errata restrita a uma única correção, colocada ao final da primeira edição de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis (Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1881). BBM/USP.

ERRATAS.

PAG.	LINHAS	ERROS	EMENDAS
10	7	thesoura	tesoura
12	8	aquem	a quem
13	9	mesmo	mesma
27	18	sinão é	sinão é o
30	17	bolço	bolso
57	15	calibri	colibri
63	18	dialagas	dialogos
69	21	danda	dando
70	6	obrigado	obrigada
75	21	sobrivieram	sobrevieram
77	14	nanha	nhanhan
88	13	ao	aos
90	19	sommos	somos
92	16	divertia	divirtia
97	17	como do nosso	como o do nosso
99	24	Matios	Mattos
101	18	menos	mais
103	3	pensava	passavas

Figura 4. Primeira página da errata aposta ao final do segundo tomo da primeira edição de *O Tronco do Ipê*, de José de Alencar (Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1871).

insistia sistematicamente contra a qualidade do trabalho realizado por nossas tipografias¹⁴.

Todavia, tais problemas não seriam apenas nossos. A errata seria tão velha como a própria imprensa. A primeira de que se tem notícia figurou no *Psalmorum Codex*, ou *Saltério de Mogúncia*, publicado por Johann Fust e Peter Schöffer em 1457. Ela adverte o leitor para o fato de que em determinada linha se imprimiu *spalmo rum codex*, em lugar de *psalmorum codex*¹⁵. Segundo o bibliógrafo londrino Henry Benjamin Wheatley, que no final do século XIX consagrou um livro aos erros literários, a primeira lista de gralhas propriamente ditas se encontraria nas *Sátiras de Juvenal*, publicadas por Gabriel Pierre com notas de Merula, em Veneza, em 1478¹⁶. Tal pesquisador ainda indica que uma das mais longas e antigas erratas, contendo quinze páginas in-fólio, constaria da edição das obras de Pico della Mirandola, impressas por Knoblauch, em Estrasburgo, em 1507¹⁷. Mais grave, em termos proporcionais, teria se dado com o livro de curta extensão de Agostino Mainardo *Missae ac Missalis Anatomia*, de 1561: de suas cerca de duzentas páginas, quinze corresponderiam à errata¹⁸. Segundo Eugene Field, o autor de tal obra defeituosa sentiu-se tão profundamente ofendido por essa série de erros que se deu ao trabalho de realizar uma explicação pública do ocorrido na qual indicou que o diabo propriamente dito lhe teria roubado o manuscrito, adulterado e ainda compelido o impressor a interpretá-lo erroneamente¹⁹.

De modo análogo, no caso de *Flor de Sangue*, Valentim Magalhães usa o prefácio à obra como arena pública para expiar seus pecados na busca por redenção e, assim, antecipar, astutamente, toda sorte de críticas e objeções que o romance receberia. Confessa ter sido vítima não de uma espécie de Titivillus, que ludibriou o pobre Agostino Mainardo, mas sim de outros “demônios” que povoavam não apenas a arte, mas a vida social como um todo, bem característicos do final do século XIX, período marcado por inúmeras inovações técnicas: a pressa, a urgência, a dispersão da vida moderna. Assim, para explicar as muitas imperfeições de seu romance, Valentim Magalhães revela os bastidores da escritura do livro:

14. No posfácio à segunda edição de *Iracema*, feita também pela Garnier, Alencar reconhecia a abundância dos erros tipográficos e identificava os culpados dessa falta: “Sai esta edição escoimada de alguns defeitos que na primeira abundaram; porém, a respeito de erros de imprensa, sem dúvida mais incorreta. / Nossas tipografias em geral não têm bons revisores; e o autor é o mais impróprio para esse árduo mister” (José de Alencar, “Postscripto à 2ª Edição”, p. 243).

15. Domingo Buonocore, *Diccionario de Bibliotecología*, p. 201

16. Henry Benjamin Wheatley, *Literary Blunders: A Chapter in the “History of Human Error”*, p. 78.

17. *Idem*, *ibidem*.

18. *Idem*, pp. 78-79, 116.

19. Eugene Field, *The Love Affairs of a Bibliomaniac*, pp. 116-117.

Ora, aconteceu que nos últimos dias do ano de 1895, conversando com um editor, propus-lhe escrever para ele o meu primeiro romance. Aceitou a ideia e ofereceu-me direitos autorais que me pareceram satisfatórios, razoáveis. Como deles tinha alguma urgência, atirei-me ao trabalho: no dia 1 de janeiro do corrente ano escrevi o primeiro capítulo; no dia 2, o segundo; no dia 5, o terceiro; no dia 6, o quarto; enfim, em dois meses, tinha escrito mais de metade do livro, apesar das muitas interrupções que outros misteres impunham. Mas o editor deu parte de fraco; pediu-me que o dispensasse do compromisso, provando-me que o não poderia cumprir. Esfriou-se-me o ardor; parei. Meses depois, tendo feito contrato com os meus editores habituais, os srs. Laemmert & C. (*On revient toujours...*) reatei o trabalho interrompido, dando imediatamente à composição tipográfica os capítulos escritos. Os originais não foram recopiados por mim, quer dizer, não fiz rascunho ou borrão. Escrevi sempre de uma assentada, capítulo a capítulo, e, acabado, relia-o, corrigia-o, mandava copiá-lo por um secretário, conferia a cópia e remetia-a aos tipógrafos. [...]

O fato, pois, da correntia espontaneidade, não retificada no cadinho apurador da revisão paciente, com que compus este romance, não é justificativa das imperfeições que o deslustram; mas é um fato, e como tal, o denuncio à crítica para que o registre, se lhe aprouver²⁰.

Duro, José Veríssimo afirma que tal confissão não satisfaria os leitores “beneméritos da estima de um homem de letras”²¹. O crítico julgava, no mínimo, curiosíssima a atitude enunciativa consagrada por Magalhães no prefácio de contar o que fez e como fez, colocando em evidência que se sacrificava, de modo vergonhoso, ao vício literário do tempo: a pressa. E pior: teria escrito o livro de modo acelerado (“numa sequência de trabalho que só encontrava igual no do Padre Eterno, segundo o primeiro capítulo do Gênesis”²²) não porque fosse compelido por “ardores de artista em trabalho de gestação, na febre de criar e produzir”²³, mas sim porque um editor lhe teria oferecido direitos autorais satisfatórios e tinha urgência em contar com eles. Não por acaso, Veríssimo tomava *Flor de Sangue* como caso de estudo não pelo significado da obra em si mesmo, mas pelo fato de ela ser emblematicamente considerada sintoma de um fenômeno geral: “a pressa com que lemos, com que pensamos, com que produzimos”²⁴. Em diagnóstico mais amplo, tal afobação, somada

20. Valentim Magalhães, *Flor de Sangue*, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Laemmert & C., 1896, pp. VIII-IX.

21. José Veríssimo, “Literatura Apressada – A *Flor de Sangue* do Sr. Valentim Magalhães”, p. 110.

22. *Idem*, p. 110.

23. *Idem*, *ibidem*.

24. *Idem*, p. 129.

“às causas gerais de nossa natural inferioridade intelectual”, condenaria nossa literatura, “senão a um marcar passo perpétuo, a uma marcha vagarosa e frequentemente interrompida”²⁵.

Mas de que trata essa obra, na opinião de Veríssimo, “totalmente gorada” e símbolo dos descaminhos da literatura brasileira, e por que a respeitadora editora Laemmert, a princípio pouco afeita à publicação de romances, teria se proposto a editá-la? Começemos pela segunda parte da questão.

A FORMA E A EDITORA LAEMMERT

De fato, conforme afirmou no prefácio do romance, a Laemmert & C., de propriedade dos alemães Edward e Heinrich Laemmert (mais conhecidos por aqui como Eduardo e Henrique Laemmert), era o destino preferencial dos trabalhos de Valentim Magalhães. Antes e depois de *Flor de Sangue*, o escritor teve livros publicados por tal editora: *Horas Alegres* (1888), *Vinte Contos* (segunda edição corrigida, 1895), *Bric-à-Brac* (1896), *Alma* (1899), *Inácia de Couto* (1899) e *Lições de Pedagogia* (1900). Além disso, os jornais também assinalam que ele atuou como diretor do *Álbum da República*, publicação em fascículos feita pela referida empresa, contendo, a cada número, o retrato e a biografia dos ditos heróis do movimento de 1899.

Além de já ter um histórico de trabalhos com a Laemmert, Valentim Magalhães, enquanto vivo animador de nosso meio literário (destaque, sobretudo, para sua atuação como ex-diretor do jornal *A Semana* e como membro do grupo que, naquele momento, estava na iminência de fundar a ABL), desfrutava de capital intelectual, embora seu capital artístico fosse baixo²⁶. No referido prefácio, o autor se refere à principal censura que então costumava ouvir: depois de vinte anos trabalhando como escritor e jornalista, ainda lhe faltava uma “obra de fôlego”, um “trabalho sério – um poema, um romance, um livro de crítica profunda”²⁷. Sendo assim, com *Flor de Sangue*, Valentim Magalhães procurava sanar tal lacuna em sua bibliografia e, assim, mudar de patamar aos olhos da crítica, mas a tentativa se mostrou falhada. Para a editora, no entanto, não houve prejuízo, muito pelo contrário.

Em 14 de dezembro de 1896, Artur de Azevedo, em sua coluna “Palestra”, em *O Paiz*, dizia que, de uma janela do jornal, esteve “uma hora

25. *Idem*, p. 131.

26. Brito Broca o define como um escritor secundário, cujo trabalho de animação e estímulo para a literatura brasileira vinha ao primeiro plano. “Bem mais importante do que o Valentim Magalhães escritor é o Valentim Magalhães fundador de revistas, suscitador de debates e polêmicas, promovendo movimentos associativos de escritores, incentivando a vida literária e chegando a levar o eco de nossas letras ao estrangeiro” (Brito Broca, “Um Animador: Valentim Magalhães”, em *Naturalistas, Parnasianos e Decadistas. Vida Literária do Realismo ao Pré-Modernismo*, p. 84).

27. Valentim Magalhães, *Flor de Sangue*, 1896, p. VIII.

entretido a ver a gente que entrava na casa Laemmert e saía com um exemplar de *Flor de Sangue* na mão. Uma verdadeira romaria”²⁸. Pouco tempo depois, Machado de Assis tratava o livro como “sucesso do dia”²⁹, e Raimundo Correia, amigo de Valentim Magalhães, referir-se-ia à obra como “verdadeiro sucesso de livraria”³⁰. Segundo Hallewell, com *Flor de Sangue*, a Laemmert teria alcançado o maior êxito literário do ano de 1896.

Se, conforme assinala Alessandra El Far, haveria uma espécie de divisão de trabalho entre os Laemmert e B. L. Garnier até a década de 1890 (enquanto os primeiros trabalhavam preferencialmente com obras de referência, científicas e seriadas, o segundo dominava o mercado das belas-lettras), depois da morte do editor francês em 1893, os irmãos alemães passaram a dedicar um espaço maior à literatura nacional ou estrangeira:

A *Notícia*, de 15 de outubro de 1896, anunciava, por exemplo, a “Coleção Econômica: romances dos melhores autores em volumes de 240 a 320 páginas”, criada pela Laemmert, parceria com a livraria portuguesa de A. M. Pereira. Fariam parte dessa série traduções de Maupassant, Ohnet, Zola, Daudet, entre outros escritores de prestígio internacional. Além disso, na busca de um mercado maior, a Laemmert lançaria alguns títulos “picantes” tais como *Pimentões* (1897), de Puff & Puck (Olavo Bilac e Guimarães Passos), *Álbum de Caliban* (1898), de Coelho Neto, e, já no século xx, os *Casos Alegres* (1905), de Pedro Rabelo³¹.

Flor de Sangue, filiado, segundo Raimundo Correia, à escola naturalista de Daudet e de Zola³², se enquadraria nesse novo momento da Laemmert. A editora, por sua vez, não deixava de salientar em seu catálogo, para incrementar as vendas, tratar-se de uma “obra de fôlego” do conhecido jornalista e poeta, um “romance de sensação”³³. Diferentemente da usual baixa qualidade das brochuras baratas enquadradas nesse gênero de apelo popular, o livro de Magalhães destacava-se pela qualidade editorial. Se por um lado, o romance recebeu uma enxurrada

28. A. A. [Artur Azevedo], “Palestra”, *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 2, 14.12.1896.

29. Machado de Assis, “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 27.12.1896.

30. Raimundo Correia, “*Flor de Sangue*, Romance de V. Magalhães – I”, *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 31.1.1897.

31. Alessandra El Far, *Páginas de Sensação: Literatura Popular e Pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*, p. 41. Em sentido oposto, Hallewell assinala que, mesmo após a morte de B. L. Garnier, a Laemmert não teria feito grandes esforços para explorar o desguarnecido mercado de obras de literatura nacional, embora destaque as edições de *Várias Histórias*, de Machado de Assis, e *Flor de Sangue*, de Valentim Magalhães, ambas do ano de 1896. (Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil: Sua História*, p. 238). O brasileiro, contudo, desconsidera as produções destacadas por El Far.

32. Raimundo Correia, *op. cit.*

33. Alessandra El Far, *op. cit.*, p. 115.



Figura 5. Capa do romance Flor de Sangue, de Valentim Magalhães (Rio de Janeiro, Laemmert, 1896), ilustrada por Julião Machado. BBM/USP.



Figura 6. Capa do livro Bric-à-Brac, de Valentim Magalhães (Rio de Janeiro, Laemmert, 1896), também ilustrada por Julião Machado.

de críticas por seu conteúdo produzido de modo falho e apressado por Valentim Magalhães, o trabalho da Laemmert ganhou sonoros elogios. Artur de Azevedo, por exemplo, faz questão de realçar o “bonito volume, bem impresso, bem manufaturado, convidando à leitura de suas quatrocentas páginas aproximadamente”³⁴.

Quando da publicação do romance, segundo revela Ubiratan Machado, com a vitória da capa ilustrada, capas em brochura desenhadas e coloridas são elevadas a um outro patamar com a contratação de artistas como Julião Machado (Luanda, Angola, 1862 – Lisboa, Portugal, 1930), responsável por revolucionar, no final do século XIX, a apresentação do livro brasileiro com seu desenho fino de gosto e influência francesas³⁵. Fugindo do escândalo que chegou a marcar as capas de romances naturalistas, em *Flor de Sangue* o referido artista, também considerado um dos mais prolíficos capistas de romances ligados à escola de Zola, e que já havia assinado a capa de outro livro de Valentim Magalhães pela mesma Laemmert (*Bric-à-Brac*, de 1896), opta por explorar a sensualidade feminina e sua psicologia. Nela, “a tragédia, sugerida pelo título do livro em letras desenhadas, parece ameaçar a jovem de ar ingênuo, criando uma atmosfera de desafio e curiosidade do leitor”³⁶.

O CONTEÚDO E A RECEPÇÃO DO ROMANCE

Em linhas gerais, *Flor de Sangue* conta a história de um triângulo amoroso formado por Fernando Gomes, rico especulador (parte da história se passa durante o período do Encilhamento), sua adúltera esposa, Corina Prestes, que, aos 21 anos, já havia realizado dois abortos (segundo José Veríssimo tratava-se de uma “histérica erótica, senão uma ninfômana”³⁷), e Paulino de Castro, médico recém-chegado de Paris, que tomava Fernando como uma espécie de pai, amigo e tutor, responsável por ajudá-lo a se formar e a viajar para o Velho Continente. O jovem se instala na residência do casal. Da intimidade entre o hóspede e a dona da casa nasce o adultério. Numa viagem de Fernando a negócios para o Rio da Prata, consuma-se a relação entre Corina e Paulino (ela finge-se doente, manda chamá-lo como médico e se entrega a ele, que, por sua vez, estava “ardendo de amor”). Depois disso, ela se recusa a abandonar o marido e fugir com o amante para a Europa. Em função disso, ele se suicida, pois não conseguiu negar os apelos da carne, ao mesmo tempo que, por caráter, sente-se obrigado a

34. A. A. [Artur Azevedo], *op. cit.*

35. Ubiratan Machado, *A Capa do Livro Brasileiro 1820-1950*, p. 73.

36. *Idem*, p. 62.

37. José Veríssimo, *op. cit.*, p. 113.

dar cabo de sua própria vida por ter desonrado o valoroso amigo. Vale-se de um bisturi para seccionar a carótida num quarto solitário de hotel em São Paulo. Corina esquece-o e passa a ter outros amantes. Fernando perde sua fortuna e, num belo dia, encontra a esposa na cama com seu último conquistador, mata-o e vai preso. No cárcere, recebe uma carta cruel escrita cinco anos antes por Paulino, na qual o amigo falecido relata-lhe minuciosamente que o traíra, valendo-se de palavras duras: “Todo o tempo que passaste fora, fui amante de Corina, gozei-a com ardor, com delírio, alucinadamente...”³⁸. Corina, por fim, torna-se uma prostituta profissional, conhecida pelo nome de guerra “Flor de Sangue”.

Lançado o livro, demorou menos de quinze dias para que comessem a chover, como relata o próprio Valentim Magalhães, em sua coluna “Semana Literária”, em *A Notícia*, em 26 de dezembro de 1896, “os artigos e as pancadas”. Segundo o autor, “de nenhum livro, há bastante tempo, se tem escrito, entre nós, com tanta abundância nem com tanta prevenção e acrimônia”³⁹.

Curioso observar que poucos críticos se valeram da “errata” para desferir ataques ao romance e a seu autor. Um deles, o cronista O., da seção “Traços da Semana”, estampada no jornal *Cidade do Rio*, em 27 de dezembro de 1896, destaca que ela seria o ponto de chegada de uma obra na qual prevaleceriam personagens falsos, episódios inverossímeis, cenas mal observadas, reduzidas a pinceladas grosseiras, e “estudos apenas esboçados que mal merecem a severidade da dura análise”:

E por conclusão de tudo isto, o ridículo daquela errata que impressiona detestavelmente a quem quer que tenha espírito desprevenido sobre o critério do autor. Pior a emenda do que o soneto. O herói da peça mata-se com um bisturi; o autor, por uma lamentável distração, conclui a cena da morte com este destampatório: “E fez saltar os miolos”. Seria pouco se não houvesse aquela errata: “Onde se lê: fez saltar os miolos; leia-se cortou o pescoço”⁴⁰.

Em texto não assinado, publicado um dia antes na *Gazeta de Notícias*, o jornalista anônimo descreve o conteúdo da “pitoresca errata” em meio à enumeração de um “amontoado de erros” resultantes da pressa e do desleixo de Magalhães. Segundo o crítico, a precipitação é de “tal ordem que, em meio do volume, já lhe não deixa memória do que ao princípio lançou ao papel”⁴¹. Para além dos dois suicídios de Paulino, menciona

38. Valentim Magalhães, *Flor de Sangue*, 1896, p. 373.

39. Valentim Magalhães, “Semana Literária”, *A Notícia*, p. 2, 26.12.1896.

40. O., “Traços da Semana”, *Cidade do Rio*, p. 1, 27.9. 1897.

41. “*Flor de Sangue*”, *Gazeta de Notícias*, p. 2, 26.12.1896.

outras incoerências. Por exemplo, num capítulo o romancista descreve a mulher de Fernando Gomes, Corina, como “uma encantadora morena de vinte e um anos...”, noutro assegura que os braços dela se parecem com “pescoços alvíssimos de cisnes”. Nesse sentido, percebe-se que a errata, juntamente com a *mea-culpa* contida no prefácio, estaria cumprindo, em certa medida, a função perversa de realçar os problemas do livro como um todo, pois a magnitude do erro consignado naquela chamaria a atenção para a existência de outros deslizes, ainda mais quando se anuncia que deixava “à inteligência do leitor corrigir lapsos e erros de somenos importância”. Impunha-se, assim, procurá-los.

Os paratextos apostos no início e no final da obra, portanto, ao invés de prevenirem e alertarem o leitor, demonstrando o zelo do autor ou do editor, aguçariam a busca por problemas. Muitos críticos, mesmo sem mencionar a errata, saíram à cata das falhas. Y. Z., cujo texto é descrito por Magalhães como “imbecil”, menciona graves erros de observação e linguagem, com destaque para um trecho da página 20: “Desde que a embarcação largara, arremangou ele o braço direito, meteu-o na água e deliciava-se com a frescura e o movimento dela”. E se questiona como o personagem em questão “pode arremangar o braço e não a manga”. Dunshee de Abranches, autor de outra avaliação de *Flor de Sangue* considerada “imbecil” por Magalhães⁴², indica que este falharia gravemente ao não assentar seu romance sobre uma tese⁴³. Ao mesmo tempo, quando o romancista precisa recorrer a noções científicas, revela não ter preparo para tanto e “comete, a cada ponto, erros de menino e escreve lamentáveis disparates”⁴⁴. Em seguida se põe a comentar alguns destes. Sobre a cena do suicídio de Paulino:

Respondem todos que estudaram alguma vez anatomia, que conhecem a composição do sangue e a sua coagulação, que tiveram noções fisiológicas, se será realizável semelhante cena de suicídio com tão formidável [...] e fumegante aparato. Que dinamômetro poderia medir a pressão daquela carótida monstro? Quantas atmosferas para avaliá-la?⁴⁵

42. Valentim Magalhães, “Semana Literária”, *A Notícia*, p. 2, 26.12.1896.

43. No prefácio, Valentim Magalhães pontua: “Não resolvi fazer um romance naturalista, nem de aventuras, nem de psicologia, nem simbolista, nem idealista; resolvi simplesmente fazer um romance” (Valentim Magalhães, *Flor de Sangue*, 1896, p. X).

44. Dunshee de Abranches, “Folhetim – Crítica Literária”, *Jornal do Brasil*, p. 5, 25.12.1896.

45. *Idem, ibidem*. Como contraponto, transcreve-se aqui a criticada cena presente em *Flor de Sangue*: “Um jorro de sangue, em repuxo impetuoso e alto, esguichou, cobriu o espelho, salpicou tudo em volta do lavatório; os braços do suicida ergueram-se no ar, num gesto vago de quem se afoga, o bisturi tombou sobre o mármore. O corpo, um momento vacilante, descreveu um movimento rotatório para a esquerda, com a cabeça tombada sobre a espádua direita, meio desprendida do tronco; depois, caiu pesadamente no chão, abafando o ruído da queda sobre o tapete que o forrava, e ficou estendido a fio comprido. Nesse movimento o jorro de sangue, que apenas não era já tão alto, tingia em torno o papel da parede, as roupas do cabide, os móveis, tudo, e, depois de caído o corpo, foi escorrendo pelo soalho, num fio coleante, passou para o corredor por baixo da porta, como um regato rubro, quente, fumegante” (Valentim Magalhães, *Flor de Sangue*, 1896, pp. 274-275).

Para além de erros de linguagem ou de observação que fugiriam a preceitos naturalistas, José Veríssimo, ao apontar o principal problema do romance, qual seja, a falsidade e inverossimilhança de Paulino e de seu posterior suicídio, não deixa de se valer da explicitação de deslizes e incongruências. No segundo capítulo, tal personagem é apresentado inicialmente como um homem distinto, de caráter, sério e austero, mas, em seguida, tudo muda:

Como, porém, o Sr. Valentim Magalhães escreveu apressadamente, capítulo a capítulo, sem quase relê-los nem os corrigir, Paulino mudou completamente depois do capítulo II, que digo eu? No mesmo capítulo, porque duas páginas adiante daquele retrato de burguês pacato forrado com os sentimentos de um cavalheiro e a retidão de caráter de um magistrado, nos aparece outro, *homme à femmes*, temperamento cálido, amante de todas as mulheres, odiando o casamento por julgar o homem essencialmente polígamo⁴⁶.

Diante de tamanha oscilação e incoerência (segundo Veríssimo, “a arte exige que, na própria contradição, haja lógica”⁴⁷), tornava-se difícil admitir que Paulino resolvera matar-se, julgando-se desonrado por ter seduzido e tomado como amante a mulher de seu melhor amigo. E pior: depois de chegar à terrível resolução de dar fim à própria vida, rende-se uma vez mais à lascívia e vai “ainda dormir com ela [Corina] à última noite”⁴⁸.

Como os ataques de toda sorte continuaram, Valentim Magalhães, um dos maiores entusiastas de Machado de Assis, escreve “ao ilustre mestre e amigo”, solicitando-lhe que tratasse de *Flor de Sangue* em sua seção “A Semana”, estampada na *Gazeta de Notícias*. A carta é encaminhada ao autor de *Quincas Borba* no dia de Natal:

Meu Ilustre Mestre e Amigo.

Boas-festas – antes de tudo, e cordialíssimas.

Escrevo-lhe hoje, entre as magnificências tórridas deste Natal, para pedir-lhe a fineza e o obséquio de dizer algo de *Flor de Sangue*, na sua próxima “Semana”. Como tem visto, os borrachudos da “crítica de escada abaixo” têm me caído em cima e mordiscado impiedosamente, sem caridade nem senso crítico, sem equidade nem sintaxe. Ora é preciso que o meu livro tenha um pouco de crítica também. Sei que achará defeitos

46. José Veríssimo, *op. cit.*, pp. 115-116.

47. *Idem*, p. 116.

48. *Idem, ibidem*.

e falhas grandes; mas há de encontrar-lhe qualidades, que as tem, como colorido, interesse, vigor, segundo o meu amigo já me fez a honra de dizer. Creia que não tive intenção de explorar a nota crua; se me demorei nela em alguns passos do livro foi, é possível, por ter achado nisso algum prazer físico, não por especulação... O temperamento entra por muito nestas coisas. Não é elogio que lhe peço e bem ocioso é dizer-lho; o que eu não desejaria era o seu silêncio, que representaria uma reprovação, que, de certo, não está em seu pensamento. Desculpe, meu amigo, esta cartinha, que por si se explica e à situação do autor, e acredite na estima, respeito e consideração do

Amigo muito grato

Valentim Magalhães⁴⁹

Machado atendeu prontamente ao pedido, e sua crítica a *Flor de Sangue* ganha as páginas da *Gazeta de Notícias* dois dias depois de ter recebido a angustiada e esperançosa missiva do amigo. Apesar de ter dirigido amabilidades e conselhos a Magalhães, o romancista das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* manteve as severas restrições delineadas por José Veríssimo, sobretudo quanto à pressa e à inverossimilhança do suicídio do protagonista:

Que Valentim Magalhães pode compor obras de maior fôlego, é certo. Na *Flor de Sangue* o que o prejudicou foi querer fazer longo e depressa. A ação, aliás vulgar, não dava para tanto; mal chegaria à metade. Há muita coisa parasita, muita repetida, e muita que não valia a pena trazer da vida ao livro. Quanto à pressa, a que o autor nobremente atribui os defeitos de estilo e de linguagem, é causa ainda de outras imperfeições. A maior destas é a psicologia do Dr. Paulino. O autor espiritualiza à vontade um homem que, a não ser a sua palavra, dá apenas a impressão do lúbrico; e não há admitir que, depois da temporada de adultério, ele se mate por motivos de tanta elevação nem ainda por supor não ser amado.

[...] Não insisto; aí fica o bastante para mostrar o apreço em que tenho o talento de Valentim Magalhães, dizendo-lhe alguma coisa do que me parece bom e menos bom na *Flor de Sangue*. Que há no livro certo movimento, é fora de dúvida; e esta qualidade em romancista vale muito. Verdadeiramente os defeitos principais deste romance são dos que a vontade do autor pode corrigir nas outras obras que nos der, e que lhe peço sejam feitas sem nenhuma ideia de grande fôlego⁵⁰.

49. Valentim Magalhães, "Carta a Machado de Assis", 25.12.1896, pp. 197-198.

50. Machado de Assis, "A Semana", *Gazeta de Notícias*, p. 1, 27.12.1896.

Percebe-se que Machado não repetiu por escrito, em sua crônica, as lisonjas ao romance que teria dito presencialmente a Valentim Magalhães e são aludidas por este em sua carta. Raimundo Magalhães especula que, em razão disso, o autor de *Flor de Sangue* deve ter se sentido “desarvorado”⁵¹. Não por acaso, no dia seguinte à publicação da mortificante crítica, ele escreve um bilhete a Machado para justificar sua ausência a uma sessão preparatória da Academia. Destaca apenas que se encontrava doente com alguma gravidade e que os médicos o haviam aconselhado a partir imediatamente para Lambari, com estada de quarenta a sessenta dias. A ausência de qualquer referência ao texto saído na véspera, depois da enfática solicitação, sinalizaria sua mágoa com aquele que viria a ser o presidente da ABL.

Se o amigo Machado se mostrou severo para com o romance, o que dizer de Sílvio Romero, um dos grandes desafetos de Magalhães? Curiosamente, não se encontrou nenhuma crítica ou mesmo remoque do autor de *O Naturalismo em Literatura a Flor de Sangue*⁵². Por outro lado, ainda severo, mas um tanto quanto menos rancoroso, o crítico sergipano volta sua artilharia contra outro livro do autor também publicado em 1896, *A Literatura Brasileira* (suma de conferências feitas por Magalhães em Lisboa), mas em Portugal, pelo editor Antonio Maria Pereira. Romero se põe a inventariar, entre inúmeros defeitos, erros crassos cometidos pelo crítico fluminense.

E porque dá a Franklin Távora por pátria o Piauí, quando toda a gente sabe que o saudoso autor do *Cabeleira*, do *Matuto*, de *Lourenço* e de tantos outros belos livros, era filho do Ceará? Que vantagem achou, por outro lado, o Sr. V. M. em trocar por *Estudos Amazônicos* os *Estudos Brasileiros* do Sr. José Veríssimo?

Tudo isto está a indicar o nenhum cuidado com que foi feito o novo livro do autor da *Flor de Sangue*⁵³.

Segundo ele, apesar de moço de talento, escreveria de afogadilho e

51. Raimundo Magalhães, *Vida e Obra de Machado de Assis*, vol. 3: *Maturidade*, p. 346.

52. Raimundo Magalhães destaca que Valentim Magalhães, ao utilizar em sua carta a Machado a expressão “crítica de escada abaixo”, aludiria a Sílvio Romero. Supostamente, o autor sergipano estaria aproveitando a publicação de *Flor de Sangue* para ajustar velhas contas com seu desafeto (*idem*, p. 344). No entanto, em artigo publicado em novembro de 1897, em resposta aos ataques desferidos por Romero à *Literatura Brasileira*, o próprio malogrado romancista ressaltava: “Havia muitos anos que o meu ilustríssimo adversário de memoráveis pugilatos me não honrava com os golpes orlandescos da sua temerosa farrusca, e devo confessar que não foi sem um esquisito prazer, doentio quiçá, que novamente o encontrei a arremeter contra mim com a antiga e insaciada gana. / Mais de dois lustros decorreram plácidos, treguosos, da famosa campanha dos *Últimos Harpejos*” (Valentim Magalhães, “Contas Literárias”).

53. Sílvio Romero, “Bibliografia – *A Literatura Brasileira*”, *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 3, t. 12, p. 253, 1897.

apressado. “Por isso não acertou ainda inteiramente com o seu caminho; continua a tentar todos os gêneros, sem conseguir produzir obra durável que dê toda a medida de sua capacidade”⁵⁴. Como se pode perceber, quer na pena de um desafeto como Romero⁵⁵, quer na avaliação de um amigo como Machado, quer na análise mais detida e sistemática de José Veríssimo, os lugares-comuns para se referir a Valentim Magalhães abarcavam a pressa, nume em geral funesto aos artistas, e a incapacidade de produzir uma obra capaz de resistir ao tempo.

DESDOBRAMENTOS E ARREIMATE

Para além da recepção imediata do romance e dos rótulos pespegados a Valentim Magalhães, curioso observar diacronicamente a trajetória de leitura do livro. De “sucesso do dia” e “sucesso de livraria” em fins de 1896 e início de 1897 a obra inacessível por volta de meados do século xx. Em 1950, Lúcia Miguel Pereira relatava em seu *História da Literatura Brasileira: Prosa de Ficção (de 1870 a 1920)* que lhe foi impossível encontrar um exemplar do romance⁵⁶. Em 1955, Brito Broca informa que o título não constava das bibliotecas públicas do Rio de Janeiro e de São Paulo⁵⁷. Nos anos 1960, em trabalho sobre o realismo, João Pacheco também indica que não pôde trazer ao alcance da mão *Flor de Sangue*⁵⁸.

Provavelmente, esses pesquisadores não fizeram consultas à biblioteca da Academia Brasileira de Letras ou tiveram dificuldade em acessar obras a ela doadas antes da criação oficial do acervo da instituição em 1905. Tal afirmação se justifica, pois *Flor de Sangue*, além da famigerada errata, destaca-se por outra particularidade: trata-se da obra que inaugurou a biblioteca da casa de Machado de Assis. Ata da sessão preparatória para a criação da ABL, de 28 de dezembro de 1896, assinala o seguinte: “Carta do Sr. Valentim Magalhães comunicando

54. *Idem*, p. 256.

55. De outro grande inimigo de Magalhães, o romancista Adolfo Caminha, cujo *Bom-Crioulo* foi referido por aquele como “um livro ascoroso”, “livro podre”, “romance-vômito” (Valentim Magalhães, “Semana Literária”, *A Notícia*, p. 1, 20-21.12.1895), também não foram encontrados ataques, pois Caminha vem a falecer em janeiro de 1897, ou seja, pouco depois do lançamento de *Flor de Sangue*. De todo modo, em seu último livro, *Tentação, roman à clef*, publicado pela Laemmert ainda em 1896, inseriu um personagem que caricaturizava Magalhães. Trata-se de Valdevino Manhães, um sujeito “baixo, pequenino, metidinho a crítico, um bigodinho quase imperceptível, sempre de lunetas – era conhecido por Dr. Condicional, porque nunca dizia as coisas em tom afirmativo: tinha sempre um *mas...*, um *talvez...*, um *se...*, quando criticava obras alheias” (Adolfo Caminha, *Tentação; No País dos lanques*, p. 18).

56. Lúcia Miguel Pereira, *História da Literatura Brasileira: Prosa de Ficção (de 1870 a 1920)*, p. 248.

57. Brito Broca, “Um Animador: Valentim Magalhães”, s.l., 29.10.1955. Recorte incluído no exemplar de *Flor de Sangue* de José Mindlin, que consta do acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Texto posteriormente recolhido em Brito Broca, *Naturalistas, Parnasianos e Decadistas. Vida Literária do Realismo ao Pré-Modernismo*.

58. João Pacheco, *O Realismo (1970-1900)*, 3 ed. São Paulo, Cultrix, 1968, p. 157, nota *apud* Heitor Martins, *op. cit.*

que por inconveniente de saúde é forçado a ausentar-se desta capital e oferecendo à Academia um exemplar da sua obra *Flor de Sangue*⁵⁹. Anteriormente, não há registros de transferências de outras obras com esse mesmo propósito⁶⁰.

Se Lúcia Miguel Pereira, Brito Broca e João Pacheco relatam conhecer o livro, informando-nos apenas que ele não fora referido porque não o encontraram, o mesmo não se pode dizer de Agrippino Grieco, que não perde a ocasião de rebaixar Valentim Magalhães. Rotula-o como um dos clássicos da “banalidade nacional”, responsável por exercer aqui “a ditadura da incompetência”⁶¹, e faz uma crítica mordaz ao romance por meio da recuperação, em dois momentos distintos, da mal-fadada errata⁶². Mais recentemente, no entanto, Alfredo Bosi não faz menção a *Flor de Sangue* em sua *História Concisa da Literatura Brasileira* (sem deméritos, Magalhães aparece apenas como poeta e crítico), bem como Antonio Candido na *Formação da Literatura Brasileira*. Este último refere-se apenas ao opúsculo “menos que medíocre” *Literatura Brasileira (1870-1895)*, publicado pelo autor fluminense também em 1896.

Se os exemplares da edição *princeps* desapareceram⁶³ e se o romance continuou a ser esquecido pela crítica e pelos leitores ao longo do século XX, não foi por falta de uma segunda edição, a qual contou com grande circulação. Em 1972, a editora Três, de Domingo Alzugaray, incluiu *Flor de Sangue* entre os títulos que compuseram sua coleção Obras Imortais de Nossa Literatura, que reunia autores brasileiros e portugueses, era vendida em bancas e constituiu-se como uma espécie de resposta da recém-fundada empresa aos Imortais da Literatura Universal da Abril⁶⁴. Composta por cinquenta volumes em capa dura marrom e gravação a ouro e iniciada por Machado de Assis⁶⁵, a coleção,

59. Claudio Cezar Henriques, *Atas da Academia Brasileira de Letras: Presidência Machado de Assis (1896-1908)*, p. 56.

60. O exemplar do romance doado por Valentim Magalhães à ABL traz dedicatória a Lúcio de Mendonça e a indicação de local e data: “Rio, 12 dez. 96”. Ver registro 19662 da Biblioteca Acadêmica Lúcio de Mendonça, a qual pode ser acessada aqui: academia.org.br/acervo/terminal/index.html. Acesso em 22 fev. 2021. No acervo da instituição, há ainda outro exemplar de *Flor de Sangue*, que fazia parte da coleção de Afonso Celso (reg. 28315).

61. Agrippino Grieco, *Evolução da Prosa Brasileira*, p. 85. O crítico não para por aí com seus juízos cortantes. Destaca ainda que Valentim Magalhães “tinha talento como os bombeiros têm bravura: de seis em seis meses” (*idem, ibidem*).

62. No segundo deles, refere-se ao autor sul-rio-grandense Jorge Salis Goulart, que teria repetido, de certo modo, a célebre errata de Valentim Magalhães, ao fim do romance *A Vertigem*: “‘Onde se lê Santa Catarina, leia-se Paraná’, deslocando assim geograficamente boa parte da ação do livro, sem preocupação da cor local e da verdade dos tipos, bastante arbitrárias e movediças num escritor, capaz de amanhã transportar essas mesmas personagens para Mogúncia ou Filadélfia” (*idem*, p. 125).

63. Hoje, por outro lado, além de na ABL, a obra pode ser encontrada em importantes acervos públicos: a Biblioteca Nacional traz dois exemplares da primeira edição; as bibliotecas da USP, três.

64. Wesley Augusto Nogueira, *À Venda em Todas as Bancas: A Relação entre Produção e Circulação de Livros Colecionáveis Comercializados pela Editora Abril na Década de 1970*, p. 100.

65. O primeiro volume da coleção reuniu o romance *Helena* e a novela “O Alienista”.

distribuída por Fernando Chinaglia, obteve boa vendagem e foi reeditada dois anos depois em 1974⁶⁶.

No caso específico de *Flor de Sangue*, volume 35 das Obras Imortais de Nossa Literatura, há pré-textuais sobre a vida e a obra de Valentim Magalhães resultantes de pesquisa realizada por Carlos Alberto Ianonne, professor da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (hoje Unesp). Se por um lado, há a preocupação entre trazer o aporte de conhecimentos e a chancela da universidade, por outro, os editores não corrigiram os equívocos assinalados na errata de 1896, e, ainda por cima, eliminaram essa última. Sem ela, como era de se esperar, as novas edições ganharam em incorreção e perderam o pitoresco. Não por acaso, dormem nas estantes dos sebos, ao passo que a *princeps* atinge valores exorbitantes, sendo objeto de desejo de bibliófilos⁶⁷.

Nesse sentido, tortuosamente, com uma errata malsinada no meio do caminho, o nome de Valentim Magalhães continua a ressoar num pequeno círculo leitores. Para além de ter deixado seu nome em nossa história literária fundamentalmente como agitador cultural, fundador de *A Semana* e integrante do grupo que criou a Academia Brasileira de Letras, a produção apressada do autor e os descuidos dela decorrentes, ao mesmo tempo que sedimentaram seu estatuto de escritor de segunda linha, fizeram com que a primeira edição de *Flor de Sangue*, em específico por sua burlesca pós-textual, ganhasse em singularidade e em interesse por parte de colecionadores e amantes do livro. Como destaca Rubens Borba de Moraes, particularidades inerentes a cada obra fazem com que ela venha a ser desejada. *Flor de Sangue* se configuraria como um caso divertido, um livro que, levando em conta a história de sua leitura e os altos e baixos da reputação literária de seu autor, “só vale por causa de uma curiosidade da errata”⁶⁸.

66. *Idem, ibidem*.

67. Bolívar Torres, “Livros com Erros Tipográficos são Cobiçados por Colecionadores”, *O Globo*, 22.4.2017.

68. Rubens Borba de Moraes, *op. cit.*, p. 83.

SOBRE O AUTOR

Thiago Mio Salla é doutor em ciências da comunicação e em letras pela Universidade de São Paulo. Enquanto docente e pesquisador da Escola de Comunicações e Artes da USP e do Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da FFLCH/USP, dedica-se às áreas de Literatura Brasileira, Teorias e Práticas da Leitura e Editoração. Entre outros trabalhos, publicou os livros *Garranchos – Textos Inéditos de Graciliano Ramos* (Record, 2012) e *Graciliano Ramos e a Cultura Política* (Edusp, 2016)

PUBLICAÇÕES BBM

CELSO FURTADO E OS 60 ANOS DE FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

João Vicente Manna

Uma obra que, após sessenta anos de sua publicação, continua a gerar debates frutíferos e grandes reflexões a seu respeito, definitivamente, é o que pode se chamar de um clássico. E foi no contexto de, contemporaneamente, gerar discussões a respeito de um livro escrito por aquele que é considerado por muitos o maior economista brasileiro de todos os tempos, Celso Furtado, que surgiu o evento “Celso Furtado e os 60 anos de *Formação Econômica do Brasil*”. O evento foi organizado por Alexandre Saes e Alexandre Barbosa, junto à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP) – sendo que este último, desde 2019, ano do evento, guarda o acervo pessoal de Celso Furtado.

Realizado no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc¹, contou com apresentações de 22 estudiosos sobre a vida e obra de Celso Furtado. Foi no sentido de compilar e organizar de maneira permanente grande parte dos trabalhos apresentados no evento que o livro homônimo foi

1. Serviço Social do Comércio.

organizado. *Formação Econômica do Brasil* é escrito entre 1957 e 1958, em um ano sabático de Furtado em Cambridge, onde o autor se revela influenciado por autores da escola keynesiana da universidade², sobretudo, em sua motivação para estudar o processo de desenvolvimento econômico, o que permitiu a Furtado que pudesse compreender mais profundamente o papel do Estado no processo de desenvolvimento nacional. Nas palavras dele:

Tenho vontade de escrever um trabalho maior sobre o desenvolvimento recente (os últimos dez anos) da “dinâmica econômica”, principalmente as contribuições de Harrod, Joan Robinson e Kaldor. Tenho me dedicado exclusivamente a ler. Nos primeiros meses o livro me tomou muito tempo, e agora estou impaciente por recuperar o atraso no meu programa de leitura.³

O livro *Celso Furtado e os 60 Anos de Formação Econômica do Brasil* Começa com um prefácio escrito por Rosa Freire d’Aguiar – jornalista, tradutora e viúva de Celso Furtado –, apresentando uma importante contextualização a respeito de quando e como esse clássico foi escrito pelo autor. Posteriormente, segue-se uma apresentação, escrita pelos organizadores Alexandre Barbosa e Alexandre Saes. Esta seção se inicia também tratando um pouco do contexto em que *Formação* foi escrito e, então, parte para uma apresentação que destaca os trabalhos contidos no livro, que se divide em seis partes: (i) “*Formação Econômica do Brasil* e o Gênero de ‘Formação’”; (ii) “Da Economia Brasileira para a História Econômica: Os Debates Historiográficos Herdados de *Formação Econômica do Brasil*”; (iii) “Teoria e Método em *Formação Econômica do Brasil*”; (iv) “Da História Econômica para a Economia Brasileira: o Projeto Político de *Formação Econômica do Brasil*”; (v) “A Atualidade de *Formação Econômica do Brasil*” e (vi) “O Arquivo de Celso Furtado no Instituto de Estudos Brasileiros”. Assim, cabe apresentar no que consiste cada uma destas seções.

As partes (i) e (ii) buscam apresentar de que maneira *Formação Econômica do Brasil* se encaixa na literatura brasileira, sendo um *best-seller* quando de sua publicação e tendo enorme influência nas áreas de Economia e Ciências Sociais ao longo dos anos. (i) “*Formação Econômica do Brasil* e o Gênero de ‘Formação’” inclui *Formação Econômica do Brasil* como um clássico da literatura econômica e social brasileira. Mesmo com intervalo de uma geração após três clássicos que dialogam

2. Luigi Pasinetti, *The Cambridge School of Keynesian economics*, pp.837-848, 2005.

3. Celso Furtado, *Diários Intermitentes: 1937-2002*, 2019, p.149.

com estas duas literaturas – *Casa-Grande & Senzala*⁴, *Raízes do Brasil*⁵ e *Formação do Brasil Contemporâneo*⁶ –, afirma-se ser possível colocar o livro de Furtado como um clássico, uma vez que este oferece uma interpretação original para a economia brasileira. É a partir dessa perspectiva que André Botelho, Vera Cepêda, Alexandre Saes e Rômulo Manzatto discutem como a obra pode se apresentar como uma leitura que se encaixa no gênero de “formação”.

Em (ii) “Da Economia Brasileira para a História Econômica: Os Debates Historiográficos Herdados de *Formação Econômica do Brasil*”, é apresentado como a interpretação histórica da economia do Brasil feita pelo autor originou uma gama de hipóteses que puderam ser utilizadas em pesquisas historiográficas brasileiras. Nesta parte, Flávio Versiani e Flávio Saes apresentam uma contribuição a respeito de como o livro impactou nas temáticas de monografia nas décadas que sucederam sua publicação, além de abordarem em que medida as evidências empíricas foram capazes de gerar novas sínteses a partir desta obra de Furtado. Já Mauro Boianovsky aborda o diálogo entre o autor, Douglas North e a Nova História Econômica – apresentando semelhanças significativas entre o estruturalismo⁷ de Furtado e o neoinstitucionalismo de North.

Em seguida, as partes (iii) “Teoria e Método em *Formação Econômica do Brasil*” e “(iv) Da História Econômica para a Economia Brasileira: o Projeto Político de *Formação Econômica do Brasil*” abordam o impacto da obra entre as contribuições teóricas de autores que foram seus contemporâneos, destacando a capacidade de Furtado de oferecer uma interpretação de grande originalidade para a economia brasileira, utilizando-se de distintos arcabouços teóricos para desenvolver a sua própria teoria. Além disso, estas duas partes também destacam a construção de um projeto de país feita por Furtado em *Formação*. Em (iii), Pedro Fonseca, Maurício Coutinho e Roberto Silva apresentam de que forma o autor se utilizou de teorias e métodos para construir sua teoria estruturalista.

O trabalho de Fonseca, por exemplo, permite compreender melhor os aspectos metodológicos de Furtado e o diálogo com a tradição de pensamento do local em que estava quando escreveu o livro, a chamada “escola de Cambridge”.

Fonseca ressalta a tentativa de Furtado, em seu método de análise estruturalista, tentar dinamizar o modelo Keynes, resgatando os modelos

4. Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, 2003.

5. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1995.

6. Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, 1942.

7. Ricardo Bielschowsky, “Formação Econômica do Brasil: Uma Obra Prima do Estruturalismo Cepalino”, *50 Anos de Formação Econômica do Brasil: Ensaios sobre a Obra Clássica de Celso Furtado*, 2009, pp. 49-67.

de Harrod e Kaldor, que são evidenciados em sua obra *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*⁸. No que tange à ideia de discussão a respeito de um projeto nacional, em (iv), Paulo Bastos, Fernando Rugitsky e Carlos Vieira exploram como a obra influenciou o debate político entre os contemporâneos de Celso Furtado.

Em (v) “A Atualidade de *Formação Econômica do Brasil*”, são apresentados trabalhos de Fernanda Cardoso, Gilberto Bercovici e Alexandre Barbosa, mostrando como *Formação* se configura um trabalho que vai muito além de uma síntese do passado histórico da economia brasileira.

A obra de Furtado também se mostra um instrumento de análise conjuntural, que busca compreender mais a fundo o processo de desenvolvimento econômico, instrumento esse que permite também fazer prospecções a respeito do futuro. Como, por exemplo, pode ser verificado no trabalho de Bercovici, que ressalta a ideia prospectiva contida no clássico, ao apresentar uma perspectiva que destaca a importância do Estado atuando dentro de um projeto nacional, com vista à superação do subdesenvolvimento.

Por fim, tem-se a parte (vi) “O Arquivo de Celso Furtado no Instituto de Estudos Brasileiros”, composto pelo trabalho de Elisabete Ribas, tratando a respeito da importância de arquivos pessoais enquanto fontes de pesquisa e se debruçando sobre seu arquivo pessoal no trabalho “*O Arquivo Pessoal de Celso Furtado: Relações e Relacionamentos para Além dos Bastidores da História Econômica*”. O momento em que Elisabete Ribas o desenvolve, em 2019, coincide com a chegada do acervo ao IEB-USP. Porém, como o arquivo de Furtado ainda passaria por uma série de trabalhos técnicos até sua disponibilização, para seu artigo, Ribas utiliza outros documentos de autoria ou relacionados ao economista que já se encontravam disponíveis no IEB quando da ocasião da realização de seu trabalho de pesquisa.

Esta contribuição da autora se mostra uma ótima forma de encerrar o livro *Celso Furtado e os 60 anos de Formação Econômica do Brasil*, fomentando a possibilidade de novos avanços e aprofundamentos nas contribuições de Furtado, a partir de fontes primárias inéditas.

Com isso, mostra-se a riqueza de um clássico que possui uma interpretação do Brasil única e de grande relevância. Passando por diversos pontos da perspectiva de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, o livro recém-lançado demonstra sua importância histórica, historiográfica e metodológica, guardando um certo “olhar ao passado”. Ao mesmo tempo, o livro revela a atualidade da obra de Furtado

8. Celso Furtado, *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, 1977.

em discussões do presente, com vistas a pensar à frente, através da importância da existência de um projeto político com o objetivo de buscar o desenvolvimento econômico, contendo também um “olhar ao futuro”.

SOBRE O AUTOR

João Vicente Manna é doutorando em Economia da Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e professor tutor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP-FGV).
E-mail: joao.manna@usp.br.

MEMÓRIA

RUBENS BORBA DE MORAES: UM INTELLECTUAL INCOMUM¹

José Mindlin

Centenários de nascimento ocorrem todos os dias, em todos os anos, e obviamente são ignorados pelo grande público, mas existem alguns que não podem deixar de ser assinalados, pelos méritos do personagem em sua passagem pelo mundo.

Vou falar de um deles, uma figura incomum no meio intelectual brasileiro: Rubens Borba de Moraes, que nasceu em 23 de janeiro de 1899, e cuja vida e obra merecem ser evocados. Procurarei ser objetivo, embora tivéssemos sido amigos fraternais durante mais de quarenta anos. Por outro lado, essa relação, o convívio que tivemos e as afinidades que nos uniram permitem falar dele melhor do que alguém que apenas o tenha conhecido superficialmente.

Fomos, aliás, meio contraparentes (expressão que sempre achei fora de propósito quando existe amizade, já que sugere mais divergência do que entendimento...). Rubens era primo-irmão de uma cunhada

1. Publicado originalmente em *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 79, n. 192, pp. 108-111, maio-ago. 1998.

minha, mas não foi isso que nos aproximou, e sim o amor aos livros, que tanto ele, como eu, sempre tivemos e cultivamos.

Foi um homem de grande cultura, conhecedor e infatigável leitor dos mais diversos temas. Descendia de velhos troncos paulistas, que remontam a Borba Gato, mas nem por isso tinha a empáfia de muitos quatrocentões. Sua vida apresentou contrastes curiosos, da educação europeia à boemia que levou seu grupo na rapaziada paulista a promover a Semana de Arte Moderna, e, ao mesmo tempo, extremamente metódico em todos os seus trabalhos, profundo estudioso de temas brasileiros.

Nasceu em Araraquara, São Paulo, mas fez seus estudos, a partir dos nove anos de idade, em Paris e Genebra, antes da Primeira Guerra Mundial (era mais barato estudar na Europa do que em São Paulo...). A influência da Europa foi tão marcante que escrevia em francês antes de fazê-lo em português, ao ponto de seus artigos para a *Klaxon*, de que foi diretor, terem de ser corrigidos, e às vezes até traduzidos, por Mário de Andrade, de quem foi amigo de infância, e a quem reencontrou quando voltou ao Brasil, em 1919.

Inicialmente foi funcionário da Secretaria da Fazenda, trabalhando na Receita, mas isso não durou muito e escapou de uma carreira nesse setor. Carreira incompatível com números, que ele sempre detestou (Sérgio Milliet, seu íntimo amigo, e companheiro nos anos da Suíça, dizia que Rubens só sabia fazer contas com os dedos...). Apaixonado por livros, passou a lhes dedicar sua vida, não só como leitor, mas também como escritor e organizador da leitura, pois foi o verdadeiro introdutor da biblioteconomia no Brasil, fundando a primeira escola de biblioteconomia que aqui se formou. Isso o levou a dirigir e reorganizar, de início, a Biblioteca Municipal de São Paulo, fazendo parte do grupo que renovou a cultura brasileira, e depois a Biblioteca Nacional. Nesta, encontrou vícios antigos, que revelou em famoso relatório, mas isso lhe valeu os maiores dissabores e pressões políticas, que finalmente o levaram a deixar o cargo. Logo mais direi o que aconteceu depois disso, mas acho importante assinalar que seu trabalho na Biblioteca Municipal se iniciou sob os estimulantes auspícios do Departamento Municipal de Cultura, criado por Mário de Andrade, sendo prefeito Fábio Prado, assessorado por Paulo Duarte, e de que Rubens e Sérgio Milliet, entre outros, faziam parte. Foi um trabalho harmonioso e extremamente criativo, mas, quando Prestes Maia assumiu a Prefeitura, as coisas mudaram. O novo prefeito não soube compreender as ideias progressistas com que Rubens havia imaginado o projeto do atual prédio da biblioteca, que antes funcionava num casarão da Rua Sete de Abril, e aí surgiram problemas desanimadores. Por exemplo, uma das primeiras providências de Prestes Maia em relação à biblioteca foi extinguir o curso de Biblioteconomia, sob a alegação

de que isso era atribuição da Secretaria de Educação, e não da Prefeitura. Não me lembro se pediu demissão ou se foi demitido, mas foi aí que assumiu, depois de algum tempo, a direção da Biblioteca Nacional, onde o esperavam problemas burocráticos de natureza semelhante. Encontrou a biblioteca em condições bastante precárias de administração e funcionamento. Corrigiu muita coisa, mas não conseguiu executar todos os seus planos, pois a revelação de mazelas provocou forte reação, obrigando-o a deixar o cargo. Sua grande competência foi, no entanto, reconhecida em plano internacional, pois foi convidado a dirigir a biblioteca e o Serviço de Informações da ONU, permanecendo nesse trabalho, em Nova York e Paris, por vários anos, até a sua aposentadoria. Regressou então a São Paulo, e ficou aqui algum tempo, indo depois para Brasília, onde lecionou Biblioteconomia, Bibliografia e História do Livro na Universidade de Brasília. Aos 75 anos, com invejável disposição de espírito, enfrentou a construção de uma casa em Bragança, neste Estado, onde morou até o fim de sua vida, aos 87 anos.

Com estas breves informações, creio que posso encerrar o que poderia ser considerado sua biografia oficial, para poder falar de Rubens de modo mais descontraído, e passando a mencionar o que me parecem ser suas características fundamentais.

Desde cedo resolveu dedicar-se à bibliografia brasileira, embora suas leituras de moço tivessem sido de autores franceses, tendo sido um dos primeiros leitores brasileiros de Proust. Passou anos pesquisando bibliotecas europeias, norte-americanas e brasileiras, publicando uma série de obras que são verdadeiros monumentos de erudição, das quais se destacam a *Bibliografia Brasileira*, descritiva de livros raros sobre o Brasil de 1504 a 1900, e a *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*, em que no final de sua vida foi assessorado por Ana Maria Camargo, e publicada postumamente. A primeira teve duas edições, ambas em inglês, imaginando-se que teria, como teve, maior repercussão no exterior do que no Brasil. Seus amigos quiseram fazer uma edição em português, mas Rubens era tão desligado de interesses materiais que mandou os próprios originais serem traduzidos para o inglês, e esses originais se perderam. Estamos tentando agora uma edição brasileira, comemorativa dos quinhentos anos, mas traduzida do inglês... Tenho o exemplar do próprio Rubens, com numerosos acréscimos e correções que enriquecerão a nova edição e que contém uma nota reveladora de seu grande senso de humor: “Author’s copy, revised and enlarged, prepared for a very improbable 3rd edition, some time around the year 2003”! (“Exemplar do autor, revisto e ampliado, preparado para uma muito improvável terceira edição, mais ou menos no ano de 2003”).

Em paralelo, dedicou-se também à literatura, escrevendo uma deliciosa digressão sobre arte – o *Domingo dos Séculos*, publicado em 1924, e o admirável *Bibliófilo Aprendiz* – introdução indispensável ao mundo dos livros, que teve várias edições e se tornou, durante vários anos, uma raridade, mas felizmente foi agora reeditado por seu antigo discípulo em Brasília, Antônio Agenor Briquet de Lemos, em coedição com a Casa da Palavra, nova editora no Rio de Janeiro. Os editores fizeram um livro que, além de seu texto ser encantador, teve excelente planejamento gráfico, resultando num volume que dá gosto de pegar. Escreveu também numerosos artigos em várias revistas, como *Klaxon*, de que foi diretor, *Anhemi*, *Terra Roxa*, e outros, sempre informativos e bem-humorados.

Embora a literatura fosse o seu maior interesse, teve também atuação política, ajudando a fundar o *Diário Nacional*, órgão de oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP), que dominou oligarquicamente a República Velha. Foi também combatente na Revolução de 32, mas tudo isso acredito poder dizer que foi acidental em sua vida. Gostava mesmo de ler e conversar – a época de sua mocidade creio que foi o apogeu do bate-papo. Ficaram famosas as reuniões noturnas em São Paulo e no Rio, que entravam pela madrugada, com Mário de Andrade, Tácito e Guilherme de Almeida, Oswald de Andrade, Paulo Duarte, Sérgio Milliet, Di Cavalcanti, Couto de Barros, Manuel Bandeira, entre outros. Também se tornou amigo de Blaise Cendrars, quando este esteve no Brasil, e foi frequentador, com todo o grupo modernista, do *salon* de dona Olívia Guedes Penteadado, que deu a todos eles, assim como Paulo Prado, inestimável apoio. Ia me esquecendo de dizer que, tendo sido um dos organizadores da Semana de Arte Moderna, de 1922, dela não participou, pois adoeceu justamente nessa semana! Quando o ouvia contar o que eram os encontros dos jovens intelectuais, confesso que ficava com pena de ainda ser criança naquela época. E sonho com a publicação de vários textos inéditos, que estão comigo, e que descrevem detalhes pitorescos de sua vida e da vida paulistana. [...]


Tivemos grande amizade pessoal, encontros frequentes, e conversas infundáveis, mas, como disse, o que nos ligou fortemente foi o amor aos livros, ambos com a mesma compulsão patológica da garimpagem. Um curti a biblioteca do outro, e ele é, na realidade, o interlocutor que me falta. Preocupado com o que fazer com os livros depois que passássemos desta vida para a melhor (pergunto-me sempre se será mesmo a melhor), resolvemos unir as bibliotecas, para evitar a dispersão. Isso foi objeto, aliás, de longas conversas e muitas dúvidas, pois ele achava que, se nenhuma biblioteca se dispersasse, novos colecionadores teriam uma vida difícil, uma vez que foi naquelas que se venderam que nós encontramos muitos de nossos livros. Mas mesmo na dúvida,

resolvemos não dispersar as nossas, e a dele, que nos deixou em testamento, se encontra aqui em casa, intacta, arrumada como estava na casa dele, e não se misturando com a nossa, pois uma biblioteca transmite a personalidade de quem a formou. E a personalidade de Rubens foi fora de série.

22 de fevereiro de 1999.

SOBRE O AUTOR

José Mindlin (1914-2010) nasceu na cidade de São Paulo em 8 de setembro de 1914. Trabalhou como jornalista na redação do jornal *O Estado de S. Paulo* desde os 15 anos de idade até se formar em Direito pela Faculdade do Largo São Francisco, da USP, em 1936. Advogou por 20 anos. Em 1950 foi um dos fundadores da empresa Metal Leve, que se tornou uma das maiores empresas no setor de peças automotivas do Brasil. Como industrial, estimulou o desenvolvimento tecnológico e as exportações de manufaturados brasileiros. Foi doutor *honoris causa* por diversas universidades, inclusive pela USP. José Mindlin foi membro do Conselho Superior da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) de 1973 a 1974; foi diretor do Conselho de Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, de 1975 a 1976, quando estruturou a carreira de pesquisador. Foi também membro de diversos conselhos de entidades culturais, como IPHAN, CNPq e EDUSP. Foi membro da Academia Paulista de Letras e, em 2006, elegeram-no para ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras.



ia, devidos aos terriveis solavanco-
mbros espavoridos e contusos.
paciencia! E... hip! hip!

de chegarem ao termo da via-
alho de jantar
lali

O PROBLEMA DAS BIBLIOTECAS BRASILEIRAS¹

Rubens Borba de Moraes

O meu temperamento de provinciano, avesso a falar e a escrever, mais habituado a agir, quase me fez recusar o convite da Casa do Estudante para fazer esta conferência. “Deitar falação”, numa hora em que o mundo está agindo, só agindo (e tão tragicamente), pareceu-me, a princípio, coisa fútil e desnecessária. Pensando melhor, entretanto, convenci-me de que o fato de estudantes convidarem um simples bibliotecário a dizer-lhes o que pensa sobre bibliotecas é por demais significativo, é como que um índice de quanto esse grave problema preocupa a todos, neste momento.

Não pude, por isso, furtar-me ao convite de vir aqui dizer o que penso, como bibliotecário, sobre a situação atual das nossas bibliotecas. Não vim como um mágico, ou como um curandeiro, trazendo uma fórmula que irá curar todos os males rapidamente. Nem trouxe comigo projetos para resolver problemas no papel. O que pretendo, repito, é simplesmente dizer o

1. Conferência lida no Salão de Conferências da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no dia 23 de setembro de 1943.

que penso como bibliotecário. Falarei sinceramente. Poderei parecer rude e até inábil. Contudo, há verdades que precisam ser ditas, embora quem as diga fique passando por malcriado e intrometido.

O descaso em que vivem as nossas bibliotecas resulta certamente do fato de não existir, ainda, no brasileiro uma “mentalidade bibliotecária”. Só há muito pouco tempo o problema entrou nas cogitações de nossa gente. Só agora que governo, estudantes, intelectuais, professores e até o “homem da rua” começam a ter consciência da utilidade das bibliotecas. Essa consciência está se fortalecendo, felizmente, o que me leva a crer que a primeira fase da luta pelas bibliotecas está terminando, entre nós. Ninguém mais, de boa-fé, discute a necessidade delas.

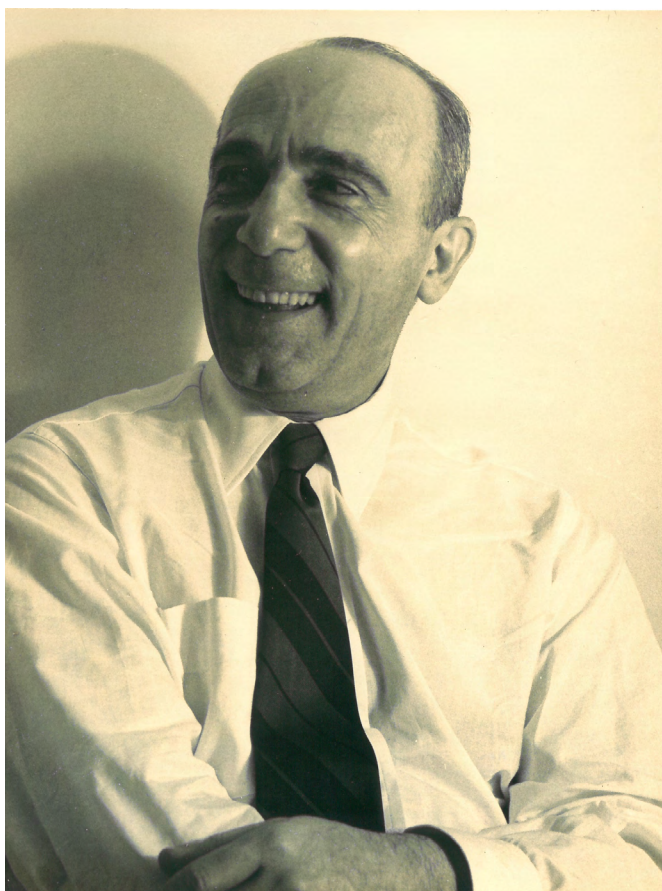


Figura 1. *Rubens Borba de Moraes na década de 1960. Autoria desconhecida. Acervo privado.*

Há, é verdade, muita confusão, muita ideia falsa, muito conceito errado. Tudo isso é normal. A própria noção da utilidade das bibliotecas progrediu muito devagar através dos tempos.

A MENTALIDADE DO SÉCULO XIX

As bibliotecas públicas são velhas como o mundo. Existiram no tempo de Roma, proliferaram na Renascença. Mas foi, sobretudo, no século XIX que elas se desenvolveram. As ideias democráticas e o choque das ideologias políticas, em meados do século passado, não podiam deixar de se refletir nas bibliotecas. Nessa época, o burguês rico, imbuído de filantropia, com dó dos pobres, não podia deixar de se condoer com a falta de “pão espiritual” em que vivia o trabalhador. Este e outros chavões passaram a constituir uma espécie de propaganda, cujo *slogan* mais em voga era: “Abrir uma biblioteca é como fechar uma prisão”.

Foi o tempo das chamadas bibliotecas populares. Todo o mundo parecia convencido da necessidade de ilustrar o operário, evitando, ao mesmo tempo, que ele se corrompesse com leituras perigosas. Dentro desse espírito, abriram-se bibliotecas públicas por toda parte da Europa. Bibliotecas, note-se bem, cheias de livros de vulgarização científica, romances históricos, clássicos dos que são tidos como boa leitura, manuais de instrução técnica e profissional. Bibliotecas, em suma, munidas de obras escolhidas, “ao alcance do povo”, que a nata intelectual julgava destinadas a instruir ou divertir os operários.

Entretanto, na América, onde jamais existiu uma aristocracia verdadeiramente tradicional, como na Europa, encarou-se o problema de forma muito diversa. Paralelamente ao movimento europeu das bibliotecas populares, desenvolveu-se nos Estados Unidos um movimento bibliotecário, não encabeçado por uma elite humanitária, mas organizado espontaneamente pelo povo. A sua criação não partia de uma aristocracia querendo socorrer um proletariado ignorante, mas do próprio povo, que sentia necessidade de instruir-se, de adquirir uma cultura por meio da qual poderia subir socialmente. As bibliotecas americanas surgiram, como as escolas, não doadas por uma elite ou por um governo benevolente, mas criadas pelo próprio povo, ávido de leitura, persuadido de que estava adquirindo um instrumento indispensável para a luta pela vida.

As bibliotecas americanas nasciam, pois, sem o erro básico das europeias: a separação de bibliotecas para o povo e bibliotecas para as elites. Elas não eram, ali, doadas por uma classe como uma esmola à outra classe menos favorecida.

Surgiam, como disse, de uma necessidade imprescindível, tal qual o serviço de águas e esgotos ou a luz elétrica em todas as casas.

Resultado: enquanto as bibliotecas populares fracassavam na Europa, as bibliotecas *tout court* tomavam um impulso extraordinário na América. E por quê?

Porque nunca houve, nos Estados Unidos, a mentalidade bibliotecária que chamei de humanitária.

Uma anedota ilustra muito bem o que quero dizer e mostra o quanto é inconsistente o conceito humanitário em matéria de bibliotecas.

Hoover, o famoso chefe dos “G-Men”, no livro que escreveu sobre os gângsteres, narra um curioso expediente de que se serviu, durante largo tempo, um dos mais famosos salteadores de bancos dos Estados Unidos. Esse cidadão dava os seus assaltos justamente nos dias em que a caixa estava mais abarrotada de dinheiro. Preso, a polícia perguntou ao criminoso como ele conseguia estar sempre tão bem informado.

– Muito simples – respondeu. – Antes de cada assalto, tinha o cuidado de consultar o balanço dos bancos, no boletim diário da Associação Comercial. Preparo os meus assaltos na biblioteca.

Esta pequena anedota destrói por completo o *slogan* humanitário do século XIX.

Hoje em dia, abrir uma biblioteca não é mais fechar uma prisão. A biblioteca deixou de ser um “hospital de almas” para se tornar simplesmente uma oficina de trabalho, que pode ser utilizada por qualquer cidadão, indiferentemente, até por gângsteres...

É por esta e por outras que penso ser inútil, contraproducente mesmo, fazer propaganda de bibliotecas no sentido de querer com elas, e somente com elas, melhorar a sorte da humanidade.

Na verdade, não devemos discutir mais a necessidade ou não das bibliotecas, como nos longínquos tempos do século XIX. Escrever, falar, discutir sobre a importância e a utilidade das bibliotecas é mastigar verdades à “La Palisse”. Numa palavra, o que precisamos é criar e organizar bibliotecas modernas, equipadas para atender não somente ao povo ou às elites, mas a todo cidadão.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Deixando para trás o ponto pacífico da discussão da importância das bibliotecas, façamos um pequeno histórico do problema no Brasil. Até princípios do século passado, ou, para ser mais exato, até a chegada da família real portuguesa em 1808, as únicas bibliotecas que existiam na colônia eram as dos conventos. Algumas delas, como as da Ordem Beneditina, eram bastante ricas. As dos jesuítas dispersaram-se após a expulsão dos padres da Companhia, ordenada por Pombal. Como na Europa da Idade Média, foi o convento quem nos ensinou a ler e a estudar. Fora do mundo religioso, esses livros não circulavam e, como na

Idade Média, fora dos conventos não havia livros. É verdade que alguns letrados ricos, formados em Coimbra, traziam à terra algumas obras. Mas eram raríssimos.

Com o Príncipe Regente, porém, vem de Lisboa a célebre coleção de Diogo Barbosa Machado, a qual serviu, como se sabe, de ponto de partida para a Biblioteca Nacional dos nossos dias. Na Bahia, em 1811, o Conde dos Arcos funda a primeira biblioteca pública. Três anos mais tarde, a Biblioteca Real, instalada no Rio de Janeiro, no hospital dos Terceiros Carmelitas, abre as suas portas à população fluminense. E aqui termina o período medieval das bibliotecas brasileiras.

No Segundo Reinado, não escapamos à influência europeia das bibliotecas populares, que na América do Sul haveria de repercutir, entretanto, mais na Argentina que no Brasil. É a fase das bibliotecas dos liceus literários, das sociedades beneficentes, dos gabinetes de leitura. Surge, então, um tipo interessante de benemérito das letras: o barão ou o fazendeiro que queria transformar a sua cidade natal num centro de cultura e de progresso.

Com o empobrecimento dessas cidades, decaem as suas bibliotecas. Ainda se encontram vestígios de algumas em cidades do interior brasileiro, principalmente em São Paulo e no estado do Rio. Porém, todo esse esforço, resultante de uma época que findou e de uma classe que empobreceu, está hoje perdido. Muitas dessas bibliotecas já não existem mais. Do Gabinete de Leitura de Ubatuba, vi as ruínas do prédio próprio onde funcionou e um catálogo impresso, faltando páginas, guardado como raridade bibliográfica (e não há dúvida que é), em mãos de um amador. No estado do Rio veem-se, em algumas salas de prefeituras, restos de livros, representando o que foi outrora a biblioteca do lugar.

Mas se essas bibliotecas decaíram ou desapareceram, em compensação as diretamente sustentadas pelo governo foram crescendo pouco a pouco. A Nacional do Rio aumentou seu acervo com a aquisição de coleções particulares e também em virtude da lei que obriga todo editor a doar-lhe um exemplar de cada obra publicada. As dos ministérios e das faculdades estão adquirindo livros de vez em quando. As estaduais também cresceram. Mais por força das circunstâncias que por iniciativa direta dos respectivos governos.

Não existia, porém, o menor plano que pudesse canalizar uma continuidade de esforços. Todas elas levavam uma vidinha burocrática de repartição que não dá renda. Relegadas em prédios velhos, em salas escuras de secretarias, sem verba, sem pessoal, muitas delas não conseguiam nem sequer preservar o seu acervo. Os bichos as devoravam sossegadamente, sob as vistas de bibliotecários desanimados.

Se isso acontecia, não era por culpa de determinado governo ou pessoa, mas da mentalidade reinante. Biblioteca, nesse tempo, era considerada coisa sem importância, quase luxo. Ninguém via nas bibliotecas um instrumento de trabalho, indispensável a qualquer pessoa.

Essa mentalidade só agora é que se está modificando. Só hoje é que começamos a ter consciência da utilidade das bibliotecas.

Assim é que o panorama que se nos apresenta neste momento é de ruínas a restaurar. Mas a restauração do que existe não basta. É preciso criar novos organismos. Todos nós temos a noção dessa necessidade. Daí vemos surgir, por toda parte, uma ânsia de fundar bibliotecas, uma fome de leitura, nunca vistas neste Brasil. E fundam-se bibliotecas todos os dias. E todos os dias os jornais clamam pedindo livros para uma nova instituição que se organiza.

Longe de mim a ideia de criticar tão animadora consciência da necessidade de livros. Mas não deixa de assustar essa avalanche desordenada, sem plano, sem método, dispersando esforços e dinheiro. Há urgência de um plano, de uma concentração de energias. Essas reflexões eu as fiz percorrendo muitas dessas novas bibliotecas, criadas num momento de entusiasmo, por particulares cheios de boa vontade, confiadas a leigos, com uma inexperiência assustadora. Não posso deixar de temer que todo esse dinheiro e esse louvável esforço dê em nada dentro de poucos anos, tal qual aconteceu aos gabinetes de leitura dos fins do Segundo Reinado.

A FALTA DE PREPARO TÉCNICO

Mas não sejamos tão pessimistas assim. O panorama de hoje já não é o mesmo de há cinquenta anos atrás. Possuímos centenas de bibliotecas públicas, espalhadas pelo país, recebendo o auxílio inestimável do Instituto Nacional do Livro. Graças a essa instituição as bibliotecas perdidas no interior, longe dos grandes centros intelectuais, recebem metodicamente lotes de livros. Se não tivessem esse auxílio, o que seria dessas bibliotecas esquecidas das autoridades locais, sempre preocupadas com problemas que julgam mais urgentes?

Possuímos, na realidade, uma grande máquina bibliotecária, numerosa e, às vezes, boa. Esta máquina está parada e precisa funcionar.

Segundo o meu modo de ver, o problema não é tanto de fundar novas bibliotecas, mas de reorganizar e remodelar as já existentes. Precisamos recolocar muito parafuso fora do lugar, azeitar as engrenagens, tocar a máquina para frente.

Aqui é que deparamos com um empecilho quase que invencível: a falta de bibliotecários. A máquina continuará imóvel, talvez porque não temos operários em número suficiente para acioná-la.

Se é certo que, de Dom João VI até hoje, as bibliotecas cresceram e se multiplicaram neste país (e isso é um bem que ninguém discute e todos reconhecem), também é certo que a técnica bibliotecária pouco evoluiu entre nós (e isso é um mal de que poucos se lembram e nem todos reconhecem). No entanto, é precisamente sob esse aspecto que as nossas bibliotecas estão mais atrasadas.

Até há bem pouco tempo não havia, no Brasil, a profissão de bibliotecário. Em geral, esses cargos eram sempre distribuídos a pessoas que gostavam de ler, a literatos, a jornalistas, a poetas. Ainda nisso, não fomos originais. Seguimos o figurino europeu. Essa gente não se preocupava com os problemas técnicos, que colocavam sempre em segundo plano. Os mais ativos procuravam, entretanto, enriquecer as suas instituições com obras de sua predileção. Sendo poeta, comprava livros de poesia. Sendo historiador, obras históricas. E assim por diante.

Formavam-se, em muitos casos, verdadeiras bibliotecas privadas, para uso e gozo exclusivo de seus diretores, que, trancados nos gabinetes, liam gostosamente os seus livros prediletos.

Não quero dizer com isso que não houvesse entre eles funcionários dedicados, animados das melhores intenções, que tudo faziam para aperfeiçoar, a seu modo, o serviço que lhes era entregue, procurando desenvolver no setor que entendia mais útil, ou mais interessante, o acervo das suas bibliotecas.

Por outro lado, os que estavam ao par dos progressos técnicos em matéria de biblioteconomia, esses, coitados, esbarravam com um sem-número de dificuldades burocráticas, insuperáveis e intransponíveis.

Contudo, essa preocupação de aperfeiçoamento técnico aparece muito viva na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde, já em 1920, se não me engano, foi criado um curso de biblioteconomia, com o fito de preparar funcionários para aquela casa. O movimento não teve, porém, a menor repercussão fora do Rio. Nada de semelhante se fez nos estados. E o próprio curso da Nacional foi com o tempo envelhecendo, não atingindo mais os objetivos que haviam determinado a sua criação. Após um largo período de marasmo, novos cursos aparecem em São Paulo e, em seguida, no Rio.

Muito se deve ao Dasp (Departamento Administrativo do Serviço Público), que instituiu excelentes cursos, criou a carreira de bibliotecário e fez da sua biblioteca um centro de aperfeiçoamento para todos os que estão ligados a esses problemas.

Mas a existência de escolas para bibliotecários nessas duas cidades apenas, não basta. Temos necessidade de um curso de biblioteconomia em cada um dos grandes centros culturais do país, nas capitais dos estados pelo menos.

Só a difusão dos cursos técnicos pode enfrentar, com êxito, a perigosa competição dos leigos. De que adianta fundar uma biblioteca se somos obrigados, fatalmente, a entregá-la a uma pessoa ignorante dos princípios mais rudimentares do ofício e, muitas vezes, incapaz intelectualmente?

Tratemos, pois, de organizar novas escolas de biblioteconomia, com orientação moderna e com bons professores. Escolas que consigam atrair não só a moça que terminou o curso secundário e precisa de emprego ou o rapaz que fracassou noutras ocupações ainda mais simples, mas também gente com mais consciência do dever a cumprir, com certa base intelectual, que procure aprender uma determinada técnica para depois aplicá-la eficientemente.

Não quero dizer que o bibliotecário deva ser um técnico somente. A preocupação técnica exclusiva é tão prejudicial quanto a sua inexistência. O bibliotecário moderno deve ser um misto de técnico e de intelectual. A sua preocupação principal não deve ser datilografar fichas perfeitas, segundo um código de catalogação, mas conhecer o conteúdo dos livros que possui, ser um guia intelectual do leitor. Muitos bibliotecários esquecem que a principal cousa, na biblioteca, para o leitor, é o livro e não a técnica que se empregou para catalogá-lo e classificá-lo.

O bibliotecário moderno, repito, é um intelectual e um técnico. A cultura, ele a adquire em primeiro lugar, antes de entrar para a escola técnica, na universidade e fora dela, lendo e estudando os conhecimentos humanos em perpétua transformação. É por isso que julgo um erro colocar à frente das bibliotecas não só eruditos sem preparo técnico, mas também técnicos sem erudição. O meio de remediar esse mal é atrair para as escolas de biblioteconomia o intelectual, o universitário, o estudante que terminou seu curso superior. É dessa matéria-prima que são feitos os verdadeiros bibliotecários. Para a carreira bibliotecária, nova entre nós, cheia de futuro, é preciso atrair o jovem entusiasmado e de boa vontade, que procura, em falta de melhor caminho, essas superlotadas carreiras chamadas, não sei por que, de liberais.

A BUROCRACIA ADMINISTRATIVA

A falta de preparo técnico não é, porém, o nosso único entrave. Bem sei que as dificuldades administrativas têm sido, em quase todos os países, se não o maior, um dos mais sérios empecilhos para a solução do problema. As nossas bibliotecas, como as da Europa, ainda são consideradas repartições públicas, sem a mínima autonomia indispensável a institutos que não podem funcionar nos padrões estabelecidos para os departamentos burocráticos.

Essa organização, no mesmo plano das repartições públicas, consegue, muitas vezes, anular o esforço de um ou outro bibliotecário mais

esclarecido, de chefes e serviços responsáveis mais diretamente por esses problemas.

Sob este aspecto seguimos a orientação europeia. Mas isto não é um consolo. Percorrendo as bibliotecas do Velho Continente, verifica-se que, em 90% dos casos, a situação, ali, muito se parece com a nossa. O ambiente técnico é o de 1900, *au temps des équipages*, da rainha Vitória, d'El Rei Dom Carlos.

Quem viaja por certas bibliotecas europeias tem a impressão de andar por um vale de lágrimas. Dos chefes de serviço, só ouve queixas, lamúrias, choradeiras sem fim. Uns mostram goteiras nos tetos e avisam que oficiaram pedindo consertos há dois anos; outros, desculpam-se por ter de obrigar a gente a subir uma vasta escadaria, pois há meses que reclamam o conserto do elevador; outros, ainda, justificam os processos arcaicos de catalogação porque não há meios de conseguir nem o pessoal técnico indispensável nem o aparelhamento para modernizá-los. Na sala de leitura, o consulente espera horas, até que o funcionário encarregado de atendê-lo termine a sua prosinha com o velho porteiro, herói esquecido de uma guerra qualquer, que se queixa que há muito devia ser promovido, mas não tem proteção...

Mudando de um polo a outro, vejamos o que acontece nos Estados Unidos. Prédios excelentes. Acervos de livros escolhidos e modernos. Técnica perfeita. E, maravilha das maravilhas, o bibliotecário entusiasmado com a profissão, mostrando os melhoramentos que está introduzindo no serviço, em proveito do leitor.

O europeu desiludido e o brasileiro desconfiado explicam tudo isso com os dólares dos americanos. Mas um estudo minucioso dos orçamentos da maioria das bibliotecas americanas mostra que elas não nadam em ouro. Muito pelo contrário. Se observarmos com atenção o orçamento da pequena biblioteca típica dos Estados Unidos, concluímos que o dinheiro de que dispõe é até muito reduzido.

Como é que, então, as bibliotecas norte-americanas podem ser melhores que as suas congêneres de outros países?

A meu ver, toda essa diversidade provém do seguinte: as bibliotecas não são consideradas repartições públicas iguais às outras e os bibliotecários são todos técnicos especializados.

Apresso-me em dizer que considero o fato das bibliotecas, mesmo quando recebem seus fundos das rendas públicas, não terem uma organização burocrática, o grande, o extraordinário fator de desenvolvimento das bibliotecas nos Estados Unidos. Elas não ficam envolvidas na rotina, não ficam sujeitas aos “trâmites legais” e ao pavor das responsabilidades.

Não existe carreira bibliotecária nos Estados Unidos, mas emprego em bibliotecas.

O bibliotecário, não sendo um funcionário, não fica acorrentado ao lugar, nunca se torna um pensionista do governo à espera de uma aposentadoria. Pode ser demitido do seu emprego, de acordo com as leis trabalhistas do país, como qualquer empregado de qualquer empresa comercial. Não precisa subir lentamente de posto. Pode, entretanto, mudando de biblioteca, melhorar sua situação. O técnico de valor é procurado e pago de acordo com a sua capacidade pessoal e não de acordo com o cargo que ocupa.

A LIÇÃO NORTE-AMERICANA

Nos Estados Unidos não há uma administração padrão para as bibliotecas. Um depende do governo da cidade, outras do Estado, outras ainda (e numerosíssimas) de fundações particulares, de universidades.

Em geral, a biblioteca americana é superintendida por um *board*, eleito pelo povo ou nomeado pelo prefeito. Desse comitê não faz parte exclusivamente gente entendida em livros. É muitas vezes composto de homens de negócios, de pessoas habituadas a administrar, gente prática, enfim.

Ao *board* compete obter, no orçamento da cidade, a verba geral para a biblioteca. Uma vez obtida essa verba, nomeia o bibliotecário. Este tem plena e ampla autonomia, age sem restrições burocráticas e presta contas mensalmente ao comitê que o controla e o guia. Todos os seus atos (nomeação do pessoal, designação de ordenados, emprego de verba etc.) são rigorosamente controlados.

Os empregados da biblioteca são escolhidos segundo os seus títulos técnicos e culturais e sobretudo mediante as suas qualidades pessoais. Os americanos dão uma importância enorme às qualidades pessoais, independente das outras. Para um chefe de serviço, entrará em conta a sua capacidade de *leadership*, a sua capacidade realizadora; para um empregado que tem de lidar com o público valerá muito a simpatia pessoal, a afabilidade, e assim por diante.

Graças a esse método, ninguém espera por um livro e ninguém é recebido com maus modos.

Existe nas bibliotecas americanas uma atmosfera de cordialidade, de amabilidade, de cooperação para com o leitor, que não se encontra igual em outro país. Pede-se uma informação sem medo de molestar um funcionário com muitos e muitos anos de rotina. O consulente é sempre atendido com um sorriso amável, por uma pessoa cuja obrigação é servir ao público e que foi selecionada, entre muitas, para esse serviço.

O espírito servicial pode ser mantido porque o bibliotecário não é um burocrata, mas um empregado, com ordenado variável, segundo seus méritos e esforços, que pode ser aumentado, anualmente, no próprio posto. Os chefes de serviço não percebem a mesma importância pela

simples razão de que nem todos possuem as mesmas qualidades técnicas, culturais e pessoais.

Eis, em linhas muito rápidas, o sistema de administração das bibliotecas públicas nos Estados Unidos.

Há defeitos nesse sistema. Os próprios americanos são os primeiros a reconhecê-los. Mas não há dúvida que oferece grandes vantagens. Não permite a burocratização e dá autonomia a um serviço que não pode funcionar direito nos moldes clássicos dos outros serviços públicos. A prova disso está na eficiência maior das bibliotecas americanas em comparação com as europeias.

AS GRANDES REFORMAS BIBLIOTECÁRIAS

Evidentemente, não penso que devamos copiar tal e qual o sistema norte-americano e, assim, resolvermos o nosso problema. O Brasil é um país diferente dos Estados Unidos, nossas condições culturais são outras. Devemos, isso sim, tirar da lição estrangeira os ensinamentos que a nossa pouca experiência não pode ainda oferecer.

Para falar com franqueza, as nossas bibliotecas não são nem bibliotecas. São ainda, em geral, depósitos de livros, mais ou menos organizados, bem ou malconservados. Não têm a função ativa que deviam ter. Os livros estão trancados; pouquíssimas bibliotecas brasileiras permitem o livre acesso às estantes. Os catálogos, quando existem, são todos feitos por métodos empíricos e antiquados. As poucas exceções só servem para confirmar a regra geral. A prova está no espanto e na alegria que sente o leitor quando utiliza uma dessas bibliotecas modernas.

Esse estado de coisas precisa acabar. É aí que cabe a intervenção do poder público.

Uma remodelação completa das nossas bibliotecas, é claro, não é problema fácil de se resolver. Mas não é impossível. Problemas muito mais graves foram solucionados com êxito. Alguns deles se tornaram exemplos clássicos, como os da reforma da Biblioteca Nacional de Paris e da Biblioteca do Vaticano.

Examinemos o primeiro deles. A Biblioteca Nacional de Paris, por volta de 1930 e poucos, encontrava-se numa situação lamentável. Instalada num edifício histórico e possuindo um acervo preciosíssimo, dois grandes problemas desafiavam os técnicos: primeiro, salvar as coleções, atulhadas em estantes poeirentas; segundo, reformar a técnica anacrônica dos serviços.

Atacando o problema de rijo, o governo do Front Populaire entregou a Lucien Cain a terrível e honrosa tarefa. O notável bibliotecário remodelou todo o edifício, sem bulir nas linhas arquitetônicas do antigo

Palácio de Mazarino. Limpou e classificou todas as coleções, ganhando com isso quilômetros de estantes. Renovou toda a parte técnica. Ampliou os serviços de informações ao público, indispensáveis, hoje em dia, a uma biblioteca digna desse nome.

A Nacional de Paris passou a oferecer todo o conforto que o leitor merece. Novos e elegantes salões, com ar-condicionado, foram instalados. Os catálogos, remodelados. Funcionários solícitos, inteligentes, cultos, capazes de ajudar o leitor nas suas pesquisas, atendem a um público cada vez maior.

O caso da Vaticana já se apresenta sob outro aspecto. É muito mais importante. Biblioteca secular, incontestavelmente uma das mais ricas do mundo, estava de tal forma desorganizada que era impossível sequer avaliar-se a extensão dos seus tesouros bibliográficos. Frequentemente, aparecia um erudito a descobrir obras de valor na Vaticana, cuja existência era, até então, ignorada. Os múltiplos catálogos, registros, inventários, tomos, formados em diversas épocas, atrapalhavam em vez de facilitar a procura dos livros. Além disso, havia o eterno problema da restauração dos livros bichados. E complicando tudo, ainda mais, a necessidade de modernizar as instalações da biblioteca sem o sacrifício da estrutura de um dos mais belos monumentos de arte de todos os tempos, marcado pelo gênio dos artistas do Renascimento.

Pio x, que antes de ser papa fora bibliotecário, entendeu de iniciar a grandiosa empresa. Começou mandando para os Estados Unidos uma turma de sacerdotes estudar biblioteconomia.

Por seu turno, a Fundação Carnegie pôs à disposição da Santa Sé o dinheiro necessário para levar avante o empreendimento.

O serviço era imenso. Tinha que durar anos. Em fevereiro de 1928 chegava a Roma uma comissão de três ou quatro peritos americanos, para rematar o árduo trabalho iniciado por Pio x, em 1914. Só em 1930 a obra foi terminada.

A Biblioteca do Vaticano é hoje das mais modernas e perfeitas do mundo. As regras técnicas estabelecidas para a sua catalogação, de tão perfeitas, foram adotadas em toda parte.

O CASO BRASILEIRO

Voltando ao caso brasileiro, a remodelação das nossas bibliotecas já se tornou um problema inadiável.

Possuímos, espalhado pelo país, um bom número de bibliotecas, algumas com preciosas coleções. Mas ninguém ou muito pouca gente as consulta. Por quê?

A resposta é quase óbvia. Como esperar que elas sejam utilizadas se estão instaladas sem o menor conforto para os leitores; se não possuem

catálogos modernos, que facilitem a procura dos livros; se não têm dinheiro para a compra do que aparece; se não dispõem de pessoal habilitado, capaz de orientar o consulente; se nada fazem para atrair o público?

Repito: possuímos, pelo menos nos centros mais importantes, muita biblioteca. Não há repartição que não tenha, ainda que no papel, a sua biblioteca com o seu respectivo bibliotecário. Antigamente, quando se fundava um novo departamento e se fazia a lotação do pessoal, nunca se esquecia de nomear um bibliotecário. No entusiasmo da instalação, compravam-se uns livros, assinavam-se algumas revistas. Logo depois, esgotada a verba, o bibliotecário passava a exercer outras funções e os livros ficavam dormindo nas estantes. Tudo isso se passava tal qual acontece com certas pessoas que quando constroem uma casa nova não se esquecem de comprar imediatamente uma ceia de Cristo para a sala de jantar e... continuam a levar a mesma vida, quase sempre muito pouco cristã.

Antes de mais nada, o que temos a fazer, portanto, é remodelar o que já existe, é fazer funcionar a máquina enferrujada, suprimir certos depósitos sem utilidade, incorporá-los a verdadeiras bibliotecas ativas, destinadas a servir ao público.

Paralelamente a esse serviço de remodelação, deve-se fundar novos organismos, onde houver falta. Mas tudo isso dentro de um plano de ação definido, a ser desenvolvido metodicamente.

Uma biblioteca a mais não resolve o problema de um centro cultural. Do que necessitamos é de um sistema de bibliotecas, trabalhando em conjunto, mas suprindo as deficiências das outras, cooperando.

Estradas de ferro construídas a esmo nada adiantam para os transportes de um país. O que é útil é uma rede ferroviária. Pois o que precisamos, no nosso caso, é uma rede bibliotecária.

Toda essa organização, é lógico, não se forma em pouco tempo. Mas o que se pode fazer, desde já, é a base, isto é, o plano a ser seguido metodicamente. O problema não é de assustar. Temos o exemplo de vários países que, em momentos de abertura, partindo praticamente do nada, chegaram a produzir artigos em quantidade fabulosa, em poucos anos, seguindo um plano preestabelecido.

Para executar esse plano, para dotar o país de uma rede de bibliotecas, é indispensável que haja técnicos em número suficiente para executá-lo. Não podemos continuar a improvisar bibliotecários, com mocinhas à procura de emprego enquanto não se casam, com as perigosíssimas pessoas que gostam de ler e querem, por força, viver entre os livros.

Por outro lado, as bibliotecas públicas brasileiras não podem continuar a sofrer os males das mudanças de orientação administrativa.

Mais que qualquer outro organismo, elas precisam de continuidade de orientação. Quando se pensa que o simples serviço de catalogação de um acervo regular de livros demanda anos de trabalho contínuo e metódico, não se pode deixar de exigir continuidade de orientação técnica e autonomia administrativa para as nossas bibliotecas.

Disse, há pouco, que já tínhamos passado a fase da propaganda; que ninguém mais discute, de boa-fé, a necessidade de bibliotecas. Essa propaganda foi tão grande e tão bem-feita que estamos sofrendo do mal do exagero. Sei que estou fazendo aqui o papel do médico que chama a atenção dos amigos para o perigo de tomar vitamina de mais. Mas creio que, se esta prosa não der o resultado (quem sabe esperado?) de convencer um grupo de estudantes a fundar mais uma biblioteca de grêmio, confio que tenha ao menos uma finalidade: atrair alguns dos senhores para uma escola de biblioteconomia.

É de bibliotecários verdadeiros que o nosso país precisa para resolver o seu problema. De que nos adiantariam escolas sem bons professores, hospitais sem médicos, aviões sem hábeis aviadores?

Resumindo: o que julgo indispensável para resolver nosso problema é, antes de mais nada, bibliotecários verdadeiros, com preparo técnico e cultura à altura do cargo.

Em segundo lugar, uma organização menos burocrática.

E, em terceiro lugar, a reforma radical das bibliotecas que existem e a fundação de novas, dentro de um plano de ação metódico.

Enquanto não tivermos técnicos em número suficiente, devemos importá-los, como está fazendo a Colômbia, que, sem a riqueza bibliográfica que nós temos, possui, entretanto, bibliotecas excelentes.

Enquanto se estabelece um plano e se faz o inquérito preliminar que exige um trabalho de tal natureza, salvemos com urgência os livros que os bichos estão comendo.

É preciso agir e agir com presteza.

O nosso aparelhamento bibliotecário é de tal maneira deficiente, que ousou afirmar com convicção e experiência: as bibliotecas dos Estados Unidos já estão hoje mais bem aparelhadas de material brasileiro que as nossas. Chegamos ao cúmulo de encontrar maiores facilidades para o estudo de assuntos brasileiros em bibliotecas estrangeiras.

Se continuarmos a agir – ou melhor, a não agir – como até hoje, o Brasil não será mais, dentro de poucos anos, um centro de cultura e de estudos brasileiros, mas apenas uma belíssima paisagem.

Evitemos essa desgraça ridícula.

SOBRE O AUTOR

Rubens Borba de Moraes, nascido em Araraquara (SP), em 1899, foi um bibliófilo, bibliógrafo, bibliotecário, professor e pesquisador brasileiro. Formou-se em Letras pela Universidade de Genebra, em 1919. Foi um dos organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922 e ajudou a fundar as principais revistas modernistas: *Klaxon* (1922) e *Revista de Antropofagia* (1928). Como diretor da Biblioteca Mário de Andrade, entre 1935 e 1943, engajou-se no plano de estabelecer uma rede de bibliotecas públicas na cidade de São Paulo. Estudou biblioteconomia nos Estados Unidos, em 1939, com bolsa da Fundação Rockefeller. Foi diretor da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro (1945-1947), vice-diretor da Biblioteca da ONU em Nova York (1948-1949), diretor do Centro de Informações da ONU em Paris (1949-1954) e diretor da Biblioteca da ONU (1954-1959). Exerceu a docência na Universidade de Brasília entre 1963 e 1970. Faleceu em São Paulo, em 1986, e deixou seu acervo para José Mindlin. Autor dos livros: *Domingo dos Séculos* (1924), *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* (1949, em coautoria com William Berrien), *Bibliographia Brasiliana* (1958), *O Bibliófilo Aprendiz* (1965), *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial* (1979) e *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro* (1993, póstumo).

RESUMOS E REFERÊNCIAS

REVISTAS BRASILEIRAS:

DAS PÁGINAS ENVELHECIDAS AOS PIXELS p. 19

RESUMO Inicialmente narrando os caminhos tomados por pesquisadores de periódicos em um passado relativamente recente em tempo, porém longínquo em técnica, a docente Marisa Midori analisa novas perspectivas e tendências de investigação ligadas às pesquisas e como estas se constroem sem perder de vista o estudo, não apenas por uma questão de tradição, mas também pelas diversas defasagens, dificuldades e inseguranças que os novos suportes nos trazem.

JORNAIS E REVISTAS • PERIÓDICOS • PESQUISA • ARQUIVOS DIGITAIS • ACERVO • HEMEROTECA

BRAZILLIAN JOURNALS:

FROM OLD PAGES TO PIXELS

ABSTRACT Firstly narrating some of the paths taken by journal researchers in recent past in terms of time, but way too far in technique, professor Marisa Midore analyzes the new perspectives and trends related to researching and how these could be built without losing sight of traditional studies, not only as a matter of tradition, but also because of the various difficulties, and insecurities that new media bring us.

JOURNALS • MAGAZINES • RESEARCH • DIGITAL FILES • ARCHIVE • LIBRARY

REFERÊNCIAS

Edições Fac-Similares

Almanach Litterario de São Paulo para o anno de [1877-1885]. Publicado por José Maria Lisboa.

Edição fac-similar, de 1877 a 1885. São Paulo, Imesp/Daesp, 1983, 6 vols.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Provincia de São Paulo. Edição fac-similar dos anos de 1857-1858. São Paulo, Imesp/Daesp, 1983, 2 vols.

Cabrião. Semanário humorístico editado por Angelo Agostini, Américo de Campos e Antonio Manoel dos Reis, 1866-1867. Edição fac-similar. 2. ed. revista e aumentada. Introdução de Delio Freire dos Santos. São Paulo, Unesp/Imprensa Oficial, 2000.

Diabo Coxo. 1864-1865. Edição Fac-similar. São Paulo, Edusp/Academia Paulista de História, 2005.

Ilustração Paulista, de 1911 a 1913.

Indicador de São Paulo. Administrativo, Judicial, Industrial, Profissional e Comercial. Para o Ano de 1878, Organizado por Abílio S. Marques. Edição fac-similar. São Paulo, Imesp/Daesp, 1983.

O Tamoyo. [1823]. Introdução de Caio Prado Jr. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944. (Coleção Fac-Similar de Jornais Antigos. Direção de Rubens Borba de Moraes).

Bibliografia citada

CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta. Periodismo e Vida Urbana (1890-1915)*. São Paulo, Educ/Fapesp, 2000.

- FREITAS, Affonso de. "A Imprensa Periódica de São Paulo". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XIX, 1914.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*. São Paulo, Edusp/Imesp, 2001.
- RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil*. São Paulo, Imesp, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- TOLEDO, Lafayette de. "Imprensa Paulista". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. III, 1898.

O ACERVO DE REVISTAS DA BBM/USP:

SÍNTESE E ABRANGÊNCIA p. 25

RESUMO O presente texto tem como objetivo informar as características da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da USP, com referência ao seu acervo de periódicos. Nem todos os usuários se dão conta de que se trata de uma biblioteca que ultrapassa a especialidade de reunir livros raros, mas que abrange mais de mil títulos de periódicos, entre jornais e revistas, de extrema importância. Trata-se de uma das principais hemerotecas do país, que merece estudos e divulgação para ampla consulta pelo público interessado. Mais necessária se faz essa divulgação nesse momento em que revistas e jornais – particularmente as revistas – vêm sendo estudadas em dupla dimensão: como fonte e como objeto, resultando em trabalhos inusitados que permitem a leitura da história do Brasil com nova metodologia e da fonte produzida no calor da hora do acontecimento. Longe de recuperar todos os seus títulos, selecionamos aqui destaques do acervo, seja pela raridade, seja pela importância documental, reiterando que se trata de seleção extremamente reduzida perante a variedade de títulos nela presentes.

BRASIL • IMPRENSA ESCRITA •
REVISTAS • JORNAIS •
MODERNIDADE •
MÍDIA CONVENCIONAL

BBM/USP LIBRARY ARCHIVE:

OVERVIEW AND COVERAGE

ABSTRACT This text aims to inform the characteristics of the Brasileira Library Guita and José Mindlin, from USP, with reference to their collection of journals. Not everyone realizes that it is a library that surpasses the specialty of collecting rare books, but encompasses more than a thousand journal and magazine titles of utmost importance. It is one of the main *hemerotecas* in the country, which deserves studies and dissemination for wide consultation by the interested public. This disclosure is most necessary at this time when magazines and newspapers – particularly magazines – have been studied in two dimensions: as source and as object, resulting in unusual works that allow the reading of the history of Brazil with new methodology and the source produced in the journal, at the heat of the moment of the event. Far from retrieving all its titles, we have selected here highlights from the collection, based on their rarity and documentary importance, reiterating that it is an extremely narrow selection given the variety of titles present in it.

BRAZIL • WRITING PRESS •
MAGAZINES • JOURNALS •
MODERNITY • MAINSTREAM PRESS

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

- ALVES, Ívia. *Arco & Flexa. Contribuição para o Estudo do Modernismo*. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.
- ANTELO, Raúl. “As Revistas Literárias Brasileiras”. *Boletim de Pesquisa Nelic*, vol. 1, n. 2, 1997.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa. Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro, Mauad, 2007.
- BARRETO, Lima. “A Estação Teatral”. *Impressões de Leitura e Outros Textos Críticos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.
- _____. *Marginália*. Rio de Janeiro, Editora Mérito, 1953.
- BENJAMIN, Walter. *Rua de Mão Única*. São Paulo, Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, 2).
- CAMARGO, Mônica Junqueira de & MENDES, Ricardo. *Fotografia. Cultura e Fotografia Paulistana no Século xx*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- CARDOSO, Rafael. *Uma Introdução à História do Design*. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo, Blucher, 2004.
- CARVALHO, Marco Antonio de. *Rubem Braga, Um Cigano Fazendeiro do Ar*. Rio de Janeiro, Globo, 2007.
- COSTA, Alexandre Andrade da. *Inteligência: Representações do Cenário Nacional e seus Reflexos no Brasil*. Tese de Doutorado, Unesp, Assis, 2014.
- CRUZ, Heloisa Faria. *Na Cidade, sobre a Cidade. Cultura Letrada, Periodismo e Vida Urbana. São Paulo 1890-1915*. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 1994.
- DEAECTO, Marisa Midori. “Duas Brasileiras”. *Livro. Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*. Cotia, sp, Ateliê Editorial, 2011.
- DESTAQUES da Biblioteca InDisciplinada de Guita e José Mindlin. Introdução e comentários de José Mindlin. São Paulo/Rio de Janeiro, Edusp/Fapesp/Fundação Biblioteca Nacional, 2005, 2 vols.
- DIMAS, Antônio. *Tempos Eufóricos. Análise da Revista Kosmos: 1904-1909*. São Paulo, Ática, 1983.
- FERREIRA, Orlando Costa. *Imagem e Letra. Introdução à Bibliologia Brasileira: A Imagem Gravada*. São Paulo, Melhoramentos/Edusp/Secretaria de Ciência e Tecnologia, 1977.
- FONSECA, Leticia Pedruzzi. *Uma Revolução Gráfica. Julião Machado e as Revistas Ilustradas no Brasil, 1895-1898*. São Paulo, Blucher, 2016.
- GARCIA, Sheila do Nascimento. *Revista Careta: Um Estudo sobre Humor Visual no Estado Novo. 1937-1945*. Dissertação de Mestrado, Unesp, Assis, 2005.
- HALUCH, Aline. *A Maçã. Design Gráfico, as Mudanças de Comportamento e A Representação Feminina no Início do Século xx*. Rio de Janeiro, Editora Senac, 2016.
- KURY, Lorelai (org.). *Iluminismo e Império no Brasil. O Patriota. 1813-1814*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2007.
- LARA, Cecília de. “A ‘Alegre e Paradoxal’ Revista Verde de Cataguases”. In: *Revista Verde. Edição Fac-Similar*. São Paulo, Metal Leve, 1978.
- LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil. Um Diagnóstico Para A (N)Ação*. São Paulo, Unesp, 1999.
- _____. *Leituras, Projetos e (Re)vista(s) do Brasil*. São Paulo, Unesp, 2012.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência, 1821-1823*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- MARTINS, Ana Luiza. “Julião Machado: Arte Gráfica Exalando a Tinta da Impressão”. *Estudos Avançados*, vol. 33, n. 95, jan./abr. 2019.
- _____. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*. São Paulo, Edusp/Fapesp/Imesp, 2001.
- MILLIET, Sérgio. *Diário Crítico*. São Paulo, Martins/Edusp, 1981, vol. II.
- MINDLIN, José. “Periódicos”. In: *Destques da Biblioteca InDisciplinada de Guita e José Mindlin*. Introdução e comentários de José Mindlin. São Paulo/Rio de Janeiro, Edusp/Fapesp/Fundação Biblioteca Nacional, 2005, 2 vols.
- _____. *Uma Vida Entre Livros: Reencontros com o Tempo*. Prefácio de Antonio Candido. São Paulo, Edusp/Companhia das Letras, 1997.
- MOTTA, Heloisa Alves de Lima. *Uma Menina Paulista*. São Paulo, Totalidade Editora, 1992.

- NEIPP, Lucien. *Les Machines à Imprimer, Depuis Gutenberg*. Préface de George Danton. Paris, Club Bibliophilie de France, [s.d.].
- PASSOS, Gilberto Pinheiro. *Cintilações Francesas. Revista da Sociedade Filomática. Machado de Assis e José de Alencar*. São Paulo, Nankin Editorial, 2006.
- _____. “Revista da Sociedade Filomática: A França no Itinerário da Nossa Maturidade”. *Travessia*, n. 16/17/18, 1989.
- “PROJETO Cooperativo Interinstitucional Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, em Parceria com o Clir – Council on Library and Information Resources (Conselho de Recursos em Biblioteconomia e Informação, que Incorporou a Antiga Commission on Preservation and Access)”. In: *Planejamento de Preservação e Gerenciamento de Programas*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2001.
- QUEIRÓZ, Cristina. “Modernismo Revisitado”. *Pesquisa Fapesp*, n. 266, abr. 2018.
- SILVA, Livia Giuliane da & WILKE, Regina Cunha. “Revista Arlequim: A Identidade Gráfica das Capas”. *Blucher Design Proceedings*, vol. 1, n. 2, maio 2014.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- Süssekind, Flora. *Cinematógrafo de Letras. Literatura, Técnica e Modernização no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- VELLOSO, Monica Pimenta. *História e Modernismo*. Rio de Janeiro, Autêntica, 2010.
- _____. “Modernismo no Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REVISTAS ILUSTRADAS EM CURITIBA: MODERNIDADE E TÉCNICA NO INÍCIO DO SÉCULO XX *p. 55*

RESUMO No início do século xx, acompanhando o fenômeno internacional de expansão da imprensa ilustrada, houve grande proliferação de revistas nas principais cidades brasileiras, traço característico do processo de modernização urbana. Em Curitiba, dezenas de revistas foram editadas entre 1900 e 1920. Boa parte delas contém imagens produzidas por desenhistas, gravadores e fotógrafos. Este artigo discute as funções associadas à circulação social daquelas imagens num contexto marcado pelo desejo de modernização, no qual as revistas assumiam um importante papel na formação de juízos de gosto a partir dos modelos ainda incipientes da publicidade, das artes visuais e das artes gráficas.

CURITIBA • REVISTAS ILUSTRADAS •
ARTES GRÁFICAS • IMAGEM •
IMPrensa

**ILLUSTRATED MAGAZINES IN CURITIBA
CITY: MODERNITY AND TECHNIQUE IN THE
EARLY TWENTIETH CENTURY**

ABSTRACT In the early twentieth century, given the international spread of illustrated press, there was a huge expansion of magazines in the main Brazilian cities, which was a typical process of urban modernization. In Curitiba city, several magazines were published between 1900 and 1920. Most of them had images made by graphic artists, engravers and photographers. This paper analyses the main functions associated with the social circulation of images. Thus, it will be regarded the desire of modernization as well as the role of magazines in the taste judgment formation, especially in the beginnings of advertising, visual arts and graphic arts.

CURITIBA • ILLUSTRATED MAGAZINES
• GRAPHIC ARTS • IMAGE • THE
PRESS

REFERÊNCIAS

- BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e Invenção do Paraná – Geração Simbolista e a Construção de Identidade Regional*. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2001.
- BENJAMIN, Walter. “O Autor como Produtor”. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- BUSNARDO, Larissa. *Fotografias Pictóricas, Pinturas Fotográficas: A Circulação de Imagens em Curitiba (1881-1918)*. Dissertação de Mestrado em História, UFPR, Curitiba, 2018.
- CARDOSO, Rafael. *Uma Introdução à História do Design*. São Paulo, Edgard Blücher, 2008.
- CARNEIRO, Newton. *As Artes Gráficas em Curitiba*. Curitiba, Paiol, 1976.
- _____. *O Paraná e a Caricatura*. Curitiba, MAC/Grafipar, 1975.
- CAROLLO, Cassiana Lacerda. *Exposição Curitiba: Tempo & Caminhos. Catálogo*. Curitiba, [s. ed.], 1993.
- _____. “Simbolismo: Características, Grupos, Evolução”. *Dicionário Histórico-Biográfico do Estado do Paraná*. Curitiba, Livraria Editora do Chain/Banco do Estado do Paraná, 1991.
- CORRÊA, Amélia Siegel. *Alfredo Andersen (1860-1935): Retratos e Paisagens de um Norueguês Caboco*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2012.
- DEMPSEY, Amy. *Estilos, Escolas & Movimentos*. São Paulo, Cosac Naify, 2003.

- DUARTE, Otávio & GUINSKI, Luiz Antônio. *Imagens da Evolução de Curitiba*. Curitiba, Quadrante Editorial, 2002.
- GRUNER, Clóvis. *Paixões Torpes, Ambições Sórdidas: Crime, Cultura e Sensibilidade Moderna (Curitiba, Fins do Século XIX e Início do XX)*. São Paulo, Alameda, 2018.
- KAMINSKI, Rosane. "A Presença das Imagens nas Revistas Curitibanas". *Revista Científica da FAP*, vol. 5, pp. 149-170, jan./jun. 2010.
- _____. "Aureliano Silveira entre Prensas, Penas e Nanquins". In: COSTA, Hilton; PEGORARO, Jonas W. & STANCZYK FILHO, Milton (orgs). *O Paraná pelo Caminho: Histórias, Trajetórias e Perspectivas*, vol. 1: *Imagens*. Curitiba, Máquina de Escrever, 2017.
- _____. "Gosto Brejeiro: As Revistas Ilustradas e a Formação de Juízos Estéticos em Curitiba (1900-1920)". In: BREPOHL, M.; CAPRARO, A. & GARRAFFONI, R. (org.). *Sentimentos na História: Linguagens, Práticas, Emoções*. Curitiba, Editora UFPR, 2012.
- MUNHOZ, Laertes. "Alguns Artistas Paranaenses: Anotações de Laertes Munhoz". *Gazeta do Povo*, pp. 58-62, 7.9.1922.
- PEREIRA, Luis Fernando Lopes. *O Espetáculo dos Maquinismos Modernos – Curitiba na Virada do Século XIX ao XX*. São Paulo, Blücher Acadêmico, 2009.
- QUELUZ, Gilson. *Concepções de Ensino Técnico na República Velha*. Curitiba, Cefet-PR, 2000.
- QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro. *Olho da Rua: O Humor Visual em Curitiba (1907-1911)*. Dissertação de Mestrado em História, UFPR, Curitiba, 1996.
- ROCHA POMBO, José Francisco da. *O Paraná no Centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro/ Curitiba, José Olympio/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980.
- SAMWAYS, Marilda Binder. *Introdução à Literatura Paranaense*. Curitiba, Livros HDV, 1988.
- SANTANA, Luciana Wolff Apolloni. *Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná: O Projeto de Ensino de Artes e Ofícios de Antônio Mariano Lima – Curitiba, 1886-1902*. Dissertação de Mestrado em Educação, UFPR, Curitiba, 2004.
- SIMÃO, Giovana Terezinha. *Fanny Paul Volk: Pioneira na Fotografia de Estúdio em Curitiba*. Tese de doutorado em Sociologia, UFPR, Curitiba, 2010.
- SINGER, Ben. "Modernidade, Hiperestímulo e o Início do Sensacionalismo Popular". In: CHARNEY, Leo & SCHWARTZ, Vanessa (org.). *O Cinema e a Invenção da Vida Moderna*. São Paulo, Cosac Naify, 2004.
- VEZZANI, Iriana. *Uma Revista de Tipo Europeu: Educação e Civilização na Galeria Ilustrada (Curitiba, 1888-89)*. Dissertação de Mestrado em Educação, UFPR, Curitiba, 2013.
- VILLAS-BOAS, André. *Utopia e Disciplina*. Rio de Janeiro, 2AB, 1998.

REVISTAS CAPIXABAS:

MAPEAMENTO E DIFERENCIAIS p. 91

RESUMO O artigo aborda a imprensa do Espírito Santo com foco na pesquisa sobre revistas, problematizando a possibilidade de terem sido publicadas no século XIX e apresentando os títulos publicados a partir do século XX, registrados nos três principais acervos públicos do estado, a saber: Biblioteca Pública do Espírito Santo Levy Cúrcio Rocha, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e a Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo. Para tanto, foi realizado um inventário quantitativo e qualitativo nos acervos citados, com construção de ficha de coleta de dados específica. Foram identificadas 321 revistas e no artigo são apresentadas todas as publicações da primeira metade do século XX, com informações gerais e o quantitativo do período posterior detalhado por década.

INVENTÁRIO • REVISTAS CAPIXABAS •
IMPRESA DO ESPÍRITO SANTO

“CAPIXABA” MAGAZINES:

MAPPING AND DIFFERENTIALS

ABSTRACT This paper approaches Espírito Santo press. It focuses on researches upon magazines, problematizing the hypothesis of them being published in the 19th century and displaying the titles published as of the 20th century, which are registered in the three local main collections: Espírito Santo Public Library Levy Cúrcio Rocha, Espírito Santo Public Archive and the Central Library of Espírito Santo Federal University. For this purpose, a qualitative and quantitative inventory in the aforementioned collections was conducted, along with the construction of specific data collection sheet. 321 magazines were identified. In this paper, all the publications from the first half of the 20th century are depicted with general information and the ones from the following period are detailed by decade.

INVENTORY • MAGAZINES •
ESPÍRITO SANTO PRESS

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Sonia Maria da Costa. “Revista *Vida Capixaba*”. In: BRITTES, Juçara. *Imprensa Capixaba: Aspectos Históricos da Imprensa Capixaba*. Vitória, Edufes, 2010.
- BITTENCOURT, Gabriel. *Historiografia Capixaba e Imprensa no Espírito Santo*. Vitória, Editora Edit, 1998.
- _____. *Notícias do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, Cátedra, 1989.
- BRITTES, Juçara (org.). *Imprensa Capixaba: Aspectos Históricos da Imprensa Capixaba*. Vitória, Edufes, 2010.
- DAEMON, Basílio. *Província do Espírito Santo: Sua Descoberta, História Cronológica, Sinopse e Estatística*. 2. ed. Coordenação, Notas e Transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves. Vitória, Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
- DUTRA, Thiago Luiz; PAIVA, Rayza Mucunã; FONSECA, Letícia Pedrucci & PACHECO, Heliana S. “A História da Revista *Vida Capixaba* sob a Ótica do Design Gráfico”. *Estudos em Design*, vol. 22, n. 1, 2014.

- ESTATÍSTICA da Imprensa Periódica no Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. do Departamento Nacional de Estatística, 1931.
- FRANCO, Sebastião Pimentel. *História do Espírito Santo*. Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo/Secretaria de Ensino a Distância, 2015.
- MARTINS, Ana Luiza. “Fontes para o Patrimônio Cultural. Uma Construção Permanente”. In: PINSKY, Carla B. & LUCA, Tania Regina de. *O Historiador e Suas Fontes*. São Paulo, Contexto, 2011.
- _____. “Imprensa em Tempos de Império”. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo, Contexto, 2013.
- _____. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República (1890-1922)*. São Paulo, Fapesp/Edusp, 2008.
- MARTINUZZO, José Antônio et al. (org.). *Impressões Capixabas: 165 Anos de Jornalismo no Espírito Santo*. Vitória, Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, 2005.
- _____. et al. (org.). *Quase 200: A Imprensa na História Capixaba*. Vitória, Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, 2008.
- MOTTA, Lia & REZENDE, Maria Beatriz. “Inventário”. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano & THOMPSON, Analucia (org.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro/Brasília, IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. ed. Vitória, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Cultura, 2008.
- PEREIRA, Heráclito Amâncio. “A Imprensa no Espírito Santo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, ano II, n. 3, 4, 5 e 6, 1922.
- PESSALI, Hesio. “A Imprensa no Espírito Santo”. *Revista de Cultura da Ufes*, ano IX, n. 28, pp. 7-22, 1984.
- RABAÇA, Carlos Alberto. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro, Campus, 2012.
- ROSTOLDO, Jadir P. “*Vida Capixaba*”: *O Retrato de uma Sociedade - 1930*. Vitória, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2007.
- SCALZO, M. *Jornalismo de Revista*. 2. ed. São Paulo, Contexto, 2002.
- SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *Os Apóstolos da Liberdade Contra os Operários da Calúnia: a Imprensa Política e o Parlamento nas Disputas Políticas da Província do Espírito Santo, 1860-1880*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

Acervos consultados

- Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).
Biblioteca Central da Universidade do Espírito Santo (BC/UFES).
Biblioteca Pública do Espírito Santo Levy Cúrcio Rocha (BPES).
Fundação Biblioteca Nacional (BN).

IMPRENSA NO BRASIL:

NOTAS SOBRE A PASSAGEM PARA O SÉCULO XX p. 117

RESUMO O século atual abriu-se sob o signo da dúvida em relação à sobrevivência dos jornais e das revistas impressas, uma vez que a circulação no suporte papel continua a diminuir de maneira persistente. Tal situação é diametralmente oposta à vigente no início da centúria anterior, quando a imprensa escrita, graças às inovações técnicas nos processos de impressão e às transformações nos meios de transporte e de difusão da informação, constituía-se num meio de comunicação incontornável, a despeito da existência do cinema. É justamente a transição da produção artesanal para outra, marcada pela racionalidade do capital e que se fez acompanhar pela difusão de novas formas de sensibilidade em relação ao tempo e ao espaço, típicas da modernidade, que se privilegia a partir da experiência brasileira que, a despeito de suas especificidades, articula-se com a trajetória da imprensa em âmbito internacional.

BRASIL • IMPRENSA ESCRITA •
CIRCULAÇÃO • MODERNIDADE •
GRANDE IMPRENSA

**BRAZILLIAN PRESS: NOTES ABOUT
CROSSING TO TWENTY CENTURY**

ABSTRACT The present century has opened under the sign of doubt regarding the survival of newspapers and magazines, since the circulation on paper continues to diminish persistently. This situation is diametrically opposed to that prevailing at the beginning of the previous century, when the written press, thanks to technical innovations in the printing processes and the changes in the means of transport and the diffusion of information, constituted a means of communication that could not be ignored, despite of the existence of cinema. We intend to point out the transition from artisanal production to another, marked by the rationality of the capital. This was contemporary and was part of others innovations as the diffusion of the new forms in relation to time and space, typical of modernity. The article focuses on the Brazilian experience that, despite its specificities, was articulated with the trajectory of the press at an international level.

BRAZIL • WRITING PRESS •
CIRCULATION • MODERNITY •
MAINSTREAM PRESS

REFERÊNCIAS

- BARRET-BOYD, Oliver. *The International News Agencies*. London/Beverly Hills, Constable/Sage, 1980.
- BERNERON-COUVENHES, Marie-Françoise. *Les Messageries Maritimes. L'Essor d'une Grande Compagnie de Navigation Française (1851-1894)*. Paris, Presse de l'Université Paris-Sorbonne, 2007.
- CARDOSO, Rafael. "Projeto Gráfico e Meio Editorial nas Revistas Ilustradas do Segundo Reinado". In: KNAUSS, Paulo et al. (org.). *Revistas ilustradas: Modos de Ler e Ver no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro, Mauad x/Faperj, 2011.

- CHARTIER, Roger. "L' Ancien Régime Typographique: Réflexions sur Quelques Travaux Récentes". *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, Année 36, n. 2, 1981.
- DARNTON, Robert. "Jornalismo: Toda Notícia que Couber, a Gente Publica". *O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- DEAN, Warren. *Rio Claro. Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- GINZBURG, Carlo. "Conversar com Orion". *Esboços*, vol. 12, n. 14, pp. 163-170, 2005.
- GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, Edusp, 2005.
- HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- KALIFA, Dominique. *L'Encre et le Sang. Récits de Crimes et Société à la Belle Époque*. Paris, Fayard, 1995.
- LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1963, vol. 1.
- LUCA, Tania Regina de. "Correspondente no Brasil. Origens da Atividade nas Décadas de 1870 e 1880". *Sur le Journalisme, About Journalism, Sobre Jornalismo*, vol. 5, n. 1, pp. 112-125, 2016.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- MOLINA, Matias M. *História dos Jornais no Brasil. Da Era Colonial à Regência*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.
- MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo, Hucitec, 2005.
- ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade. A França no Século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- PAULA, João Antônio de. "O Processo Econômico". In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *A Construção Nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2012, vol. 2.
- RAMOS, Ricardo. *Do Reclame à Comunicação. Pequena História da Propaganda no Brasil*. São Paulo, Atual, 1987.
- REZENDE, Lúvia Lazzaro. "A Circulação de Imagens no Brasil Oitocentista: Uma História com Marca Registrada". In: CARDOSO, Rafael (org.). *O Design Brasileiro Antes do Design*. São Paulo, Cosac Naify, 2005.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As Ferrovias de São Paulo (1870-1940)*. São Paulo, Hucitec, 1981.
- SAID, Edward. *Orientalismo. O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- SAINT-BEUVE, Charles Augustin. "De la Littérature Industrielle". *Revue des Deux Mondes*, t. 19, pp. 675-691, 1839.
- SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo das Letras. Literatura, Técnica e Modernização no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

REVISTA DO GLOBO:

PRIMÓRDIOS EDITORIAIS DO QUINZENÁRIO DE CULTURA E DE VIDA SOCIAL NA IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE p. 133

RESUMO O presente artigo tem por finalidade apresentar algumas características identitárias da *Revista do Globo*, periódico quinzenal de Porto Alegre que esteve em circulação entre os anos de 1929 e 1967, tendo como base a leitura dos editoriais publicados na sua primeira década de existência. O texto deriva-se de parte da tese de doutorado em História intitulada *Fotografias da Vida Social: Identidades e Visibilidades nas Imagens Publicadas na Revista do Globo (Rio Grande do Sul, Década de 1930)*.

RIO GRANDE DO SUL • PORTO ALEGRE • IMPRENSA • REVISTA DO GLOBO

REVISTA DO GLOBO: THE BEGINNINGS OF THE 15 YEAR ANNIVERSARY OF CULTURE AND SOCIAL LIVING IN THE SUL-RIO-GRANDENSE PRESS

ABSTRACT This article presents some identities characteristics of *Revista do Globo* (“Globe’s Magazine”), a biweekly magazine edited in Porto Alegre (capital of Rio Grande do Sul state, south of Brazil), that has been published between 1929 and 1967. The article is the presentation of editorials published in the first decade of its existence. The text is part of History doctoral thesis titled *Fotografias da Vida Social: Identidades e Visibilidades nas Imagens Publicadas na Revista do Globo (Rio Grande do Sul, Década de 1930)*.

RIO GRANDE DO SUL • PORTO ALEGRE • PRESS • REVISTA DO GLOBO

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1989.
- BRASIL, Luiz Antonio de Assis; MOREIRA, Maria Eunice & ZILBERMAN, Regina (org.). *Pequeno Dicionário da Literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Novo Século, 1999.
- DALMÁZ, Mateus. *A Imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933-1945)*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002.
- MACHADO JR., Cláudio de Sá. *Fotografias da Vida Social: Identidades e Visibilidades nas Imagens Publicadas na Revista do Globo (Rio Grande do Sul, Década de 1930)*. Tese de Doutorado em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011.
- MARTINS, Ana Luíza. “Da Fantasia à História: Folheando Páginas Revisteiras”. *História*, vol. 22, n. 1, pp. 59-79, 2003.
- RAMOS, Paula. *A Modernidade Impressa: Artistas Ilustradores da Livraria do Globo – Porto Alegre*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2016.
- REVISTA DO GLOBO, n. 1 a 266, jan. 1929 a dez. 1939. Acervo digitalizado e disponível no Laboratório de Pesquisa em História da Imagem e do Som da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
- Rüdiger, Francisco Ricardo. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.
- TORRESINI, Elizabeth W. Rochadel. “Breve História da Circulação de Livros, das Livrarias e Editoras no Rio Grande do Sul (Séculos XIX e XX)”. In: ABREU, Márcia & BRAGANÇA, Aníbal (org.). *Impresso no Brasil: Dois Séculos de Livros Brasileiros*. São Paulo, Unesp, 2010, pp. 235-252.
- VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PARATODOS:

QUINZENÁRIO DA CULTURA BRASILEIRA p. 149

RESUMO *Paratodos*, título de um “magazine semanal ilustrado” de longa vida, lançado em 1918, ressurgiu, em maio de 1956, como “quinzenário da cultura brasileira”, dirigido por Jorge Amado, dentro da estratégia do Partido Comunista Brasileiro de ampliar sua atuação na área cultural. Almejava o intercâmbio com todos os países, a defesa dos interesses éticos e profissionais dos intelectuais brasileiros, independente de divergências de natureza filosófica, religiosa ou estética. Em sua curta existência de dois anos, o semanário refletiu o entusiasmo, as inquietações e as esperanças daquele momento privilegiado de otimismo e desenvolvimento no País. Ocupadas por especialistas de cada área, as resenhas de autores e livros, as colunas para cinema, artes plásticas, música, ópera, balé, rádio, teatro e televisão, assim como os rodapés de crítica, tinham seu lugar. Inovava em matérias que ligavam a cultura ao processo econômico, investigando os problemas do livro e da indústria editorial. Concebido e executado em grandes proporções, o semanário não conseguiu se equilibrar financeiramente, mostrando que o empreendimento estava longe de ser um negócio viável. Mas marcou essa época e influenciou leitores com uma posição afirmativa da cultura brasileira, sem deixar de ser crítica e aberta para o mundo.

REVISTA • JORGE AMADO •
CULTURA BRASILEIRA

PARATODOS: BRAZILLIAN CULTURE'S 15^o ANNIVERSARY

ABSTRACT *Paratodos* is the title of a long-running “weekly illustrated magazine”, released in 1918, resurged, in May 1956, as “fortnight of Brazilian culture”, directed by Jorge Amado, as a part of Brazilian Communist Party’s strategy to increase its performance in the cultural area. It longed for the interchange among the countries and the defense of Brazilian intellectuals’ ethics and professional interests, despite divergences of philosophical, religious or aesthetic nature. In its short two-year existence, the weekly magazine reflected the enthusiasm, restlessness and ambition of a time privileged with the country’s optimism and development. Written by specialists of each area, each section had its own part – the reviews of books and authors, the column for movies, plastic arts, music, opera, ballet, radio, television, just like criticism footer. It innovated in articles that linked culture to the economic process, investigating both book and editorial industry’s problems. Conceived and executed in large proportions, the weekly magazine could not find financially balance, showing that the enterprise was far from being a viable business. However, it marked its time and influenced readers with an affirmative position of Brazilian culture, still being critical and open to the world.

MAGAZINE • JORGE AMADO •
BRAZILIAN CULTURE

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. *Navegação de Cabotagem*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

GATTAI, Zélia. *Chão de Meninos*. Rio de Janeiro, Record, 1992.

MORAES, Dênis de. *O Imaginário Vigiado*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994.

_____. *O Velho Graça*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1992.

REVISTAS ILUSTRADAS E VULGARIZAÇÃO CIENTÍFICA p.159

RESUMO Não apenas sobre a importância dos periódicos ilustrados e seu papel na área de divulgação da ciência em território nacional desde a primeira juventude do país, mas também - e principalmente - sobre como a banalização desses meios evoluiu até o cenário atual.

PERIÓDICOS • REVISTAS •
ILUSTRAÇÕES • CIÊNCIA •
IMPRESA ILUSTRADA

ILLUSTRATED MAGAZINES AND SCIENTIFIC VULGARIZATION

ABSTRACT Not only about the importance of illustrated periodicals and their role in the area of science dissemination in the national territory since the country's first youth, but also - and mainly - about how the trivialization of these media has evolved to the current scenario.

PERIODICALS • MAGAZINES •
ILLUSTRATIONS • SCIENCE •
ILLUSTRATED PRESS

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. *História da Fotorreportagem no Brasil: a Fotografia na Imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.
- COLLICHIO, Terezinha Alves Ferreira. *Miranda de Azevedo e o Darwinismo no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Editora Itatiaia, 1988.
- CORREIA, Manuel Francisco. *Conferências Populares*. Rio de Janeiro, Typ Imp. de J. Villeneuve, 1876. Coletânea das conferências realizadas na Glória em 1876.
- COSTA, Jurandir Ferreira. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1989.
- FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e Letra. Introdução à Bibliografia Brasileira: a Imagem Gravada*. São Paulo, Edusp, 1994.
- FONSECA, Maria Rachel Fróes da. "As 'Conferências Populares da Glória': a Divulgação do Saber Científico". *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v. 13, 1996, pp. 135-166. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701996000400007&script=sci_arttext. Acessado em 20 de dezembro de 2018.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- MURASSE, Celina Midori. "Industrialização e Educação: a Origem do Liceu de Artes e Ofícios". Campinas, Unicamp. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe/anais/037. Acesso em 15 de dezembro de 2014.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1936.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos Imigrantes*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.
- OLIVEIRA, Sílvia Ribeiro. "O Século XIX e as Exposições Universais". *Anais do SHCU 1990 - Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, v. 11, n. 5, 2010. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1409>. Acesso em 5 de janeiro de 2018.
- PELLETAN, Eugène. *Le Monde Marche*. Paris, Pagnerre, Libraire-Éditeur, 1857.
- PEREIRA, Lucia Miguel. *História da Literatura Brasileira: Prosa de Ficção; de 1870 a 1920*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade no Século XIX*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- ROMERO, Silvio. "A Prioridade de Pernambuco no Movimento Espiritual Brasileiro". *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, 2ª fase, ano I, t. II, 1879, pp. 486-496.

- SCHAWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Maria Cristina Miranda da. “Espetáculos de Fantasmagoria: Sincretismo Audiovisual e Produção de Sentido”. *27ª Reunião Anual da Anped – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*, 2004, Caxambu. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt16/t1610.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.
- Süssekind, Flora. *O Brasil Não é Longe Daqui: o Narrador, a Viagem*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- TURAZZI, Maria Inez. *Poses e Trejeitos: a Fotografia e as Exposições na Era do Espetáculo (1839-1889)*. Rio de Janeiro, Rocco, 1995.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- VERGARA, Moema de Rezende. “Ensaio Sobre o Termo ‘Vulgarização Científica’ no Brasil do Século XIX”. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, jul/dez 2008. Disponível em: www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=73. Acesso em 15 de dezembro de 2018.

ALGODÃO, POLÍTICA E TRABALHO COMPULSÓRIO:

NOTAS SOBRE A DINÂMICA ECONÔMICA E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL (1847-1861) p. 182

RESUMO Este artigo explora a interface entre a dinâmica econômica e a construção do Estado nacional. Levando em conta que a Independência intensificou a expansão viária possibilitada pela organização do Estado nacional, esta pesquisa examina as relações entre política, trabalho compulsório e produção agrário-exportadora no processo de modernização da navegação no Rio Mucuri pela Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri (1847-1861). Ao passo que as interpretações historiográficas dominantes tendem a interpretar a empresa de Teófilo Ottoni como sinônimo de união entre indústria e liberdade, os resultados demonstram que a Companhia integrou no seu funcionamento sistemas de trabalho coercitivos não escravista, bem como produção em larga escala visando o mercado externo.

IMPÉRIO DO BRASIL • ALGODÃO • NAVEGAÇÃO

COTTON, POLITICS AND COMPULSORY

LABOR: NOTES ABOUT ECONOMIC DYNAMICS AND NATIONAL STATE BUILDING (1847-1861)

ABSTRACT This article explores an interface between economic dynamics and the construction of the national state. Taking into account that independence intensified the expansion of the transport structure, this study examines the relationship between politics, compulsory work and the agrarian-export production in the process of modernization of navigation in the Mucuri River by Mucuri Navigation and Trade Company (1847-1861). Whereas the historiographical interpretations have tended to analyse the Teófilo Ottoni's enterprise as synonymous of the union in between industry and freedom, this study demonstrates that the Company has integrated systems of coercive work non-slave, as well as it has directed the large-scale production for the external market.

EMPIRE OF BRAZIL • COTTON • NAVIGATION

REFERÊNCIAS

Acervo BBM

MOUNTENEY, Barclay. *Selections from the Various Authors who have Written Concerning Brazil; More Particularly Respecting the Capitaincy of Minas Gerais, and the Gold Mines of that Province*. London, Effingham Wilson, 1825.

OTTONI, Teófilo. "Notícia Histórica sobre a Vida e Poesias de José Eloy Ottoni". *Job Traduzido em Verso por José Eloy Ottoni*. Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense de F. Manoel Ferreira, 1852.

STURZ, J. J. *A Review, Financial, Statistical & Commercial of the Empire of Brazil and its Resources: Together with a Suggestion of the Expediency and Mode of Admitting Brazilian and Other Foreign Sugar into Great Britain for Refining and Exportation*. London, E. Wilson, 1837.

TAUNAY, Carlos Augusto & FONSECA, Antônio Caetano. *Tratado da Cultura do Algodoeiro no Brasil ou Arte de Tirar Vantagens dessa Plantação*. Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1862.

Fontes Impressas

- ANNAES do Senado do Império do Brasil. 1847, livro 3.
- BRUM, J. Z. Menezes. "Do Conde da Barca, de seus Escriptos e Livraria". *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 2, pp. 5-33, 359-403, 1877.
- COLLECÇÃO das Leis do Brazil de 1816. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890.
- COLLECÇÃO das Leis do Brazil de 1820. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.
- COLEÇÃO das Leis Mineiras (1847-1861).
- COMPANHIA do Mucuri. *História da Empresa. Importância de seus Privilégios. Alcance de seus Projetos*. Rio de Janeiro, Tip. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia, 1856.
- ESCHWEGE, W. L. von. "Notícias e Reflexões Estatísticas da Província de Minas Gerais". *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 4, pp. 737-762, 1899.
- GERBER, Henrique. *Noções Geográficas e Administrativas da Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2013 (1. ed. 1863).
- "INVENTÁRIO da Companhia do Mucury em 31 de Dezembro de 1860". In: *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1861*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1861, t. xxiv, parte II, pp. 178-183.
- MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1978.
- MINISTRO do Império [Pedro Araújo Lima]. *Relatório do Ministério do Império do Anno de 1857 Apresentado a Assembléa Geral Legislativa na 2ª Sessão da 10ª Legislatura*. 1858.
- OTTONI, José Eloy. "Memória sobre o Estado Actual da Capitania de Minas Geraes [1798]". *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 30, pp. 301-318, 1908.
- OTTONI, Teófilo. *A Colonização do Mucuri*. Rio de Janeiro, Tip. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1859.
- _____. *Breve Resposta que ao Relatório da Liquidação da Companhia do Mucuri por Parte do Governo*. Rio de Janeiro, Tip. de Mendes Campos e Cia, 1862.
- _____. *Relatório Apresentado aos Acionistas da Companhia do Mucuri no Dia 10 de Maio de 1860*. Rio de Janeiro, Tip. Correio Mercantil, 1860.
- _____. *Relatório Apresentado aos Acionistas da Companhia do Mucuri por Teófilo Ottoni em 15 de Outubro de 1857*. Rio de Janeiro, Tip. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia, 1857.
- _____. & OTTONI, Honório. *Condições para a Incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, Precedidas de uma Exposição das Vantagens da Empresa*. Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Cia, 1847.
- RENAULT, Pedro Victor. "Relatório da Exposição dos Rios Mucury e Todos os Santos Feito por Ordem do Exmo Governo de Minas Gerais pelo Engenheiro Pedro Victor Renault". *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VIII, pp. 1077-1092, 1903.
- RIBEIRO, Joaquim Cypriano. *Acto Adicional Annotado e Consolidação das Disposições Esparsas e Vigentes do Regimento Interno da Assembléa Legislativa Provincial de Minas*. Ouro Preto, Typ. Actualidade, 1881.
- SPIX, J. B. Von & MARTIUS, C. F. *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981, 2 vols.
- VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. *Carta aos Eleitores da Província de Minas Geraes*. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Alfarrista Brasileiro, 1899 (1. ed. 1827).
- WIED, Maximilian Prinz Zu. *Viagem ao Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940.

Jornais

- Correio Mercantil*, 30.11.1861.
- Gazeta do Rio de Janeiro*, 23.1.1811.
- Jornal do Commercio*, 24.5.1852; 7.2.1860.
- O Bom Senso*, 27.5.1854.

Fontes manuscritas

- Arquivo Público Mineiro, APM, SP 1007, doc. 273/274.
- Arquivo Público Mineiro, APM, PP 1-36, Caixa 2, doc. 50.
- Arquivo Público Mineiro, APM, PP 1-45, Caixa 1, doc. 36.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Valdeir L. de. “Teófilo Benedito Ottoni: A Força Histórica de uma Experiência Moderna”. *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: A Modernidade Possível*. Belo Horizonte, Secretária de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2007.
- BECKERT, Sven. “Emancipation and Empire: Reconstructing the Worldwide Web of Cotton Production in the Age of the American Civil War”. *American Historical Review*, vol. 109, n. 5, pp. 1405-1438, 2004.
- CARDOSO, José Luís. “A Abertura dos Portos do Brasil em 1808: Dos Factos à Doutrina”. *Ler História*, n. 58, pp. 9-31, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. “Trajetórias Republicanas”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLIV, n. 2, pp. 24-36, 2008.
- CHALHOUB, Sidney. “The Politics of Ambiguity: Conditional Manumission, Labor Contracts, and Slave Emancipation in Brazil (1850s-1888)”. *International Review of Social History*, n. 60, pp. 161-191, 2015.
- CORD, Marcelo Mac. “Mão de Obra Chinesa em Terras Brasileiras nos Tempos Joaninos”. *Afro-Ásia*, n. 57, pp. 151-185, 2018.
- COSTA, Wilma Peres. “O Império do Brasil: Dimensões de um Enigma”. *Almanack*, n. 1, pp. 27-43, 2005.
- _____. “Travessias: Algumas Percepções dos Enlaces entre a Europa e a América na Crise do Antigo Regime”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera & COSTA, Wilma Peres (org.). *Soberania e Conflito: Configurações do Estado Nacional no Brasil do Século XIX*. São Paulo, Hucitec, 2010, pp. 27-63.
- CRAVO, Téliio; CONTERNO, Pedro & GODOY, Marcelo. “Imigração Internacional e Contratos de Trabalho no Império do Brasil”. *Almanack*, n. 25, pp. 1-34, 2020.
- DEAN, Warren. “Comments on ‘Slavery in a Nonexport Economy’ II”. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 63, n. 3, pp. 582-584, 1983.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: Origem do Federalismo no Brasil do Século XIX*. São Paulo, Globo, 2005.
- DRESCHER, Seymour. “Capitalism and Slavery after Fifty Years”. *Slavery & Abolition*, vol. 18, n. 3, pp. 212-227, 1997.
- DUARTE, Regina Horta (org.). *Notícia sobre os Selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.
- _____. “O Aventureiro de Filadélfia: Theófilo Ottoni e a Conquista do Vale do Rio Mucuri”. *Locus*, vol. 4, n. 2, pp. 109-120, 1998.
- ENGERMAN, Stanley & GENOVESE, Eugene. “Comments on ‘Slavery in a Nonexport Economy’ III”. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 63, n. 3, pp. 585-590, 1983.
- FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade: A Emancipação e seu Legado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- FUNDAÇÃO João Pinheiro. *A Colonização Alemã no Vale do Mucuri*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1993.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977 (1. ed. 1959).
- JANCSÓ, I. “Este Livro”. In: JANCSÓ, I. (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo, Hucitec, 2003, pp. 15-28.
- MAMIGONIAN, Beatriz. *Os Africanos Livres: A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.
- MARTINS, Roberto Borges. “A Indústria Têxtil Doméstica de Minas Gerais no Século XIX”. *Anais do II Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte, Cedeplar, 1983, pp. 77-94.
- _____. *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil*. Tese de Doutorado, Vanderbilt University, Nashville, 1980.
- MATTOS, Ilmar R. “Construtores e Herdeiros. A Trama dos Interesses na Construção da Unidade Política”. *Almanack Braziliense*, vol. 1, n. 1, pp. 8-26, 2005.
- _____. *O Tempo Saquarema*. São Paulo, Hucitec, 1987.
- NETO, Maria Cristina. “Autobiografia, Conciliação e Concessões: A Companhia do Mucuri e

- o Projeto de Colonização de Theophilo Ottoni”. In: MARSON, Izabel & OLIVEIRA, Cecília (org.). *Monarquia, Liberalismo e Negócio no Brasil (1780-1860)*. São Paulo, Edusp, 2013.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6. ed. São Paulo, Hucitec, 1995.
- PARRON, Tâmis. *A Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2015.
- RIELLO, Giorgio. “La Globalisation de l’Histoire Globale”. *Revue d’Histoire Moderne & Contemporaine*, vol. 54, n. 4, pp. 23-33, 2007.
- RODARTE, Mario. *O Trabalho do Fogo: Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012.
- SILVA, André Mansuy Diniz. “Introdução”. In: SILVA, André Mansuy Diniz (dir.). *D. Rodrigo de Souza Coutinho. Textos Políticos, Econômicos e Financeiros (1783-1811)*. Lisboa, Banco de Portugal, 1993, t. 1, pp. 11-62.
- SLENES, Robert Wayne. “Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX”. *Estudos Econômicos*. São Paulo, vol. 18, n. 3, p. 449-495, 1988.
- STEINFELD, Robert & ENGERMAN, Stanley. “Labor – Free or Forced? A Historical Reassessment of Differences and Similarities”. In: BRASS, T. & LINDEN, M. (ed.). *Free and Unfree Labour*. Paris, Lang, 1997.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System*. New York, Academic Press, 1974, vol. 1.

DUAS OBRAS DE OLIVEIRA LIMA NO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA p.196

RESUMO O artigo recupera duas obras publicadas por Oliveira Lima no centenário da Independência e hoje esquecidas, o opúsculo *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil* e o capítulo “Um Século de Relações Internacionais (1825-1925)”, e aponta suas relações com *Dom João VI no Brasil*. Argumenta-se que, no conjunto, essas publicações compõem um painel sobre a ascensão e queda do expansionismo externo e interno português na América do Sul. Oliveira Lima critica a noção de desequilíbrio de poder subjacente ao imperialismo luso-brasileiro no Prata e observa que esse objetivo levou a cem anos de maus resultados na política externa do país independente. Já a conquista do vasto interior, planejada mas não realizada no reinado americano de D. João, urgia e devia inspirar uma transformação da diplomacia pátria. O Brasil devia dar-se por uma potência territorialmente satisfeita e buscar, na integração do seu litoral ao seu sertão, uma nova forma de grandeza nacional.

MANOEL DE OLIVEIRA LIMA •
DOM JOÃO VI NO BRASIL •
IMPERIALISMO • SERTÃO •
POLÍTICA EXTERNA •
JOAQUIM NABUCO

TWO WORKS BY OLIVEIRA LIMA AT THE CENTENNIAL OF BRAZIL'S INDEPENDENCE

ABSTRACT This article draws on two forgotten works by Oliveira Lima, the booklet *One Century in Brazil's International Affairs* and the chapter “One century of International Affairs (1825-1925)” in order to retrace their links to *Dom John VI in Brazil*. It is argued that, taken jointly, these publications present a broad overview of the rise and fall of Portuguese foreign and domestic expansionism in South America. Oliveira Lima offers a critique of the notion of power politics underpinning Luso-Brazilian imperialism in the River Plate sound and notes that this thinking led to a hundred years of negative foreign policy results for the independent nation. The conquest of the hinterland, in its turn, had been planned but never materialized in the American reign of Dom John, and was now an urgent goal that should inspire a transformation in Brazilian diplomacy. Brazil ought now to acknowledge its interest as a territorial status quo power and seek a new form of national greatness through the integration of its coast to its hinterland.

MANOEL DE OLIVEIRA LIMA •
DOM JOHN VI IN BRAZIL •
IMPERIALISM • HINTERLAND •
FOREIGN POLICY • JOAQUIM NABUCO

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Continental Drift”. In: Pétré-GRENOUILLEAU, Olivier (ed.). *From Slave Trade to Empire: Europe and the Colonization of Black Africa 1780s-1880s*. London, Routledge, 2004.
- ALONSO, Angela. “Joaquim Nabuco, Diplomata Americanista”. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa*

- (1750–1950). Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2013, vol. II.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Oliveira Lima y la Diplomacia Brasileña en el Comienzo de la República”. *Historia Actual Online*, n. 19, 2009.
- “Apresentação”. In: VIANNA, Francisco José Oliveira. *O Idealismo na Evolução Política do Império e da República*. São Paulo, Seção de Obras d’O Estado de S. Paulo, 1922.
- ARMITAGE, David. “The Elephant and the Whale: Empires of Land and Sea”. *Journal of Maritime Research*, vol. 9, n. 1, 2007.
- AZAMBUJA, Marcos Castrioto de. “A Geopolítica do ‘Vírus Chinês’”. *Piauí*, n. 165, 2020.
- BECKFORD, William. *Recollections of an Excursion to the Monasteries of Alcobaca and Batalha: By the Author of Vathek*. London, New Burlington Street, Richard Bentley, Publisher in Ordinary to His Majesty, 1835.
- CARVALHO, Raphael Guilherme. “Em Torno da Concepção de História de Sérgio Buarque de Holanda”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 70, 2018.
- CHRISTIE, William Dougal. *Notes on Brazilian Questions: by W. D. Christie, Late Her Majesty’s Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary in Brazil*. London/Cambridge, MacMillan and Co., 1865.
- CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009. (Obra Completas, xi).
- COSTA LIMA, Luiz. “D. João VI no Brasil”. In: ROCHA, João Cezar de Castro (org). *Nenhum Brasil Existe: Pequena Enciclopédia*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2003.
- CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1909.
- FELDMAN, Luiz. “Da Concepção Imperial de Gilberto Freyre”. *Luso-Brazilian Review*, n. 58, vol. 1, no prelo.
- _____. “Trópico e Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda”. *Manguinhos – História, Ciência, Saúde*, n. 30, vol. 1, 2023.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 2006.
- FORSTER, Maria Thereza Diniz. *Oliveira Lima e as Relações Exteriores do Brasil*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- FREYRE, Gilberto (org.). *Livro do Nordeste*. Edição fac-similar. Recife, Arquivo Público Estadual, 1979.
- _____. *Oliveira Lima, Don Quixote Gordo*. Recife, UFPE, 1968.
- _____. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas: Introdução a uma Possível Lusotropicologia, Acompanhada de Conferências e Discursos Proferidos em Portugal e em Terras Lusitanas e ex-Lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953.
- HEINRICH, Nathalia. “Foreword to the Paperback Edition”. In: LIMA, Manoel de Oliveira. *The Evolution of Brazil Compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*. Washington, Catholic University of America Press, 2019.
- _____. “Oliveira Lima e Joaquim Nabuco em Diálogo: Separados pelos Estados Unidos”. *Revista de História de América*, n. 156, 2019.
- _____. *Ser ou Não Ser Antiamericano? Os Estados Unidos na Obra de Oliveira Lima*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.
- HOBBS, Thomas. *Leviathan*. Oxford/New York, Oxford University Press, 2008 (1. ed. 1651).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A Mineração: Antecedentes Luso-Brasileiros”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. T. I, vol. II: *Administração, Economia, Sociedade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.
- _____. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957.
- _____. *Monções*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1945.
- _____. *Razes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.
- Kämpf, Martin Normann. *Ilha da Trindade: A Ocupação Britânica e o Reconhecimento da Soberania Brasileira (1895–1896)*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.
- LIMA, Manoel de Oliveira. *Aspectos da História e da Cultura do Brasil: Conferências Inaugurais*. Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C. (Filhos), 1923.
- _____. “Correspondência”. *Cadernos do CHDD*, ano 6, n. 10, 2007.

- ____. *Cousas Diplomáticas*. Lisboa, A Editora, 1908.
- ____. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996.
- ____. *Dom João VI no Brasil: 1808-1821*. Rio de Janeiro, Typ. do *Jornal do Commercio*, de Rodrigues & C., 1908, vol. I.
- ____. *Dom João VI no Brasil: 1808-1821*. Rio de Janeiro, Typ. do *Jornal do Commercio*, de Rodrigues & C., 1908, vol. II.
- ____. *Dom Pedro e Dom Miguel: A Querela da Sucessão*. Caieiras/São Paulo/Rio de Janeiro, Melhoramentos, 1925.
- ____. *Formation Historique de la Nationalité Brésilienne*. Paris, Librairie Garnier Frères, 1911.
- ____. *Impressões da América Espanhola: (1904-1906)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953.
- ____. *Memórias: (Estas Minhas Reminiscências...)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937.
- ____. *O Movimento da Independência: 1821-1822*. Caieiras/São Paulo/Rio de Janeiro, Melhoramentos, 1922.
- ____. *Obra Seleta*. Organização de Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1971.
- ____. "Pan Americanism and the League of Nations". *The Hispanic American Historical Review*, n. 2, vol. 4, 1921.
- ____. *Pan-Americanismo: (Monroe-Bolívar-Roosevelt)*. Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1907.
- ____. "Prefácio". In: CARVALHO, Carlos M. Delgado de. *Geografia do Brasil*. T. I: *Geografia Geral*. Rio de Janeiro, Impressões Artísticas, 1913.
- ____. *The Evolution of Brazil Compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*. Edição Fac-similar. Washington, Catholic University of America Press, 2019.
- ____. "Um Século de Relações Internacionais (1825-1925)". In: FREYRE, Gilberto (org.). *Livro do Nordeste*. Edição fac-similar. Recife, Arquivo Público Estadual, 1979.
- ____. *Um Século nas Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo, Seção de Obras d'O Estado de S. Paulo, 1924.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. *O Brasil e as Colônias Portuguesas*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1881.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Um Imenso Portugal: História e Historiografia*. São Paulo, Editora 34, 2002.
- MOSER, Benjamin. *Autoimperialismo: Três Ensaios Sobre o Brasil*. São Paulo, Planeta, 2016.
- MOTA, Carlos Guilherme. "Oliveira Lima". In: COSTA E SILVA, Alberto da (ed.). *O Itamaraty na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2003.
- NABUCO, Joaquim. *Balmaceda*, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1895.
- ____. *Diários*. Vol. II: 1889-1910. Prefácio e notas Evaldo Cabral de Mello. Recife/Rio de Janeiro, Bem-Te-Vi/Massangana, 2005.
- ____. *Minha Formação*. Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1900.
- ____. *Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo: Sua Vida, suas Opiniões, sua Época*. T. II: 1857-1866. Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1898.
- ____. *Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo: Sua vida, suas opiniões, sua época*. T. III: 1866-1878. Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1899.
- NELSON, William Neal. *Status and Prestige as a Factor in Brazilian Foreign Policy, 1905-1908*. Tese de Doutorado, Louisiana State University, 1981.
- PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. Paris, Armand Colin et Cie. Éditeurs/Libraires de la Société des Gens de Lettres, 1895.
- PREUSS, Ori. *Bridging the Island: Brazilian's Views of Spanish America and Themselves, 1865-1912*. Tel Aviv, Sverdlin Institute of Latin American History and Culture, 2011.
- RICUPERO, Rubens. *A Diplomacia na Construção do Brasil: 1750-2016*. Rio de Janeiro, Versal Editores, 2017.
- RIO BRANCO, Barão do [José Maria da Silva Paranhos Jr.]. "Os Nossos Armamentos (7 de Outubro de 1874)". In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Obras do Barão do Rio-Branco*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2021, vol. IX.
- SILVEIRA, Antonio Francisco Azeredo da. "Chanceler Brasileiro na OEA". *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 1, 1974.

- SILVEIRA, Helder Gordim da. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: Faces de um Paradigma Ideológico da Americanização nas Relações Internacionais do Brasil*. Porto Alegre, Ed. PUCRS, 2003.
- SOUZA, Octavio Tarquínio de. “Prefácio à 2ª Edição”. In: LIMA, Manoel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996.
- TURNER, Frederick Jackson. *The Frontier in American History*. New York, Henry Holt, 1920.
- VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil: No Limiar de uma Nova Era*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1940, vol. VII.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 2004.

I CAN NOW NEUTRALIZE THEIR POISON: CASA-GRANDE & SENZALA NOS ESTADOS UNIDOS E A (AUTO) CONSAGRAÇÃO DE GILBERTO FREYRE (1946-1956) p.230

RESUMO Este artigo apresenta um primeiro resultado da pesquisa sobre as edições estrangeiras de *Casa-Grande & Senzala* no acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM-USP), desenvolvida como pesquisador residente junto à BBM entre 2019 e 2020. Tomando como objeto de estudo o exemplar da segunda edição norte-americana de *The Masters and The Slaves*, publicada em 1956 por Alfred Knopf, o texto indica o potencial inovador dos estudos sobre a tradução desse clássico do pensamento social brasileiro e analisa o contexto de sua publicação e recepção nos Estados Unidos, bem como a postura de Gilberto Freyre diante de seu reconhecimento em um novo cenário intelectual.

GILBERTO FREYRE • ESTADOS UNIDOS •
CASA GRANDE & SENZALA •
ALFRED KNOPF

**I CAN NOW NEUTRALIZE THEIR POISON:
CASA-GRANDE & SENZALA IN THE UNITED
STATES AND THE (SELF)CONSACRATION OF
GILBERTO FREYRE (1946-1956)**

ABSTRACT This article presents a first result of my research on the foreign editions of Gilberto Freyre's book *Casa-Grande & Senzala* at the Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM-USP), developed as a resident researcher at the BBM between 2019 and 2020. Taking the copy of the second American edition of *The Masters and The Slaves*, published in 1956 by Alfred Knopf, as its object, the text indicates the innovative potential of studies on the translation of this classic of Brazilian social thought and analyzes the context of its publication and reception in the United States, as well as Freyre's attitude towards its recognition in a new intellectual scenario.

GILBERTO FREYRE • UNITED STATES
• *THE MASTERS AND THE SLAVES* •
ALFRED KNOPF

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- _____. *Zigue-Zague: Ensaios Reunidos (1977-2016)*. São Paulo/Rio de Janeiro, Ed. Unifesp/ Editora PUC-Rio, 2019.
- BARBOSA, Cibele. "Casa-Grande & Senzala. A Questão Racial e o 'Colonialismo Esclarecido' na França do Pós-Segunda Guerra Mundial". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 33, n. 96, 2018.
- BERTOLDI, Anderson. "Traduzindo o Intraduzível: A Tradução de Casa-Grande & Senzala em Italiano". *Entrelinhas*, vol. 10, n. 2, jul./dez. 2016.
- BOURDIEU, Pierre. "Les Conditions Sociales de la Circulation Internationale des Idées". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 145, Décembre 2002.
- CALVINO, Italo. *Por Que Ler os Clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CASANOVA, Pascale. *A República Mundial das Letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- CHACON, Vamireh. *Gilberto Freyre: Uma Biografia Intelectual*. São Paulo/Recife, Companhia

- Editora Nacional/FUNDAJ/Editora Massangana, 1993 (Coleção Brasileira, 387; Série Documentos FUNDAJ, 40).
- CHEROBIN, Nicoletta. “Casa-Grande & Senzala, de Gilberto Freyre, na Itália: Exemplos de Escolhas Tradutórias Extraídos da Análise Paratextual”. *O Eixo e a Roda*, v. 25, n. 1, 2016.
- _____. *(La) Casa Grande e (la) Senzala Brasileira Tradotta in Italiano: Analisi Paratextuale di Padroni e schiavi*. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.
- DA SILVA, J. “*The Masters and The Slaves, A Study in the Development of Brazilian Civilization* by Gilberto Freyre”. *Science & Society*, v. 11, n. 2 (Spring, 1947). Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40399835>>. Acesso em 20/06/2020.
- DIFFIE, Bailey W. “*The Masters and the Slaves [Casa-Grande & Senzala]: A Study in the Development of Brazilian Civilization*. By Gilberto Freyre”. *The Hispanic American Historical Review*, v. 26, n. 4 (Nov., 1946). Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2507653>>. Acesso em 27 jun. 2020.
- FALCÃO, Joaquim & ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de (org.). *O Imperador das Ideias: Gilberto Freyre em Questão*. Rio de Janeiro, Topbooks/Colégio do Brasil/Fundação Roberto Marinho/UniverCidade, 2001.
- FONSECA, Edson Nery da (org.). *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*. Recife, Companhia Editora de Pernambuco, 1985.
- FRANZINI, Fábio, *À Sombra das Palmeiras: A Coleção Documentos Brasileiros e as Transformações da Historiografia Nacional (1936-1959)*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.
- _____. “FREYRE, Gilberto de Mello (Recife, Brasil, 1900 – Recife, Brasil, 1987)”. In: MATOS, Sérgio Campos (coord.). *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2013. Disponível em: http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_freyre.htm
- _____. “Modos de Autor e Manhas da Crítica: O Jogo dos Prefácios em Casa-Grande & Senzala”. In: SCHAPOCHNIK, Nelson e VENANCIO, Giselle Martins (org.). *Escrita, Edição e Leitura na América Latina*. Niterói, PPGHistória-UFF, 2016.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 52. ed. Edição Comemorativa 80 anos. São Paulo, Global, 2003.
- _____. *Casa-Grande & Senzala: Edição Crítica*. Guillermo Gucci, Enrique Rodríguez Larreta e Edson Nery da Fonseca, coordenadores. Madri; Barcelona; La Habana; Lisboa; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José: ALLCA XX, 2002.
- _____. *The Masters and The Slaves. A Study in The Development of Brazilian Civilization*. 2. ed. New York, Alfred A. Knopf, 1956.
- _____. *The Masters and the Slaves. A Study in The Development of Brazilian Civilization*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1986.
- _____. *The Masters and The Slaves. A Study in The Development of Brazilian Civilization*. Abridged from the Second English-Language Edition, Revised. New York, Alfred A. Knopf, 1964.
- GENETTE, Gérard. *Umbrales*. México, Siglo XXI, 2007. Edição brasileira: *Paratextos Editoriais*. São Paulo, Ateliê, 2009.
- GILLIN, John. “*The Masters and The Slaves* by Gilberto Freyre”. *Social Forces*, v. 25, n. 3 (Mar., 1947). Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3005684>>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- KELSEY, Vera. “*The Masters and The Slaves: A Study in the Development of Brazilian Civilization* by Gilberto Freyre”. *The American Historical Review*, vol. 52, n. 3 (Apr., 1947). Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1859914>>. Acesso em: 28 jun. 2020.
- LEENHARDT, Jacques. “A Consagração na França de um Pensamento Heterodoxo”. In: DIMAS, Antonio; LEENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Reinventar o Brasil. Gilberto Freyre Entre História e Ficção*. Porto Alegre/São Paulo, Ed. UFRGS/Edusp, 2006.
- LEMAIRE, Ria. “Herói Literário e Historiador: Caminhos Cruzados nos Prefácios de Casa-Grande & Senzala”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Edição Crítica*. Guillermo Gucci, Enrique Rodríguez Larreta e Edson Nery da Fonseca, coordenadores. Madri,

- Barcelona, La Habana, Lisboa, Paris, México, Buenos Aires, São Paulo, Lima, Guatemala, San José: ALLCA XX, 2002.
- MAYBURY-LEWIS, David H. P. "Introduction to The Paperback Edition". In: FREYRE, Gilberto. *The Masters and the Slaves. A Study in The Development of Brazilian Civilization*. Berkeley, Los Angeles and London, University of California Press, 1986.
- MERKEL, Ian. "Brazilian Race Relations, French Social Scientists, and African Decolonization: A Transatlantic History of the Idea of Miscegenation". *Modern Intellectual History*, vol. 17, 3, September 2020.
- NICODEMO, Thiago Lima. "O 'Modernismo de Estado' e a Política Cultural Brasileira na Década de 1940: Candido Portinari e Gilberto Freyre nos EUA". *Revista Landa*, vol. 5, n. 1, 2016.
- NICOLAZZI, Fernando. *Um Estilo de História. A Viagem, a Memória, o Ensaio: Sobre Casa-Grande & Senzala e a Representação do Passado*. São Paulo, Editora Unesp, 2011.
- PIERSON, Donald. "The Masters and the Slaves: A Study in the Development of Brazilian Civilization by Gilberto Freyre". *American Sociological Review*, vol. 12, n. 5 (Oct., 1947). Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2086740>>. Acesso em 16 jan. 2021.
- SORÁ, Gustavo. "A Construção Sociológica de uma Posição Regionalista: Reflexões sobre a Edição e Recepção de Casa-Grande & Senzala de Gilberto Freyre". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 13, n. 36, fev. 1998.
- VENANCIO, Giselle Martins & FURTADO, André. *Mestiça Cientificidade: Três Leitores Franceses de Gilberto Freyre e a sua Máxima Consagração no Exterior*. Niterói, EdUFF, 2020.
- WAGLEY, Charles. "The Masters and the Slaves: A Study in the Development of Brazilian Civilization by Gilberto Freyre". *Political Science Quarterly*, vol. 61, n. 4 (Dec., 1946). Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2144387>>. Acesso em 28 out. 2020.

A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS DE GONÇALVES DE MAGALHÃES:

PUBLICAÇÃO, CRÍTICA E REVISÃO p.252

RESUMO O artigo explora as particularidades da publicação, crítica e revisão da obra épica *A Confederação dos Tamoios* do poeta e filósofo fluminense Gonçalves de Magalhães (1811-1882), a partir do escrutínio de edições de extrema raridade pertencentes ao acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

GONÇALVES DE MAGALHÃES •

CRÍTICA • RECEPÇÃO • POESIA ÉPICA

• EDIÇÕES RARAS

**A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS BY
GONÇALVES DE MAGALHÃES: PUBLISHING,
CRITICS AND REVISING**

ABSTRACT This article investigates issues of publication, criticism and revision regarding the epic work *A Confederação dos Tamoios* by the poet and philosopher from Rio de Janeiro Gonçalves de Magalhães (1811-1882), through the examination of extremely rare editions that belong to the Brasileira Guita and José Mindlin collection.

GONÇALVES DE MAGALHÃES •

CRITICISM • RECEPTION •

EPIC POETRY • RARE EDITIONS

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro, Empreza Typographica Nacional do Diário, 1856.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893, vol. 2.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1975.
- CASTELLO, José Aderaldo. *Gonçalves de Magalhães. Trechos Escolhidos*. Rio de Janeiro, Agir, 1961.
- CHAUVIN, Jean Pierre. “Deus, Natureza e Pátria: *A Confederação dos Tamoios*”. *Revista de Estudos de Cultura*, vol. 6, n. 16, pp. 97-112, jan./abr. 2020.
- DONEGÁ, Ana Laura. “Um Periódico Transnacional: a *Revista Nacional e Estrangeira* (1839-1845), a Literatura e a Crítica do Século XIX”. *Olho d’Água*, vol. 5, n. 2, pp. 121-136, 2013.
- FRANCHETTI, Paulo. “O Triunfo do Romantismo: Indianismo e Estilização Épica em Gonçalves Dias”. In: TEIXEIRA, Ivan (org.). *Épicos*. São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial, 2008, pp. 1097-1130.
- HANSEN, João Adolfo. “Notas sobre o Gênero Épico”. In: TEIXEIRA, Ivan (org.). *Épicos*. São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial, 2008, pp. 17-91.
- MACHADO, Ubiratan. *A Vida Literária durante o Romantismo*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2001.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *A Confederação dos Tamoios: Poema por Domingos José Gonçalves de Magalhães*. Rio de Janeiro, Empreza Typographica Dous de Dezembro de Paula Brito, Impressor da Casa Imperial, 1856.
- _____. *A Confederação dos Tamoios: Poema por Domingos José Gonçalves de Magalhães*. Rio de Janeiro, Empreza Typographica Dous de Dezembro, 1857.
- _____. *A Confederação dos Tamoios: Poema por Domingos José Gonçalves de Magalhães*. Coimbra, Imprensa Literária, 1864.
- _____. *A Confederação dos Tamoios: Poema por D. J. G. de Magalhães*. 2. ed. revista, correta e acrescentada pelo autor. Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier, 1864.

- _____. *A Confederação dos Tamoios*. Organização de Maria Eunice Moreira e Luís Bueno. Curitiba, Editora UFPR, 2007.
- MARTINS, Eduardo Vieira. “Apresentação”. In: ALENCAR, José de. *O Guarani*. Cotia, SP, Ateliê Editorial, 2000, pp. 11-34.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de Tupi Antigo: A Língua Indígena Clássica do Brasil*. Prefácio de Ariano Suassuna. São Paulo, Global, 2013.
- O GUANABARA: Revista Mensal Artista, Científica e Litteraria*. 1850-1855 (Rio de Janeiro).
- Ômega [?]. “Confederação dos Tamoios”. In: MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *A Confederação dos Tamoios*. Organização de Maria Eunice Moreira e Luís Bueno. Curitiba, Editora UFPR, 2007, pp. LXI-LXVII.
- STAËL, [Anne-Louise-Germaine] Madame de. *Da Alemanha*. Tradução e apresentação Edmir Míssio. São Paulo, Editora Unesp, 2016.

ERRATA, REPUTAÇÃO LITERÁRIA E BIBLIOFILIA: O CASO SINGULAR DO ROMANCE FLOR DE SANGUE, DE VALENTIM MAGALHÃES p.268

RESUMO O presente artigo se propõe a recuperar a trajetória do malogrado romance *Flor de Sangue*, de Valentim Magalhães, publicado em 1896 pela editora Laemmert. Cobiçada por bibliófilos, a obra apresenta a singularidade de conter, ao final, uma errata no mínimo curiosa, por meio da qual o autor fluminense procurava corrigir o lapso de ter descrito o suicídio do protagonista de duas maneiras distintas. Nesse percurso argumentativo, recuperam-se particularidades e empregos do gênero errata, a recepção pela crítica do livro de Magalhães em perspectiva diacrônica e o lugar do autor no panorama da literatura brasileira.

VALENTIM MAGALHÃES • ERRATA •
LAEMMERT • BIBLIOFILIA

**REDACTIONS, LITERARY REPUTATION AND
BIBLIOPHILIA: THE SINGULAR CASE OF THE
ROMANCE FLOR DE BLOOD, BY VALENTIM
MAGALHÃES**

ABSTRACT This article proposes a recovery of the trajectory of the unsuccessful novel *Flor de Sangue*, written by Valentim Magalhães and published in 1896 by Laemmert. Desired by bibliophiles, the book has a singularity of containing, at the end, an erratum at least curious, through which the author sought to correct the error of having described the protagonist's suicide in two different ways. In this argumentative path, particularities and uses of the erratum genre are recovered, the critical reception of Magalhães' book in a diachronic perspective and the author's place in the panorama of Brazilian literature.

VALENTIM MAGALHÃES • ERRATUM •
LAEMMERT • BIBLIOPHILIA

REFERÊNCIAS

- A. A. [Artur Azevedo]. "Palestra". *O Paiz*, p. 2, 14.12.1896.
- ABRANCHES, Dunshee de. "Folhetim – Crítica Literária". *Jornal do Brasil*, p. 5, 25.12.1896.
- ALENCAR, José de. "Postscripto à 2ª Edição". *Tracema*. 3. ed. Rio de Janeiro, Garnier, 1878.
- ARAÚJO, Emanuel. *A Construção do Livro*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro/São Paulo, Lexikon/ Editora Unesp, 2008.
- ASSIS, Machado de. *A Mão e a Luva*. Rio de Janeiro, Gomes de Oliveira & C., 1874.
- _____. "A Semana". *Gazeta de Notícias*, p. 1, 27.12.1896.
- _____. *A Mão e a Luva*. Rio de Janeiro, Gomes de Oliveira & C., 1874.
- _____. *Helena*. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1876.
- _____. *Jaiá Garcia*. Rio de Janeiro, G. Vianna & C., 1878.
- _____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1881.
- _____. *Quincas Borba*. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1891.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 43. ed. São Paulo, Cultrix, 2006.
- BROCA, Brito. "Um Animador: Valentim Magalhães". s.l., 29 out. 1955 [Recorte incluído no exemplar de *Flor de Sangue* de José Mindlin, que consta do acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin].
- _____. "Um Animador: Valentim Magalhães". In: *Naturalistas, Parnasianos e Decadistas. Vida Literária do Realismo ao Pré-Modernismo*. Campinas, Editora da Unicamp, 1991.

- BUONOCORE, Domingo. *Diccionario de Bibliotecología*, Buenos Aires, Ediciones Marymar, 1976.
- CAMINHA, Adolfo. *Tentação; No País dos Ianques*. 2. ed. Rio de Janeiro/Fortaleza, José Olympio/Academia Cearense de Letras, 1979.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos*. 5. ed. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1975, 2 vols.
- CORREIA, Raimundo. “*Flor de Sangue*, Romance de V. Magalhães – I”. *O Paiz*, p. 1, 31.1.1897.
- _____. “*Flor de Sangue*, Romance de V. Magalhães – II”. *O Paiz*, p. 1, 7.2.1897.
- DOYLE, Plínio. *Uma Vida*. 2. ed., Rio de Janeiro, Casa da Palavra/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.
- FAR, Alessandra El. *Páginas de Sensação: Literatura Popular e Pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- FARIA, Maria Isabel Ribeiro de. *Dicionário do Livro: Da Escrita ao Livro Eletrônico*. São Paulo, Edusp, 2008.
- FIELD, Eugene. *The Love Affairs of a Bibliomaniac*. Nova York, Charles Scribner's Sons, 1896.
- “FLOR de Sangue”. *Gazeta de Notícias*, p. 1, 13.12.1896.
- “FLOR de Sangue”. *Gazeta de Notícias*, p. 2, 26.12.1896.
- GRIECO, Agrippino. *Evolução da Prosa Brasileira*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro, José Olympio, 1947. (Obras Completas de Agrippino Grieco, 3).
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: Sua História*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, Edusp, 2005.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Atas da Academia Brasileira de Letras: Presidência Machado de Assis (1896-1908)*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2001.
- MACHADO, Ubiratan. *A Capa do Livro Brasileiro 1820-1950*. Cotia, SP/São Paulo, Ateliê Editorial/Sesi-SP Editora, 2017.
- MAGALHÃES, Raimundo. *Vida e Obra de Machado de Assis*. Vol. 3: *Maturidade*. Rio de Janeiro, Record, 2008.
- MAGALHÃES, Valentim. *Bric-a-Brac*. Rio de Janeiro, São Paulo, Laemmert & C., 1896.
- _____. “Carta a Machado de Assis, 25.12.1896”. In: Assis, Machado de. *Correspondência de Machado de Assis*. T. III: 1890-1900. Coordenação e orientação de Sergio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro, ABL, 2011.
- _____. “Contas Literárias”. *A Notícia*, p. 2, 11-12.12.1897.
- _____. *Flor de Sangue*. Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Laemmert & C., 1896.
- _____. *Flor de Sangue*. São Paulo, Editor Três, 1974. (Obras Imortais da Nossa Literatura, 35).
- _____. “Notas à Margem”. *Gazeta de Notícias*, 22.12.1883.
- _____. *Notas à Margem dos Últimos Harpejos*. Rio de Janeiro, Typographia da Escola de Serafim José Alves, 1884.
- _____. “Semana Literária”. *A Notícia*, p. 1, 20-21.12.1895.
- _____. “Semana Literária”. *A Notícia*, p. 2, 26.12.1896.
- MARTINS, Heitor. “*Flor de Sangue*”. *O Estado de S. Paulo*, s. p., 14.11.1970 (Suplemento Literário) [Recorte incluído no exemplar de José Mindlin, que consta do acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin].
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Vol. IV: 1877-1896. 2. ed. São Paulo, T. A. Queiroz, 1996.
- MORAES, Rubens Borba de. *O Bibliófilo Aprendiz*. 5. ed. São Paulo, Edições BBM, 2018.
- NOGUEIRA, Wesley Augusto. *À Venda em Todas as Bancas: A Relação entre Produção e Circulação de Livros Colecionáveis Comercializados pela Editora Abril na Década de 1970*. Tese de Doutorado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2018.
- O. “Traços da Semana”. *Cidade do Rio*, p. 1, 27.9.1897.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da Literatura Brasileira: Prosa de Ficção (de 1970 a 1920)*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1988.
- ROMERO, Sílvia. “Bibliografia – A Literatura Brasileira”. *Revista Brasileira*, ano 3, t. 12, 1897.
- _____. *Últimos Harpejos: Fragmentos Poéticos*. Pelotas/Porto Alegre, Carlos Pinto & C., 1883.
- _____. *Valentim Magalhães: Um Estudo*. Rio de Janeiro, Typographia da Escola de Serafim José Alves, 1884.

- TORRES, Bolívar. “Livros com Erros Tipográficos são Cobiçados por Colecionadores”. *O Globo*, 22.4.2017.
- VERÍSSIMO, José. “Literatura Apressada – A *Flor de Sangue* do Sr. Valentim Magalhães”. *Estudos de Literatura Brasileira – Primeira Série*. Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, 1901.
- WHEATLEY, Henry Benjamin, *Literary Blunders: A Chapter in the “History of Human Error”*. London, Elliot Stock, 1893.

CELSO FURTADO E OS 60 ANOS DE FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL p.290

RESUMO Uma resenha do livro *Formação Econômica do Brasil*, que se tornou um clássico nacional pelas mãos do autor Celso Furtado e seu impacto cultural através desses 60 anos.

CELSO FURTADO • CLÁSSICO •
ECONOMIA • ARQUIVO PESSOAL

**CELSO FURTADO AND THE
SIXTY ANNIVERSARY OF
FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL**

ABSTRACT A review of the book *Formação Econômica do Brasil*, which became a national classic by the hands of the author Celso Furtado and its cultural impact throughout these 60 years.

CELSO FURTADO • CLASSIC •
ECONOMY • PERSONAL ARCHIVE

REFERÊNCIAS

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Formação Econômica do Brasil: uma Obra Prima do Estruturalismo Cepalino* In: Araújo, Tarcisio; Vianna, Salvador; Macambira, Júnior. (Org.). *50 anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, p. 49-67, 2009.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Recife: Global Editora, 2003 (1. ed.1933).
- FURTADO, Celso. *Diários intermitentes: 1937-2002*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003 (1. ed. 1959).
- FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 (1. ed. 1936).
- PASINETI, Luigi. The Cambridge School of Keynesian economics. *Cambridge Journal of Economics*, 29, pp. 837-848, 2005.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense (1. ed. 1942).

RUBENS BORBA DE MORAES: UM INTELLECTUAL INCOMUM *p.296*

RESUMO Alguns pensamentos de José Mindlin acerca de uma figura incomum no meio intelectual brasileiro no centenário de seu nascimento: Rubens Borba de Moraes.

RUBENS BORBA DE MORAES •
INTELLECTUAL • CENTENÁRIO •
ANIVERSÁRIO

RUBENS BORBA DE MORAES:

THE UNUSUAL INTELLECTUAL

ABSTRACT Thoughts by José Mindlin of an unusual figure in the intellectual environment about the centenary of his birth: Rubens Borba de Moraes

RUBENS BORBA DE MORAES •
INTELLECTUAL • CENTENARY •
BIRTHDAY

O PROBLEMA DAS BIBLIOTECAS BRASILEIRAS *p.302*

RESUMO O bibliófilo Rubens Borba de Moraes fala e analisa grandes questões acerca das bibliotecas nacionais e a história que as acompanha.

BIBLIOTECAS • BRASIL •
BIBLIOTECÁRIOS • BIBLIOTECONOMIA •
MEMÓRIA

THE PROBLEM WITH BRAZILIAN LIBRARIES

ABSTRACT The bibliophile Rubens Borba de Moraes talks about and analyzes major questions about national libraries and the history that accompanies them.

LIBRARIES • BRAZIL • LIBRARIANS •
LIBRARIANSHIP • MEMORY

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

SOBRE A POLÍTICA DE PUBLICAÇÃO

A *Revista BBM* tem como objetivo principal a divulgação de textos que sejam resultado de pesquisas, exposições e seminários desenvolvidos no âmbito da BBM e que tenham relação com seu acervo.

Os artigos serão submetidos à avaliação de especialistas e do Conselho Editorial.

SOBRE AS ESPECIFICAÇÕES FORMAIS DOS ARTIGOS

- Os textos submetidos deverão trazer resumo (máximo 10 linhas), palavras-chave (até 6) e as respectivas versões em inglês (Abstract e Keywords).
- Os dados biobibliográficos do autor devem apresentar no máximo 10 linhas.
- O texto deve ter no máximo 30 laudas (lauda de 2100 caracteres), estar na fonte Times New Roman, corpo 12 e espaçamento 1,5. Todas as páginas deverão estar numeradas sequencialmente.

CITAÇÕES

- As citações com menos de 5 linhas entrarão no corpo do texto principal, destacados por aspas duplas.
- Citações com mais de 5 linhas deverão ser separadas do texto por uma linha antes e uma depois. Deverão estar em corpo menor, sem aspas e sem recuo.
- Deverá vir mencionada em nota de rodapé a referência da citação realizada.

NOTAS DE RODAPÉ

- As referências bibliográficas mencionadas nos textos deverão ficar em notas de rodapé e não no sistema autor-data (MARTINS, 2000), contendo a seguinte ordem e padronização:
**Nome Completo do(s) Autor(es),
Nome da Obra, p. x.**
Observação: Colocar a referência completa caso a obra não seja apresentada nas referências bibliográficas finais.
- Serão aceitas notas explicativas breves.

REPETIÇÃO DE NOTAS

- Quando a nota seguinte for exatamente igual à anterior, utilizar *Idem, ibidem*. Exemplo:
1. **Adrian C. Mayer, *Caste and Kinship in Central India*, p. 35.**
2. ***Idem, ibidem.***
- Para mesmo autor e obra, porém com páginas diferentes, utilizar *idem* e indicar a página. Exemplo:
1. **Adrian C. Mayer, *Caste and Kinship in Central India*, p. 35.**
2. ***Idem*, p. 50.**
- Se a mesma obra for citada, mas não vier imediatamente depois da outra citação, o nome do autor deverá ser repetido, com o acréscimo de *op. cit.*, seguido do número da página. Exemplo:
Adrian C. Mayer, *op. cit.*, p. 54.
Observação: usar *op. cit.* apenas quando, no artigo, for citada apenas uma obra daquele autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- As referências bibliográficas completas deverão ser anexadas no final do texto. Apresentando, quando for(em) citado(s), o capítulo ou artigo e seu respectivo autor antes do nome da obra, na ordem e padronização apresentadas no exemplo seguinte:
HOLANDA, Sérgio Buarque.
“Caminhos do Sertão”. *Monções*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1990.

Observação: colocar o sobrenome do autor em versal versaleta, exemplo: DRUMMOND)

- Apenas as obras citadas ao longo do texto devem constar das referências bibliográficas finais.

Observação: Evitar referências a *sites* nas notas e/ou referências bibliográficas. Preferir documentos, livros, revistas ou jornais que tenham sido publicados fisicamente.

TÍTULOS DE OBRAS

- Títulos de livros, periódicos, jornais, revistas, discos, filmes, quadros e esculturas devem vir em itálico e em caixa-alta e caixa-baixa (*Grande Sertão: Veredas*).
- Nomes de capítulos, de poemas, de músicas e títulos de artigos devem vir entre aspas e em caixa-alta e caixa-baixa (“A Ideia Fixa”).
- Palavras estrangeiras devem ser destacadas em itálico. Exceto quando se tratar de nome de cidade, estado, país ou região, e de nomes pessoais ou de instituições.

SIGLAS

- Se tiverem quatro ou mais letras e forem legíveis, deverão ficar em caixa-alta e caixa-baixa. Exemplo: Sesi, Edusp, Unesp etc.
- Caso tenham menos de quatro letras ou sejam ilegíveis, deverão ficar em versaleta. Exemplo: ONU, USP, UFRJ etc.

ICONOGRAFIA

- As imagens, tabelas, figuras, gráficos, fotos etc., contidas no texto, deverão ser enviadas separadamente e em alta resolução (com no mínimo 300 dpi de resolução) com suas respectivas legendas, indicando autoria(s) e fonte(s).

REVISTA BBM n. 3

EDITOR

Plinio Martins Filho

EDITORAS ASSISTENTES

Amanda Fujii e Bruna Xavier Martins

**DESIGN, ILUSTRAÇÃO DESTA EDIÇÃO
E TRATAMENTO DE IMAGENS**

Casa Rex

PREPARAÇÃO DE TEXTO

Carolina Bednarek

REVISÃO

Ayrton Augusto Oliveira, Bruna Xavier
Martins, Camila de Souza Gonçalves,
Isabella Silva Teixeira e
Millena Santana Machado

